

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SAMIR SERÓDIO AMIM RANGEL

A MERCANTILIZAÇÃO DO CAFÉ CONILON COMO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO
SOCIAL: UMA ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DA CAFEICULTURA NO
ESPÍRITO SANTO



CURITIBA
2018

SAMIR SERÓDIO AMIM RANGEL

A MERCANTILIZAÇÃO DO CAFÉ CONILON COMO PROCESSO DE
CONSTRUÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DA
CAFEICULTURA NO ESPÍRITO SANTO

Tese apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Doutor em Políticas
Públicas, no Curso de Pós-Graduação em
Políticas Públicas da Universidade Federal do
Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Maciel de Paula.

CURITIBA
2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS – UFPR COM DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Rangel, Samir Seródio Amim

A mercantilização do café Conilon como processo de construção social: uma análise das transformações da cafeicultura no Espírito Santo / Samir Seródio Amim Rangel . - 2018.

237 f.

Orientador: Nilson Maciel de Paula.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

Defesa: Curitiba, 2018.

1. Café – Cultivo – Espírito Santo (Estado). 2. Café – Comércio – Espírito Santo (Estado). 3. Agricultura familiar. 4. Agricultura – Políticas públicas. I. Paula, Nilson Maciel de. II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. III. Título.

CDD 338.4766393



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em POLÍTICAS PÚBLICAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **SAMIR SERODIO AMIM RANGEL**, intitulada: **A MERCANTILIZAÇÃO DO CAFÉ CONILON COMO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DA CAFEICULTURA NO ESPÍRITO SANTO**, após terem ouvido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 18 de Janeiro de 2016


NILSON MACIEL DE PAULA (UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)


NELSON GIORDANO DELGADO (UFRJ)


SIMONE MELUCCI (UFPR)


ANGELITA BAZOTTI (IPARDES)


SIMONE DE FARIA NARCISO SHIK (UFSJ)

Dedico essa Tese de Doutorado ao Supremo Criador, à minha amada filha, Ana Clara, aos familiares e amigos. Não menos dedico aos agricultores espírito-santenses, semeadores de tão bela terra e conhecedores do valor do seu chão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Incaper e a FAPES, que juntos com a UFPR e o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas permitiram o avanço desta pesquisa e a ocorrência desta Tese de Doutorado.

Eternas gratidões ao professor Dr. Nilson Maciel de Paula, grande mestre e orientador, que durante todos os anos de meu doutorado esteve na condução para a realização deste trabalho, cumprindo sua honrada função com maestria.

Agradecimento extensivo a todos os professores e profissionais da ciência do Brasil, tendo, por exemplo, a banca composta para a defesa desta Tese. Em especial, agradeço aos professores do nosso programa de Políticas Públicas, dos demais programas da UFPR e de Coimbra/Portugal, únicos na contribuição deste trabalho.

Por fim, a todos os familiares, amigos, irmãos e profissionais do trabalho: gratidão e amor, pois sempre estiveram ao meu lado. Gratidão especial à família, esses entenderam os momentos de ausência, mas sempre estiveram presentes.

RESUMO

Esta tese tem por objetivo compreender a construção social do mercado do café Conilon no Estado do Espírito Santo, através da análise do seu desenvolvimento histórico e seus impactos na sociedade do meio rural. Esse mercado evoluiu por ações de atores sociais, de instituições e das mudanças na dinâmica das relações sociais presentes na história do café naquele espaço, com repercussões na agricultura de base familiar até os dias de hoje. Do ponto de vista conceitual, segundo formulação de Polanyi e Giddens, os mercados são vistos como construções sociais que os transformam enquanto mecanismo da economia embutido na vida social. A expansão da produção e comércio do café Conilon é analisada através de uma comparação entre os territórios Norte e Sul do Espírito Santo, tendo como referência histórica a matriz econômica que se formou a partir da erradicação dos cafezais na década de 1970. Para tanto, orientado pelo conceito de mercado como construção social, a história do café é resgatada, com o foco em sua trajetória naqueles territórios. Através desse estudo de caso destaca-se a importância dos atores e suas possibilidades na moldura institucional que promoveu o café Conilon, como uma importante cultura agrícola, para a manutenção e o desenvolvimento da agricultura e das relações mantidas pelos agricultores de base familiar, tanto no uso da terra, quanto na geração de renda. Como consequência, a dinâmica socioeconômica, assim formada, passou a exercer uma influência decisiva na condução das políticas públicas.

Palavras-Chave: café Conilon; Espírito Santo, construção social dos mercados; políticas públicas.

ABSTRACT.

The main purpose of this thesis is to understand the market of Conilon variety of coffee as a process of social construction, in the state of Espírito Santo, taking into account its historical development and the impacts on rural society. Such a market has evolved by the actions of social actors, institutions, also reflecting changes in the dynamics of social relations that shaped the history of coffee in that particular space, causing visible repercussions on family farming, even nowadays. As conceptual framework, markets are seen as social constructions that transform those as an economic mechanism embodied in social life. The expansion of production and trade of Conilon coffee is thus analyzed through a comparison between North and South Territories of Espírito Santo, based on a historical background and the economic structure emerged after the process of coffee eradication that took place in the 1970s. Therefore, oriented by the concepts of market as social construction, the history of coffee is disclosed, focusing on its evolution in those territories. Actions of social actors and their possibilities within the prevailing institutional framework are highlighted in this analysis as to show their crucial role in promoting Conilon coffee as an important crop for the development and for the survival of family farming, in terms of both land use and income generation. As a major consequence, this socioeconomic dynamics has exerted a decisive influence on the implementation of public policies.

Keywords: Conilon Coffe; Espírito Santo, social construction of the market; public policies.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES DE CAFÉ POR ANOS NOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO E SANTOS (EM MILHÕES DE SACAS DE 60 KG).....	85
TABELA 2 - PRODUÇÃO EM TERRITÓRIOS BRASILEIROS ENTRE 1889 E 1896 (EM MILHÕES DE SACAS; ANO BASE 100).....	86
TABELA 3 - NÚMERO DE SACAS DE CAFÉ EXPORTADAS NOS PORTOS RIO DE JANEIRO E SANTOS (EM MILHÕES DE SACA DE 60 KG).....	87
TABELA 4 - PRODUÇÃO MÉDIA E CONSUMO MÉDIO MUNDIAL POR QUADRIÊNIO (EM MILHÕES DE SACA DE 60 KG).....	96
TABELA 5 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – ANOS 1970 A 2010 (EM %)......	135
TABELA 6 - PRODUTO INTERNO BRUTO DOS TERRITÓRIOS – ANOS 1980 A 2010 (EM %)......	137
TABELA 7 - TAXAS PERCENTUAIS DE CRESCIMENTO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS ENTRE OS ANOS DE 1970 A 1985.....	143
TABELA 8 - TAXAS PERCENTUAIS DE CRESCIMENTO DAS ÁREAS DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS ENTRE OS ANOS DE 1970 A 1985.....	143
TABELA 9 - ÁREA COLHIDA, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO DE CAFÉ NO TERRITÓRIO SUL – ES, 2016.....	173
TABELA 10 - ÁREA COLHIDA, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO DE CAFÉ NO TERRITÓRIO NORTE – ES, 2016.....	175

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARES	- Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo
BANDES	- Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo
BANESTES	- Banco do Estado do Espírito Santo
CAFESUL	- Cooperativa dos Cafeicultores do Sul do Estado do Espírito Santo
CAIs	- Complexos Agroindustriais
CCV	- Centro de Comércio do Café
CEMAF	- Central Municipal das Associações de Agricultores Familiares de São Gabriel da Palha
CETCAF	- Centro de Desenvolvimento Tecnológico do Café
CODES	- Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo
COLAMISUL	- Cooperativa de Laticínio de Mimoso do Sul
CONAB	- Companhia Nacional de Abastecimento
COOABRIEL	- Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel
COOPEAVI	- Cooperativa Agropecuária Centro Serrana
COPLAN	- Coordenação de Planejamento Industrial
CST	- Companhia Siderúrgica Tubarão
CVRD	- Companhia Vale do Rio Doce
DNC	- Departamento Nacional do Café
EMATER	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMCAPA	- Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária
ESCELSA	- Espírito Santo Centrais Elétricas
FINDES	- Federação das Indústrias do Espírito Santo
FUNCAFÉ	- Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
FUNRES	- Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo
FUNRURAL	- Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
Gal.	- General
GEOBASE	- Sistema Integrado de Bases Geoespaciais do Estado do Espírito Santo
GERA	- Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura
GERES	- Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo
há	- Hectares
IBC	- Instituto Brasileiro do Café

IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
II PND	- Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento
INCAPER	- Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
Kg.	- Quilograma
MAPA	- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MPA	- Movimento dos Pequenos Agricultores
PAA	- Programa de Aquisição de Alimentos
PAM	- Produção Agrícola Municipal
PIB	- Produto Interno Bruto
PNAE	- Programa Nacional de Alimentação Escolar
S/A	- Sociedade Anônima
SEAG	- Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca
SELITA	- Cooperativa de Laticínio Selita
SERCOP	- Serviço Estadual de Racionalização
SNCR	- Sistema Nacional de Crédito Rural
SUDENE	- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Triple AAA	- Sustainable Quality – Program Nestlé Nesspreso
USDA	- United States Department of Agriculture
v.	- Volume

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	METODOLOGIA.....	19
3	CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS MERCADOS E TEORIAS SOCIOLÓGICAS.....	23
3.1	CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS MERCADOS SEGUNDO A SOCIOLOGIA ECONÔMICA DE POLANYI.....	23
3.2	PRINCÍPIOS TEÓRICOS SOBRE ESTRUTURAS SOCIAIS, ATORES SOCIAIS E SUAS RELAÇÕES NA CONSTRUÇÃO SOCIAL.....	35
4	CAFEICULTURA: DA ORIGEM DO MERCADO MUNDIAL AO BRASIL E ESPÍRITO SANTO.....	65
4.1	CONTEXTUALIZANDO A HISTÓRIA MUNDIAL DO CAFÉ: DO CONSUMO AO MERCADO.....	66
4.1.1	O caminho do café e a origem do mercado: do mundo Árabe a Europa, América e Brasil.....	69
4.2	DESENVOLVIMENTO DA CAFEICULTURA NO BRASIL: ROTEIRO E ACONTECIMENTOS NO MAIOR PRODUTOR MUNDIAL.....	78
4.2.1	A origem do desenvolvimento da cafeicultura no Brasil: as terras da cafeicultura tradicional.....	78
4.2.2	Das terras tradicionais à primeira metade do século XX: a influência da produção paulista.....	82
4.2.3	Expansão do café no Oeste Paulista e a formação de novas dinâmicas sociais.....	91
5	DO PERÍODO COLONIAL SECUNDÁRIO À FORMAÇÃO DA CAFEICULTURA NO ESPÍRITO SANTO.....	102
5.1	A ORIGEM E O DESENVOLVIMENTO DA CAFEICULTURA NO ESPÍRITO SANTO.....	106
5.2	RELAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICO-MERCANTIS: BASES PARA O DESENVOLVIMENTO DA CAFEICULTURA ESPÍRITO-SANTENSE.....	116

6	INDUSTRIALIZAÇÃO E ERRADICAÇÃO DOS CAFEZAIS NO ESPÍRITO SANTO: A MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA DA AGRICULTURA E A MANUTENÇÃO DAS ESTRUTURAS E RELAÇÕES SOCIAIS.....	124
6.1	MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA: O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO.....	131
6.2	MODERNIZAÇÃO DA ECONOMIA E A ERRADICAÇÃO DO CAFÉ NO ESPÍRITO SANTO.....	138
7	ORIGEM E EXPANSÃO DO CAFÉ CONILON: CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO E ANÁLISES DOS TERRITÓRIOS NORTE E SUL.....	147
7.1	OS PLANTIOS ANTES DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO NO ESPÍRITO SANTO.....	149
7.2	FORMAÇÃO HISTÓRICA E DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DOS TERRITÓRIOS NORTE E SUL.....	158
7.3	A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO DO CAFÉ CONILON A PARTIR DE AÇÕES E RELAÇÕES SOCIAIS.....	177
7.3.1	Considerações sobre o desenvolvimento do café Conilon após a construção social de seu mercado.....	187
8	CONCLUSÃO.....	207
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	211
	ANEXO 1 - Entrevistas com agricultores (as) Território Norte.....	219
	ANEXO 2 - Entrevistas Agricultores (as) do Território Sul.....	221
	ANEXO 3 - Escritórios Locais do Incaper nos Território Norte.....	223
	ANEXO 4 - Entrevista Escritórios Locais do Incaper no Território Sul.....	224
	ANEXO 5 - Centro de Comércio do Café de Vitória (CCV).....	225
	ANEXO 6 - Centro Tecnológico do Café (CETCAF).....	226
	ANEXO 7 - Entrevista com a Coordenação de Cafeicultura do Incaper.....	227
	ANEXO 8 - Entrevista com a Coordenação de Pesquisa do Incaper.....	228
	ANEXO 9 - Entrevista com Coordenação do escritório de Projetos da SEAG.....	229

ANEXO 10-Entrevista com Engenheiro Agrônomo do IBC.....	230
ANEXO 11 - Entrevista com representante da Real Café S/A.....	231
ANEXO 12- Entrevista com Extensionista Rural da ACARES.....	233
ANEXO 13- Entrevista com Gerente Comercial da Cafesul.....	234
ANEXO 14- Entrevista com a presidência da Cafesul.....	235
ANEXO 15- Entrevista com a Gerência da Coopeavi.....	236
ANEXO 16 - Entrevista com a Gerência da Coobriel.....	237

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de um mercado específico para o café Conilon no Brasil tem origem a partir do início da década de 1970, com ações e relações sociais no município de São Gabriel da Palha, região Centro-Oeste do Estado do Espírito Santo. Essas ações, em resposta aos impactos da modernização econômica que ocorria no Espírito Santo nas décadas de 1960 e 1970, tiveram como alicerces estruturas e relações sociais formadas em torno da importância do café ao longo da história do Espírito Santo, contribuindo para o desenvolvimento do mercado do café Conilon.

A modernização econômica derivou de um processo de industrialização, acompanhada pela erradicação de grandes áreas de café Arábica, plantados em sua quase totalidade em pequenas propriedades rurais¹, que se organizaram desde o final do século XIX. A partir do final do século XIX a agricultura, enquanto base econômica para os municípios do Espírito Santo, organizou-se na pequena propriedade rural, com o trabalho agrícola baseado na mão de obra familiar não assalariada e com relações de contratos de trabalho não assalariados, através de parceiros e meeiros.

O mercado do café Conilon foi vislumbrado como alternativa para mitigar os impactos da erradicação da cafeicultura e como solução para a indústria do café solúvel. Crescendo e trazendo resultados para o meio rural, deve ser considerado como relevante por ter atraído o interesse de atores sociais, ter mantido a estrutura e as relações sociais que mantêm a sobrevivência das pequenas propriedades rurais, além de proporcionar resultado econômico-financeiro. A resistência dos atores sociais, com destaque para a adesão dos agricultores à produção do café Conilon, está cercada pela importância histórica do mercado do café para a manutenção das estruturas e a constituição de relações econômicas-mercantis favoráveis a estes.

Buscando soluções para as necessidades sociais e econômicas criadas pela erradicação, a proposta inicial em São Gabriel da Palha foi à inserção mercantil do café Conilon, que foi logo acompanhada por outros municípios do Norte. Introduzido no Espírito Santo seis décadas

¹Compreende-se como pequena propriedade rural, a delimitação de espaços para fins de desenvolvimento social, cultural, econômico-financeiro e produtivo mantidos por agricultores(as). Espaço em que o trabalho é familiar, e ou, realizado com parcerias. A força de trabalho ocorre através da organização familiar, de meeiros e demais atores com contratos, não sendo essas relações capitalistas-empresariais no que tange ao trabalho assalariado, mas através de trocas, permutas e pagamentos realizados através da quantidade produzida. Os agricultores organizam e utilizam esse espaço como forma de reprodução social e produtiva de seus descendentes, familiares e pessoas próximas.

antes do desenvolvimento de seu mercado, essa variedade de café que pertence à espécie *Coffea Canephora*, ocupava uma posição marginalizada, visto que não possuía comércio próprio e estruturado, nem produção organizada e em alta escala por parte do agricultor. Como indicam alguns relatos, não havia sequer contagem da produção e do comércio do café Conilon, pois o café Arábica, considerado o produto para fazer a bebida, era plantado antes da erradicação em diversas regiões do Estado, sendo sua variedade Bourbon cultivada mesmo nas regiões de altitude baixa e clima quente, consideradas pouco apropriadas para cultivo.

A construção de um mercado próprio para o café Conilon envolveu a própria industrialização nacional, parte importante do processo de modernização econômica e do desenvolvimentismo nacional, em cujo contexto, a empresa Real Café Solúvel do Brasil S/A iniciava, em 1971, suas operações de produção de café solúvel, no município de Viana, Região Metropolitana de Vitória. Essa empresa teve o apoio estatal em consonância com a proposta de agroindustrialização em curso nas regiões metropolitanas da região Centro-Sul do Brasil, no começo da década de 1970. Através da ação realizada por atores sociais de São Gabriel da Palha, em contato com o proprietário da indústria, foi acordado que este compraria toda a produção inicial do café Conilon. As ações seguintes foram de incentivo à produção para abastecer essa empresa processadora, impulsionando, assim, o desenvolvimento da produção e do comércio do café Conilon.

Anteriormente, a esse processo, o café Conilon era marginalizado, enquanto produto destinado ao mercado. Os agricultores o vendiam em meio ao café Arábica da variedade Bourbon, tinham pouco conhecimento do seu uso, sendo afirmado que era veneno e servia para fazer tinta. Mesmo que isso o desvalorizasse frente ao café Arábica, aquela variedade era adequada para a produção de café solúvel, pois contém o número de partículas sólidas necessárias para a fabricação deste tipo de café. Atualmente, o café Conilon vem ampliando suas possibilidades de uso. Atende à indústria nacional de torrefação como *blend* para o café torrado e moído, sendo misturado ao café Arábica, havendo, inclusive, casos em que é consumido puro, além de ser usado como solúvel processado para o mercado nacional e para exportação.

Esta variedade de café se propagou para além do território Norte, onde seu mercado foi inicialmente organizado, sendo produzido, atualmente, em 64 dos 78 municípios que compõem o Espírito Santo (FASSIO; SILVA, 2007). A partir da constituição desse mercado na parte Norte do Espírito Santo, iniciou-se um processo de reorganização da cafeicultura Conilon, expandindo para a região Centro e Sul do Estado, inicialmente para áreas mais baixas e quentes,

depois para áreas intermediárias, mais altas e frias, tradicionalmente mais aptas para o café Arábica. Isso resultou do dinamismo crescente do mercado do café Conilon e do avanço de políticas públicas específicas para esta cultura.

Atualmente, o Espírito Santo é o maior produtor de café Conilon do Brasil, e o país o segundo maior produtor mundial, estando o Vietnã em primeiro lugar (FASSIO; SILVA, 2007). Ao mesmo tempo, abastece a indústria nacional como matéria-prima para o solúvel e como *blend* ao ser misturado com o café Arábica, pelas torrefadoras voltadas ao consumo interno brasileiro, que é o segundo maior consumidor mundial de café, atrás dos Estados Unidos da América.

O objetivo principal desta tese é analisar a construção e o desenvolvimento do mercado do café Conilon, a partir de estruturas, relações sociais, econômico-mercantis e políticas que reorganizaram a cafeicultura no Espírito Santo. Desta forma, busca-se compreender a expansão da produção e do comércio do café Conilon, através de uma comparação entre as partes Norte e Sul do Espírito Santo, diante da matriz econômica e produtiva agrícola desde a erradicação, bem como o impacto sobre dinâmicas socioeconômicas. Para este objetivo, conforme detalhado na metodologia, foram identificados dois Territórios², Norte e Sul, compostos por municípios com plantios históricos de café Conilon, que antecedem seu mercado no Espírito Santo, onde atualmente é crescente sua produção.

A construção do mercado do café Conilon envolto por relações sociais inicia-se a partir da inserção do Estado e das possibilidades permitidas pelo próprio processo de modernização. No entanto, esta tese tem como hipótese que a cafeicultura Conilon, como principal atividade da agricultura de base familiar no Espírito Santo, com resultados socioeconômicos e implicações para as políticas públicas, é mantida devido à permanência neste mercado de relações sociais e econômicas que emergiram ao longo de sua história. A análise está estruturada em seis capítulos além desta introdução e a conclusão.

O capítulo dois contém a metodologia utilizada, uma pesquisa qualitativa, para a qual uma pesquisa de campo foi realizada com a aplicação de entrevistas semiestruturadas, segundo roteiro apresentado em anexo. Ao todo foram realizadas 43 entrevistas com agricultores dos municípios que compõem os dois territórios analisados, com atores sociais envolvidos com a

² Considera-se território a composição de municípios da parte Norte e Sul do Espírito Santo, escolhidos para a realização do estudo de caso desta Tese. O termo território é utilizado para evitar o termo região, pois esse possui uma separação política-administrativa legalmente instituída. No entanto, esta tese não tem entre seus objetivos utilizar e desenvolver uma análise sobre teorias territoriais.

origem e o desenvolvimento do mercado de café Conilon e com representantes de instituições ligadas à pesquisa e ao mercado. As entrevistas, elaboradas com perguntas contributivas para o objetivo e a hipótese proposta pela tese, tiveram perguntas e respostas organizadas, conforme a contextualização temática que as unem, e aplicadas ao longo da tese.

O Território Norte contém quatro municípios, que desenvolveram inicialmente o mercado do café Conilon: São Gabriel da Palha; Vila Valério; Águia Branca; e Jaguaré, esse por influência dos anteriores, atualmente é o maior produtor de café Conilon do Brasil. O Território Sul, onde ocorreram os primeiros plantios ainda na primeira metade do século XX, possui áreas de baixa altitude e clima quente, que permitem o plantio do café Conilon. Além disso, contam com áreas intermediárias e altas, de tradição no cultivo do café Arábica. O Território Sul é composto pelos municípios de Mimoso do Sul, Muqui, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo.

O capítulo três contém o embasamento teórico, no qual se destaca a interpretação Polanyiana das relações econômicas embutidas na relação social mais ampla. Segundo Polanyi (2000), a economia esteve historicamente conduzida pela vida social, e os mercados se constituíram em meios para prover bens de necessidade ou de interesse, para os quais são fundamentais as instituições sociais. Portanto, a economia é parte desta vida social. Tendo por base esta interpretação é possível analisar parte da história no Espírito Santo, em especial a que envolve o café; base financeira para as relações sociais e mercantis em torno da ocupação do espaço desse Estado; bem como a constituição de estruturas e relações sociais, com impacto na construção social do mercado do café Conilon.

Essa base teórica inclui também o entendimento das estruturas, dos atores sociais, suas ações e relações sociais. Para tanto, referência é feita ao estruturalismo Durkheimiano e ao pensamento Marxiano, com destaque para as possibilidades para compreensão da possível análise da relação entre estruturas, indivíduos, ação e as transformações sociais. Mais particularmente, adentra-se à Sociologia Interpretativa, sendo que através do pensamento Weberiano é introduzida a compreensão da ação social, como constituidora das relações sociais. Atenção é dada também aos fundamentos teóricos da Sociologia Clássica, no debate sobre estrutura e indivíduos, relevante para compreensão das possibilidades da relação entre ambos para mudanças sociais, concluindo-se com a Teoria da Estruturação, apresentada por Giddens (2009). As estruturas e princípios estruturais ocorrem no tempo e no espaço, onde os encontros sociais acontecem, mudando princípios estruturais e instituições sociais, pela ênfase à agência humana e suas ações.

A revisão teórica contém fundamentos para análise da origem da cafeicultura no mundo e sua evolução à condição de mercadoria, no interior das relações mercantis até sua chegada ao Brasil e ao Espírito Santo. Portanto, o capítulo quatro apresenta a origem do consumo do café no mundo, sua transformação de planta à condição de mercadoria, destacando a formação do mercado mundial do café, diante de mudanças estruturais e relações sociais que se davam ao longo do tempo e do espaço. Inicialmente, através das relações comerciais mercantilistas, num período prévio ao capitalismo industrial, produzido entre os arábes até chegar à Europa e a América.

A chegada do café no Brasil, na primeira metade do século XVIII, se deu através de ações e interesses mercantis por parte de Portugal, bem como da necessidade da introdução de uma nova atividade econômica. No Brasil, o percurso ocorreu inicialmente nas tradicionais terras fluminenses e do Norte Paulista, a região do Vale do Paraíba, evoluindo posteriormente rumo ao Oeste paulista, quando a formação do complexo cafeeiro gerava as bases para o processo de industrialização, que por sua vez concentrava-se no Estado de São Paulo.

No capítulo cinco é apresentada a formação histórica e econômica do Espírito Santo, enfatizando um longo período colonial de povoamento escasso e de exploração econômica sem interesse para Portugal, desde sua constituição como Capitania, ainda na terceira década do século XVI. Além disso, neste capítulo são apresentadas as fases históricas da cafeicultura no Espírito Santo. A primeira fase, com origem no Sul do Estado, e com a formação das grandes fazendas escravocratas, favorecidas por circunstâncias específicas, como terras férteis em abundância que atraíam fazendeiros oriundos do Rio de Janeiro, diante do povoamento escasso e das atividades produtivas incipientes, além da proximidade da capital do Império.

A segunda fase foi marcada por mudanças na estrutura fundiária, com o predomínio de pequenas propriedades, conduzidas pela mão de obra familiar. Nesse período, a ocupação do solo espírito-santense se deu também através de colônias agrícolas, bem como, pela compra das grandes fazendas escravocratas em decadência, após a abolição da escravidão, quando imigrantes europeus adquiriram pequenas propriedades rurais, advindas das fazendas fragmentadas. Diferentemente do ocorrido no território paulista com a mão de obra assalariada, os imigrantes no Espírito Santo se tornaram proprietários rurais, com o uso da mão de obra familiar, ao mesmo tempo em que não ocorria o processo de industrialização no Estado.

O capítulo seis demonstra o processo de modernização da economia espírito-santense, que envolve o desenvolvimento do mercado do café Conilon. São, assim, destacados processos institucionais e legais que levariam à industrialização e a relação deste para as estruturas

históricas e para as relações sociais mantidas com a produção desse café. Como impacto sobre o meio rural do Espírito Santo, destaca-se o projeto de erradicação de cafezais, instituído pelo governo federal para os territórios considerados pouco produtivos, sendo o Espírito Santo o Estado da Federação mais afetado. Entretanto, é salientada a manutenção das bases estruturais e da importância das relações sociais que possuía o café e a construção social do mercado do café Conilon, graças a articulações políticas e comerciais geradas no Norte do Estado.

No capítulo sete, conclui-se a análise da cafeicultura Conilon, tendo como referência empírica os Territórios, a constituição e o desenvolvimento do mercado no Espírito Santo, caracterizando estruturas e relações sociais e econômico-mercantis que embasaram o interesse dos atores por esse mercado. Além disso, são destacadas as ações e relações sociais que deram sentido à construção social do mercado específico para o café Conilon, sustentado por uma agricultura de base familiar e com pequenas propriedades rurais, cuja dinâmica tem influenciado o Estado na formulação de políticas públicas voltadas para meio rural do Espírito Santo.

Por fim, no capítulo oito são apresentadas as conclusões do trabalho.

2 METODOLOGIA

Esta tese segue os princípios do método qualitativo, tendo em vista o objeto de estudo e suas interpretações (DENZIN; LINCON, 1994; BOGDAN; BIKLEN, 1998). Além dos referenciais bibliográficos e dados secundários, indicadores produtivos e socioeconômicos relativos à estrutura da atividade cafeeira e seu desenvolvimento, são analisadas informações obtidas com entrevistas semiestruturadas, realizadas com agricultores, atores sociais ligados à história do café Conilon, com equipes de técnicos da assistência técnica e extensão rural e demais atores sociais representantes de organizações envolvidos com a pesquisa agropecuária, a produção e o comércio do café Conilon.

Sobre a fundamentação teórica para a compreensão da construção social dos mercados, inicia-se a partir da interpretação *Polanyiana*, com detalhamentos sobre as instituições sociais e sobre a economia enraizada na dimensão social. Na sequência apresenta-se a análise sobre os fundamentos teóricos e sociológicos que envolvem a estrutura social, a ação dos atores e as relações sociais, a partir da interpretação de autores clássicos da Sociologia. Os referenciais bibliográficos que trazem fundamentos teóricos proporcionam o arcabouço para a compreensão da formação dos mercados através da relação entre estruturas, ação e relações sociais.

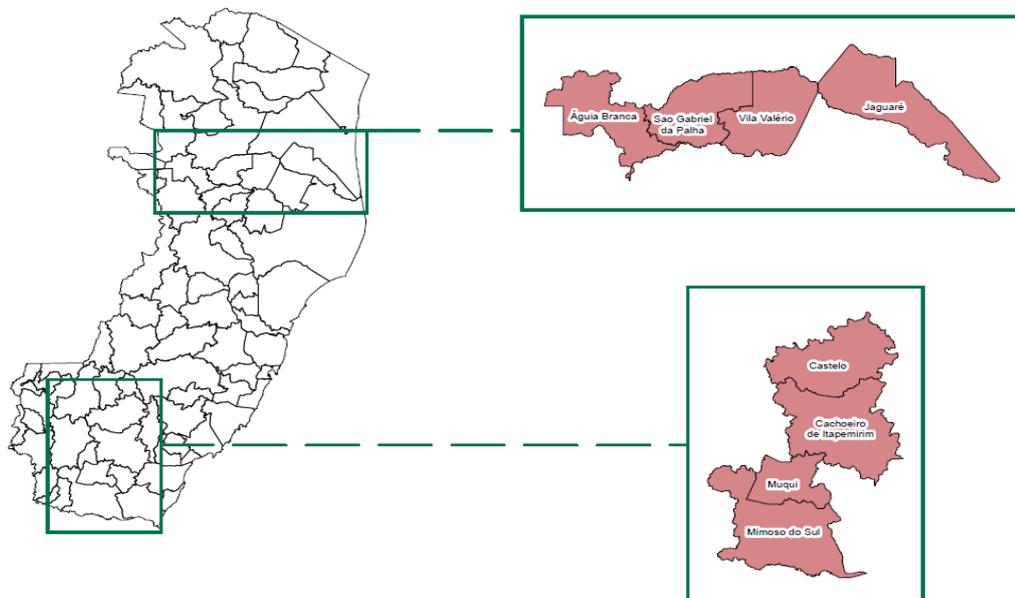
A história da cafeicultura, desde sua origem no mercado mundial até sua trajetória no Estado do Espírito Santo, é explorada, com destaque para as transformações socioeconômicas ao longo do processo de ocupação fundiária e para as consequências da modernização da agricultura no período posterior aos anos de 1960. Mais especificamente, são analisadas as repercussões da política de erradicação do café, implementada pelo governo federal nos anos de 1970. A evolução da cafeicultura nesse Estado é analisada, com ênfase na importância da pequena propriedade, das estruturas e relações sociais envolvidas com o mercado do café.

O desenvolvimento da produção e do mercado do café Conilon após a erradicação, nas regiões Norte e Sul do Estado, denominadas neste trabalho como Territórios, é analisado, com foco nas ações e relações específicas que proporcionaram o surgimento e expansão do mercado do café Conilon a partir do final da década de 1960. O Território Norte é composto pelos municípios de São Gabriel da Palha, Vila Valério, Águia Branca e Jaguaré, os três primeiros situados na parte Noroeste do Estado, na região administrativa denominada por região Centro-Norte, enquanto o último está no Nordeste do Espírito Santo. No começo da década de 1970, período da constituição do mercado específico do café Conilon, tanto Águia Branca quanto Vila Valério eram distritos de São Gabriel da Palha. O município de Jaguaré, por influência do

mercado, vem se destacando como um dos maiores produtores de café Conilon do Estado e do país.

O Território Sul, por sua vez, é composto pelos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Mimoso do Sul e Muqui. São atualmente municípios que mais desenvolvem o café Conilon na parte Sul, estando entre os primeiros a plantar café Conilon no Espírito Santo, antes da constituição de um mercado específico para essa cultura. Esses municípios estão situados no chamado “Sul quente”, pois possuem áreas de baixa latitude e com clima quente, propícias ao café Conilon, estando todos na região administrativa Centro-sul. No entanto, esses municípios, ao contrário do Território Norte, possuem área acima de 600 metros, e também vêm desenvolvendo a produção do café Conilon. Portanto, foram escolhidas para compor o Território Sul.

POSICIONAMENTO DOS TERRITÓRIOS NORTE E SUL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Fonte: elaboração própria a partir de dados do GEOBASE/Incaper.

Ao todo foram realizadas 43 entrevistas com agricultores dos Territórios Norte e Sul, com representantes de organizações vinculadas às políticas públicas, à assistência técnica, à pesquisa pública e privada, e de organizações ligadas ao mercado do café Conilon. Nestas entrevistas foram obtidas informações históricas sobre a constituição e o desenvolvimento do mercado do café Conilon. Oito entrevistas foram realizadas com equipes do Incaper que atuam nos municípios que compõem os Territórios. Essas equipes, compostas por profissionais da

extensão rural, são responsáveis pela assistência técnica e a extensão rural pública e pelo levantamento das informações repassadas a órgãos de estatística, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nessas entrevistas, foi solicitada aos extensionistas rurais a indicação dos agricultores locais, que tivessem conhecimento histórico da produção do café Conilon na região, se possível vivenciado a erradicação dos cafezais da década de 1960, ou tivesse conhecimento desse processo, como pode ser verificado nas perguntas. Ressalta-se que não houve restrições ao tamanho de propriedade rural ou quaisquer outros critérios sobre área e produção. As informações se referem à erradicação do café Arábica, ao plantio do café Conilon e outras culturas, bem como às mudanças na produção e na comercialização, além da sua participação na renda familiar.

Nos Territórios Norte e Sul foram entrevistados 24 agricultores, em média três agricultores por município, totalizando 12 agricultores por Território. O número de agricultores entrevistados refletiu o critério de exaustão das respostas, em função da ocorrência da repetição de informações. As informações obtidas com as entrevistas realizadas com as equipes da extensão rural do Incaper e dos agricultores são fundamentais para compreender a dimensão socioeconômica do café Conilon nos Territórios, antes e após a erradicação do café Arábica, que é um dos objetos de estudo de caso da Tese; assim como a construção social do mercado do café Conilon, seu desenvolvimento e particularidades sobre a dinâmica econômica e as políticas públicas geradas a partir desse.

Para a compreensão das dinâmicas antes e após a erradicação nos Territórios, é dada atenção às informações obtidas em campo. A importância desse levantamento é maior devido às dificuldades de obtenção de dados secundários, em decorrência do processo de emancipação dos municípios, em particular no Território Norte, onde ocorreu mais recentemente, dificultando a obtenção de dados secundários censitários, tais como a área produzida, produção agropecuária, etc. no período anterior à emancipação política-administrativa das unidades. Há apenas dados secundários posteriores a constituição do município, o que inviabiliza uma análise comparativa com dados secundários entre os Territórios. Os municípios que compõem o Território Sul têm informações anteriores a 1960, enquanto os do Território Norte só contêm informações oficiais a partir de 1995.

Ainda com o propósito de captar informações sobre a extensão rural e pesquisas voltadas à produção do café Conilon, duas entrevistas foram realizadas com representantes da Coordenação de Cafeicultura e da Coordenação de Pesquisa do Incaper. Informações sobre o mercado e o avanço tecnológico e científico foram obtidas através da entrevista com o

representante do Centro Tecnológico de Desenvolvimento Tecnológico do Café (Cetcaf). Já, as informações sobre políticas públicas para o meio rural foram obtidas com o representante do Escritório de Projetos da Secretaria Estadual de Agricultura, Abastecimento e Pesca (SEAG). Todas estas entrevistas contribuíram para compreender a importância e o desenvolvimento do café Conilon.

Foram realizadas duas entrevistas com atores sociais envolvidos na construção do mercado do café Conilon, nas quais se obteve informações históricas sobre esse processo e sobre desenvolvimento do mercado do café Conilon, com um representante da Real Café Solúvel, primeira indústria a comprar café Conilon no Espírito Santo, com importância nos dias de hoje no comércio de café; um técnico da extensão rural, que trabalhava no período da constituição do mercado; um engenheiro agrônomo aposentado, que trabalhou no extinto Instituto Brasileiro do Café (IBC) e atuou no sul do Estado, em projetos de plantio do café Conilon; e outro agrônomo aposentado que trabalhou na Associação de Crédito e Assistência Técnica e Extensão Rural (ACARES), posteriormente EMATER, também atuou em São Gabriel da Palha exatamente no início da produção do café Conilon.

Com considerações específicas ao mercado do café Conilon destacam-se as entrevistas com o representante do Centro de Comércio de Café de Vitória (CCV) e com representantes de três cooperativas que atuam com café nos Territórios de análise: Cooperativa dos Cafeicultores de São Gabriel da Palha (Cooabriel); Cooperativa Agropecuária Centro Serrana (Copeavi); e a Cooperativa de Cafeicultores do Sul do Espírito Santo (Cafesul).

Por fim, ressalta-se a importância dos referenciais bibliográficos na compreensão da história e da cafeicultura no Brasil e no Espírito Santo, com destaque às mudanças ocorridas em ambos. Os fundamentos teóricos são alicerces que possibilitam entender a construção social do mercado do café Conilon, através da ação e da relação entre atores sociais, bem como a importância das instituições para o desenvolvimento desse mercado.

3 CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS MERCADOS E TEORIAS SOCIOLÓGICAS

A economia em sua relação com a sociedade e o funcionamento dos seus mecanismos de mercado são mais bem interpretados se analisados em sua totalidade, pois a vida econômica deve ser compreendida integralmente (GALBRAITH, 1967). Para isso, são rejeitados a pureza e o isolamento do mercado como instituição organizada e autorregulada, conduzida por mecanismos automáticos de formação de preços, racionalidades de agentes e simetria de informação. Pois, numa abordagem mais abrangente sobre o desenvolvimento da economia, os mercados não devem ser vistos a partir do simples cruzamento de oferta e demanda, nem desconectado das relações sociais e interesses que permeiam a economia. Resultados apenas de objetivos individuais e do lucro não conduziram a história da economia e a razão do mercado.

Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo compreender que a formação e o desenvolvimento do mercado, no seu conjunto, precisam ser entendidos como uma instância influenciada por relações sociais e instituições construídas historicamente. Para isso, neste capítulo é realizada uma análise da sociologia econômica polanyana, com destaque à interpretação que essa possui sobre o mercado, sua origem e desenvolvimento, e das compreensões que sustentam que a economia é parte do social. Em sequência são destacadas interpretações do pensamento sociológico clássico, com ênfase na estrutura e nos atores sociais, com foco na Teoria Weberiana e na Teoria da Estruturação de Giddens.

3.1 CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS MERCADOS SEGUNDO A SOCIOLOGIA ECONÔMICA DE POLANYI

Considerar as instituições para a economia e para o mercado permite reunir argumentos teóricos para explicar o surgimento do mercado do café no mundo, no Brasil e no Espírito Santo, bem como sua dinâmica de desenvolvimento. Tendo por base a construção social dos mercados como referência conceitual, neste capítulo esses serão discutidos como instituições, para as quais são destacados os atores e as relações sociais. Para tanto, são imprescindíveis os estudos sobre a relação entre as estruturas, instituições, os atores sociais e sociologia econômica, sendo a análise feita por Karl Paul Polanyi revisada neste tópico.

Tendo em vista os impactos da primeira Revolução Industrial, como resultado desta, passado um século de sua ocorrência, o capitalismo evoluiu através de novas instituições,

apenas econômicas. Destituindo o papel histórico da economia como inserida à vida social, fazendo do mercado, antes acessório com fins inseridos no social. E reconfigurando a própria civilização através da derrocada de instituições sociais abrangentes e o surgimento de novas instituições. Geradas apenas para a manutenção de uma civilização na qual a economia deveria se apropriar das relações sociais.

Houve a constituição da terra, do trabalho e do dinheiro em mercadorias, transformaram-se em “mercadorias fictícias”, sendo a economia de mercado conduzida apenas e diretamente pelo preço, a autorregulação. Deve ser considerado seu caráter nunca existente em outro momento da história da economia e o entendimento de que instituições emergiam, mas para os fins de superioridade frente às relações sociais adotadas pela economia. Pois, “a economia de mercado é uma estrutura de institucional, e sempre nos esquecemos disso, que nunca esteve presente, a não ser em nosso tempo e, mesmo assim ela estava parcialmente presente.” Polanyi (2000, p. 59). Mas, seus resultados foram desastrosos, foi superior aos gerados pelos primeiros cerceamentos, transformou homens em massa, sinônimo de trabalho, e a natureza em terra, homem e terra se transformaram em mercadoria (POLANYI, 2000).

Mas, a sociedade sempre se nutriu da economia, através de relações contendo instituições mais abrangentes que apenas aquelas definidas pela economia de mercado, definidas no âmbito da sociedade e estruturadas historicamente, transformando condições e atores sociais atreladas a outras formas de produção. Houve, portanto, a incorporação de comportamentos de reciprocidade, redistribuição e domesticidade, imersos em instituições tradicionais, conduzindo a formação social e econômica.

As ditas mudanças desses comportamentos e instituições fizeram emergir novas instituições, impactantes das relações históricas do comércio internacional em seu período. Mas, se as mudanças institucionais que envolveram a sociedade de mercado foram geradoras de modificações para o funcionamento das relações econômicas após um século da Revolução Industrial, o seguido colapso dessas demonstrou as fragilidades das instituições econômicas da economia de mercado, que negavam as instituições sociais mais abrangentes e que faziam da economia parte da vida social.

Acabando por serem devidamente compreendidas as funções das instituições sociais, sejam essas culturais, políticas e econômicas, envolvidas para o acontecimento da economia, isso já no final do século XIX e começo do século XX (POLANYI, 2000). Afinal, há uma “natureza limitada e não expansiva do padrão de mercado como tal; e, no entanto, este é o fato que emerge com toda clareza da moderna pesquisa.” Polanyi (2000, p. 78). Foi o

contramovimento que reagiu ao próprio movimento gerador da autorregulação, ou seja, à própria mudança do dinheiro em mercadoria, do homem em mão de obra e da natureza em terra, e de todos esses em mercadorias, pois transformar todos esses em mercadorias é o mesmo que aniquilá-los (POLANY, 2000).

As instituições sociais são essenciais para compreender as relações econômicas e sociais em torno do mercado, as quais estão presentes nas questões discutidas neste trabalho, tais como: o que foram e são os mercados para a sociedade? Como os mercados se constituíram historicamente? Quais as mudanças na relação entre o mercado, a sociedade ou a vida social, e como se inserem? Para responder essas questões é possível melhor entender a relação entre a economia e a sociedade, entre instituições e atores sociais.

A importância do que foram historicamente a economia e os mercados para as sociedades remetem à necessidade da análise das funções da economia e dos mercados nas sociedades anteriores. Estes podem eliminar instituições que se vinculavam às sociedades tradicionais, anteriores aos resultados da Revolução Industrial, ou “sociedades primitivas”, como as apresenta Polanyi (2000), nas quais a economia era parte do social e regida por instituições sociais mais abrangentes que as geradoras da economia de mercado. Pois, mesmo que as instituições servissem ao funcionamento da economia, tais instituições e a própria economia serviam às relações sociais.

O processo de mudanças inerente ao capitalismo levou à “economia de mercado” e à sua sociedade, a “sociedade de mercado”. Adianta-se que o padrão-mercado, motivado apenas pela troca como comportamento para esse padrão fez emergir uma nova instituição, a “instituição mercado”, reformulando cultural e politicamente velhas instituições e criando novas, apenas destinadas à economia, com o objetivo de “[...] dirigir a sociedade como se fosse acessória do mercado.” (Polanyi, 2000, p. 77). Portanto, uma economia que se organizava baseando-se em instituições sociais, formuladoras não apenas da vida econômica, mas também social, foram destituídas e constituídas a partir de uma economia de mercado, a qual só se forma devido a novas instituições com o cuidado apenas econômico, ou seja, o equilíbrio do poder, o mercado autorregulado, o padrão ouro e o Estado liberal (POLANYI, 2000).

Entretanto, essas instituições econômicas não se sustentaram com o findar do século XIX e começo do século XX. A transformação do que pretendeu o século liberal vai ocorrer como resultado do que foi a própria força matriz do mercado autorregulado, a condição de estar baseado propriamente em instituições artificiais se impondo à vida econômica, que é social. O equilíbrio do poder mantido pela paz adquirida com o conserto da Europa chega ao fim junto à

sua razão de sua existência, manter um mercado autorregulado. Esse se esfacela, com uma sequência de Estados totalitários nas primeiras décadas do século XX, tem-se por fim uma tentativa de manter Estados liberais. “O colapso do padrão-ouro internacional foi o elo invisível entre a desintegração da economia na virada do século e a transformação de toda uma civilização na década de 1930.”, como destaca Polanyi (2000, p. 36).

No entanto, como resultado de todas essas instituições interessadas no econômico, apenas exitoso foi o afastamento da economia das relações sociais no século XIX, seu resultado não foi apenas uma economia de mercado caracterizada por fazer do mercado - antes um mecanismo da economia e esta das relações sociais - superior aos objetivos históricos e sociais da própria economia. Todo esse processo resulta numa sociedade específica, diferente das anteriores, uma sociedade de mercado, distinta de relações sociais mais abrangentes sobre a economia, como apresentadas nas sociedades tradicionais.

A constatação da relação de que a economia na sociedade tradicional estava submersa nas relações sociais ou funcionava vinculando-se a elas, de acordo com instituições que permitiam essas relações, coloca em xeque uma crença iniciada pelo liberalismo. Ainda que, apesar de vincularem-se ao funcionamento da economia, as funções das instituições anteriores a Revolução Industrial não se destinavam apenas à economia. Essas novas instituições apenas econômicas, fundamentalmente destinadas apenas a esse objetivo, só ocorrem com os resultados da Revolução Industrial, com resultados geradores da modificação na relação existente entre a economia e as sociedades tradicionais. Impondo superioridade da economia sobre as relações sociais.

Por sua vez, os mercados são entendidos a partir de relações de troca, permuta e venda, e como tal, “um local de encontro para a finalidade da permuta ou da compra e venda” (Polanyi, 2000, p. 76), embora não tenha sido apenas essa sua função. Primeiro, os mercados nem sempre existiram, pois nem mesmo foram sempre necessários. Mas, quando existiram na fase anterior à fase da economia de mercado, as relações comerciais envoltas neles, estavam pautadas por comportamentos e padrões de instituições que relacionavam a economia com as relações sociais. O mercado era acessório para sociedade, ou para a vida social, sob o controle e regulação de autoridades sociais. As relações econômicas ficavam submersas nas relações sociais, e não o inverso, como foi posicionado na sociedade de mercado (Polanyi, 2000, p. 89).

Torna-se interessante resgatar o posicionamento crítico de Polanyi (2000) em relação à interpretação de Adam Smith, em específico sobre a divisão do trabalho associada ao mercado de troca em tempos anteriores à economia de mercado. Para Smith (1981), a divisão do trabalho

dependeria da condição do ser humano “barganhar, trocar ou permutar”. Em tempos anteriores à sociedade de mercado, essa consideração não procederia nem ao ser humano, nem à organização propriamente dos comércios, como destacado adiante. Pois, o individualismo e o utilitarismo não eram viáveis ao ser humano e à sua sociedade, e não era essa a lógica orientadora do comércio, nem propriamente ao mercado. Estivesse este baseado no comércio local, interno ou de longa distância. O mercado não se vinculou ao individualismo, nem ao simples ato de permutar, mas envolvia inúmeros outros fatores, tradições, controles, ritos. Enfim, existia uma estrutura de relações sociais que geravam o comércio, e o mercado (POLANYI, 2000).

Aos seres humanos das sociedades tradicionais, enquanto distante dos resultados da sociedade de mercado, existiam outras condições além daquelas apresentadas por Smith (1996). Essas condições estariam na origem da divisão do trabalho como “sexo, geografia e capacidade individual”, assim destaca Polanyi (2000). Não era a venda, a troca e o lucro, como sugerido por Adam Smith. Entretanto, reforçando o caráter incidental do que foi o mercado autorregulado, considera-se um caráter visionário na interpretação de Smith. O individualismo, o utilitarismo e a lógica do lucro tecendo o mercado, apenas consolidaram-se na sociedade de mercado (POLANYI, 2000). Desconsiderando o lucro como inerente à organização do mercado anteriormente à economia de mercado, também se deve considerar que “a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais” (POLANYI, 2000, p. 65). Este é o conceito de “*embeddednes*”, ou “incrustamento” das relações econômicas nas relações sociais.

Antes da economia e da sociedade de mercado havia comportamentos e instituições sociais na condução do mercado e da economia. Esses não foram constituintes apenas da condução das relações comerciais e/ou dos mercados nas sociedades prévias à Revolução Industrial e ao processo de transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em expressões de mercadoria e capital. Mas, foram essas instituições responsáveis pela organização da vida social e da economia. Primeiro, considera-se que na história da humanidade sempre houve a economia, e as relações de mercado tinham uma função definida para a organização social, mas nem sempre o mercado foi preciso, quando existente, funcionou com base em comportamentos e padrões institucionais que definiam a dinâmica da sociedade (POLANYI, 2000). Verificam-se, assim, nos comportamentos e instituições anteriores à economia de mercado, as bases da construção de mercados em fases históricas que precedem a evolução do capitalismo comercial e industrial, após a Revolução Industrial.

Para compreender as mudanças geradas na economia de mercado, é importante recuperar a evolução dos mercados, do comércio e das instituições. Os mercados nem sempre estiveram presentes conforme propõe a análise liberal, sendo preciso analisar sua formação e organização, tendo em conta os comportamentos, em distintas fases. Anteriormente à economia de mercado, as relações comerciais visando atender às necessidades sociais foram organizadas, conforme instituições desconectadas do mercado (POLANYI, 2000, p. 79). Não sendo vendas, trocas, permutas ou barganhas fins do funcionamento da economia e mesmo que essas existissem, para o domínio do funcionamento do mercado, só ocorrem quando emerge o padrão-mercado. Antes, permitir o acesso a produtos que estavam relacionados com a cultura e os valores sociais que essas sociedades constituíram, envolvia mercados que eram regulados pela vida social, por autoridades sociais.

Com relação ao comércio, se o desejo de adquirir bens longínquos era a razão para transações de longa distância, é preciso relacionar esse mercado ao interesse de acesso ao que os grupos sociais não produziam, coletavam ou adquiriam com a caça. Isto está tanto na origem do comércio de longa distância, quanto na própria origem e desenvolvimento do mercado internacional. Mas, antes do padrão-mercado ser um padrão institucional, o que só ocorre com a economia de mercado, como apresenta Polanyi (2000), há o reconhecimento de que a oscilação na caça aos produtos locais soma-se à necessidade e ao desejo por novas mercadorias, como fenômeno que fez constituir o comércio de longa distância. Porém, sem a destituição das instituições sociais tradicionais em que se destaca no comércio de longa distância, a reciprocidade pautou a origem do mercado. Mesmo que houvesse situações de ausência de contatos físicos entre membros de distintas tribos para a ocorrência dessa relação, e com fins de troca, a solução por vezes era o abandono da mercadoria, mas essa seria revigorada por outra.

Portanto, as relações comerciais não ocorriam por si só, ou seja, não foram acompanhadas por instituições próprias. Essas instituições estavam envoltas em comportamentos e padrões institucionais que regulavam a vida social e não apenas econômica. Nem mesmo as ações para o comércio de longa distância escaparam dessa relação. Mesmo sendo essas responsáveis pelo surgimento dos mercados, não foram destituídas dos comportamentos e seus padrões tradicionais, como pode fazer crer uma visão do mercado liberal, típica do século XIX, alerta Polanyi (2000). Entretanto, é preciso compreender que sua existência não foi condição para si, foi uma condição da sociedade, para o funcionamento da vida social e não da economia. Essa condição relativiza a influência do mercado e não expõe a

economia como condutora das relações sociais, pois a economia estava intrínseca às relações sociais que definiam a vida social, a organização da sociedade.

No entanto, com relação ao capitalismo, se este não existe sem os mercados, com uma dependência em vigor entre o capitalismo e a necessidade do mercado, este não era regulado por instituições próprias, não antes das novas instituições, apenas econômicas. Tal consideração não desmerece ou desconsidera o avanço e a existência dos mercados, mas reconsidera suas funções, objetivos e razões de existência ao longo da história. Em qualquer momento da história as sociedades não existiriam sem a economia. Entretanto, a não ser na economia de mercado formaram-se relações individuais, pautadas em lucro e na condução dos mercados pelos preços, visto que se “[...] a instituição mercado fosse comum desde a Idade da Pedra, seu papel era apenas incidental sobre a vida econômica.” Polanyi (2000, p. 62). Para as sociedades que antecedem a economia na sociedade de mercado, as relações comerciais existiam quando a economia precisava desta, bem como a economia era acessória à organização social.

Portanto, para dar conta das mudanças que geraram a economia de mercado, sua sociedade e o processo de queda das instituições que tentaram tornar a economia autorregulada é necessária uma abordagem mais bem detalhada sobre as instituições que antecederam a economia e a sociedade de mercado, e dos comércios que se envolviam com essas instituições. “[...] os mercados eram apenas um acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais do que nunca, pela esfera social” (POLANYI, 2000, p. 88). O comércio local funcionava com base em mercadorias constituídas localmente, enquanto o comércio de longa distância supria o que faltava e fosse de interesse.

O comércio local e o de longa distância, mesmo opostos, não sofriam com a concorrência, diferentemente do comércio interno. Não foi a permuta a relação responsável pelo mercado local, mesmo sendo essa uma prática, o seu controle se dava com dimensões sociais, culturais e religiosas, como, dos ritos, da magia, de costumes que estavam na esfera social, e dependia de controles, como do chefe competente. Relacionava-se com o que a vida social permitia e evitava-se o abuso à organização econômica instituída, dissipando o receio da sobreposição de interesses, inclusive nas cidades, seja do atacadista capitalista do comércio de longa distância que possuía mais autonomia que do comerciante local, como o possível avanço do comércio local sobre o campo.

Com dimensões estruturadas e enquadradas em sua condição tanto territorial quanto social, o comércio local foi um exemplo de espaço bem definido. Para exemplificar essa consideração, em uma cidade hanseática, nada havia de alemão, era característica de sua

localidade, como em diversas outras cidades da Europa. Esse comércio, não possuía a intervenção do comércio de longa distância, nem vice-versa, havia um rígido controle para evitar as interferências deste, sobre o mercado local. Seja nos produtos alimentares, ou, mais ainda, nos produtos e artefatos industriais, pois afetavam as exportações. Nem mesmo o comércio local ou o de longa distância foram os responsáveis pelo comércio interno ou nacional, apesar do interesse do comércio de longa distância pela dimensão que possibilitaria o comércio interno.

Ao considerar que o comércio interno não foi constituído pelo comércio de longa distância e nem mesmo pelo comércio local, há de se perguntar o que poderia levar ao mesmo. Este foi organizado pela intervenção do “deus *ex machina* da intervenção estatal”, afirma Polanyi (2000: 84), um processo de resposta às dificuldades geradas pelos burgueses e suas cidades à constituição de um mercado interno, que também evitavam a participação do campo constituindo condições que levaram o estado territorial a projetar o comércio interno, nacionalizado. A partir do século XV e XVI, as ações de um Estado centralizado, com destaque ao poder soberano e com os recursos internos voltados aos interesses externos, sob a égide do mercantilismo, conduziram à “nacionalização” do mercado através da quebra de barreiras que inibiam a relação entre o comércio local e intermunicipal.

Na França, as ações para constituição do mercado interno tiveram o apoio dos sistemas de guildas, que foram ampliados ao território maior. Na Inglaterra, o campo começou a se industrializar, já que as cidades fortificadas não responderiam a um processo que instituiu o mercado interno. E se o risco era a monopolização e a concorrência quando da constituição do mercado interno, para evitar tal acontecimento, a vida econômica foi regularizada, fosse do lado da oferta ou da demanda por autoridade política. E instituições sociais mantidas, como a domesticidade do camponês, que continuou a ser base da estrutura econômica, e seu respectivo mercado interno.

A origem do mercado, permitindo acesso a bens distantes e influenciado pelo comércio de longa distância esteve embasado nos comportamentos e instituições que as sociedades tradicionais desenvolveram. Estas procederam antes do impacto da Revolução Industrial, mesmo com o desenvolvimento comercial e com momentos de ampliação e quebra do particularismo de dimensões do comércio local, dado o advento do comércio e do mercado interno, e do mercantilismo. A ampliação dos comércios e dos mercados não se constituiu mudança para que o sistema econômico fosse destituído da condição de estar inerente às relações sociais (POLANYI, 2000).

Foi inserida com o comércio interno uma dependência ao estatal, como o resultado do advento do mercado interno e do mercantilismo. É preciso uma reversão da compreensão liberal da origem do mercado e das correntes que emergem dessa matriz, pois excluem análises que avaliam as instituições sociais para tanto. Contrariando a concepção liberal, não foi o comércio interno o gerador dos mercados, nem mesmo esse se deu com instituições não dirigidas à vida social, mas “o verdadeiro ponto de partida, é comércio de longa distância, um resultado da localização geográfica das mercadorias, e da “divisão do trabalho” dada pela localização” (POLANYI, 2000, p. 79).

Portanto, a origem do mercado não ocorre como uma instituição autorregulada. Mesmo porque, esse processo não foi um crescimento espontâneo do próprio mercado, mas sim instituído por mudanças na economia e na sociedade. Mas, os mercados têm origens sociais no coletivo, advindo da própria escassez da caça, do alimento, ou seja, da necessidade. Esse alimento passou a ser trocado, mesmo que à distância, mas essa troca não era um padrão institucional, conforme gerado na economia de mercado. Portanto, é contraditória a crença que vê na venda, troca ou permuta – as quais, na origem dos mercados não os conduziam -, não foram esses os constituintes da divisão do trabalho e dos mercados. Como destaca Polanyi (2000: 80), as origens do comércio exterior, bases para o mercado, sempre estiveram pautadas em “aventura, exploração, caça e pirataria”, tendo como praxe a reciprocidade e não a permuta.

Se anteriormente à constituição da economia de mercado, a manutenção dos bens materiais não era o objetivo final as ações econômicas, eram para a manutenção da condição social. Essa se distancia da lógica liberal e racional presente no que foi considerado “*homo economicus*”, em que a racionalidade da ação humana não se organiza ou se institui aos propósitos sociais. Para explicar o funcionamento do mercado, como canal condutor ao social presente nas sociedades que antecedem a economia de mercado, Polanyi (2000) utilizou estudos antropológicos e etnográficos de Malinowski e Thurnwald, verificou que a condução dos mercados anteriormente esteve pautada, nos comportamentos de redistribuição, reciprocidade e domesticidade.

Com base nessa revisão, o principal argumento deste trabalho é verificar como as instituições sociais em geral conduzem relações econômicas, a formação e o desenvolvimento do mercado. A economia de mercado evoluiu amparada por instituições, mesmo que estas coloquem a economia acima das relações sociais. Portanto, é preciso compreender a evolução histórica das relações que permearam os mercados, as quais advêm de comportamentos e instituições historicamente formadas.

A reciprocidade diz respeito à organização social e à manutenção familiar. Em sociedades patriarcais, esse comportamento coube ao homem, destinando à manutenção, a sustentação parentesca, e ou, agregada dos próximos, uma vez que os comportamentos anteriores à economia de mercado trouxeram ações com impactos coletivos.

A redistribuição também esteve dirigida à organização social, mas era territorial, sendo de relevância para a organização do comércio de longa distância e da formação dos mercados. Esse comportamento acontecia focando a figura central do chefe da organização social, que armazena e distribui, conforme as condições necessárias e coletivas.

Já, a domesticidade advém da produção, tem relação com a agricultura e se desenvolve a partir da ação do prover, seja pelo próprio indivíduo, grupo ou pela própria família. Sendo importante destacar que, mesmo estando relacionado com a produção, seu objetivo não estava dirigido ao lucro ou ao ganho financeiro, mas a sustentação do coletivo.

A redistribuição e a reciprocidade são comportamentos que funcionam quando os padrões institucionais permitem. Padrões institucionais que possibilitam a relação entre as instituições e a economia para o desenvolvimento dos mercados, mas para que estes atendessem à manutenção do social. Polanyi (2000) destaca a centralidade e a simetria como padrão institucional para esses comportamentos.

A simetria está focada na possibilidade da dualidade, que mesmo sem a necessidade do registro, permite a relação de dar e receber. Utilizado em grupos que possuíam reciprocidade com outros grupos, ou tribos, a simetria permite sustentação com produtos necessários para cada uma, mas que não eram desenvolvidas por cada grupo separadamente. Não se trata aqui do conceito de troca, permuta ou barganha, historicamente, mesmo no comércio de longa distância.

Já a centralidade, enquanto instituição que permite a redistribuição, garante que, ao centralizar a produção e as conquistas nas mãos de chefes, esses resultados são distribuídos conforme as necessidades coletivas e permitem a organização social. Por exemplo, se as caças são necessárias para a alimentação, e se estas ocorriam com irregularidades, pois não era contínua em resultados, a centralidade tornava-se incisiva para redistribuição e a manutenção da sociedade. Essa instituição esteve presente em diversas sociedades, em diversas partes do mundo, como destacado em estudos no âmbito da Antropologia. Assim como, o comportamento da reciprocidade é condição do dar e receber, é para a instituição a simetria. A centralidade, ao longo da história, possibilitou a aquisição de alimentos entre camponeses e tribos.

A reciprocidade, segundo Maus (2003), encontra-se no começo da dádiva como ato desprovido do interesse pela troca e retribuição. Torna-se interessante para o tema desta tese considerar instituições ao longo de processos econômicos posteriores às mudanças que geraram instituições ao longo do avanço do capitalismo e das transformações do meio rural na atualidade.

A reciprocidade ainda se relaciona com as práticas comerciais no âmbito local, como feiras, encontros, centro de comercialização. Com a constituição de um mercado, que utiliza espaço e relações que agregam o que é produzido pelos agricultores, envolvendo esses na gestão do processo, contribuindo para o desenvolvimento de relações entre os que produzem e o público final. Essas relações geradas diretamente entre os que produzem e o público final permitem também a reciprocidade.

Atualmente, verifica-se o interesse das organizações populares e movimentos sociais dos próprios agricultores para o desenvolvimento de canais de comercialização direta. Também é relevante para ações de apoio entre agricultores de uma comunidade, como os mutirões de formatos diversos na lavoura, construções e demais atividades coletivas, advindas de ações e relações sociais possíveis aos atores sociais, como compreendido em Weber (2004) e nas interpretações sobre a reciprocidade e seus impactos, nos estudos realizados por Sabourin (2004, 2006, 2007, 2009 e 2011), indicando a pertinência da reciprocidade nas análises realizadas no meio rural, tanto nas políticas públicas quanto nas relações mercantis. Portanto, será possível verificar no capítulo.

A domesticidade tem relação estreita como o modo campesino e historicamente vincula-se à manutenção e sobrevivência dos povos, no ato de produzir para o consumo próprio, e contribui para explicar a produção agrícola de camponeses, para o consumo próprio, sem relação com o lucro ou ganho monetário. É interessante destacar que a domesticidade, ao produzir para o consumo coletivo, distingue-se do processo de *money-making* apresentado pelo filósofo grego, Aristóteles, ao destacar a migração de uma domesticidade para o ato do lucro, produzindo para o consumo e vendendo o excedente (POLANYI, 2000).

Mesmo havendo distinção, se comparada ao comportamento da domesticidade, torna possível avaliar as compatibilidades, dado que ambas não se destroem. “A venda do excedente não precisa destruir a base da domesticidade” (POLANYI, 2000, p. 74). Para a venda na agricultura, essa afirmação é crucial, podendo ser aplicada à geração de produtos, no contexto do modo de produção campesino, mesmo considerando a existência do dinheiro, que já existia em tempos de outrora e dos próprios mercados. Certo é que mesmo com a existência de todos

esses mecanismos, as tradições das instituições sociais anteriores às mudanças da Revolução vigoravam entre as relações sociais e econômicas no capitalismo contemporâneo, em que camponeses evoluem de uma produção para autossuficiência e venda do excedente, para um vínculo intenso com o mercado.

Finalmente, não se pretende concluir que os comportamentos e instituições como coordenadoras do econômico em sociedades tradicionais ou primitivas conduzam mercados como o do café no mundo, mesmo que essas possam estar em outras relações comerciais. Mas, considera-se que as estruturas sociais e seus resultados mais engessados, que são as instituições (GIDDENS, 2009), somadas à ação dos atores sociais permitem a construção social e reúnem argumentos teóricos para explicar o surgimento e o desenvolvimento de mercados. Ainda, e através do incrustamento polanyiano, com as relações econômicas imersas nas relações sociais, uma parte menor de um todo social, se faz possível entender razões e motivos para o surgimento e o desenvolvimento de mercados. Em específico do mercado do café, seja no mundo, no Brasil ou no Espírito Santo, bem como seu desenvolvimento.

Esses são arcabouços necessários para compreender o surgimento e o desenvolvimento do mercado moderno, pois considera que o social ainda influencia a economia e seu mecanismo de mercado. Também é possível pela relação entre instituições e as possibilidades permitidas aos atores sociais. Instituições, nesse caso, consideradas como estruturas sociais em seu nível mais consolidado, tanto no tempo quanto no espaço, como apresentadas por Giddens (2009). Mas, possíveis de transformações, permitindo outras, quando da ação dos atores sociais.

Os mercados se formam e se expandem lastreados por instituições, como peças que os compõem. Instituições forjam e mantêm os mercados, mudanças institucionais e a ação de atores sociais da mesma forma, pois é possível ocorrer o desenvolvimento de novas instituições, de novos mercados ou a ampliação e transformação dos existentes. Pois, por fim, deve ser considerado que os mercados não são autocriados, nem autorregulados (RODRIK, 2007), e qualquer coisa pode ser considerada ou elevada à condição de mercadoria, desde que nem tudo seja mercadoria para esse acontecimento (ROTHSTEIN, 2009). Mas, para transformar qualquer coisa em mercadoria e para criar mercado é preciso de instituições e de atores sociais.

Para compreender a importância das estruturas/instituições e dos atores sociais na construção e no desenvolvimento dos mercados, é preciso destacar a relação entre esses, para tanto, é fundamental considerar com as instituições sociais que a economia é parte da vida social, uma vez que essa é mais abrangente e influencia aquela. Portanto, soma-se a essa análise sobre o mercado, os fundamentos teóricos sobre estruturas, instituições, atores sociais e suas

relações, utilizando-se do estruturalismo, do individualismo e, por fim, da estruturação para a compreensão dessa relação. Isso, somado à leitura da história da origem e do desenvolvimento do mercado do café permitirá compreender como as relações econômicas são parte das sociais.

3.2 PRINCÍPIOS TEÓRICOS SOBRE ESTRUTURAS SOCIAIS, ATORES SOCIAIS E SUAS RELAÇÕES NA CONSTRUÇÃO SOCIAL

A interpretação do fenômeno social, denominado aqui de construção social do mercado do café Conilon, será fundamentada por ideias e conceitos presentes na compreensão da relação entre estrutura e atores sociais, como destacado na Teoria da Estruturação, apresentada por Giddens (2009). Ainda serão consideradas as contribuições presentes nas teorias clássicas da Sociologia. Objetiva-se a constituição de um conjunto de referenciais que melhor permitam compreender a integração entre estruturas e atores sociais, possibilitando a interpretação da dinâmica social presente na sociedade que institui as relações sociais e mercantis responsáveis pela elaboração do mercado do café Conilon.

Primeiramente, é preciso destacar que os conceitos de atores humanos, agentes ou agentes humanos, podem ser utilizados de forma similar na ciência social, no que tange a conceber esses como realizadores da ação, como destaca Giddens (2009). Como também em Weber (2010), que entre os clássicos da Sociologia, destaca o agente ou o ator como o realizador da ação e das relações sociais, dando-lhes relevância, em detrimento à estrutura, enquanto destaque da constituição da sociedade.

Entre os autores clássicos da Sociologia de viés estruturalista, não ocorre apenas o uso do termo indivíduo ou sujeito, quando em menção ao ser humano passível de agir nas relações sociais, esse termo não é aleatório e engaja-se com a importância que estes estudiosos dão à estrutura, e não à ação dos indivíduos. Assim, esta tese adota o termo agente ou ator pela importância à ação presente nestes, embora também seja mantido em diversas ocasiões o uso da palavra, indivíduo ou sujeito, em menção aos originais das correntes teóricas que os consideram desta forma.

Diante disso, torna-se importante destacar que os atores ou agentes, enquanto termos comumente utilizados, são sujeitos ou indivíduos, ou seja, seres humanos providos de agência social, que quando se relacionam com atividades sociais, são considerados atores sociais. Assim, é compreendido tanto em Giddens (2009) quanto em Weber (1994, 2010). As ações

sociais são possíveis graças a esses atores, que assumem um protagonismo diante da sociedade e da própria ciência social. Entre os clássicos essa constatação é apresentada através da Sociologia interpretativa weberiana, pois a Sociologia deve ser compreendida como “[...] uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social” (WEBER, 1994, p. 03). Seria dos próprios atores que se emana a sociedade, e da construção social permitida por estes que se formam as estruturas sociais. Para Giddens (2009), as estruturas não estão alheias ou não são exógenas aos atores - como faz demonstrar o fundamento Durkheimiano, e interpretações realizadas do Marxismo.

Diante do Estruturalismo, concebem-se as estruturas sociais e os impactos gerados por estas, mesmo ciente das distintas definições e interpretações. Portanto, para melhor conceber a ação dos atores em relação às estruturas, como destaca a Teoria da Estruturação (GIDDENS, 2009), apresentam-se os fundamentos dos clássicos e do Estruturalismo, em que são fortalecidas as estruturas em sobreposição às possibilidades dos indivíduos na construção da vida social. Tais considerações servem para melhor compreender a relação destas para com os atores sociais. É tanto da estrutura, quanto da ação dos atores sociais e dos resultados possíveis destes, que a interpretação teórica desta tese se baseia.

Acredita-se que considerar como fundamentos teóricos a relação entre a estrutura e o indivíduo é buscar ideias e conceitos que permitem interpretações para a construção dos fenômenos sociais, em específico no que tange à formação do mercado do café Conilon, como será apresentado no capítulo histórico desta tese. Segundo Lallement (2012, p. 09), “[...] poucos sociólogos negam em nossos dias o caráter circular da relação indivíduo-sociedade, produtos da sociedade, os seres humanos também contribuem para produzir esta última”. Isso não se tornaria bem explicado pelo Estruturalismo clássico - pois trata da sobreposição da estrutura social, ou seja, de um holismo permissivo à sociedade e seus mecanismos - nem mesmo pelo subjetivismo e individualismo da também clássica teoria Weberiana. Mas, da relação de ambos e da compreensão dos possíveis resultados advindos destas relações.

É preciso não desconsiderar que as estruturas sociais e as instituições têm impactos para os fenômenos sociais, e que essas têm relações - em suas constituições e dinâmicas -, para os fenômenos ou construções sociais. Pois, as estruturas ou as instituições se perpetuam ao longo do tempo e do espaço, como apresenta Giddens (2009). Mas, essas também não devem ser consideradas, negando a relação com as possibilidades existentes e as ações permitidas aos atores sociais, ou seja, devem ser levados em conta os impactos de suas ações. Assim, nota-se

uma convergência na compreensão dos fenômenos sociais, que surgem do entendimento da relação entre as estruturas e os atores, considerando ambos.

Inicialmente, têm-se as interpretações dirigidas às estruturas, apresentadas pelo fundamento durkheimiano. Para Durkheim (1975), as leis gerais são observadas na sociedade como dominantes, assim como na Natureza ocorre no social, pois “[...] as sociedades estão na natureza, devem obedecer também elas, a esta lei geral que resulta da ciência e ao mesmo tempo a domina” (DURKHEIM, 1975, p. 79). Essa é uma interpretação holística, de forma que a Natureza se torna um todo frente ao que esta considera ser sua parte, e desta forma, o social avança para compreensão de que as estruturas sociais se institucionalizam de forma totalmente dominante, e externa, aos indivíduos, sobrepondo-se às possibilidades de ação destes, e conduzindo-os.

Para o fundamento durkheimiano, como exposto em Durkheim (1975), os indivíduos não são possibilitados de influência por ação sobre as estruturas, seriam as estruturas que teriam influências sobre os indivíduos, um sistema de normas que se inter-relacionam na constituição de uma consciência coletiva, externas e antecessora aos indivíduos. Isso é relevante para os conceitos de fato social e funções sociais, como geradores de força aos mecanismos e às instituições que conduzem a vida social. Assim, as estruturas são constituídas de poderes, antecedem a existência dos indivíduos em qualquer sociedade, e se postergarão para além da vida dos indivíduos, certamente perpassarão as existências individuais e se proliferarão como condutoras da vida social.

Logo, não seriam os indivíduos isoladamente os responsáveis pela sociedade, essa não seria similar à soma ou ao conjunto dos indivíduos. Lallement (2012) afirma que a totalidade é mais que a soma dos elementos, as dimensões que as estruturas sociais envolvem são maiores que a soma das partes. Não distintamente, Giddens (2009) destaca que a soma da sociedade é maior que a soma dos indivíduos, mas há a advertência de que a existência da sociedade advém dos indivíduos, pois sem esses, não haveria sociedade. Isso traz relevância aos atores na sociedade e não apenas às estruturas, distanciando-se, assim, de Durkheim (1975), que não considera a possibilidade dos atores se sobrepor a sociedade.

A estrutura se destaca na análise durkheimiana de forma antagônica à interpretação weberiana, para esta os indivíduos são os precursores, as estruturas dependem das ações destes, sendo essas ações as razões para a Sociologia. Já, em Durkheim (1975), as estruturas sociais conduzirão os indivíduos em suas sociedades para fins de manter a organização. Esta é uma compreensão também conservadora desde sua origem, de forma sempre a considerar o impacto

das estruturas sobre o individual, e da possibilidade da organização. Pois, “A vida coletiva não é uma simples imagem ampliada da vida individual. Ela apresenta caracteres *sui generis* que as induções da Psicologia, só por si, não permitem prever” (DURKHEIM, 1975, p. 83).

Enquanto que, para Weber (2010), as estruturas, a sociedade, as comunidades, cooperativas ou associações nem mesmo constroem as ações sociais, que são objetos de estudo da Sociologia weberiana. Cabe considerar que esse sociólogo elaborou seu fundamento teórico em uma Alemanha que ainda não apresentava um Estado forte, era pouco industrial e agrícola. Diferente do tempo e da França que Durkheim vivenciava quando elaborou seus fundamentos teóricos.

Assim, a partir do pensamento durkheimiano se destacam instituições como o Estado, mecanismos como a Igreja e a escola, bem como as regras e crenças criadas, que são as instituições, sendo que essas se qualificam sobre os indivíduos, não interessando a compreensão ou ação destes. Se entre os clássicos da Sociologia o fundamento weberiano se destaca com uma direção contrária ao Estruturalismo, é por interessar-se na ação social dos atores, por destacar que esses estão envoltos na construção social das instituições. Assim, interessa mais compreender a formação dessas a partir dos atores, das ações sociais e das relações que as geraram. É um fundamento teórico que destaca o agente como relevante, e não a estrutura como imperativa.

Diferentemente do estruturalismo durkheimiano, que estabelece o interesse nas normas, regras e sanções para a amplitude das vidas, ou seja, as instituições. E o Estado, assim, se destaca enquanto uma instituição com forma coercitiva relevante para a sociedade, e que irá elaborar representações para a vida coletiva (DURKHEIM, 2016). Além da família e o Estado, há as demais instituições sociais, as crenças e a religião, instituições sediadas na Igreja, como um poderoso mecanismo no sentido da sua totalidade. Igualmente importante é o mecanismo escola, pelo viés educador, com a educação enquanto uma instituição social. Da mesma forma o simbólico, como a linguagem, que o indivíduo absorve desde criança.

Em relação ao estrutural, às instituições e as relações entre essas e os indivíduos gera-se o objetivo ou a condição de manter a organização da sociedade. O contrário a essa organização como um resultado, é o conceito durkheimiano de anomia, que se refere à fraqueza das normas instituídas. É uma condição que torna as relações conflituosas e que pode constituir uma desintegração do inerente à manutenção da vida social. Portanto, se contrapõe à estrutura, às instituições, ao papel destas na organização e a integração destas sobre os indivíduos.

A relevância do estrutural no fundamento durkheimiano está no que Durkheim (2003) apresenta como o fato social e sua função social. O primeiro é tido como o objeto de estudo da Sociologia para Durkheim (2003), é a razão de ser dessa ciência, encontra-se na condução das formas de agir e pensar, sejam essas estáticas ou temporárias. Exercitando sobre os indivíduos é sempre generalizante para uma sociedade, da mesma forma que independe das manifestações individuais, e sequer tem origem na individualidade, mas mesmo assim, recaem sobre essa. É a partir do fato social que se credita a possibilidade de existência sobre o indivíduo de uma coerção exterior, uma coerção que advém da sociedade, tenha a aceitação ou não do indivíduo, pois o fato social existe, mesmo que não esteja manifestado em todos os indivíduos, seja desejado ou não por estes.

O fato social deve ser para Durkheim (2003) postulado como “coisa”, dada a sua externalidade e sua coerção. Enquanto coisa, além de externo, é objetivo, podendo ser explicado de forma racional, caracterizando o objetivismo do pensamento durkheimiano. E cabe ao cientista social, em sua análise, interpretá-lo de forma sempre distante de suas próprias manifestações pessoais e individuais. Assim, ao método sociológico serviria o entendimento dos fenômenos sociais de forma isolada da consciência individual, permitindo uma análise da forma como o fenômeno social procede, ou seja, da sociedade, e não do psicológico. Ao fato social também cabe classificações, podendo ser considerado como normal, quando está presente na vida coletiva na sociedade, ou patológico, quando é um fato social não comumente parte em sua sociedade, em termos de ocorrência da vida coletiva.

Dessa forma, os fatos sociais são balizados pela regularidade de sua ocorrência na sociedade. Assim, podem ser ilegais, caso não estejam inseridos ou não tenham respaldo na legalidade instituída, mas estarão no nível da normalidade pela ocorrência, por estarem generalizados na sociedade em análise. Por haver uma regularidade em suas ocorrências. O roubo, por exemplo, mesmo sendo ilegal, poderia até ser considerado. Mas, isso não exime Durkheim (2003) do enquadramento como estado não benéfico, pois condiz com acontecimentos de grupos sociais que ainda dependem de avanços. Isso abre críticas ao pensamento durkheimiano devido à exposição da Sociologia para o concebível do que é um estágio mais avançado e aceito, e outro, com imperfeições. Havendo ainda o imperativo moral, que permite entrelaçamentos que unem os indivíduos, mas a moral deve ser considerada em seu conceito abrangente, não necessariamente do que pode ser visto como bons costumes, mas propriamente dos costumes.

A função social explicará a existência do fato social. De forma ainda mais abrangente, a função social ainda permite a compreensão dos fenômenos sociais. A função social também não é individual, nem ao sociólogo que está analisando o fato social, a função é sempre coletiva. Para Durkheim (2003), a origem do fato social está em sua própria função social, pois serve para explicar a relação existente entre uma prática, as instituições e a vida social e coletiva. A origem do fato social não advém da utilidade que o mesmo possui, a utilidade servirá para mantê-lo, pois a concepção da correspondência que um fato emite às condições amplas da vida coletiva, é explicável pela função. Explicando que não são razões que levam a certos fenômenos, mas a função que estes possuem. Da importância do fato social constitui-se o Estruturalismo e as instituições na sociedade.

Ainda sendo preciso considerar que todo o pensamento durkheimiano está presente no holismo estrutural, cabendo destacar em Durkheim (1995), a divisão social do trabalho e a sua relação com conceitos de solidariedade. Para este, a solidariedade orgânica advém da industrialização e está presente nas sociedades tidas como modernas, o que se apresenta como oposta à solidariedade mecânica, presente nas sociedades tradicionais, pois nessas, por haver uma consciência coletiva gerada não é possível um individualismo, como o gerado na sociedade moderna.

Esse individualismo que se destaca nas sociedades modernas está relacionado à própria necessidade de coesão social, ele permite a cooperação, fazendo do cooperativismo o resultado do individualismo gerado, ponto relevante na própria análise do mercado do café Conilon. Já nas sociedades tradicionais, havia uma solidariedade mecânica, uma consciência coletiva, com a punição, caso houvesse um distanciamento do constituído. A consideração de uma consciência coletiva como apresentada por Durkheim (1995) tem relação com a organização da sociedade primitiva, como percebida em Polanyi (2000). Por sua vez, a solidariedade orgânica traz orientações sobre a cooperação nas sociedades modernas, sendo importante inclusive na agricultura moderna, embora se contrapondo à análise weberiana da cooperação, como constituição das ações e das relações sociais.

Se o todo tem relevância sobre as partes na teoria durkheimiana, este conduz a vida social e a solidariedade acaba por ter relevância, enquanto forma de unir relações sociais. Tanto é o holismo que na relação entre as partes e o indivíduo durkheimiano, mesmo o suicídio, não seria um ato individual. Para Durkheim (2000), esse ato emerge de uma relação entre o indivíduo e a sociedade, gerando tipos específicos e diferenciados de suicídio. Cabe ainda destacar que, para Durkheim (1989), a religião é baseada na classificação do real e das ideias humanas em

dois conjuntos: o sagrado e o profano. O primeiro é apenas uma representação do segundo, com a conclusão de que o domínio do todo sobre a parte é simbólico. Dessas considerações sobre o Estruturalismo, por fim, cabe ainda, para esta tese, destacar as possibilidades da ação dos indivíduos e as relações sociais entre esses.

Em Marx (1993), a dialética se torna compreendida a partir do real e do terreno, sua sequência se inicia com a produção da vida material, é dessa que há o início da realidade histórica e social. Não seria mais a consciência o movimento inicial da dialética, como para a dialética hegeliana, não que a consciência seja desnecessária, mas essa seria a chegada e não o começo. Sua concepção construtiva está em: primeiro, tem por início a produção material, que se desenvolve em um segundo fundamento, a constituição de novas necessidades materiais, levando ao terceiro que sempre existiu ao longo da história, ou seja, os seres humanos vivendo em relações sociais e familiares, para depois haver os modos de produção, constituindo em seguida um estado social.

A partir dos quatro pressupostos teóricos apresentados é que se chega ao quinto fundamento, a consciência criada a partir de relações entre os seres humanos e estruturas. Para Marx (1993, p. 37), essa é distinta à dialética hegeliana “que desce do céu a terra, aqui se ascende da terra ao céu”. Em síntese, tem-se a tese enquanto matéria, a antítese enquanto o trabalho e o ser humano, gerando a sociedade.

No método dialético, para Marx (1993), a abstração não deve ser realizada, pois é feita apenas na imaginação e não deve ocorrer também por serem os indivíduos reais, da mesma forma que são suas ações e suas condições materiais para produzir, sendo “[...] tanto aquelas já encontradas, com as produzidas por sua própria ação” (MARX, 1993, p. 26). Com esta citação destaca-se tanto a estrutura diante da ação dos homens, quanto à relação desta para com as possibilidades da ação dos indivíduos. Será necessário retornar a essa abordagem que permite a dialética entre outras considerações sobre a mesma, do materialismo histórico e de citações do pensamento marxiano, pois na análise de todos esses há compreensões adequadas à relação entre a estrutura e os indivíduos, podendo remeter para além das estruturas, destaques às possibilidades da ação dos seres humanos sem, porém, desconsiderar as estruturas, como também apresenta Giddens (2009).

Em geral, é no materialismo permitido nas compreensões da dialética, ou no materialismo histórico, onde se destacam as estruturas e as fragilidades dos indivíduos diante dessas, pois estes vão deparar com relações instituídas que não dependem apenas dos mesmos, e que ainda os inibem ao longo do processo histórico. Porém, se é dessa e da própria dialética que se destaca

a estrutura no domínio das condições ao indivíduo, da mesma forma emerge a possibilidade ao indivíduo como ator proativo de ações e de mudanças. Sendo possível verificar uma dualidade entre o poder das estruturas e a ação dos atores, inclusive é esse o foco da Teoria da Estruturação de Giddens (2009), que salienta o reconhecimento em Marx (1997), de que os homens fazem sua história diante do impacto e das estruturas constituídas, que, para Giddens, também irão se perpetuar ao longo do tempo e do espaço.

Dante de tais considerações sobre a estrutura é possível contraposições, há possibilidades divergentes, que considera não haver um rompimento no pensamento marxiano, e que o devir, ou seja, a dialética une-se à estrutura. Não ocorre um total afastamento da importância exercida pelas estruturas com relação ao individualismo no marxismo, pois essa relação está na própria dialética. Seria a própria estruturação em que a dialética é ainda mais fundamental que a própria estrutura. A estruturação é gerada pela relação entre contradições iniciais e a sua unidade (LEFEBVRE, 1975, 1979).

Ao considerar o próprio pensamento marxiano - e não apenas as interpretações dos marxistas - é possível constituir possibilidades aos atores na relação entre estes e a sociedade, essa considerada um produto das ações coletivas, feitas pelos seres humanos, mesmo que se tenha na história destes destaques às estruturas sobre os mesmos. Retornando à citação: “[...] indivíduos reais, suas ações e condições de vida, tanto aquelas já encontradas, como as produzidas por sua própria ação”, e mesmo considerando as estruturas no processo produtivo, material e de relações sociais compreendida em sua abrangência - já apresentado nessa análise marxista -, é possível destacar para além da estrutura as possibilidades da ação dos atores.

Essa possibilidade encontra-se no próprio pensamento marxiano, de forma a não ser divergente às interpretações weberiana, ou seja, a ação social como construtora de instituições. Da mesma forma, não é da própria Teoria da Estruturação de Giddens (2009). Nesta perspectiva, ressalta-se a citação presente no prefácio de “Os 18 Brumário,” de Luís Bonaparte, em que: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob a circunstância de sua escolha e sim sob aquela que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2003b, p. 07). Giddens (2009) retoma essa citação em sua Teoria da Estruturação e afirma que sua teoria seria conclusiva apenas na análise dessa citação, essa seria suficiente para considerar sobre sua hipótese de estruturas, atores e ação.

Com relação a essa citação é enfocado que os homens têm o peso do passado, inibindo-os quando estão para criar algo que nunca existiu. A menção feita por Marx (2003b) nessa citação, no que diz respeito a: criar algo que nunca existiu, é uma referência às revoluções

possíveis de serem feitas pelos seres humanos. Considerações a partir desta citação permitem muito a este fundamento teórico, principalmente se aliada àquela citação anterior, sobre o indivíduo defrontar-se na construção da vida com o já constituído e o que podem construir, uma vez que demonstra a estrutura e a ação dos indivíduos.

Assim, ambas as citações permitem considerar a importância da dialética na análise da relação entre estrutura e indivíduos. Delas se explicitam corretamente a dialética, considerando ser do real que se inicia esta, é porque os seres humanos fazem o material para fazer a história: é a partir dos pressupostos para a realização desta, que se chega à consciência, e que se busca ações. Portanto, conclui-se que a partir da dialética é possível explicar a relação. Afinal, desconsiderar o indivíduo e a ação seria, sob a égide da interpretação realizada por esta tese, do pensamento marxiano, negar as possibilidades revolucionárias, da forma como essa é percebida no “O Manifesto do Partido Comunista”, em Max e Engels (1987).

Para adentrar em maiores detalhes sobre a relação entre estrutura e atores, como posto na Teoria da Estruturação de Giddens (2009), ainda é preciso considerar o ator como o possibilitador das transformações, como exposto pela análise weberiana. Para esta, as relações sociais se compõem das ações sociais e são as geradoras das instituições. Primeiramente, é preciso destacar que, em Weber (2003), há a busca do entendimento da ciência do cultural, através do envolvimento da Sociologia e da História. O cultural é importante por ser um espaço de disputa para os seres humanos. A partir disto, e de relevância para esta pesquisa, tem-se novamente a negação do engessamento econômico, ou a supervalorização destacada na “concepção materialista da história” (WEBER, 2003, p. 84).

Apenas considerar a dimensão econômica tornaria redundante a análise histórica do mundo, faria de tudo o mais importante - como a religião, a política, ou qualquer outro instrumento não econômico -, insignificante para a história. Entende-se que não é a negação do econômico, mas da necessidade de não valorização da convicção de que apenas “forças econômicas, são as únicas causas autênticas, verdadeiras e sempre determinantes em última instância” (WEBER, 2003, p. 84). O não econômico se torna em diversos momentos causais para o econômico, ou seja, os fenômenos sociais e culturais têm causas com significações que o configuraram, e essas não podem advir de leis arbitrárias.

Através da compreensão de que uma “[...] instituição não econômica realizou também, historicamente, uma determinada função ao serviço de quaisquer interesses de classe – isto é, quando se converteu em instrumento desta [...]” (WEBER, 2003, p. 86). Torna possível compreender o entrelaçamento de um tecido social que não foi constituído apenas para dirigir

o econômico, mas mesmo assim teve atuação sobre este. Porém, o inverso também pode ocorrer, ou seja, há instituições econômicas que atuam de forma a contribuir com demais instituições sociais. Entretanto, esses instrumentos podem não ter sido constituídos com essa função. Essa constatação também é percebida em Polanyi (2000) e está presente na referência à importância das instituições sociais para a condução da economia.

É considerando que as instituições não econômicas atendem a interesses que servem ao econômico, que, em Weber (2003), compreende-se a interpretação polanyiana sobre as instituições sociais na constituição econômica das sociedades tradicionais, como demonstrado no subcapítulo que fez menções específicas sobre o mercado. Assim, é possível frisar que as sociedades sempre tiveram sua economia organizada por instituições sociais e não por instituições meramente econômicas. Essas cumpriam o papel organizativo mais abrangente na vida social, com repercussões sobre a economia, é o incrustamento das relações econômicas na vida social, como apresentou Polanyi (2000). É a partir do entendimento exposto em Weber (2003), de que instituições distintas repercutem sobre a dimensão econômica, e vice-versa, que torna possível a compreensão sobre os fundamentos relevantes para a análise das instituições e do econômico, presente nesta tese e em demais estudos da Sociologia econômica.

Considerar que todas as causas teriam fins econômicos traria às instituições econômicas e à concepção do econômico um viés dogmático, como destaca Weber (2007). Ao ir além da crença de que instituições são sempre adotadas com um fim, sobretudo material, verifica-se que o inverso das possibilidades para a qual as instituições foram constituídas, através dos processos sociais que, por sua vez dependeram da ação dos atores sociais é o primordial para o fundamento teórico weberiano. Ou seja, as instituições têm desdobramentos sobre a composição do tecido social e constituem, por fim, percepções sobre a organização da sociedade, mas sua composição é gerada pelos atores, pelos agentes.

Portanto, justifica-se a crítica àquele holismo e estruturalismo durkheimiano e as interpretações marxistas, pois a contribuição de Weber (2003; 2010) considerará a ciência social como dirigida à interpretação da realidade, mas para que essa interpretação seja realizada, faz-se necessário a análise da vida, que se manifesta no ator social e em sua ação. Permitindo particularidades que as leis e o estruturalismo não consideram, por não conceberem as particularidades advindas da ação dos atores sociais.

Para o fundamento weberiano, as leis e fatores constituídos pela ideia estrutural seriam apenas hipotéticos. Pois, há um limite das leis sociais no que tange a compreensão necessária a ser feita pela Sociologia, ou para quaisquer outras disciplinas que busca conhecer os fenômenos

da vida pela sua significação cultural. Portanto, identifica-se a negação do naturalismo e da constituição das leis sociais como advindas do Positivismo para as ciências sociais.

O “conhecimento das leis da causalidade não poderá causar o fim, mas antes o meio do estudo.” (WEBER, 2003, p. 94). Ainda estando convicto que quanto mais amplas e gerais as leis sociais, mais essas dificultariam a análise dos fenômenos individuais. A generalização, como método, vai compreender como pode ter sido constituído a causa, ou seja, seria o meio que leva a fins. Diante da negação às leis sociais e das estruturas, compreendidas como a representação da realidade do social, é que se chega à importância da ação dos atores sociais, que em Weber (2003), é destacada pela hermenêutica em direção à significação, dada a importância dos fenômenos culturais. Ainda para a cultura, tem-se a concepção de valores, ou a ideia de valor.

Um exemplo relevante, que primeiramente pode ser usado para a teoria da ação de Weber (2004), é o questionamento de como o capitalismo – compreendido como generalização -, serviu à vida de religiosos protestantes. Dirigindo-se à ação, se refere em como objetivamente a pretensão de ser um predestinado – ou seja, um significado religioso -, levaria a ser um bom empresário. Nesse caso, ter sucesso na vida econômica é um indício de que o indivíduo seria um predestinado ao “reino dos céus”. Com relação ao método, para que a generalização seja meio, é preciso compreender a constituição de tipos ideais, no sentido de tipo, enquanto conceito e ideia, como normatização do que é considerado real, mas a realidade depende da significação, da importância dada pelos indivíduos. Weber (2003:107) destaca que “[...] a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vistas, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isolados, difusos e discretos [...]”, torna possível a constituição, com a ordenação, por pontos de vistas unilaterais, de “um quadro homogêneo de pensamento” (WEBER, 2003, p. 107).

São das possibilidades da acentuação e da verificação de condições de quadros homogêneos de pensamentos que a interpretação weberiana chega à direção do que é tido como tipos ideais, que por sua vez são generalizações que tornam possível o meio de análise. Desta forma, é possível conceber de forma ampla os ideais utópicos, que se apresentam sobre a realidade. Pois, são compreendidos com rigor em determinados indivíduos, permitindo caracterizações necessárias, mas por fim não necessariamente refletem a realidade social em sua completude. No entanto, são construções intelectuais que servem para a mediação e para caracterizar de forma sistemática as relações individuais. Os tipos ideais individuais possuem elementos genéricos que, por outro lado, foram elaborados a partir de outros tipos ideais,

destaca Weber (2003, p. 116). Concebidos os tipos ideais possíveis, se permite ao pesquisador a condição de identificar os tipos de ação que foram pretensos pelos atores.

Os tipos, enquanto conceitos que são construídos pelos ideais utópicos é que levam à relação entre o individual e a generalização. Permitem um quadro homogêneo de forma a transformar-se em um instrumento de pesquisa para o observador da sociedade. Se o tipo ideal não deve ser considerado como um fim, pois pela heurística é um meio, as ações dos atores podem levá-los à distância de tipos ideais construídos. Ou, o inverso pode comumente aproximar enquanto uma tendência pelo caráter metodológico observado com a elaboração dos tipos ideais. Como fins metodológicos permitem ao pesquisador constituir conceitos, ou seja, tipos permissivos e cabíveis para o que está sendo pesquisado, a partir dos ideais qualitativos ao sujeito.

Em Weber (2010), a Sociologia se dirige à ação dos atores, essa se constitui enquanto uma ciência que tem por objetivo interpretar essas ações sociais, e o entrelaçamento destas constituindo relações sociais fundamentais, pois são responsáveis pela construção das instituições. Dessa forma, como foco de análise para essa ciência há o indivíduo, é deste que emerge o interesse da análise da teoria weberiana, das ações iniciais e dos desdobramentos em ações sociais, relações sociais e instituições.

Ao construir sua teoria da ação, Weber (2010) confirma o ator como o encarregado da conduta significativa. Pois, as constituições do estrutural, das instituições, apenas ocorrem como resultado posterior das ações sociais, posterior ainda às relações sociais, que se constituem por essas ações, que são sociais e provenientes dos atores sociais. Enfim, são os atores que constituem as relações sociais. É exatamente das possibilidades dos indivíduos que é habilitada a constituição das comunidades, das sociedades, ou seja, torna possível a gama de estruturas sociais.

Assim, é preciso considerar que há preocupação ou o interesse na análise weberiana em ter respostas de como os coletivos se constituem. Mas, essa constituição apenas se torna possível e compreendida a partir de entendimentos sobre as ações dos indivíduos, e de como estes se relacionam para constituir a ação social, que é o objetivo maior de estudo da Sociologia compreensiva weberiana. Apesar da análise weberiana não descaracterizar a relevância dos coletivos constituídos, o reconhecimento só ocorre a partir da interpretação individualista, dos atores. Em Weber (2010), o objeto de estudo são os indivíduos através das suas ações, pois a Sociologia “significa uma ciência que pretende compreender e interpretar a ação social, explicando-a em seu curso e seus efeitos” (WEBER, 2010, p. 03).

Interessa compreender os percursos traçados pelos atores e resultados, que em Weber (2010), se realiza através da explicação das causas, e da interpretação dos fenômenos sociais. Através da interpretação das causas tem-se o objetivo desta ciência, é o termo *Verstehen*, usado para designar a compreensão da ação social. Tendo a ação social como um objeto de estudo para sociologia, primeiro Weber (2010) define a ação individual, enquanto um comportamento humano, pois é inerente aos atores humanos, podendo ser interna ou externa, permissiva ou mesmo de omissão, e que se relaciona a um sentido subjetivo, que poderá ter sido historicamente concebido pelo ator, ou originalmente construído. Entretanto, não precisa seguir princípios justos, ao menos não no sentido do habitualmente tido como correto, nem se vincula à veracidade.

Desta forma, é subjetiva a ação real e vai ocorrer mais comumente da semiconsciência ou da inconsciência. A possibilidade da compreensão da subjetividade, da não veracidade e da condição de não ser justa, é uma diferença que Weber (2010) afirma ser da Sociologia e da História, enquanto ciências, uma condição que as diferem das ciências dogmáticas, como o Direito. Considerar essa particularidade contribui para explicar como se concebe as ações e como não são realizadas pelos atores com a obrigatoriedade de estarem seguindo princípios do que é comumente tido como justo e verdadeiro, do que pode ou deveria ser considerado como corriqueiro ou baseado em princípios éticos e morais pelos atores.

É importante considerar que é a partir das ações tomadas pelos atores que emerge a ação tida como social. Essa apenas vai ocorrer quando há a orientação das ações de outros atores, mas essas ações orientadas não precisam ter o mesmo sentido, apenas devem ser compreendidas entre os atores, pois é baseando em outras ações que se constitui a ação social. A ação social acontece “[...] pelo comportamento passado, presente ou esperado como futuro dos outros. Os outros poderão ser indivíduos e conhecidos ou indeterminantes muitos e de todo desconhecido” (WEBER, 2010, p. 40).

Portanto, a ação social vai depender da ação pautada na ação de indivíduos e da compreensão do sentido da ação. Por isso, nem toda ação realizada é ação social. Para exemplificar cabe considerar que uma ação individual, seja essa externa ou interna ao indivíduo, como atravessar a rua, poderá não ser necessariamente uma ação social, seria se o comportamento levasse em conta o sentido da ação de outro(s) ator(es). Apenas seria caracterizada como ação social, por exemplo, se a travessia fosse uma ação de desviar de outro pedestre, que atravessava a mesma rua e o desvio fosse para evitar uma colisão, assim seria um exemplo de ação social, pois foi considerada a ação do outro e teria sido também considerado

um sentido. Os atores não tiveram o mesmo sentido para suas ações, mas consideram que há um sentido. Se ao chover todos abrem um guarda-chuva para evitar se molhar, não se está considerando o sentido de outros atores, então não seria uma ação social, considerou-se a chuva, e não ação dos outros indivíduos, mas ao abrir os guarda-chuvas fosse um ato de protesto ocasionado por qualquer razão, isso seria uma ação social.

Ainda, para Weber (2010, p. 40-42), mesmo que ações individuais considerem o sentido de ações coletivas, feitas em massa, essas podem não ser ações sociais. Podem ser ações que se realizam pelo simples ato replicativo ou até emotivo, como as emoções coletivas em um estádio esportivo. Não são ações sociais quando essas não são constituídas com uma “relação significativa” entre os atores. Mas, mesmo não sendo consideradas ações sociais, são importantes de serem reconhecidas, delas se torna possível distinguir o que é uma ação social. A ação social não é simplesmente replicante, quando é replicante é possível que tenha sido cometida por uma causalidade, como a ação de se vestir seguindo a moda, como destaca Weber (2010), essa até pode também ter uma causa, mas pode não ser uma ação social, ou não seria, caso não ocorresse no sentido do agir do outro. Mas, quando vem seguindo uma tradição, ou é específica de um grupo, de uma classe social, decorre um sentido, que comumente está relacionada a hábitos, o que a transforma em ação social.

As ações individuais podem ser significativas, mas podem não ser devidamente compreendidas pelo outro, ou às vezes apenas por alguns, como por especialistas. Da mesma forma, certas ações ocorrem pela revivência. “Não é necessário ser César para compreender César” (WEBER, 2010, p. 08). A compreensão da ação por um observador não ocorre com a total interpretação dos sentidos, ocorre com elementos compreensivos e não compreensivos. A compreensão das ações advém de possibilidades racionais ou emotivas.

A racional é compreendida e elaborada mentalmente ou absorvida dos “hábitos mentais”, a interpretação advém de “agir teleológico racionalmente orientado”, que é dado pelos meios utilizados, como por exemplo, no caso de somas matemáticas realizadas. Elas possuem meios levando a fins racionalmente compreendidos. Desta forma, essas são aceitas pela forma como foram conduzidas, e se tornam aceitas por quem interpreta pela evidência que é demonstrada, (WEBER, 2010, p. 09). Já o emocional advém do vívido individualmente, sua compreensão emerge no âmbito do intelectualmente aceito, ou da revivência, através dos motivos, que podem ser gerados por condições que são racionais ou irracionais. Essa última é compreendida como reações de cunho colérico, da excitação possível. Para Weber (2010: 16), a explicação “se ocupa

do sentido de agir”, enquanto a compreensão irá buscar nas matrizes, sejam essas da própria conexão do sentido, das médias das massas.

As ações advindas da irracionalidade se tornam menos frequentes que as primeiras, sendo também necessária a constituição de tipos ideais. Portanto, Weber (2010) vai constituir “tipos ideais” com relação às ações, permitindo as conexões das ações entre os atores, das ações sociais, interpretando motivos para essas. Os motivos são conexões entre os sentidos, e servem tanto aos atores, enquanto executores da ação, quanto para os observadores, que podem ser os pesquisadores. Sendo o sentido adequado, quando recorrente em harmonia com afetivo médio ou hábitos mentais. Assim, surge a interpretação causal, que vai depender do sentido, para ser compreensível ou incompreensível. Para Weber (2010: 39), “a ação real decorre, na grande massa dos seus casos, em obscura semiconsciência ou inconsciência do seu sentido intentado”. Pois, o ator sente mais do que tem a consciência, e acaba atuando mais impulsivamente, por hábitos.

Para Weber (2010), as “formações sociais” exemplificadas, ou seja, as formações constituídas das relações, tais como o Estado, as Cooperativas, Sociedades ou Fundações não possuem sentido com relação à realização da ação, não as realizam, a ação cabe aos atores sociais. São os atores que produzem ações individuais, que geram as ações sociais e são estas que possuem relevância para as relações sociais, e para as estruturas. Para a Sociologia compreensiva weberiana, essas formações não são mais do que “decursos e entrosamentos do agir específico dos homens singulares, já que estes são para nós compreensíveis de um agir orientado segundo os sentidos” (WEBER, 2010, p 24). Essas formações não teriam *status* ou condições de agir como atores sociais, apenas se constituem a partir destes. Mas, depois das estruturas constituídas, é preciso verificar em processos sociais a relevância que essas possuem ao longo dos fenômenos sociais, como destaca Giddens (2009).

Quanto aos tipos ideais, em Weber (2010), esses permitem a compreensão da ação objetiva ou concreta, com o sentido e significado de ser. Sendo que essa ação se constitui também influenciada por diversas irracionalidades, que a desviaram ao longo do percurso, não sendo fruto necessariamente apenas da racionalidade. Como exemplo, Weber (2010, p. 11) cita as possibilidades de avaliar um pânico na Bolsa, que deve ser avaliado primeiramente pelo afeto racional, e posteriormente, pelo irracional. Os tipos ideais permitem avaliar os motivos racionais, seguidos dos afetos, da irracionalidade, que se espera das ações dos indivíduos.

Se as ações individuais quando conduzidas, considerando outras formam ações sociais, e os atores não terão necessariamente um sentido similar em suas ações, ainda sim poderão adotá-

los, mas esses também ocorrem ao longo do tempo, das expectativas futuras. Retornando a reflexão de Marx - já citada -, presente no prefácio de “Os 18 Brumários”, ao considerar que: os homens, ao fazerem sua própria história, revivem o impacto de seus antepassados. É demonstrado que, são as instituições relevantes e que essas acabam por inibir processos de mudanças, mas não são negadas possibilidades de mudanças ou de possibilidades de ações, como bem citou Giddens (2009).

Nessa referência não se nega a totalidade de mudanças, que, para Weber (2010), advém das ações sociais, que podem ser do passado, que assim como, em Giddens (2009), considera-se as instituições sociais não negando que essas percorrem o tempo-espaço. Entretanto, para o fundamento weberiano destacam-se as instituições como resultantes das relações sociais, pois foram instituídas apenas e graças às ações sociais, isto é, dependem apenas dos indivíduos, e não há o interesse na análise pormenorizada dos impactos das estruturas sociais.

Com relação às ações sociais, em Weber (2010, p. 53-57), uma regularidade da ação será designada por “uso” quando há sua continuidade em certo círculo de pessoas. Mas, se a probabilidade de ocorrência perdura de forma alongada no tempo, é tida como “costumes”, que diferem das “convenções” e do “direito”, por não serem como esses uma regra obrigatória. As regularidades de muitas ações sociais não estão apenas alicerçadas em “normas consideradas como válidas, nem também no costume, mas simplesmente no fato de que a índole da ação social dos participantes corresponde, segundo a natureza da coisa, na média e da melhor maneira seus interesses [...]” (WEBER, 2010, p. 55). Essa é uma consideração de relevância para compreensão da construção social do mercado do café Conilon, já que, para além de um costume, houve a aliança posterior com o interesse político e econômico para a constituição desse mercado.

Entre as ações sociais, Weber (2010) salienta as ações econômicas, de forma que nos mercados, os atores orientam suas condutas como um meio, objetivando um fim. Os atores são orientados pelo sentido dos outros para a ocorrência da ação social, sendo suas ações consolidadas através de mecanismos teleológico-rationais mais específicos e com homogeneidades. Assim, maiores serão as regularidades e as continuidades de suas ações do que poderiam ser as ações geradas por normas e deveres, estas se racionalizam por valores e não por costumes. Entretanto, é possível considerar, e não se nega, que na construção de um mercado, o costume esteja envolvido nas razões para as ações e que os valores sejam os objetivos a serem construídos e alcançados, além de que os costumes se relacionem com a

constituição de um mercado para fins, contribuindo com a crença nos valores que serão constituídos.

Já tendo feito menção à importância dos tipos puros e ideais, tanto no sentido teórico quanto metodológico, da mesma forma considerando as ações sociais, torna-se necessário destacar o enquadramento feito pelo fundamento metodológico weberiano sobre essas. Ou seja, a generalização como meio realizada por este com relação aos tipos puros ideais das ações sociais. Weber (2010) classifica as ações sociais em racional, quando referente a fins e racional quando referente a valores, afetividade e tradição.

A ação tradicional encontra-se no limite da ação por sentido. Tem relação com o comportamento da reação e provém das constituições das simples possibilidades do habitual, não se situam com frequência na consciência, sendo de intensa irracionalidade é comumente rotineira. Aproxima-se ao tipo afetivo e emocional, que continuamente foge do conscientemente orientado pelo sentido, pois reage aos impulsos emocionais. Já a ação social por valores, é axiológica-racional, uma vez que sempre a ação está embuída dos valores do ator, sejam estéticos, éticos, morais e religiosos. Assim, mensuram-se os meios e os fins, e está mais imbuída das racionalidades. Há ainda a ação racional referente aos fins, que tem a racionalidade de forma mais abrangente, e da mesma forma a expectativa dos comportamentos com a qual se envolvem. Pois, se relaciona como meio para um fim que foi pretense, sendo por Weber (2010) compreendido como o tipo ideal de ação social que mais permite a racionalidade da ação.

Se as ações sociais geram relações sociais, em Weber (2010), essa se torna constituída do comportamento dos atores envolvidos e possuem por alicerce a ação de outros, dos quais os conteúdos são reciprocamente referidos. Existe a probabilidade de que haverá atuação diante de um sentido indicado. Portanto, é considerada certa bilateralidade para a ocorrência das relações sociais, mas não é necessariamente a solidariedade uma ocorrência.

Na relação social não precisa haver o mesmo conteúdo significativo das partes envolvidas, portanto podem abarcar um sentido diferente, até ser unilateral, e ainda assim, mantidas as reciprocidades, exatamente como destacou Polanyi (2000), quando em menção às instituições sociais dos mercados anteriores à economia e sociedade de mercado, considera as relações envoltas nas trocas mercantis entre tribos e no próprio mercantilismo. A história de mercados é possível ser explicada a partir da consideração das relações sociais, exatamente como realizado no subcapítulo referente ao mercado nesta tese, um caso empírico da construção social do mercado de café Conilon.

As relações sociais, como resultantes das ações sociais, vão emergirem de diversos fatores. Essas relações são classificadas como: amorosas ou conflituosas, de acordos e descumprimentos e as relações econômicas e mercantis. A falta da relação social ocorre se não houver uma referência recíproca de ambos os lados. Pode ser permanente ou temporária, e dependerá dos interesses, e da referência de ambos, também pode “por parte dos participantes, orientar-se pela representação da existência de uma ordem legítima” (WEBER, 2010, p. 57). Essa ordem dependerá de uma validade, que é a probabilidade de ocorrência da relação social. Esta se encontra na média ou na máxima da condução das ações, mas intensifica-se nos atores de forma diferente, sendo caracterizada também por ter seu espaço na condução da ação para a qual existe uma ordem, ou seja, é válida para certa ação, por ser exemplar ou obrigatória naquela ação.

Essas ordens legítimas são: convenções ou direitos como destacou Weber (2010). E advém de fórum íntimo, e a partir deste, das expectativas, do axiológico-racional, do afetivo e religioso. Para o pensamento marxiano, as condições que inibem as mudanças ao longo do tempo estão, mesmo que não denominadas como no pensamento weberiano, em ordens validadas ao longo do tempo, mas enquanto relações sociais, que geram inibição a possibilidades para as mudanças, são a não superação de processos sociais, da vida social. Considerando cada ordem, as convenções terão a sua probabilidade garantida, havendo retaliação a quebra por algum ator, pois é uma ordem presente em um círculo que a considera como uma ordem legítima, mas não há um corpo coercitivo como ocorre com o Direito. Nessa última há um corpo de atores e de mecanismos dirigidos para uma coação coercitiva, física ou psicológica, ou mesmo a junção de ambas.

Ainda, para Weber (2010), de acordo com a ordem, deve ser considerado que os atores orientam suas ações de forma distinta, o que por fim, também depende do ordenamento da ação. Por exemplo, um caso do duelo de pistolas, a ação por parte dos participantes pode estar na honra dos mesmos, enquanto na justiça, a ação destes atores será conduzida de acordo com o ordenamento do Código Penal, de leis e não mais da honra. Também considerando que as transgressões à validade de uma ordem legítima põem em xeque o quão importante é essa, podendo minimizá-la ou até destituí-la como tal.

Quanto ao costume, tem-se o exemplo apresentado por Weber (2010) de um vendedor autônomo que tem seus possíveis compradores. O vendedor não tem uma obrigatoriedade de visitá-los para as vendas, a visita advém do seu costume, também do interesse ou da necessidade da venda. Entretanto, no caso de um funcionário que cumpre seu horário de serviço, este não o

faz por um simples interesse, pois deve ser considerada a obrigatoriedade, pela validade de uma ordem expressa inclusive em um contrato, o que para a interpretação weberiana é neste sentido considerado uma regra.

Giddens (2009) irá com a mesma lógica do último exemplo concluir que a atitude do cumprimento de horário por parte de um funcionário não seria a regra, pois não seria em seu estado puro, sendo que emerge de uma regra que foi simbolizada, em um contrato ou lei. Já, para Weber (2010), há na convenção e no direito uma concepção de regra, diferentemente de Giddens (2009), para quem a tradução das regras simboliza uma regra. A regra tem relação direta com a orientação das ações, não só no fundamento weberiano, mas também na teoria da estruturação.

A ordem advinda apenas do teleológico-racional, entendendo essa como a finalidade explicada racionalmente, se torna mais transitória do que a ordem que vigora dos costumes e condutas, pois são de fórum mais íntimo. Mas, os costumes e condutas seriam ainda mais transitórios do que a ordem surgida do que é obrigatório, já que está na legitimação. Uma crença na legitimação se torna “naturalmente, de todo fluida na realidade” (WEBER, 2010, p 59). Os costumes não são obrigatórios, apenas emitem aos atores que não o seguem ações pouco costumeiras ou desajustadas. Diferentemente, para os atores que não agem fundamentando sua ação na ordem legítima do direito, mesmo considerando que essa seja possível de ser reestruturada.

Para Weber (2010), as ordens legítimas têm em suas razões uma validade legítima, que é constituída por tradições, por crenças afetivas e emocionais, pela fé axiológica-racional ou do efeito de estatutos positivos, que levam à crença do legal. Suas validades são instituídas por fatores como, aclimatização com durabilidade ao longo dos tempos, essas inibem transformações gerando no caso tradições, que se tornam proeminentes. Também criações novas e conscientes que são constituídas por crenças afetivas e emocionais, por serem valorosas, como é o caso do direito natural para o ser humano, são exemplos do axiológico-racional. Ainda há a instituída em formalidades legais estatutárias, se tornando, para Weber (2010), a legalidade com maior grau.

A constituição das relações sociais a partir das ações sociais são realizações dos atores sociais, pois são desses que se geram as ações, são dos seres humanos a origem para as relações e elaborações coletivas para o fundamento weberiano, tendo por fim a constituição do coletivo. Deste modo, as instituições em sua teoria não existiriam sem os agentes. Como destaca Giddens (2009, p. 02), é das sociologias interpretativas – com destaque à clássica Teoria Weberiana -

que, “[...] é concedido primazia à ação e ao significado na explicação da conduta humana; os conceitos estruturais não são notavelmente conspícuos e não se fala muito de coerção.”

A coerção estrutural é inerente ao estruturalismo e ao funcionalismo, a esses há a imposição sobre as ações dos atores, conduzindo-os e contrariando as possibilidades de ação. Enquanto para a sociologia interpretativa há a primazia ao ator social e à ação, em detrimento à coerção resultante das funções das estruturas. Em direção contrária a ciência social - já apresentado neste capítulo - com foco no estruturalismo ou nos atores não deve ser considerado nem “a experiência do ator individual nem a existência de qualquer forma de totalidade social, mas as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo” (GIDDENS, 2009, p. 03). Para esta pesquisa, como apresenta Giddens (2009), há de considerar tanto a ação, que depende dos atores sociais, quanto às estruturas/instituições, em um processo de dualidade. Portanto, não há que desconsiderar conceitos e ideias nem conceitos anteriormente apresentados. Da mesma forma, faz necessário adentrar a concepções advindas da Teoria da Estruturação.

Primeiramente, não há “[...] um ponto de vista que defende que os fatos de os fenômenos sociais só poderem ser explicados em termos de análise da conduta de indivíduos é evidente em si mesmo” (GIDDENS, 2009, p. 251). Ou seja, não há atomismo social turístico, afirma Giddens (2009). Nem mesmo se apresenta que as estruturas podem ser resumidas aos indivíduos, ou a consideração de que apenas esses são reais, como a forma que reconhece que as leis sociais apenas podem ser constituídas da psicologia dos indivíduos. Há a dualidade das estruturas, em que a ação se realiza mesmo quando existe ou se permite as estruturas sociais, pois essas estruturas não são objetos que existem apenas externamente aos atores.

Assim, enfatizam-se as ações sociais e a relevância das estruturas, a “[...] investigação realizada nas ciências sociais ou na história está envolvida em relacionar a ação à estrutura [...]” (GIDDENS, 2009, p. 257). Tudo o mais que evita essa relação seria um malabarismo abstrato, o que, para Giddens (2009), fugiria do que deve ser a ciência social para a compreensão do real. A ação é uma ocorrência que precisa dos agentes sociais, ou seja, dos atores sociais que através da agência as realizam, diante da coerção das estruturas e propriamente da existência dessas.

Segundo Giddens (2009, p. 259), a “História não significa prática humana sem mestre, a temporalidade de práticas humanas. E a temporalidade de práticas humanas, modelando e sendo modelada por propriedades estruturais”. Assim, é considerado que o conceito de dualidade das estruturas e as práticas sociais são continuamente recriados por esses atores, que mesmo considerando as estruturas, as práticas são realizadas diante da cognoscitividade dos atores. Em Giddens (2009), a noção da cognição é fundamental para que o agente, mesmo diante da

coerção da estrutura, seja um ser possuidor de ação, que por sua vez apenas ocorre devido à agência. A citação realizada neste parágrafo é exemplar para conceber a afirmação de Giddens (2009) – já apresentada na passagem de Marx em “Os 18 Brumários de Luis Bonaparte” -, no qual esse autor destaca o pensamento marxiano sobre a importância do peso da história sobre as ações dos indivíduos, mas não destoa a relação da mesma para com a ação dos indivíduos, de forma a considerá-las endógenas à ação, como pretendem as teorias que apresentam ambos de forma antagônicos.

Os atores são agentes providos de agência humana, ou seja, a capacidade de fazer diferença que advém do poder e do fazer do humano. Para Giddens (2009, p. 259), “[...] só indivíduos, seres que possuem uma existência corpórea, são agentes”, e não devem ser consideradas as coletividades, como apresenta Giddens (2009), por estar equivocado ao relacionar-se com a confusão constituída entre a designação da ação com a própria agência. Um exemplo comum para isso é considerar como agente um governo, sendo errôneo mencionar que esse, quando da realização de uma política específica, se enquadra como um agente. Considera-se o governo por haver uma “monitoração reflexiva das condições de reprodução social”, destaca Giddens (2009, p. 259), mas não há a monitoração da ação. A ação e sua monitoração foram constituídas por uma decisão individual ou coletiva de indivíduos, podendo haver uma unanimidade entre esses indivíduos ou ainda haver indivíduos contrários.

Sendo dos atores sociais, especificamente da agência que os mesmos possuem, e da relação destes para com a estrutura que vai ocorrer à ação. Giddens (2009) destaca um modelo de estratificação para os atores, no que tange a realização, monitoramento e consequências da ação - relevante para esta pesquisa -, denominado por: “monitoramento reflexivo da ação”. Esse modelo ocorre de forma a considerar que “[...] os atores não apenas controlam e regulam continuamente o fluxo de suas atividades [...]” (GIDDENS, 2009, p. 06). Mas, esses acreditam que os outros também façam, e da mesma forma, monitoram aspectos sociais e físicos com os quais os mesmos se encontram envolvidos.

O modelo de estratificação que envolve o agente ocorre com a seguinte sequência, primeiro há a “motivação da ação”, ou seja, o(s) motivo(s) para a ocorrência da ação, sendo corriqueiro que os atores não saibam ou mesmo precisem explicar os motivos para a ação. No que tange aos motivos, esses “tendem a ter uma influência direta com a ação apenas em circunstâncias relativamente incomuns, situações, que de algum modo, quebram a rotina.” (GIDDENS, 2009, p. 07). Os motivos também estão mais próximos à ação inicial do que seu desenvolvimento ou desdobramento, já as “consequências impremeditadas da ação” e as

“condições não-reconhecidas da ação”, como resultados e parte desse modelo, essas estão inerentes ao desenvolvimento e ocorrerão de forma distante da motivação inicial. A motivação é seguida da “racionalização da ação”, um processo que acompanha o desenvolvimento da ação em curso seguida “da monitoração reflexiva da ação”.

Para Giddens (2009), razões levam a motivos para uma ação. E se os motivos podem não ser discursivamente explicitados pelos agentes, as intenções continuamente são. Como destacado em Giddens (2009, p. 07): “Embora atores competentes possam quase sempre informar discursivamente sobre suas intenções - e razões - ao atuar do modo que atuam, podem não fazer necessariamente o mesmo no tocante a seus motivos.” Pois, a motivação inconsciente é tida como uma característica atuante nos seres humanos, o que evita a expressão ou a apresentação da mesma.

Segundo Giddens (2009, p. 07), “os motivos tendem a ter influência direta na ação apenas em circunstâncias relativamente incomuns, situações que, de algum modo quebram a rotina”. O habitual, a conduta diária, não é diretamente motivada, e se os motivos não conduzem ações rotineiras, a razão está no engessamento para a ação ao longo do tempo, sendo o hábito presente na rotina que não precisa ser motivado, tornando seus impactos regras, costumes, valores e hábitos, ou seja, são as instituições, conforme destaca Hodgson (1997).

Para Giddens (2009), a ação ocorre enquanto um fluxo é uma “durée, um fluxo contínuo de conduta, à semelhança da cognição.” (GIDDENS, 2009, p. 03). A ação não é apenas uma junção de atos, pois seria uma atitude que não possui o caráter de fluxo. Mas, deve ser considerado que a ação vai ocorrer devido à condição de se fazer algo, ou seja, a agência. Essa é o poder que se concilia com o fazer, eis o conceito do que é agência para Giddens (2009). Sendo errôneo considerar que a agência ocorre apenas das intenções e que os resultados do comportamento para serem considerados uma ação, seja preciso que o agente tenha tido intenção, como demonstra certas correntes filosóficas, destaca Giddens (2009).

Em Giddens (2009, p. 17), a agência está em “ser capaz de intervir no mundo, ou abster-se de tal intervenção, com o efeito de influenciar um processo ou estado específico de coisas.” Isso ocorre primeiramente devido a agência e se consolida através da ação. E se a agência é o poder fazer isso, não ocorre apenas com a intenção ou advém desta, pois da mesma é possível gerar resultados não intencionais. O derrubar um copo de café sem intenção pode até não ser intencional, mas ocorreu devido ao poder de realizar tal ato, da mesma forma, o desdobramento da ação dos atores sociais com consequência também não é necessariamente premeditado.

Isso é demonstrado no seguinte exemplo exposto por Giddens (2009): um indivíduo chega à sua casa e acende a luz – uma ocorrência apenas por haver o poder da agência -, neste caso em específico um fazer intencional do ator, mas dentro da casa havia um ladrão, e esse fugiu por conta do medo gerado com o acender da luz e isso foi resultado da agência, uma consequência não intencional. Mas mesmo considerando que espantar um ladrão não tenha sido intencional, pois o indivíduo sequer sabia da existência do ladrão, como resultado futuro houve a prisão do ladrão por policiais que faziam uma ronda no local, há de convir que a prisão não fosse uma consequência premeditada do proprietário, prender o ladrão não foi intencional, mas a prisão foi gerada. Destaca-se que todas as consequências ocorridas após o acender a luz foram consequências impremeditadas do ato realizado por um ator possuidor de uma agência que permitiu criá-las. Giddens (2009, p. 13) ainda considera que “[...] o âmbito do poder de controle limita-se aos contextos imediatos da ação ou interação”, quanto mais distante a ação ocorre no tempo e no espaço, torna-se menos possível que seja intencional. Embora não deva ser desconsiderada a agência.

Já a ausência da agência ocorre quando o ator perde a condição de sê-lo, isso ocorre caso não possua a condição do poder ou do fazer diferença diante do que está em curso. Giddens (2009) ainda considera que a dominação ocorrida através das instituições sociais - que está presente em sistemas sociais - permite ao longo do tempo e do espaço, tanto a autonomia quanto a dependência. E ambas permitem as construções coletivas, pois mesmo a dependência ainda permite recursos para que sejam influenciadas decisões superiores, não é apenas a autonomia a condição dos atores. Isso seria o que Giddens (2009) define como a dialética do controle nos sistemas sociais. Assim, mesmo em uma sociedade com um domínio opressor, mesmo diante desse controle extremo e opressor, é possível perceber relações com intervenções da esfera oprimida, graças à dialética de intervenções, como expôs Giddens (2009).

Isso apenas ocorre devido à agência e a não externalidade das estruturas, ou seja, é devido à dualidade da estrutura. Pois, não se verifica uma determinação sobre a agência. Giddens (2009, p. 255) apresenta o embate entre marxistas, destacando críticas feitas à interpretação althusseriana, quando “Althusser é censurado por Thompson - corretamente, na minha opinião - por apresentar uma descrição deficiente da agência humana e uma concepção determinística de estrutura.”. Concluindo, mesmo que não haja na crítica uma evidência do significado de agência humana, nem mesmo da relação entre essa e a estrutura.

Considerando a estrutura primeiramente é preciso destacar que há, para Giddens (2009), um equívoco adotado com relação a essa pelo consenso da ortodoxia da Sociologia, ou seja, do

funcionalismo, do estruturalismo e mesmo do pós-estruturalismo sociológico. Todos esses a adotam como uma padronização das relações ou dos fenômenos sociais, é considerada demasiadamente estática e externa aos indivíduos, ainda tendo que considerar que: “A coerção estrutural não se expressa em termos das implacáveis formas causais que os sociólogos estruturalistas têm em mente [...]” (GIDDENS, 2009, p. 213).

As coerções não agem sem os indivíduos, sem os motivos e as razões destes, enquanto regras e recursos que se instituem para manter sistemas sociais. Os agentes possuem recursos que empregam para acontecimentos. E as propriedades estruturais - que se consolidam no tempo-espço organizando o que se mantêm nas relações sociais -, não seriam como fenômenos da Natureza que agem alheios aos atores sociais. Dependem dos atores sociais, permitem e contribuem para a ação destes.

Das ambiguidades entre as correntes estruturalistas, Giddens (2009, p. 20) destaca duas concepções de estrutura fundamentais para a organização de seu fundamento teórico: as estruturas “se referem a uma matriz de transformações admissíveis dentro de um conjunto ou a regras de transformação que governam a matriz”. É da segunda que Giddens (2009) busca contribuição para seu conceito de estrutura – aspecto fundamental para esta tese -, por considerar que todas as regras permitem transformação. Assim, Giddens (2009, p. 29) define estrutura como: “Regras e recursos, ou conjunto de relações de transformação organizadas como propriedades de sistemas sociais”. Essas regras e recursos estão “[...] na produção e na reprodução da ação social, são ao mesmo tempo, os meios de reprodução do sistema (dualidade da estrutura)”. São possibilitadoras das transformações nos sistemas sociais.

As regras e recursos que compõem a estrutura se fazem como os meios de reprodução de sistemas sociais e suas transformações. Os sistemas sociais, para Giddens (2009), também ocorrem com a padronização de relações sociais ao longo do tempo-espço, mas não são como os sistemas fechados presentes na Física e na Biologia, neles as interações são permitidas. Tanto as sociedades, consideradas uma unidade definida e que se diferencia das demais, como a sociedade, enquanto generalização da interação de um conjunto social abrangente, com caracterizações que permitem a definir como tal, são exemplos de sistema social, para Giddens (2009).

Os sistemas produzem e se reproduzem não apenas pela estrutura, mas pela dualidade. É diante da condição da relação das estruturas para com a ação dos atores sociais, pois as estruturas estão como traços na memória do indivíduo - e os envolvem a partir das propriedades estruturais. Assim, as estruturas são: “[...] a base orgânica da cognoscitividade humana, e como

exemplificada na ação”, e a dualidade da estrutura “o meio e o resultado da conduta que ela recursivamente organiza”. (GIDDENS, 2009: 441) E a estrutura e sua condição de dualidade dependem da ação, pois as propriedades estruturais não se realizam sem a ação. Dessa forma, destacam-se ocorrências junto à vida social, sendo da dualidade da estrutura, das propriedades e princípios estruturais e não unicamente, mas também da ação e da construção, junto a esses que se desdobra o processo de elaboração dos fenômenos sociais.

Salienta-se um estudo de caso sobre as ações de chefias de órgãos públicos no Estado do Espírito Santo e sua relação com as estruturas sociais. Sob a hipótese de que propriedades estruturais, por vezes, inibem processos de mudanças na ação gerencial e por outra torna possível permitir. Considera-se que as ações seriam apenas condicionadas e não executadas de acordo com as estruturas. Assim, a pesquisa de Junquillo (2003) conclui ao separar na dualidade estrutural, ações e estruturas, de modo que: as ações destes atores não devem ser consideradas como conduzidas pelas estruturas sociais, mas sim condicionadas por estas. A diferença está em que os ocupantes de cargos de chefia realizam suas ações de acordo com a cognoscitividade, com o conhecimento de que suas ações contribuem para com as estruturas, gerando possibilidades da ação em cada cenário ou realidade que os envolvem, sendo que através do uso de regras e recursos acabaram por replicar e manter as estruturas sociais.

Assim, cabe um melhor detalhamento sobre a ideia do que são as estruturas para Giddens (2009), pois são essas, que junto com seus desdobramentos e em relação à ação dos atores sociais que interessam às conclusões desse fundamento teórico. Se as estruturas estão como um conjunto de regra e recursos que envolvem articulações institucionais dos sistemas sociais, os recursos são as condições das ações. Quanto às regras, essas estão vinculadas à vida social, sendo superficial tê-las para a Teoria da Estruturação, como as regras comumente percebidas pelas correntes sociológicas que assemelham essas às regras já desvendadas, por exemplo, as tidas em regulamentos, as que normatizam os jogos em geral, ou mesmo as que consideram as regras enquanto condutas, hábitos ou rotinas. As regras para a vida social também não devem ser assim resumidas, nem mesmo serem consideradas como leis, normas ou imposições legais. Eis inclusive uma diferença entre Giddens (2009) e Weber (2009), já que o último considera essas sinônimo de regras.

Contrariamente, as regras que interessam ao social devem ser generalizáveis. Como exemplo dessas, Giddens (2009) destaca uma fórmula matemática, uma fórmula que separa seus dois lados da equação com o símbolo de igualdade, ou seja, ambos os lados da fórmula são iguais. É assim a regra para a vida social, ela permite haver uma tradução de igualdade, pois

as regras para a vida social têm de um lado o reconhecimento que irá ser expresso na consciência, mas é na consciência prática e não na discursiva. Assim, essas fazem com que os atores sociais, através da cognoscitividade, instruem-se para agirem e agem através das regras que são concebidas tacitamente. Desta forma, dia a dia realizam a produção e a reprodução da vida social. Os atores não precisam explicá-las em seus discursos, mas precisam produzir e reproduzirem as mesmas.

As estruturas, por fim, só existem devido às características estruturadas que a envolvem. Se as estruturas estão na cognição humana e orientam os atores sociais é porque as propriedades estruturais permitem e acabam por constituir institucionalizações. Portanto, para os sistemas sociais, cabe destacar mais que as estruturas, as propriedades e os princípios estruturais. As propriedades estruturais são para Giddens (2009, p. 443): “As características estruturadas dos sistemas sociais, sobretudo as institucionalizadas, estendendo ao longo do tempo e do espaço”. A relevância é tão fundamental que, na análise social, não haveria sequer estruturas, se não fossem as propriedades estruturais. São essas que estão “[...] como hierarquicamente organizadas em termos de extensão espaço-temporal das práticas que eles - os agentes (grifo nosso) - recursivamente organizam” (GIDDENS, 2009, p. 20).

E quanto mais enraizadas na reprodução das totalidades sociais, essas como características, desdobram-se para os princípios estruturais. Os princípios estão na “[...] organização de totalidades sociais, fatores envolvidos no alinhamento institucional global de uma sociedade ou tipo de sociedade” (GIDDENS, 2009, p. 443). Para Giddens, ao se prolongarem ao longo do tempo-espaço com práticas, os princípios estruturais serão, por fim, as instituições, essas são os princípios mais consolidados. E dos princípios estruturais constituem a organização das totalidades sociais, expondo as diretrizes institucionais mais amplas da sociedade, as instituições.

Pois, é quando os princípios estruturais que estão voltados à organização da totalidade social esses “[...] possuem maior extensão espaço-temporal, dentro das totalidades, e podem ser designadas como instituições” (GIDDENS, 2009, p. 20). Ultrapassam o tempo irreversível que há na vida cotidiana, perpetuam-se na forma do tempo que os estruturalistas dão às estruturas, já que perpassam existências individuais. Assim, são as propriedades estruturais, características institucionalizadas, que quando se perpetuam em princípios que de organização da totalidade são denominadas por instituições, que, para Giddens (2009, p. 40-41), “está na *durée* supraindividual da existência a longo prazo das instituições, a *longue durée* do tempo institucional”.

Portanto, é preciso considerar sobre essa relação para com a totalidade social e o tempo-espaço, já que as instituições estão na *durée* da vida social. Os sistemas sociais advêm da padronização de relações sociais ao longo do tempo-espaço, considerando que esses ocorrem através das estruturas, das suas propriedades, princípios e do resultado final, que são as instituições, as totalidades sociais. Mas, para Giddens (2009), essas não são fronteiras nitidamente delineadas, elas emergem no espaço e no tempo, porém se desenvolvem ao longo do tempo e do espaço graças aos sistemas intersociais, que são sistemas que perpassam, de forma transversal, as limitações que mitigariam um aglomerado de sociedades.

Diante das diretrizes expostas sobre a sociedade, deve ser concebida que a agência humana é necessária para a existência da sociedade e para a condução da ação dos atores sociais. Mas, se os atores sociais acabam por manter ou transformar as sociedades, esses não as criam, os mesmos reproduzem a sociedade graças às possibilidades da própria dualidade da estrutura, que diferentemente à coerção exposta pelo estruturalismo. Primeiramente, a coerção como compreendida em Giddens (2009), permite condições que facilitam a ação, há aberturas, recordando que a dualidade da estrutura é resultado, mas também é meio, que permite a reprodução, devido à própria propriedade estrutural, que não existe fora da ação dos atores sociais. Essa não é um efeito causal, uma vez que operam diante de motivos e razões dos atores sociais.

Dimaggio e Powell (1997) destacam entre os institucionalistas a pouca preocupação com a definição das instituições, pois se salienta mais os resultados das mesmas em detrimento à compreensão de definições. Quanto às instituições, para Giddens (2009), essas não são definidas, ao menos não para além de considerá-las resultado dos princípios estruturais, que se postergam no tempo e no espaço se tornando instituições, sendo que quanto mais essas se consolidam no tempo e no espaço, mais distante à ação de transformações por parte dos atores as instituições se posicionam. No entanto, isso não exclui as possibilidades das mudanças das mesmas. É preciso considerar que sua constituição se deu diante às ações dos atores, mesmo que seu desenvolvimento ocorra em sociedades, que são sistemas.

Desta forma, é necessário compreender a influência do tempo. Para Giddens (2009), há o tempo irreversível, que é o tempo da vida do ser humano, que é finito por ser o tempo da existência do mesmo; por outro lado, há o tempo reversível, comum ao cotidiano, que se replica; há ainda outro tempo reversível, o ciclo vital, que “é a *durée* “supraindividual” da existência em longo prazo das instituições, a *longue durée* do tempo institucional. O tempo reversível das instituições é a condição e o resultado das práticas organizadas da vida diária.” Mas, não devem

ser caracterizadas como rotinas, pois cada indivíduo é atuante diante destas, sendo também preciso considerar o que Giddens (2009) entende como o *self* atuante, uma presença que não deriva somente da presença física do indivíduo, mas que admite a própria história. Portanto, os diferentes mecanismos sociais que envolvem presença e ausência e dos resultados futuros para as gerações.

Assim, o tempo não é apenas o cronometrável, para Giddens (2009, p. 129), “os cientistas sociais não foram capazes de construir seu pensamento em torno dos modos como os sistemas sociais são constituídos através do tempo-espaço”. Na relação entre tempo e indivíduo é preciso considerar o caráter do tempo na manutenção da vida diária, em específico, na conduta social. O espaço, no que tange ao local, distingui-se da lógica de local como apenas de um ponto no espaço. Giddens (2009, p. 138-139) destaca como “uso de espaços a fim de fornecer os cenários da interação [...]”, e esses “[...] asseguram boa parte da fixidez subjacente às instituições.” Portanto, diante da definição deste enquanto cenários que permitem a interação devem ser compreendidos como regionalizados, pois as regiões são os mais nítidos locais para a interação, para o encontro dos atores sociais no espaço e no tempo. E a regionalização não é uma simples localização no espaço, é o “zoneamento do tempo-espaço em relação às práticas sociais rotinizadas”. (GIDDENS, 2009: 140).

Segundo Giddens (2009, p. 155), as instituições sociais ocorrem tendo por “intersecções de presença” e ausência no “escoamento” do tempo e na “transformação gradual” do espaço. E com o conceito de regionalização é possível entender a integração social e de sistemas. A integração social advém da interação de co-presenças e a de sistemas ocorrem pela canalização possível pela regionalização. Em sociedades, como as tribais, isso ocorria a partir dos percursos em sua grande parte longos, diferentemente das condições atuais, inúmeros estreitamentos possíveis com o deslocamento e a comunicação.

Portanto, é preciso considerar que as totalidades sociais no tempo-espaço - através dos sistemas intersociais - influenciam os sistemas sociais. Considerando as sociedades como sistemas sociais que não deixam de se constituir pela intersecção de diversos sistemas: “Destacam-se porque princípios estruturais definidos servem para produzir um “aglomerado de instituições” global especificável através do tempo e do espaço”. Entretanto, mesmo diante dessas considerações, em que se destaca a relevância das instituições e da totalidade social - a Teoria da Estruturação irá negar as teorias estruturais por conta da explicação que essas criam para as mudanças sociais possíveis. Pois, essas consideram o nível de generalidade, formulando

a causa estrutural, utilizando-se da evolução ou da adaptação para as mudanças sociais (GIDDENS, 2009).

Com relação à evolução, é necessário considerar que a história não tem um formato evolucionista, “pois os seres humanos fazem sua história no conhecimento dessa história, isto é, como seres reflexivos que cognitivamente se apropriam do tempo em vez de meramente o ‘viver’” (GIDDENS, 2009, p. 278). Já a adaptação, conforme desdobrada do funcionalismo, tornou-se, para Giddens (2009, p. 275), “uma noção tal ponto difusa que inclui todas as possíveis fontes de influência sobre a organização e as transformações sociais!” E assim, não se torna esclarecedora para os fenômenos sociais, e sim mais perturbadores.

Portanto, torna-se preciso considerar que mesmo diante dos destaques dado à estrutura, propriedades, princípios e instituições, enquanto consolidação que permeia os sistemas sociais. Para Giddens (2009), o ator social é um ser reflexivo, e como tal, dotado pelo conceito da dualidade da estrutura, sua ação permite mudanças que se consolidam ao longo do tempo e no espaço.

A própria reflexividade, conforme exposto por Giddens (1991), está no alicerce dos sistemas sociais, sendo os atores os possibilitadores da mesma, com as práticas sociais sendo constantemente analisadas pelos atores sociais, pois esses são agentes reflexivos, e quando necessárias, as práticas sociais têm seu caráter transformado. Porém, não seria o novo a busca constante a ser realizada, mas sim a reflexividade, destaca Giddens (1991). E as tradições, que se vinculam com o tempo e estão no controle deste, pois envolve o passado e o presente no futuro, são, conforme destaca Giddens (1991), transformadas em gerações. Portanto, não são estáticas, como não são instituições, em seus diversos formatos, pois as ações dos atores infringem sobre a dualidade da estrutura e permitem as propriedades estruturais, os princípios e seus desdobramentos.

Sobre a mudança social e das instituições, Giddens (2009) ainda insere como pertinentes - além dos princípios estruturais e dos sistemas intersociais -, as noções de: caracterizações episódicas, extremidades tempo-espaço e tempo mundial. Para Giddens (2009, p. 287), as caracterizações episódicas são o “delineamento de modos de mudança institucional de forma comparável”; as extremidades tempo-espaço são a “indicação de conexões entre sociedades de tipo estrutural diferenciado”, e o tempo mundial é o “exame de conjunturas à luz da “História” reflexivamente monitorada”. Pois, toda a vida social é episódica e os episódios demonstram ou identificam as mudanças que afetam as instituições.

Isso é possível por haver episódios que compreendem o ponto de partida com uma sequência de mudanças. Por exemplo, conceber a formação dos Estados, é possível a partir da compreensão de uma sociedade impactada por sistemas intersociais diversos, em que não se suprime os atores sociais, a reprodução e as mudanças, pois todos esses são agentes cognoscitivos, mesmo que a cognoscitividade dos atores venha do inconsciente e mesmo considerando que a vida diária repita um caráter do tempo reversível, há a agência e o poder que estão implícitos na ação social, que é do ator social. Como destaca Giddens (2009, p. 336), com relação às posturas dos sociólogos diante da análise social, “a vida social pode, com muita frequência, ser previsível em seu curso, como esses autores propendem a salientar”. Mas, sua previsibilidade, em muitos aspectos, são os próprios atores sociais que “fazem acontecer” (GIDDENS, 2009, p. 336).

4 CAFEICULTURA: DA ORIGEM DO MERCADO MUNDIAL AO BRASIL E ESPÍRITO SANTO

Segundo a interpretação histórica e sociológica do café, enquanto mercadoria, as estruturas e sistemas sociais se transformam ao longo do tempo e do espaço e dão acesso a novos interesses e mercados. A história do café permite compreender como esse se transformou de planta em mercadoria, desde sua origem na África árabe, perpassando sistemas sociais e religiosos, até se difundir no mundo, chegando às terras da América, com destaque ao Brasil. O café se desenvolveu no Brasil acompanhando mudanças políticas e econômicas e gerou dinâmicas espaciais e econômicas distintas, como observado no território do Vale do Paraíba, sem grandes desdobramentos a setores urbanos, distinto do que ocorreu em São Paulo, onde o complexo cafeeiro proporcionou as bases para o sistema financeiro, comercial e industrial.

4.1 CONTEXTUALIZANDO A HISTÓRIA MUNDIAL DO CAFÉ: DO CONSUMO AO MERCADO

A história da cafeicultura está relacionada com a transformação do café, enquanto uma planta à mercadoria, com valores de uso, de troca e com um mercado. O café ficou conhecido popularmente no Brasil por “ouro negro” ou “ouro verde”, com grande importância social e econômica, desde a metade do século XIX até os dias atuais, sendo o país seu maior produtor e exportador. Desde sua origem, o café se tornou uma mercadoria geradora de renda, ao mesmo tempo, objeto de histórias, de história econômica e de economia política internacional, circulando em mercados socialmente construídos.

Mais de mil anos após sua descoberta no século V, essa rubiácea foi classificada biologicamente como *Coffea Arabica*. A expansão do mercado do café está associada ao comércio de longa distância. Conforme já destacado em Polanyi (2000), foi esse tipo de comércio que, ao longo da história da humanidade, constituiu os mercados para os quais o suporte das instituições sociais sobre a dimensão apenas econômica das trocas foi essencial.

Parte do reconhecimento atribuído à descoberta do café é conferida ao pastor que observou o efeito dessa planta em suas cabras e parte àquele que desvendou o fenômeno da sua torrefação (BRILLAN-SAVARIN, 1797 apud MARTINS, 2008). A primeira menção ao café como consumo advém da “Lenda de Kaldi”, escrita no noroeste africano, mais especificamente

no Iêmen, em Abíssínia, essa é datada no ano de 575. Como destaca Martins (2008) mesmo que essa lenda sofra mudanças em seus detalhes, o caráter estimulante dessa fruta é mantido desde sua primeira versão, segundo a qual o pastor Kaldi observou que suas cabras ao se alimentarem do fruto vermelho possuíam mais vigor para caminharem nos terrenos íngremes, confirmando seu o poder estimulante.

Para Martins (2008), o café era consumido inicialmente como planta selvagem africana, nativa do Iêmen, sendo comumente encontrada na região de Kafa, atual cidade de Bonga. O consumo serviu primeiro aos etíopes, que utilizavam o café de forma macerada, extraindo uma espécie de suco que se transformava em bebida alcoólica sendo misturado aos alimentos. Da África, rapidamente o fruto foi transportado para a Península Árabe, onde por volta do ano 1000, já havia plantios e técnicas de preparo com infusão. No século XIV se instituiu a torrefação, ficando esse fruto conhecido pelos Árabes por *Kaweh*, e sua bebida por *Kahwah*, ou seja, força em árabe. Nome esse que também tem origem relacionada à própria região de Kafa.

Entre os árabes se desenvolveu o consumo do que em português se chama café. É através dessa história que se percebe a mudança do que seria apenas uma planta nativa, para o consumo de uma bebida, um estimulante que serviria à cultura muçulmana. Pois, esse sistema social religioso não permite o consumo de bebida alcoólica, e o café causava efeitos estimulantes, apesar de não precisar extrair o álcool no seu preparo. Desta forma, o café se difundiu entre povos muçulmanos tornando-se uma bebida típica, sendo consumida cotidianamente por 1000 anos e tornando-se conhecida no mundo cristão já no final do século XVI (MARTINS, 2008). Foi apenas no ano de 1592 que um botânico veneziano e professor da Universidade de Pádua, de nome Prospero Albino registraria o uso da bebida, após visita ao Egito.

O consumo diário do café fez com que seu comércio local prosperasse entre os turcos. Primeiramente, em Constantinopla, o consumo da bebida em locais públicos que permitiam reuniões tornou-se um ritual, e o “Kiva Han” foi o primeiro estabelecimento aberto para o consumo dessa bebida, datado de 1475. Difundindo ao longo do século XV, as demais casas de café surgiram no Cairo e em Meca, a cidade sagrada, onde, as pessoas seguiam um ritual no qual ao beber café a palavra “Ya Kawi” devia ser pronunciada 116 vezes.

Já sendo um costume, era permitido às mulheres casadas exigirem cota diária do consumo dessa bebida, e caso não fosse cumprida, o divórcio poderia ser realizado. Assim, o café adentrou ao sistema social e religioso muçulmano, incorporando o consumo de café e seu comércio local. Mas, o café trouxera desavenças, quando parte do clero muçulmano, em 1551, solicitou a proibição da bebida ao sultão, alegando que a sociabilidade causada pela bebida era

contrária ao Alcorão. Assim, esse produto tornaria-se importante socialmente, parte da cultura, da política e da economia, em outras partes do mundo, como na sociedade muçulmana. Contrariado, o sultão mandou executar os que não a aceitavam.

Com isso, a origem do comércio local do café e sua expansão entre os árabes ao longo de 1000 anos, demonstram a articulação entre o econômico e o social, de forma que este abrange o anterior, organizando e desenvolvendo, ao mesmo tempo em que o econômico inserido na vida social, não destitui as instituições sociais como apresentado por Polanyi (2000). Essa gênese, assim compreendida pela Sociologia econômica demonstra que mercados não estão inseridos a uma sociedade mercado, com as instituições econômicas de uma economia de mercado. E no caso do café, nem mesmo a formação de seu comércio de longa distância - para além do mundo árabe - e a origem do seu mercado internacional durante o mercantilismo ocorreu diante de instituições econômicas. Portanto, as relações de troca em torno do café não foram instituídas pela economia de mercado apenas, tendo sido moldadas, tanto entre árabes como entre outros povos, pela religião e pelo Estado.

Por sua vez, os europeus incorporaram inicialmente o café em função da boa relação dos árabes com os holandeses nas trocas comerciais, para que os primeiros pudessem ceder sementes. Pois, a produção de café se manteve no mundo árabe sob o domínio dos turcos até as primeiras décadas do século XVII, cuidando para que suas sementes só deixassem esse território sem uma película de pergaminho que as envolviam, pois assim as mesmas não germinariam e, deste modo, evitava-se plantios e produções para além do território de sua origem. Teria sido necessário um bom relacionamento mercantil entre árabes e os europeus, dentre esses primeiros coube aos holandeses (TAUNAY, 1934), graças as suas relações sociais e comerciais com os árabes. Assim, a planta exótica foi importada pelos europeus, chegou a Veneza na Itália e para que fosse consumida massivamente houve ações diante as estruturas de poder, envolvendo o interesse de Estados Imperiais e a paulatina aceitação entre os cristãos.

Em sua origem o café atendia a costumes muçulmanos, sendo em seguida aceito pelos paladares europeus, e em função de suas características exóticas foi incorporado aos hábitos cristãos, apesar de sujeito a represálias de estruturas religiosas. Portanto, desde sua origem em regiões africanas, sua aceitação por árabes e europeus, sua produção expandiu em alta escala na América do Sul, com destaque ao Brasil, em resposta ao aumento do consumo mundial, que compreendia desde o glamour das cafeterias europeias ao hábito diário de boa parte da população mundial.

4.1.1 O caminho do café e a origem do mercado: do mundo árabe a Europa, América e Brasil

Se a preocupação para que a semente não pudesse ser germinada para além do território de sua origem foi um cuidado entre os árabes, o comércio do café torrado, as relações sociais e o interesse econômico fizeram com que os europeus o levassem para a Europa, sobretudo a partir do século XVI e início do século XVII. Um milênio após o consumo ter sido iniciado entre os árabes, na Europa cristã existia tanto o desejo pela bebida quanto o receio. Em 1615, cafés para consumo deram entrada no porto de Veneza. O café já era considerado pelos europeus uma bebida exótica, ainda questionada e com dificuldade de aceitação na cultura cristã, por ser uma bebida advinda dos pagãos que não aceitavam o Cristianismo (MARTINS, 2008).

Por outro lado, havia o receio, por parte dos envolvidos com o comércio do vinho, de que o café afetaria o comércio daquela bebida. No entanto, o desejo, sobretudo da elite europeia no consumo da bebida, as relações sociais e os interesses mercantilistas impulsionaram o comércio e o desenvolvimento do café. O domínio de colônias que passaram a produzir e a infraestrutura comercial já construída por alguns países fizeram com que Frederico, o Grande, rei da Prússia, dois séculos depois das primeiras bebidas em solo europeu, tornasse o mercado do café totalmente estatal (MARTINS, 1999). Uma ação tipicamente mercantilista.

Na Europa, inicialmente torrado para venda na “*Botteghe Del Caffè*”, em Veneza, pouco a pouco a bebida era apreciada pelos europeus, principalmente pelos ingleses, franceses, italianos, portugueses e holandeses. Mas, foi na Inglaterra, ainda no ano de 1650, que se instituiu o hábito de beber o café em locais públicos. Na cidade de Oxford, onde surgiu entre os europeus à primeira casa pública de café, seguida os “*Coffe-houses*”, assim se chamavam essas casas, que se estenderam ganhando força na capital Londres, destaca Martins (2008). Taunay (1935) confirma ser a Inglaterra o primeiro país no mundo ocidental a consumir o café em locais públicos, que nos dias atuais considera-se como cafeterias.

Mas, o “licor do Oriente”, como denominado por Martins (1999) e por Taunay (1934), sofria com resistências iniciais para a consolidação do seu comércio na Europa, apesar do interesse pela mercadoria. Essas resistências tinham fundamentos religiosos e econômicos e deveriam ser superadas para constituir uma longevidade para esse mercado em crescimento. Havia instituições sociais, ou seja, estruturas sociais, como a religião, necessárias para a

aceitação da constituição do hábito e para o avanço do mercado do café. Considerando que é possível a superações das estruturas, como verificado em Giddens (2009). Com relação ao café, foram realizadas superações dentro da própria instituição religião, para que esse mercado avançasse.

As restrições religiosas entre os cristãos eram pelo café ser uma bebida comum entre os muçulmanos. Outro cenário de restrição, mas por divergências dentro do próprio Cristianismo, foi a Contra Reforma. Nesse período primava-se por tradições católicas, que evitavam o avanço protestante, e o café tinha uma história muçulmana, não vinha de uma tradição católica. Entretanto, o interesse pelo gosto da bebida entre os europeus, uma elite fazia crescer o gosto pelo café, constituindo-se um hábito de consumo entre a elite intelectual, mas que logo se tornaria comum ao povo. Chegando à necessidade de solução do embate religioso, ao ponto do Papa Clemente VII sugerir um batismo para que a bebida se tornasse cristã (MARTINS, 2008). Portanto, é possível destacar a importância de outras instituições dentro dos mercados, como foi o caso da religião, no consumo e no mercado do café.

Aos poucos o interesse pelo café avançava no sistema social europeu. As estruturas sociais, como explicitadas por Giddens (2009), reorganizavam-se para esse acontecimento, pois a economia depende das instituições sociais (POLANY, 2000), no caso do café não foi diferente. O mercado do café mundial em sua gênese se constituiu através de uma interação entre sistemas sociais, ou seja, entre sistemas políticos e religiosos de povos distintos, entre europeus e árabes. Isso ocorre porque há instituições, e essas dependem das estruturas, por fim são as estruturas em seu nível mais amplo que se tornam instituições, sendo essas possíveis de serem transformadas, mesmo que ao longo do tempo, do espaço e das relações entre sistemas sociais (GIDDENS, 2009). Para transformações em curso ainda é necessário considerar a dualidade das estruturas, em que se inter-relacionam as estruturas e as ações (GIDDENS, 2009).

Em certas sociedades tribais o espaço em que funcionava o mercado local deveria ser purificado quando uma mãe tivesse dado luz ao filho, exemplo de como a economia está inserida à vida social (POLANYI, 2000). No que tange à constituição do mercado e a difusão do consumo do café na Europa, novamente cabe destacar as relações econômicas incrustadas no social, como apresentadas em Polanyi (2000). Há o cultural inserido nas relações comerciais e no desenvolvimento econômico, sendo necessárias instâncias sociais para aceitação, como a disposição da Igreja católica para transformá-lo em uma bebida não pagã. Apresenta também uma relação entre o sistema religioso e os interesses sociais e políticos. Para a visão althusseriana, a religião deve ser compreendida como parte do aparelho do Estado e de seus

interesses, os quais se manifestaram no caso do café, quando de seu cultivo nas próprias colônias, entre essas o Brasil, que se tornou seu maior produtor, sustentando a economia do império.

A preocupação com a concorrência entre o café e o vinho, e o próprio zelo dos árabes para com a não proliferação de plantios de café, enquanto resistências para o mercado mundial do café, logo seria superada por parte dos mercadores envolvidos, esses acabaram ressaltando sua importância comercial e incorporando seu comércio na política mercantilista e na defesa de rotas marítimas dominadas pelos árabes e pelas especiarias do Oriente. Conforme destaca Martins (2008), há nesse contexto o próprio capitalismo nascente. Porém, no capitalismo nascente, vigorava o mercantilismo, o comércio internacional e o desenvolvimento de mercados. Diferentemente do capitalismo em sua fase industrial, o mercantilismo não constituiu uma sociedade de mercado nos moldes que Polanyi (2000) considerou como negação das instituições sociais, com a economia de mercado como a condutora da vida social. Isso é inerente ao capitalismo em sua fase pós Revolução Industrial.

Nem mesmo foi o dinheiro uma mercadoria até a sociedade de mercado, como não havia sido o trabalho e a terra (POLANYI, 2000). O primeiro teria função de meio de troca, que, para Smith (1996), ocorreu devido à divisão do trabalho, pois o valor contido permitia a troca e os metais cunhados mais facilidades para as trocas em outros produtos. “Provavelmente, muitas foram às mercadorias sucessivas a serem cogitadas e também utilizadas para esse fim. Nas épocas de sociedade primitiva, afirma-se que o instrumento generalizado para trocas comerciais foi o gado” (SMITH, 1996, p. 81).

Diante do contexto de transição do mercantilismo para o capitalismo é que ocorreu a inserção do café na Europa. E se essa gênese ocorre diante desse sistema social em transição, no início do capitalismo teriam ocorrido tentativas de destituírem as instituições sociais para a organização da economia (POLANYI, 2000). A inserção do café na Europa ocorreu por Veneza, mas foi na Inglaterra ainda no ano de 1650 que primeiramente se difundiu na Europa. No começo do século XVIII havia 3000 “*Coffe-houses*” em Londres, no século seguinte o café foi sendo aos poucos substituído pelo consumo do chá entre os ingleses. Portanto, se na inserção do café entre os árabes é demonstrado o social em seu caráter cultural na constituição de um mercado, na Inglaterra o mesmo pode ser observado, devendo ser destacado que a cultura do chá levou a uma redução do consumo de café, sem ter, todavia, prejudicado seu mercado³.

³ No final do século XVII uma ação contra um navio inglês, em Boston, teria gerado a independência dos Estados Unidos, uma ação que ficou conhecida por “*Boston Tea Party*”.

Relatos sobre o sabor do sanduíche combinado com chá apresentam o interesse dos ingleses por chá, mas é certa a existência de uma rivalidade mercantil entre as duas companhias orientais, por um lado a holandesa, com o café e por outro a inglesa, com o chá (TAUNAY, 1935). E essa rivalidade teria influência sobre esses mercados.

De qualquer forma, durante o século XVIII, o consumo e as casas públicas de café foram lentamente diminuindo na Inglaterra, enquanto aumentavam em outras cidades da Europa, ao mesmo tempo em que seus plantios expandiam-se nas colônias. Na Itália, as tradicionais vendas de limonada logo sofreram impacto do café e dos seus espaços de consumo. Em Paris, Martins (2008) destaca o aumento do número de casas de café de 308 para 4000 mil estabelecimentos no início do Império, algumas delas requintadas e aglomeradas de pensadores e políticos, como o Imperador Bonaparte, o revolucionário Robespierre e outros ilustres representantes da história francesa. Foram nessas casas que se reuniram expoentes da Revolução Burguesa Francesa.

Assim, o hábito do consumo de café em locais públicos crescia entre os europeus, antes um costume entre muçulmanos, neste momento estendia-se para se tornar um hábito entre os ocidentais, fazendo parte da história, dos costumes, da vida social, impactando a economia desse povo. O café se desenvolvia diante da economia e constituía gradativamente seu mercado ao fazer parte da vida social, acompanhava momentos históricos e políticos que ocorriam no mundo ocidental.

Paralelamente ao aumento do consumo, coube inicialmente aos holandeses não apenas articular a entrada do café na Europa, pelas relações junto aos árabes, mas os primeiros plantios em solo europeu, baseados em sistemas de estufas, embora de forma pouca produtiva se comparado ao que seria nos trópicos, onde a cultura do café foi desenvolvida posteriormente pelos franceses. Como destacou Martins (2008), foi graças ao domínio marítimo que os holandeses exerciam na Europa e da relação com os árabes que condições fossem criadas para que aqueles recebessem como “caridade botânica” sementes para plantios. Após ser plantado em 1616 no Jardim Botânico de Amsterdã em sistema de estufa, em 1658 já era cultivado em suas colônias, com destaque para Java, leste indiano, e em seguida no Ceilão, atual Sri Lanka.

Ainda no final do século XVII a Holanda já instituíra as primeiras regiões exportadoras do mundo. “Em 1699, levaram mais mudas para as colônias insulares da Indonésia, Sumatra, Timor, Bali, Malabar e Celebes, e, em 1718, plantaram no Suriname, na América do Sul” (MARTINS, 2008: 26). Há inúmeros relatos históricos da difusão do consumo da bebida pela Europa naquele período. No ano de 1644 o café foi introduzido para consumo na França, pelo porto de Marselha (MARTINS, 2008). No começo do século XVIII já ocorria o

desenvolvimento do consumo da bebida nos centros europeus, com destaque para a Itália, França e Portugal, e em 1708 já se falavam em 3000 *coffee-houses* em Londres (MARTINS, 1999).

Com relação aos plantios, não tardou para os europeus - para além dos holandeses - avançassem. No ano 1713, o Burgo Mestre de Amsterdã cedia ao Rei Luiz XIV uma muda plantada no Jardim de Plantes, que no ano de 1715 foi transportada para a colônia das Antilhas, para Sandwich e Bourbon. Com relação a essa última colônia, Martins (2008) afirma ter havido a existência de uma espécie de café indígena, designada por *Coffea mauritina Lam*, que no ano 1718 acabara sendo transportada para o Suriname. Da mesma forma, o Haiti - outra colônia Francesa -, recebeu plantios, e desta à Guiana Francesa, de onde, segundo a história, chegou ao Brasil.

A lógica mercantil e colonial aliada ao desejo pela bebida na Europa, mais o preço alto do café que vinha da Ásia, relacionado também às condições de oferta e a intempéries climáticas da Ásia, fizeram com que principalmente os holandeses e, posteriormente, os franceses desenvolvessem rapidamente o plantio do café em suas colônias. Com relevância para a introdução do café na América Central e no Brasil, também devem ser destacados os plantios em Martinica, na Guiana Francesa. Martins (2008) menciona o caráter fantasioso envolto à entrada do café nesse território, pois o café teria chegado pelas mãos do oficial da Marinha, Gabriel Mathieu de Clieu, que vindo ocupar um posto em Martinica trouxera mudas, mas diante de todas as dificuldades haveria sobrevivido apenas uma muda, a qual o mesmo cuidara com todo o carinho e zelo, deixando de beber água para que essa fosse molhada. O fato é que mesmo diante do caráter aventureiro normalmente envolvido neste conto, em 1726 o oficial obtinha sua primeira colheita, e passados 50 anos, a região já possuía 19 milhões de pés de café.

A partir da Martinica, na Guiana Francesa, o café se deslocou para o Brasil, num processo envolvendo contos e histórias sobre aventuras e romances, muitos dos quais ampliados ao longo dos séculos, de acordo com interesses políticos e econômicos. O café já era consumido na Europa em luxuosas casas de café chegando ao território brasileiro pelo Pará, na segunda década do século XVIII, na esteira do mercado internacional (MARTINS, 2008).

Não se contesta, diante de tantos relatos históricos, que a entrada do café no Brasil deve ser creditada a Francisco de Mello Palheta, um “mazomba”, ou seja, filho de portugueses, mas nascido no Brasil, mais especificamente em Belém do Pará (TAUNAY, 1934; MARTINS, 2008). Esse se tornou um Sargento Mor, sendo considerado por Martins (2008), como um homem em busca de reconhecimento da Coroa portuguesa e de fortuna pessoal. A chegada do

café está envolta no deslocamento desse Sargento Mor para averiguar uma tentativa das autoridades da Caiena em constituir domínio sobre o Cabo Norte do Brasil, que era limítrofe a terras francesas. Ou seja, um descumprimento ao acordo já firmado entre as Coroas de serem tombados limites geográficos (TAUNAY, 1934; MARTINS, 2008).

Essa seria uma ação dentre quatro outras já encaminhadas pela Coroa portuguesa (MARTINS, 2008). Indo a Caiena para cumprir sua função, ordenado por João da Maya da Gama, então Governador e Capitão Geral do Estado do Maranhão, o Sargento Mor teria chegado à Guiana no ano de 1727, para averiguar as ações francesas sobre o limite geográfico, teria consumido o café no palácio do Governador da Guiana e demonstrado o interesse pela bebida. Palheta teria recebido das mãos da Condessa D'Orvilliers, esposa do então do representante da Coroa francesa na Guiana, algumas sementes trazidas para o Brasil em seu bolso do paletó.

Com estórias românticas criadas sobre a história do café, poderiam essas sementes que chegaram ao Brasil sido entregues pela Condessa diante do próprio marido ou sido entregue em um passeio com ares de um romance entre a Condessa e o Sargento Mor. Mas, há o consenso, o café no ano de 1727 teria sido introduzido no Brasil e gerado uma produção, permitindo que o mesmo proliferasse (TAUNAY, 1934; MARTINS, 2008). Já no ano de 1731, uma pequena quantidade de 3,2 quilos de café foi enviada para Portugal, o suficiente para que o Rei Dom João V decretasse isenção de impostos para produção do café no Brasil (MARTINS, 2008).

O Sargento Mor teria trazido uma quantidade generosa e não apenas algumas sementes como ao gosto romancista de diversos relatos. A próxima ação foi de produzir no Brasil. E Palheta informou ao rei que no ano de 1733, sobre sua administração, havia mais 1.000 pés em produção. Desta forma, o Sargento Mor é considerado por Martins (2008) não apenas o introdutor do café no Brasil, mas o primeiro cafeicultor, pelo caráter agrícola dado aos plantios, segundo documentos datados de 1734, que comprovam o investimento dado aos seus plantios.

Através do cuidado do Sargento Mor em informar à Coroa sobre a posse do café e a produção do mesmo considera-se que a iniciativa na aquisição das primeiras sementes para o Brasil teria sido uma ação focada em inserir uma produção e um mercado do café neste país. Desta forma, é questionada a ida do Sargento Mor à Guiana apenas por causa dos domínios do limite geográfico, sua ida teria o intuito de produzir café no Brasil. Uma ordem escrita no capítulo 10º do Regimento informava ao Sargento Mor para que fossem arrecadados os grãos, de forma discreta, caso conseguisse, deveria haver um retorno imediato ao Brasil, sem tratar de quaisquer outros assuntos (MARTINS, 2008).

A história como a acontecida para o surgimento do mercado do café no Brasil é repleta de ações e relações sociais, como compreendidas em Weber (2010) e Giddens (2009). Nota-se nesse caso, a importância das ações sociais para o formato das estruturas, como observado em Giddens (2009). Com relação à economia de mercado, que vigorou apenas um século após o relato da ação política citada, seria equivocados acreditar que as instituições sociais - políticas e culturais -, como relatadas por Polanyi (2000) não são atuantes diante do econômico. O mercado não se auto-organiza, nem mesmo se autorregula.

A Europa já consumia café, as colônias da Holanda e França já o produziam e não seria de estranhar o interesse de Portugal em manter em sua colônia a produção dessa importante mercadoria. Um fato importante se refere à mudança da Coroa portuguesa para o Brasil, devido à invasão francesa, participando ativamente das relações sociais e arranjos políticos, que envolvidos no avanço da produção do café, da qual a economia da colônia e o império como um todo passaram a depender.

Do Pará o café foi transportado para o Maranhão, sempre produzido em pequenas escalas, em chácaras e quintais. Durante o século XVIII ficou mais restrito ao Norte e ao Nordeste (TAUNAY, 1934). Mesmo com o potencial econômico da atividade, o cultivo do café em pequenas áreas era motivado por suas propriedades medicinais e ornamentais, as quais contribuíam para a inserção da bebida nos hábitos de consumo dos brasileiros. Em Portugal, nesse mesmo período ainda era costumeiro beber o chá no café da manhã e o chocolate após o almoço. Mas, o café já era em outras partes da Europa, com destaque para a França, uma bebida que se alastrava e compunha junto ao chá e ao chocolate as três bebidas não alcoólicas mais costumeiras (MARTINS, 2008).

Um marco importante para o café no Brasil e no mundo foi à chegada das primeiras mudas na cidade do Rio de Janeiro, essas foram transportadas por João Alberto de Castelo Branco, chanceler de relações fluminenses. Conforme afirma Taunay (1935: 245): “Por 1760 (sob o reinado, portanto, de Dom José I) foi que o desembargador João Alberto de Castello Branco fez vir para o Rio de Janeiro - do rincão do norte do paiz onde inicialmente se aclimara o arbusto do café”. Esse era um conhecedor do comércio internacional e da necessidade do Brasil exportar novos produtos, pois havia servido na Índia. Assim, introduziu o cultivo do café no Rio de Janeiro, entendendo que o ciclo do ouro precisava ser sobreposto por outro produto (TAUNAY, 1934; MARTINS, 2008).

A chegada e os plantios no Rio de Janeiro não tardariam a se deslocar para seu lado sul, chegando às terras do Vale do Paraíba e para a outra ponta da província fluminense, nas porções

do norte fluminense. Da mesma forma se deslocou para a Zona da Mata de Minas Gerais, mais ao oeste das terras fluminense, e para o sul do Espírito Santo, por relação com o norte fluminense. No Rio de Janeiro, os plantios foram realizados primeiramente na região central da cidade, pelas monjas carmelitas de Santa Teresa e pelos padres capuchinos (MARTINS, 2008). Para em seguida chegarem à fazenda Mendanha, que se situava no atual bairro carioca de Campo Grande. Inclusive, foi dessa fazenda que saíram as primeiras mudas para o Vale do Paraíba fluminense; primeiramente para Resende e Arêas (TAUNAY, 1934).

Entre as décadas de 1760 e 1830, o café tomava caminhos que o levariam de forma pulverizada, do Rio de Janeiro ao Sul e ao Norte, passando pelo Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina. No ano de 1774, o vice-rei convocou agricultores de diversas regiões da província do Rio de Janeiro para distribuir sementes de café. Entretanto, esse não teria sido totalmente aceito, uma vez que o açúcar ainda possuía um bom retorno financeiro ao fazendeiro (MARTINS, 2008). Mas, o cenário já demonstrava a necessidade de uma nova cultura, para além das ações para esse acontecimento havia as instituições, principalmente a monarquia, que distribuía títulos de nobreza, propriedades de terra e mantinha a escravidão, que foi o braço da cafeicultura até a abolição e a imigração. Enfim, ações e instituições deram bases para o café no Brasil monárquico.

Devido ao esgotamento do ouro de Minas Gerais surgia um problema para Portugal, dependente desse produto. Mas, o café emergia e viria a substituir o ouro na balança comercial. Esse era pouco produzido até os primeiros anos do século XIX, seria necessária uma tentativa com esse produto. Pois, o açúcar já sofria a concorrência de outros países, sendo que outras atividades precisavam ser inseridas para sustentar o reino português que estava diante da exploração britânica (MARTINS, 2008). Essas ocorreram de forma mais eficazes a partir da presença do próprio rei Dom João VI no Brasil, com a chegada da família Real na primeira década do século XIX. Afinal, a família real estava no Brasil, o ouro e o açúcar não atendiam à economia como outrora, era preciso buscar novas bases econômicas.

De acordo com Prado Jr. (1983), o café no começo do século XIX apesar da antiguidade em cultivo, possuía um valor comercial quase nulo, com pouca expressão na economia brasileira, reduzia-se ao consumo doméstico com valor desconsiderável. Era por considerar até esse período a importância do ciclo do ouro e do rural voltado às demais culturas, como a cana e a pecuária. Esse cenário mudaria e até a metade do século XIX o Brasil já seria o maior exportador do grão (TAUNAY, 1934). Com impacto para as divisas e as exportações geradas no Brasil imperial. Para tanto, foram necessárias instituições e ações.

Foi no Vale do Paraíba que o café expandiu no começo do século XIX, principalmente a partir do território fluminense, neste encontra-se a origem do desenvolvimento do mercado do café no Brasil. Terras propícias somavam-se à facilidade do transporte para a exportação pelo porto do Rio de Janeiro. Ações e instituições contribuíram para que o lado paulista do Vale do Paraíba avançasse. Havia incentivo de doações das terras em sua faixa litorânea, como ocorreu com a Zona da Mata Mineira. O escoamento para exportação acontecia, sobretudo pelos portos do Rio de Janeiro e de Ubatuba.

Nas terras fluminenses, o café deslocou-se para a ponta norte da província do Rio de Janeiro e de lá para o sul do Espírito Santo e para a região da Zona da Mata, em Minas Gerais. Esses territórios tornaram-se os responsáveis pelo avanço do café na primeira metade do século XIX e por sua consolidação no mercado internacional. Infraestrutura, terras férteis e benesses permitidas por uma capital do império que era o Rio de Janeiro possibilitaram o dinamismo da cafeicultura na região do Vale do Paraíba e no interior fluminense. Desde essa origem até o final do século XIX as terras fluminenses foram às maiores produtoras no país, com destaque para a região do Vale do Paraíba.

As transformações causadas pelo desenvolvimento da cafeicultura e de seu mercado são manifestações da importância das estruturas e dos sistemas sociais que se inter-relacionam, bem como de ações e relações sociais, como vistas a partir do fundamento weberiano e da estruturação definida por Giddens (2009). Considerando que a evolução do café descrita até este ponto explicita que os determinantes da formação do mercado de café estão situados além dos interesses econômicos, envolvendo dimensões sociais, políticas e culturais, como interpretados primeiramente por Polanyi (2000), para explicar as relações econômicas.

Considerando a origem das relações sociais e mercantis que permeiam o café no mundo e sua inserção no Brasil, cabe a esta pesquisa uma interpretação maior do desenvolvimento da cafeicultura no Brasil. Essas análises se relacionam historicamente ao estudo de caso desta pesquisa, mesmo ciente das distinções e distanciamentos históricos às especificidades do Estado do Espírito Santo. É objetivo dos próximos subcapítulos, a realização de considerações mais específicas sobre o Vale do Paraíba. Para em sequência apresentar as mudanças em direção aos novos territórios de São Paulo, com o crescimento da cafeicultura e os impactos sobre o desenvolvimento regional e a industrialização. Por fim, após a fase áurea de produção de café em São Paulo é possível concluir uma análise histórica mais geral do café no Brasil, para adentrar ao caso particular do Espírito Santo.

4.2 DESENVOLVIMENTO DA CAFEICULTURA NO BRASIL: ROTEIRO E ACONTECIMENTOS NO MAIOR PRODUTOR MUNDIAL

4.2.1 A origem do desenvolvimento da cafeicultura no Brasil: as terras da cafeicultura tradicional

É preciso entender a constituição da solidez da produção do café no Brasil até as últimas décadas do século XIX. Esse período coincide com a origem do desenvolvimento do café em suas terras mais tradicionais, com destaque a região do Vale do Paraíba. No começo do século XIX, a cana de açúcar ainda era a cultura agrícola predominante na sociedade fluminense, mas o surgimento do café, na cidade do Rio de Janeiro, fez com que durante o começo do século XIX este já fosse o maior produtor, e começando o processo de substituição da cana no território fluminense, levando o Brasil à condição de maior produtor mundial do grão até a metade do mesmo século, com destaque para a produção do Vale do Paraíba.

Para exemplificar a relevância da cafeicultura no período em que se consolida a cafeicultura com fins comerciais, utiliza-se um dado referente ao ano em que o café comemorava os 100 anos das primeiras sementes no Brasil. É o ano de 1827, quando o café foi responsável pela maior parte da receita no Império brasileiro. Conforme apresenta Taunay (1939, *tomo IV*), a receita proporcionada pelo café ao Tesouro Nacional era 1,7 vezes maior que a gerada pelo açúcar. Ao longo de toda a primeira metade do século XX o café já apontava sua importância crescente, essa afirmação pode ser obtida com a interpretação da relação de dois anos que intermediaram três décadas: no ano de 1830 o Brasil exportava 391.785 sacas de café e em 1860 alcançava 2.127.219 sacas. Um crescimento vertiginoso de 500% nas exportações de café no Brasil (TAUNAY, 1934, p. 68).

Essa é a gênese do desenvolvimento comercial da cafeicultura, que ocorreria mais de meio século depois com seu avanço no território paulista. A importância da cafeicultura era tal que, sendo o café responsável por dinamizações sociais, políticas e econômicas com os resultados advindos do Vale do Paraíba elevaram o Brasil à condição de maior produtor e exportador de café: “Não é preciso ser historiador, sociólogo ou economista para observá-lo, um golpe de vista basta. E talvez por isso mesmo, seu caráter familiar, não desperta o interesse de nossos estudiosos”, afirma Milliet (1941, p. 07) ao destacar a importância do café.

Nesse período realçou-se a produção em território fluminense, até mesmo diante do lado paulista, tanto pela produção quanto pelos seus desdobramentos sobre as demais dinâmicas sociais, sobretudo através do aproveitamento da infraestrutura portuária para o deslocamento da produção. Somente a partir das últimas décadas do século XIX, e principalmente com a virada desse século que a cafeicultura deslocar-se-ia através de outra dinâmica social e econômica, consolidando-se como núcleo dinâmico da economia brasileira e definindo o perfil da sociedade nacional, a partir do Estado de São Paulo.

O apoio político da monarquia, terras ainda férteis para a produção do café, logística e infraestrutura - com destaque à portuária - permitiram o desenvolvimento da cafeicultura no Vale do Paraíba. Quanto a essa gênese do desenvolvimento do café no Brasil, há ações políticas, tendo em vista a atratividade do mercado e o engajamento de instituições, ocorridas principalmente a partir de 1815. Essas alavancaram a economia cafeeira e suas exportações, como: a abertura dos portos às nações amigas; o fim do bloqueio comercial; e o incentivo direto da monarquia, com articulações, títulos, distribuições de terras e de sementes, como as produzidas em estufas de Moçambique (MARTINS, 2008). Se no começo do século XIX houve a chegada da família real ao Rio de Janeiro, o crescimento da produção de café acontecia no território fluminense e a exportação ocorria pelo porto do Rio de Janeiro.

Os relatos históricos desse período sobre o café podem ser apoiados com dados de produção e de exportação. A produção repercutiu nos dados das exportações, o café destinava-se ao comércio internacional, sendo uma condição necessária a infraestrutura, importante para o desenvolvimento da cafeicultura. Para exemplificar seu desenvolvimento nas terras iniciais, com destaque ao Vale do Paraíba, no ano de 1822, o total de 152.048 sacas foi registrado no porto do Rio de Janeiro, em 1830, o total de 391.585 sacas saíram pelo mesmo porto. Passados dez anos, pela primeira vez, a exportação alcançava mais de um milhão de sacas. O Brasil exportou pelo porto do Rio de Janeiro 1.068.418, em 1840, fazendo do café o principal produto das exportações brasileiras (TAUNAY, 1942, v.13). No ano de 1851 e em 1871, consecutivamente os totais de exportação foram de 2.040.450 e 2.358.001 sacas (TAUNAY, 1934).

Esses dados sobre a exportação representam um Brasil que alavancava a produção de café, com impacto para as divisas e a economia em geral. O Vale do Paraíba destacava-se com o suporte da infraestrutura, atendendo ao crescimento da produção do café nas primeiras décadas do século XIX havia o Porto do Rio de Janeiro. Para exemplificar, no ano de 1835 a província de São Paulo produziu 150.000 sacas de café, sendo o total de 53.500 mil destas sacas

produzidas no Norte da província e transportadas pelo porto do Rio de Janeiro: mais de um terço do total (TAUNAY, 1934). Havia um problema de escoamento por São Paulo, boa parte dependia de terrenos mais complexos que eram rompidos sobre muares, seria preciso investimentos para constituir infraestruturas de transporte.

Segundo Taunay (1934), no final do século XVIII e começo do século seguinte, o norte paulista que fazia parte do Vale do Paraíba e seria o produtor durante todo o século XIX, ainda afluía. Do lado paulista, o autor destaca a cidade de Lorena com consideráveis fazendas produtoras de café. Mas, Cachoeira, Guaratinguetá e Taubaté, embora ainda possuíssem uma produção reduzida, não tardariam a serem importantes centros produtores. Também não tardou para que o café influente no planalto paulista se alastrasse ao longo de todo o Vale do Paraíba em seu lado paulista até o Vale do Tiete, em um período que São Paulo ainda tinha a cana de açúcar como importante produto agrícola.

Esse cenário trazia mineiros e descendentes de paulistas que viveram em Minas Gerais, por conta da queda no ciclo do ouro, o que desenvolveu inúmeras cidades ao sul fluminense, entre as principais destacam-se as cidades de Vassouras, Resende Valença, Barra Mansa e Paraíba do Sul (TAUNAY, 1934). E de forma cruel estendia-se da mesma forma a necessidade da escravidão dos negros no Brasil. Por esse lado, o crescimento acompanhava o atraso do país diante do direito humano de liberdade, apesar do interesse inglês para a extinção do comércio de negros e da escravidão.

Até a metade do século XIX a cafeicultura se expandiu no Vale do Paraíba, como parte do dinamismo da região fluminense. As décadas de 1860 e 1870 mostraram seu apogeu e transformavam as características sociais da região. Os homens ligados ao café desfrutavam de títulos de nobrezas, dados pela monarquia, e buscavam acesso a bens de consumo rebuscados e luxuosos, as divisas geradas pelo café permitiram uma elite de consumo do luxo à venda na Europa. Até então, não apenas cidades do sul fluminense eram produtoras, cidades como Campos dos Goytacazes, importante produtora de cana de açúcar, já estava nesse período constituída por grandes cafezais, assim como a cidade de São Fidelis, destaca Taunay (1934). Enfim, o Vale do Paraíba como um todo, o norte fluminense e sua expansão para a Zona da Mata de Minas Gerais e o sul espírito-santense, devem ser considerados como o território inicial, no que tange a iniciação e desenvolvimento da cafeicultura, importante para consolidação e abertura de fronteiras no mercado internacional.

O desenvolvimento do café no território fluminense influenciava seu entorno, como a região conhecida como Zona da Mata Mineira. O Espírito Santo, mesmo que reduzido em

produção diante de demais produtores nesse período, e ainda sem a importância que o café teria para seu desenvolvimento intraregional, aumentava a produção, embora em nível menor que seus vizinhos, chegando a 172.000 sacas em 1872. As fazendas ao sul do Estado seguiam à risca a influência do vizinho Rio de Janeiro, sendo que em Cachoeiro de Itapemirim residiam grandes fazendeiros, como o Barão de Itapemirim (TAUNAY, 1934).

Mas, se até as últimas três décadas do século XIX o café se desenvolvia, esse era puxado principalmente por essas terras que podem ser enquadradas enquanto territórios tradicionais. Esse período traz um primeiro cenário, caracterizado pelo aumento de produção do café, de exportações e aumento das rendas familiares, geradoras de condições sociais diferenciadas para uma elite que primava pelo estilo de vida e de consumo dentro dos princípios europeus. O café trazia resultados a uma elite com aproximação aos ideais monárquicos (MARTINS, 2008).

O café no Vale do Paraíba não permitiu uma plena acumulação primitiva de capitais, nem desdobramentos econômicos abrangentes com impactos mais consistentes na industrialização dessa região, como ocorreria com São Paulo. Também não criou dinâmicas do desenvolvimento intraregional com melhores distribuições da renda, ou seja, produções familiares com rendas não concentradas para pequenas propriedades rurais, como foi o caso do Espírito Santo, em seu desenvolvimento regional.

Apesar de Muller (1969) apresentar o crescimento populacional e com esse uma dinâmica econômica-industrial ligada ao café no Vale do Paraíba. Credita-se a essa fase apenas cidades, que no século XX desenvolveram-se com o comércio, mas o processo de industrialização do sul fluminense não é creditado à acumulação primitiva de capitais advindos do café, como bem demonstra Cano (1975). Como também não ocorreria no Norte fluminense. Cano (1975) refere-se a uma escassez de capitais no Vale do Paraíba, não gerador de industrialização, apesar da importância que teve a cafeicultura para essa região, o que contraria as interpretações realizadas por Muller (1969).

Independente dos antagônicos estudos sobre a acumulação de capitais no Vale do Paraíba, as cidades existiram e permanecem, essas se constituíram dependendo do café inicialmente, sua dinâmica social, seus impactos políticos, culturais e econômicos. O café do Vale do Paraíba deixou as cidades sem relevantes dinâmicas econômicas, com um incipiente comércio e resquícios arquitetônicos de um período cafeeiro rico, sendo a cafeicultura substituída pela pecuária (MARTINS, 2008). Mas, desse território resultou a introdução do Brasil no comércio internacional de café, possibilitando o desenvolvimento de um mercado que se ampliaria com a cafeicultura paulista.

4.2.2 Das terras tradicionais à primeira metade do século XX: a influência da produção paulista

É possível verificar uma rota para a história do café no Brasil, um deslocamento que representa seu desenvolvimento em torno da produção com a ocupação dos espaços. Essa rota também se envolve com momentos políticos distintos, pois se a monarquia portuguesa no Brasil teve relevância inicial, da mesma forma foi à independência do Brasil e posteriormente a República, em sua fase conhecida como “República Velha”, que se esgota no começo da década de 1930. Essa República teria sido influente para a manutenção da cafeicultura em sua fase mais áurea de produção, no território paulista. No entanto, ações posteriores à República Velha foram realizadas, permanecendo o desenvolvimento da cafeicultura no Brasil, mantendo esse país como maior produtor mundial do café até os dias atuais.

Para caracterizar de forma mais simples a relação econômica e política com o café durante a monarquia pode ser apresentado um relato que faz menção à independência do Brasil. Dom Pedro I ao se dirigir às margens do Ipiranga teria observado os “mares de morros” - termo criado pelo geógrafo Aziz-Ab-Saber - e que Martins (2008) afirma ser uma alusão aos cafezais nos morros do Vale do Paraíba, em uma de suas paradas pelo caminho o Imperador teria afirmado: “As posses dão, Real Senhor” (MARTINS, 2008). As posses seriam o café, com importância para o Brasil imperial e a origem da República.

Mas, não foi apenas no Brasil imperial que o café demonstrou sua dimensão política e econômica. O café acompanhou a passagem da monarquia para a república. Para o desenvolvimento da cafeicultura durante a república consideram-se eventos relacionados às mudanças política, como a ascensão e o poder de lideranças e oligarquias políticas vinculadas ao café, e em particular ao café paulista. Inclusive, gerando debates sobre a mão de obra, que era importante para o desenvolvimento da cafeicultura, em grosso modo, entre os fluminenses havia uma elite conservadora em defesa da manutenção da escravidão e em São Paulo uma maior compreensão que havendo a abolição, o trabalho livre permitiria a manutenção da cafeicultura (MARTINS, 2008).

Em Truzzi (1985) é possível verificar que a cafeicultura paulista teria se fortalecido com a escravidão, mas com a abolição e o trabalho livre advindo com a imigração, havia nessa sociedade o entendimento que a cafeicultura se desenvolveria. Diante de um contexto

econômico e político, na última década do século XIX a cafeicultura se desenvolveu de forma mais expressiva no Estado de São Paulo (TUNAY, 1934; MILLIET, 1941). Gerando resultados importantes e particularidades regionais, seja em São Paulo, com a industrialização, ou nos outros Estados da Federação. E mesmo com os impactos gerados pelas crises que afetavam o café, ao longo do século XX, este continuava influente, tanto para São Paulo quanto para a economia brasileira.

É objetivo apresentar o avanço do café sobre o território de São Paulo, com importância para a produção em sua dimensão regional. Até as duas últimas décadas do século XIX, São Paulo tinha uma experiência apenas em seu lado Norte, pouco próximo aos impactos sociais e econômicos que o café faria ao ocupar os demais territórios paulistas. Se “o Brasil era o café! Em S. Paulo as dificuldades do transporte tendo a vencer a aspereza da serra marítima haviam entorpecido o grande desenvolvimento da cafeicultura.” (TAUNAY, 1934: 68).

Desde a época áurea do Vale do Paraíba, São Paulo já era uma província onde a cafeicultura demonstrava expansão, para esse acontecimento se consolidar seria necessárias infraestruturas, sobretudo a logística e os transportes, sendo a infraestrutura férrea e portuária fundamentais. E assim conectar os plantios de café, que avançariam para região Oeste e que ainda produzia a cana de açúcar, até os mercados. Se durante o século XIX o café era produzido predominantemente na região fluminense, a partir do final desse século São Paulo se destacaria com um crescimento vertiginoso da produção. Mas, era preciso infraestruturas que se aliassem às terras férteis que dependiam o café.

Mesmo que o domínio maior das terras do oeste paulista estivesse nesse período por se consolidar, o roteiro em terras paulista até o oeste ocorreu paulatinamente ao longo das três primeiras décadas do século XX. O final do século XIX e começo do século seguinte demonstravam o esgotamento no Vale do Paraíba, o solo fluminense havia produzido por quase um século e era como um todo acidentado, fazendo o café buscar novas terras para ampliar a produção. Assim, começou o avanço em São Paulo, que culminaria com a chegada até o oeste paulista, cujas terras estavam menos esgotadas, eram mais férteis e ainda mais planas, mesmo que houvesse algumas áreas com climas menos propícios.

Os investimentos no desenvolvimento de ferrovias eram morosos e custosos, pelo nível de construção, mas permitiria uma ligação rápida e menos onerosa para o café ser exportado. Era preciso conectar-se aos portos, e no caso de São Paulo, ao porto de Santos. O escoamento dificultoso pelo porto de Santos era percebido desde a primeira metade do século XIX, como exemplo, comparam-se os embarques em Ubatuba, com um escoamento de 57.000 sacas, contra

19.000 sacas pelo porto de Santos (TUNAY, 1934). O porto de Ubatuba atendera àquela produção tradicional existente em São Paulo de influência fluminense.

A complexa e custosa condição para o escoamento acabaria por evitar avanços sobre as terras paulistas, caso não houvesse investidas sobre a infraestrutura férrea. Pois, o café era transportado por mulas na estrada velha de Santos, um atraso geral para a economia e ainda mais custoso à produção de café. Com relação aos custos gerados por esses transportes, Cano, (1975) em sua análise sobre a economia cafeeira e a industrialização de São Paulo, destaca que sobre mares o transporte chegava a 50% do valor da saca de café, enquanto por vias férreas o valor reduzia a 20%.

A infraestrutura teve relevância para a produção se desenvolver inicialmente nas áreas próximas aos portos de Ubatuba, São Vicente e Rio de Janeiro. Diante deste contexto, o Visconde de Mauá iniciou em 1860 a *São Paulo Railway*, uma estrada de ferro que romperia a problemática serra do mar chegando ao Porto de Santos. Com essa possibilidade São Paulo pode facilitar sua maior participação na produção de café. No ano de 1875, a Companhia Estrada de Ferro Dom Pedro II permitiu centenas de quilômetros, que ligaram as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Desta forma, os plantios de café levaram a pensar linhas férreas no Brasil, a ocupação de territórios e a constituição de novas cidades. Uma relação entre café e infraestrutura que realizou o desenvolvimento de ambas e a ocupação dos espaços. A importância das ferrovias na constituição das cidades e do café chegou a organizar metodologias para estudar os territórios, como pode ser percebido em Milliet (1941) ao apresentar as zonas territoriais paulista do deslocamento dos plantios de café. A organização metodológica e geográfica desse autor ocorreu diante das malhas ferroviárias, não diferentemente foi o reconhecimento da população do seu território.

Os custos de produção do café seriam compensados com a inserção de infraestruturas férreas, uma redução já apresentada em Cano (1975) e que permitiria a chegada do café em novos territórios de São Paulo, principalmente para as terras do oeste. Tudo isso geraria aumento de produção no Brasil, criação de rendas, acumulação de capitais e aumentaria a exportação. Por fim, novas cidades surgiriam e com essas fomentavam-se tudo o mais vinculado ao urbano. Esse processo se vincula ao sistema financeiro e a todo um aparato possível à industrialização e urbanização.

O território fluminense produzia mais café até o final do século XIX que São Paulo e exportava pelo porto do Rio de Janeiro números totais superiores a Santos. Para mudar esse eixo era importante que as linhas férreas em São Paulo fossem constituídas. A tabela 1 demonstra que nos anos apresentados o porto de Santos possuía um percentual maior no crescimento de exportações, eram gradativamente superiores ao Rio de Janeiro, mas esse ainda possuía exportações totais maiores, se comparado a Santos. Mas, era o prelúdio do que seria São Paulo, pois os dados representam o avanço que as terras de São Paulo obteriam na produção de café, com exportações por Santos (TAUNAY, 1934).

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES DE CAFÉ POR ANOS NOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO E SANTOS (EM MILHÕES DE SACAS DE 60 KG).

Ano	Rio de Janeiro	Santos
1851	2.0	0.1
1861	2.0	0.3
1871	2.4	0.5
1881	4.4	1.2

Fonte: Taunay (1934: 78).

Os números de exportação apresentados na tabela 1 permitem perceber que a cafeicultura avançava em São Paulo e as construções das estruturas para acesso ao porto de Santos foram impactantes para essas exportações. Com relação às infraestruturas destaca-se o período da construção das mesmas, ocorridas até a metade da década de 1870, período que representa um aumento de mais de 100% das exportações de café pelo porto de Santos, como apresentado no ano de 1881.

A partir da melhoria na infraestrutura de transporte foi possível a ocupação de novas terras no interior paulista (MILLIET, 1941). O final do século XIX demonstra a supremacia da cafeicultura paulista, como apresentado na Tabela 2. Ainda era possível acessar as terras do Oeste, sobretudo os conhecidos “espigões”, mais propícios ao café. Diante dessas condições, São Paulo se tornava, com um crescimento vertiginoso, o responsável pela cafeicultura brasileira que estava em franca produção (TAUNAY, 1934).

TABELA 2 - PRODUÇÃO EM TERRITÓRIOS BRASILEIROS ENTRE 1889 E 1896 (EM MILHÕES DE SACAS; ANO BASE 100).

Ano	São Paulo (Sc)	Base (100)	Minas Gerais (Sc)	Base (100)	Rio de Janeiro (Sc)	Base (100)	Espírito Santo (Sc)	Base (100)	Bahia (Sc)	Base (100)
1889	2,3	100	1,1	100	1,3	100	0,2	100	0,1	100
1895	4,7	204	1,6	145	1,8	152	0,4	149	0,4	335
1896	4,0	172	1,8	154	1,2	91	0,4	150	0,2	200

Fonte: Taunay (1941, v. 11).

A tabela 2 demonstra o aumento da produção nos principais Estados produtores de café, na última década do século XIX. Em todos os anos apresentados é possível destacar o aumento da produção de café no território paulista e a sua supremacia em produção perante os demais territórios. Mesmo considerando que todos os demais territórios produtores apresentaram crescimentos, São Paulo obtinha a mais alta produção e crescimento, e o café era exportado pelo porto de Santos em números maiores a partir do aumento de produção, conforme apresentado na tabela 3. As tabelas 2 e 3 sendo interpretadas conjuntamente representam o destaque da cafeicultura paulista na virada do século XIX e no começo do século XX.

TABELA 3 - NÚMERO DE SACAS DE CAFÉ EXPORTADAS NOS PORTOS RIO DE JANEIRO E SANTOS (MILHÕES DE SACA DE 60 KG).

Quadriênios	Porto de Santos (Sc)	Porto do Rio de Janeiro (Sc)
1905-1908	9.5	3.1
1909-1912	9.5	2.5
1913-1916	10.1	2.7
1917-1920	7.8	2.1
1921-1924	9.1	3.9
1925-1928	9.4	3.0

Fonte: Taunay (1942, v. 13: 26).

No primeiro quadriênio apresentado na tabela 3, que engloba o ano 1905 a 1908, o Porto de Santos exportou três vezes mais que o porto do Rio de Janeiro, isso tendo passado apenas duas décadas do Porto do Rio de Janeiro possuir o domínio nas exportações. Durante as três primeiras décadas do século XX houve um crescimento sempre ampliado. Nos 24 anos apresentados na tabela 3, o porto de Santos exportou ao todo 221.738.703, em contraste aos

67.669.032, referentes ao porto do Rio de Janeiro. Na safra do ano de 1906/07 o território paulista produziu 15.392.000 sacas de café, enquanto o território fluminense 1.057.354, já inferior a Minas Gerais, com 3.328.000 (TAUNAY, 1942, v. 13). Nos primeiros anos do século XX, São Paulo apresentava uma superprodução diante dos demais Estados.

As lavouras paulistas desenvolveram-se principalmente com o trabalho livre nas lavouras, advindos principalmente da mão de obra dos imigrantes, dos quais Taunay (1935) destacou os italianos, que eram rapidamente deslocados de Santos para o interior do oeste paulista, além de outras nacionalidades. Uma característica bem distinta da cafeicultura fluminense tão necessitada da mão de obra escrava. Apesar dos relatos sobre o uso da escravidão, como justificativa e tentativa de mantê-la, como apresentando por Truzzi (1985), a mão de obra livre foi uma característica na condução e desenvolvimento da cafeicultura paulista.

Para compreender como se encontrava a produção do café no Estado de São Paulo é preciso retornar ao seu desenvolvimento inicial. No ano de 1835 a distribuição da produção cafeeira de São Paulo foi assim apresentada por regiões: 72,48% no Norte; 14,39% no Litoral e 13,13% no Oeste, afirma Taunay (1934, p. 34). O somatório de todo Oeste que se destacaria posteriormente com a produção de café participava com apenas 13,3% da produção. Cabe destacar que o Oeste em seu contexto possuía terras férteis ao café, mas também condições climáticas, em sua parte central, não propícias, porém o café tinha um roteiro, deslocava-se e ocuparia todo o Oeste.

Não tão diferentes são os números apresentados por Milliet (1941), para o ano de 1836, se comparados aos do ano anterior apresentado por Taunay (1934). Do total produzido em São Paulo, 86,5% foram produzidos no território que Milliet (1941) definiu como Zona Norte. Esse território apresentado por Milliet (1941) é comparado geograficamente ao somatório das regiões Norte e Litoral expostos por Taunay (1934). Essas duas regiões teriam, no ano de 1835 produzido 88,77% da produção paulista (TAUNAY, 1934). Essas zonas ou regiões são equivalentes geograficamente ao território de produção tradicional em São Paulo, pois envolve os municípios paulistas do Vale do Paraíba.

Em Milliet (1941) é possível observar a queda da produção nessa região paulista de plantios tradicionais, pois no ano de 1854, esta representaria 77,5% do total, com reduções que se tornariam drásticas nas últimas décadas do século XIX e nas duas primeiras do século seguinte. No ano de 1886, a região Norte representaria apenas 20% da produção total do

território paulista, caindo para 3,5% no ano de 1920 e 1,7% no ano de 1935. Com relação a esse quadro, não que a produção diminuía, mas se deslocava geograficamente junto ao crescimento.

Conforme apresentou Milliet (1941), a Zona Central⁴ teria sido a segunda a ser ocupada pelo café no Estado de São Paulo, antes da Zona Mogiana⁵. A Zona Central representaria em 1836 o total de 11,93% da produção paulista, em 1854 representava os percentuais de 13,91% e no ano 1886 o total de 29%. Mas, em 1920 totalizava 12,58%, um percentual inferior ao final do século anterior e apenas 7,09% no ano de 1935. Essa queda representa um deslocamento que ocorreria primeiramente para a Zona Mogiana.

A Zona Mogiana foi influente nas duas primeiras décadas do século XX. No ano de 1920 representava 35,53% da produção total de São Paulo, um percentual próximo às duas outras Zonas, ou seja, os 37,56% representados pelos somatórios da Zona Paulista e Araquarense, que separadas representavam, respectivamente, para o mesmo ano um total de 18,77% e 18,79%. Em apenas 15 anos um novo roteiro - como chamou Milliet (1941) -, ocorreu. Em 1935, a Zona Mogiana teria apenas 16,20%, da mesma forma a Zona Paulista⁶ com 11,64%.

Pois, se em 1920 a Zona Mogiana e Paulista representavam 54,30%, no ano de 1935, esse percentual diminuía para 27,24% da produção, e a Zona Araquarense⁷ para esse último ano apresentava uma produção de 26,93% da produção total do Estado de São Paulo. De 1920 a 1935, três Zonas emergiriam, a Zona Araquarense realizou um crescimento de 18,79% para

⁴A Zona central era representada pelos municípios de: Angatuba, Anhembi, Araçariguama, Atibaia, Bofete, Bragança, Cabreúva, Campinas, Campo Largo, Conchas, Capivari, Cotia, Guareí, Indaiatuba, Itapetininga, Itatiba, Itu, Joanópolis, Jundiá, Juquerí, Laranjal, Monte Mor, Nazaré, Parnaíba, Pereiras, Piedade, Piracaba, Piracicaba, Porangaba, Porto Feliz, Rio das Pedras, Salto, Santa Bárbara, São Pedro, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Tatuí, Tietê, Una e Vila Americana.

⁵Municípios da Zona Mogiana: Amparo, Altinópolis, Batatais, Brodowski, Caconde, Cajuru, Casa Branca, Cravinhos, Espírito Santo do Pinhal, Franca, Guará, Igarapava, Itapira, Ituverava, Jardinópolis, Mogi-Mirim, Mogí-guaçu, Mococa, Nuporanga, Orlandia, Patrocínio do Sapucaí, Pedregulho, Pedreira, Ribeirão Preto, Sertãozinho, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Joaquim, São Simão, Santo Antônio da Alegria, Santa Rosa, Serra Azul, Serra Negra, Socorro, Tambaú, Tapiratiba e Vargem Grande.

⁶ Municípios da Zona Paulista: Anápolis, Araras, Araraquara, Barretos, Bebedouro, Cajobi, Colina, Descalvado, Guaíra, Guariba, Jaboticabal, Leme, Limeira, Monte Azul, Olímpia, Palmeiras, Pirassununga, Pitangueiras, Pôrto Ferreira, Rio Claro, São Carlos, Santa Cruz da Conceição, Santa Rita do Passa Quatro e Viradouro.

⁷ Municípios da Zona Araraquense: Ariranha, Barra Bonita, Bariri, Bica de Pedra, Boa Esperança, Borborema, Brotas, Catanduva, Central, Dourado, Dois Córregos, Ibirá, Britinga, Itápolis, Inácio Uchoa, Jaú, José Pionífácio, Matão, Mineiros, Mirassol, Monte Alto, Monie Aprazível, Mundo Novo, Nova Granada, Novo Horizonte, Pederneiras, Píndorama, Potérendaba, Ribeirão Bonito, Rio Preto, São João da Bocaina, Santa Adélia, Tabapuã, Tabatinga, Tanabí, Taquaritinga e Torrinha.

26,93%. A Zona Noroeste⁸ que possuía apenas 3,27% no ano de 1920 alcançava 23,92%, o maior crescimento observado nesse período. E a Alta Sorocabana⁹ que representava 7,59%, chegaria a 12,51% em 1935.

No ano de 1935, as três Zonas denominadas por Milliet (1941) como Araquarense, Noroeste e Alta Sorocabana, representavam 63,36% da produção total do Estado de São Paulo. E a tradicional Zona Norte possuía apenas 1,71% da produção paulista e a Zona de desdobramento desta, ou seja, a Zona Central, em 1935 representou apenas 7,09% da produção paulista.

Confirmando que em São Paulo: “o oeste é o ponto cardial do agricultor, o horizonte para o qual ele se dirige e que recua sempre e sempre até perder-se no norte do Paraná [...]” (MILLIET, 1941). Concomitante ao declínio da produção tradicional paulista do Vale do Paraíba do seu litoral é percebido o caminho do café rumo ao Centro e ao Oeste paulista, sempre em direção a novas terras para a ampliação da produção.

Todos esses dados apresentam, por fim, não apenas dados da produção, mas um roteiro para o café ocupando o território paulista. Representam a mudança do café em direção a novas áreas, com aumento da produção e da exportação. Com relação às exportações, a partir da década de 1871 até 1932 o café não mais ficou abaixo de 50% do total que era exportado pelo Brasil. Destacam-se o período de 1871 a 1880, no qual o percentual de exportações chegou a 65,70%, concomitantemente, para os anos de 1924, 1928, 1930 e 1932, houve os respectivos percentuais de 75,53%, 71%, 62% e 76% (TAUNAY, 1934).

Para exemplificar a importância da cafeicultura brasileira diante da cafeicultura mundial, utilizando dados que coincidem com o período de superprodução e ocupação completa do território paulista, pode ser usada a safra de 1931/32, que gerou uma produção de 26.027.000 de sacas produzidas no Brasil, uma produção bem superior às 8.300.000 sacas que totalizavam os outros países produtores (TAUNAY, 1934). A produção brasileira era três vezes maior que os demais produtores, uma supremacia da produção de café no Brasil se comparado aos seus concorrentes, isso era um problema para a economia brasileira quando ocorriam crises que

⁸Municípios da Zona Noroeste: Araçatuba, Avaí, Avanhandava, Baurú, Cafelândia, Birigui, Coroados, Duartina, Gália, Garça, Glicério, Iacanga, Lins. Marília, Penápolis, Pirajuí, Piratininga, Presidente Alves e Promissão.

⁹Municípios da Zona Alta Sorocabana: Botucatu, Agudos, Assis, Avaré, Bernardino de Campos, Bocaiúva, Botucatu, Campos Novos, Cândido Mota, Cerqueira Cesar, Chavantes, Conceição do Monte Alegre, Espírito Santo do Turvó, Fartura, Ipaussú, Itatinga, Lençóis, Maracaí, Óleo, Ourinho, Palmital, Paraguassú, Pirajú, Platina, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Ovatá, Salto Grande, Santa Bárbara do Rio Pardo, Santa Cruz do Rio Pardo, São Manuel, São Pedro do Turvo e Santo Anastácio.

impactavam o café. Quanto aos compradores, os Estados Unidos, França e Alemanha, eram em sequência os maiores compradores do café brasileiro nesse período, mais da metade da produção era dirigida a esses países, o restante tinha por destino Holanda, Bélgica, Suécia, entre outros.

Entre os produtores no Brasil, se não apenas o território de São Paulo era o responsável, sua participação era bem superior aos demais, tendo por base como exemplo a safra de 1832/33, São Paulo produziu 10.580.000 sacas de café, do total de 15.880.000 sacas produzidas em todo o Brasil, nesta safra. (TAUNAY, 1934). Portanto, foram 66,6% da produção nacional e representava 72% das exportações brasileiras. O Estado era seguido por Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e demais Estados produtores, os quais, respectivamente, produziam 2.700 sacas; 900.000 sacas, 600.000 sacas e 1.1.100 sacas. As demais produções concentravam-se na Bahia, Pernambuco, regiões altas do Ceará e ao Sul, no Paraná (TAUNAY, 1934).

Tendo apresentado dados sobre a produção, a exportação e a ocupação dos espaços, bem como a mudança da cafeicultura de suas bases originais de desenvolvimento do mercado para o domínio de São Paulo, deve ser considerado que não apenas a produção se torna relevante para uma análise da cafeicultura, essa não explica dinâmicas sociais mais abrangentes. É preciso considerar impactos que ocorrem a partir da produção de café e as distinções regionais, devido às particularidades do impacto do café. No caso específico de São Paulo, esse não apenas se tornou o maior produtor de café do Brasil, como constituiu sua industrialização, sendo novos cenários para a cafeicultura construídos.

4.2.3 Expansão do café no oeste paulista e a formação de novas dinâmicas sociais

A expansão da cafeicultura rumo à região do oeste do Estado de São Paulo a partir do final da segunda metade do século XIX foi acompanhada pela formação de novas dinâmicas sociais e de processos de desenvolvimento regional distintos entre as regiões produtoras. Um aspecto relevante da expansão do café a ser destacado neste ítem se refere à relação entre a cafeicultura e o processo de industrialização no Estado de São Paulo. Da mesma forma a relação entre as crises que impactaram a cafeicultura com as reações para a manutenção e o desenvolvimento desta atividade, com resultado para novas dinâmicas da cafeicultura brasileira e para o desenvolvimento regional.

Desde sua origem no Brasil, o café acompanhou distintos momentos políticos e econômicos, foi base de regimes e gerou distintos impactos nas regiões pelas quais foi plantado. Em referência ao final do século XIX e início do século XX, a relevância do café podia ser traduzida pela frase “o Brasil era só o café!” (TAUNAY, 1934). Posteriormente, com a trajetória da economia brasileira, mesmo não dependendo apenas do café, esta atividade ainda mantinha importância política e econômica nas regiões produtoras. Para compreender ações diante de crises da cafeicultura é necessário levar em conta a importância política e econômica do Estado de São Paulo, proporcionada tanto pelo café quanto pelo processo de industrialização. Nesse contexto, a importância política deste Estado derivava da crescente sinergia entre capitais urbanos e rurais distintos, cujo dinamismo e potencial de acumulação distinguiam aquele Estado das demais áreas tradicionais, sobretudo das regiões produtoras do Rio de Janeiro, como destacado por Cano (1975).

Um dos elementos propulsores da economia paulista a partir do café, que o diferenciava do Rio de Janeiro, refere-se à mão de obra composta por trabalhadores locais, inclusive escravos e imigrantes. Embora as lavouras de café contassem em seu início com mão de obra escrava (TRUZZI, 1985), a imigração forneceu um contingente expressivo de trabalhadores livres. Mesmo através do regime de colonato, de baixo grau de monetização, as relações de trabalho contribuíram decisivamente para o dinamismo das regiões produtoras e para a formação dos primeiros núcleos urbanos. No caso do Espírito Santo, a ser analisado posteriormente, a imigração foi de grande importância, embora a atividade cafeeira não proporcionasse bases suficientes para o desenvolvimento industrial do Estado.

Diante de terras novas, em São Paulo, com condições propícias ao plantio do café, as terras foram ocupadas aliando-se a imigração europeia ao crescimento populacional, a mão de obra livre e a uma infraestrutura já adequada para as possibilidades produtivas e de escoamento. Conforme já apresentado, perante essas condições o Estado de São Paulo se tornou o maior produtor de café na virada do século XX, concomitantemente, aos constantes aumentos de produção. Se as condições criadas ampliavam a produção e fortaleciam a cafeicultura, também expunham a economia brasileira às crises que emergiam no mercado internacional.

Após o evento da crise de 1897, nos Estados Unidos, o mundo foi impactado pelo “*crash*” da bolsa de valores de Nova York, em 1929. Apesar da gravidade desses eventos, em particular deste último, a cafeicultura brasileira seguiu sua trajetória de crescimento, que se alongou durante as primeiras três décadas do século XX. No entanto, nesse período não foi possível evitar que estoques de café se acumulassem e uma situação de superprodução

ocorresse, com inevitáveis repercussões sobre o conjunto da economia, dada sua forte dependência daquela atividade. Como mencionado por Taunay (1943, v. 15), no quadriênio de 1925 a 1929, o café era responsável por 72% das exportações brasileiras, sendo os Estados Unidos o maior importador.

Embora o crescimento constante de produção afetasse negativamente o mercado do café, reduzindo seus preços, a dinâmica social e econômica no seu entorno não chegou a ser seriamente prejudicada. Para melhor entender os cenários de crises pelas quais passou a cafeicultura, é preciso levar em conta as diferenças entre safras maiores e safras menores, uma característica desta cultura agrícola, além dos novos territórios que começavam a produzir com maior produtividade, além do problema dos estoques, os chamados “cemitérios de café”, como destaca Taunay (1943, v. 14). De qualquer forma, superprodução, em condições de baixo nível de consumo mundial, inevitavelmente levava a desequilíbrios na relação entre oferta e a demanda.

Aumentos contínuos da produção de café no mundo acompanhavam a oscilação dos preços. Por outro lado, as oscilações de preços agravadas pelas crises internacionais provocaram um questionamento sobre a dependência do café da economia brasileira. Segundo Taunay (1943, v. 15), enquanto essas crises exigiam a manutenção dos preços do café, o Brasil deveria se preparar para mudança da monocultura para a policultura, diminuindo a dependência que havia marcado sua história até então. No entanto, paralelamente à necessidade de mudanças, como ocorreria a partir da industrialização em São Paulo, a cafeicultura era mantida nas regiões tradicionais e também expandia em outros Estados, como Paraná, Espírito Santo e Bahia.

Os efeitos da crise de 1897 ainda se propagaram durante as três primeiras décadas do século XX, embora em dimensões menores, devido às ações derivadas do Convênio de Taubaté, assinado em 1906, que permitiam a manutenção da cafeicultura, o qual retirou a regulação da atividade das mãos exclusivas do livre mercado, deslocando-a para através de um arranjo de atores sociais e de instituições, centralizadas no Estado (TAUNAY, 1941, v. 11). A autorregulação do mercado implicaria em sérias dificuldades, não apenas para a cafeicultura, mas para as perspectivas de desenvolvimento econômico no país. Essa mudança do quadro regulatório ilustra o posicionamento de Polanyi (2000), com relação à falácia da crença na economia de mercado, do liberalismo e da autorregulação, ainda no final do século XIX.

Portanto, as instituições se envolveram como forma de manter e estabilizar a cafeicultura, gerando resultados que extrapolavam os limites rurais da atividade. Após a crise de 1893, nos Estados Unidos, com forte repercussão na importação do café, atores sociais, entre

cafeicultores da elite rural e políticos renomados da República Velha, ligados ao café constituíram o “Convênio de Taubaté”, assinado pelos governadores dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, no ano de 1906, na cidade de Taubaté. Embora recusado pelo então presidente da República, Rodrigo Alves, que estava em seu último ano de mandato, acabou ratificado ainda no ano de 1906 pelo seu sucessor, o presidente Afonso Pena.

O Convênio de Taubaté, conforme pode ser observado em Furtado (1991), teve por objetivo criar o equilíbrio entre a oferta e a demanda pelo café. A meta era evitar o envio de café de baixa qualidade para o exterior e também estimular seu consumo internamente, fundamental para combater a superprodução e os estoques que constituíam o problema diante das condições de demanda naquela conjuntura. Ao manter um preço mínimo na compra do café, o governo mantinha o nível de produção, mas ao mesmo tempo não estimulava o surgimento de novas áreas produtoras. Esse Convênio deu sustentação ao café justamente no período mais forte de sua produção, contribuindo para a manutenção da atividade, assim como preservou seu papel na economia durante as primeiras três décadas do século XX, até o evento da crise de 1929.

Como resultado desse Convênio foi possível a valorização do produto e a sustentação da estabilidade cambial, através da venda de papel-moeda criada pelo governo federal. Para Furtado (1991), a política de valorização do café deveria ter contribuído para promover uma diversificação das exportações brasileiras. Essa estratégia, todavia revelou-se difícil devido à grande importância da cafeicultura para o país, não só do ponto de vista econômico, mas da sociedade como um todo. De qualquer forma, a queima e compra de estoques não poderiam se sustentar ao longo do tempo, eram paliativas e danosas aos cofres públicos e à economia brasileira, em curto prazo tinha efeito, porém não resolveriam o problema conjuntural da cafeicultura, que enfrentava a superprodução e as crises econômicas que afetavam a demanda. Em particular, emergia a relação entre o café e a indústria, que necessitava ser incentivada para gerar o processo de industrialização, uma condição que já traziam novos desafios à política econômica, em particular no fronte externo.

A sobrevivência da cafeicultura, através do Convênio de Taubaté, deve ser vista à luz das ações da elite cafeicultora, dos governos estaduais e do governo federal. Este último com destaque ao presidente da República, Afonso Pena, que aceitou o Convênio, enquanto fruto de decisões dos presidentes dos Estados que o elaboraram. Os atores sociais no sentido dado por Weber (2010) e Giddens (2009) são identificados como os executores das ações sociais e os constituidores das relações sociais. As instituições como na Sociologia durkheimiana tem peso

sobre os indivíduos, mas para a interpretação weberiana a instituição não executa ação, considerando que a ação é possível devido os atores. Mas, a importância do Estado enquanto instituição deve ser destacada por ser essa uma instituição estruturante que tornou possível a permanência da cafeicultura como a mais relevante atividade econômica naquele momento. Afinal, no começo do século XX o café se manteve gerando uma acumulação de capitais que levariam à industrialização.

Diante disso é importante retornar ao pensamento marxiano de que o homem faz suas ações diante da história, mas é impactado por ela, o que não difere da contribuição da dualidade da estrutura, como apresentada por Giddens (2009), na qual há a relação entre estruturas e ações. Ou seja, as crises, enquanto parte da história, aconteciam transformando a economia e a sociedade, afetando o café no Brasil. Essas geravam um cenário de problemas para a economia brasileira, demandando ações sociais por parte de atores sociais para as mudanças em curso, que a própria história apresentava, mas por inúmeras variáveis não dependeriam apenas das ações para mudar a história, dependiam também das estruturas. Essa relação é possível e se dá no âmbito da dualidade da estrutura, como foi apresentado no referencial teórico sobre a estruturação.

Essas ações foram possibilitadas por atores sociais, como apresentadas em Weber (2010) e em Giddens (2009), constituindo relações sociais. No caso do café no Brasil, esses atores eram os capitalistas comerciais e financeiros, os cafeicultores - com destaque para a elite rural - e os políticos - representantes políticos e servidores técnicos como os do Departamento Nacional do Café (DNC) -, todos com interesses pró-cafeicultura, buscando soluções e respostas diante das crises e da manutenção das condições econômicas em curso. Mas, os resultados não dependiam apenas das relações sociais dos interesses relacionados à atividade cafeeira.

As transformações na cafeicultura e as ações visando sustentá-la e conter os efeitos das crises internacionais, em especial nas primeiras décadas do século XX, explicitaram a importância das instituições, paralelamente ou em associação com o Estado, para o desenvolvimento da atividade. A crise que seguiu o “*crash*” da Bolsa de Valores nos Estados Unidos, em 1929, envolveu diretamente o Brasil, agravando o problema de superprodução de café e o desequilíbrio entre a oferta e a demanda, com repercussões negativas sobre os preços. Nesse contexto, ações diversas foram executadas na tentativa do Brasil mitigar esse problema, limitando novas áreas produtivas, má qualidade nas exportações, estoques com excessos, através do DNC. Além dessas iniciativas visando ajustar a produção nacional, houve tentativas

de acordos com os demais países produtores de café, uma vez que num ambiente de crise a concorrência pelos mercados mundiais se tornara mais acirrada.

Já no começo da década de 1920, período importante para a produção de café no Brasil, após o avanço para novas áreas de produção do café, a produção média mundial não acompanhava o consumo, conforme pode ser observada na tabela 04, uma condição de mercado que seria intensificada com a crise de 1929. Como considerou Milliet (1941, p. 29), os resultados de ações contra a crise de 1929 não surtiram os mesmos efeitos para a cafeicultura como anteriormente, “[...] os resultados felizes das intervenções anteriores provocaram uma intensificação sempre maior das plantações, até o desvario do último quinquênio que precedeu a Revolução de 1930”.

TABELA 4 - PRODUÇÃO MÉDIA E CONSUMO MÉDIO MUNDIAL POR QUADRIÊNIO (EM MILHÕES DE SACAS DE 60 KG)

Quadriênio	Produção Média (A)	Consumo Médio (B)	A/B
1920/21 a 1923/24	19,4	19,8	0,98
1924/25 a 1927/28	25,5	21,8	1,17
1928/29 a 1931/32	30,1	23,7	1,27

Fonte: Taunay (1943, v.15).

A superprodução continuava, impulsionada pela expansão em novas áreas, enquanto a demanda não acompanhava o ritmo de crescimento da oferta. As incertezas assim formadas, resultado de inúmeros casos de falência e do agravamento de problemas econômicos, não impediram, todavia o avanço do processo de industrialização a partir do café em São Paulo, até então seu principal produtor, a partir do capital acumulado principalmente na esfera comercial e financeira.

Ainda nos marcos da República Velha, o governo sob a presidência de Getúlio Vargas, em 1930, empreendeu ações de defesa a cafeicultura, mas essas não foram tão eficientes como as ocorridas no começo do século (MILLIET, 1941). Os países exportadores, além do Brasil, não aceitavam acordos para limitar as exportações, conter a expansão das áreas produtoras e para estimular a exportação de café de má qualidade (TAUNAY, 1943, v. 15). Essas medidas, no entanto continuavam a ser praticadas, uma vez que o ambiente de redução de demanda e de oscilação de preços persistia. Se no começo do século XX ocorreram ações de defesa do café

nos termos do Convênio de Taubaté, durante a crise de 1929, outras ações para conter aumento de estoque e demais na tentativa de ofuscar a crise da Bolsa.

Cabe destacar as tentativas entre os países produtores mundiais que se organizaram no âmbito mundial, com as Conferências Pan-americana de café, ocorrida no ano de 1936, na cidade de Bogotá, e em 1937, na cidade de Havana. Nestas as delegações dos principais países produtores e exportadores de café discutiam soluções para o comércio internacional, considerando as ações adotadas pelo Brasil, como as incinerações e quotas estaduais de exportação. Mas, nenhuma decisão ou proposta de política emergiu daquelas conferências, de tal forma que os interesses e atores sociais brasileiros não foram acompanhados pelos demais países. Portanto, o problema do café no Brasil permanecia demandando soluções internas.

Taunay (1943, v.15) afirma que o Brasil já sofria com o problema da superprodução desde pelo menos dez anos antes da Conferência de 1937, um período crítico, tanto pelos efeitos da crise da Bolsa americana, quanto pelo recrudescimento do protecionismo num ambiente de fragmentação do comércio mundial, após a reação mundial à decisão americana de elevar tarifas à importação através da Tarifa Smooth Hawley. Mesmo assim, segundo Milliet (1941), o avanço da produção e a ineficácia das políticas de suporte para a cafeicultura brasileira, soluções para um país dependente do café ainda eram necessárias, sob pena de prejudicar o conjunto da economia. Em 1937, diante do insucesso de medidas para evitar a superprodução no ano anterior, na Conferência de Bogotá, em 1936, foram retomadas tentativas de ações recíprocas dos países participantes, relativas à restrição de exportação de café de baixa qualidade e de criação de novas áreas de plantios.

No entanto, a delegação brasileira foi a única entre os quinze países exportadores presentes a defender essas ações para diminuir a produção, assumindo o compromisso de não criar novas áreas de produção e de diminuir a exportação de café de baixa qualidade. Para Taunay (1943, v.15), essas teriam sido decisões que poderiam mitigar o problema da superprodução, o qual era visto como o principal obstáculo para a expansão do café, de forma que “[...] intervenção oficial no mercado, a valorização artificial do produto e o confisco cambial, constituíam armas que o país oferecia aos seus competidores para que eles o deixassem a margem nos centros de consumo”. Diante disso, as ações sociais dos atores e do Estado se tornaram necessárias para garantir boas perspectivas para o mercado do café.

Importa enfatizar que as ações de proteção ao café, desde o começo do século XX, através do Convênio de Taubaté, atenderam aos interesses elitistas no território que era seu maior produtor, ou seja, o Estado de São Paulo, por serem deste Estado os cafeicultores em

geral grandes proprietários de terra. Como argumentado por Truzzi (1985), em São Paulo eram poucos os imigrantes que se tornaram cafeicultores proprietários de terra, esses eram uma minoria se comparados aos antigos fazendeiros paulista. As ações elitistas serviram a um Brasil dependente do café, que tinha em grosso modo uma elite enquanto cafeicultores, mas que repercutiu para as relações comerciais e financeiras.

Entretanto, havia condições históricas distintas que acompanhavam o café, portanto eram diferenciadas aos impactos das ações a seu favor, como as que resultavam do Convênio de Taubaté. No Espírito Santo, os imigrantes europeus eram proprietários de terras no começo das primeiras décadas do século XX, eram os responsáveis pela produção de café em diversas regiões espírito-santenses. Portanto, as ações atenderiam à permanência da cafeicultura como importante produto da economia espírito-santense e trariam sustentáculos para o café que era produzido em pequenas propriedades. Em síntese, as ações permitiram a permanência da cafeicultura e a relação desta com as regiões de um Brasil diferenciado.

No caso de São Paulo, as políticas adotadas mantiveram a cafeicultura como base para a geração de capital, urbanização e industrialização e refletiram a condição dominante dos interesses sediados no Estado. Concentradas as ações políticas e econômicas diante das crises para a manutenção da cafeicultura foi possível o cenário de urbanização e a industrialização da economia paulista, da mesma forma que a economia industrial brasileira estava concentrada nesse Estado, onde se concentrava a atividade cafeeira e o capital que migrava para o meio urbano industrial.

No ano de 1935, as regiões cafeeiras denominadas Mogiana e Paulista, com cidades importantes como Ribeirão Preto e São Carlos, diminuía pela metade sua produção, chegando a apenas 27,84% da produção de São Paulo, enquanto a fronteira se deslocava para as zonas Araraquarense, Noroeste e Alta Sorocabana (MILLIET, 1941). Esse movimento rumo ao Oeste paulista se deu simultaneamente e como condição ao evento da industrialização, conforme Cano (1975). Se em 1933/34 a safra paulista produzia 21,8 milhões de sacas, uma década depois, já no contexto da crise, o Estado de São Paulo produzia apenas 4,7 milhões de sacas (CACIAN, 1981).

Mas, o desenvolvimento da economia cafeeira em seu deslocamento para o Oeste e o esgotamento de áreas antigas foi acompanhado pela formação de uma economia monetizada, formada por uma elite cafeeicultora e pelo mercado financeiro, aliados a condições sociais de mão de obra livre e assalariada. A partir dessas condições ocorreu um processo de urbanização para o qual contribuiu o desenvolvimento de infraestrutura de transporte, base essencial para a

industrialização. Portanto, a propagação de relações capitalistas e a constituição de um complexo capitalista resultaram num conjunto econômico integrado diferente de outras regiões (CANO, 1975). A formação de um mercado interno, cidades construídas, infraestruturas e mão de obra livre, advindos da economia cafeeira, foram pré-condições essenciais para que surgissem as primeiras indústrias, um sistema de crédito e centros urbanos (MARTINS, 1999).

Pode ser considerada exorbitante a afirmação segundo a qual apenas da economia do café nasceram às primeiras indústrias, como fez Martins (1999). Isso porque, tendo por base o conceito de indústria, como processo de transformação, não deve ser ignoradas as atividades manufatureiras em ciclos anteriores, como do açúcar e do ouro, as quais formavam os primeiros complexos industriais, mas não foram relevantes para o setor secundário da economia no Brasil como a economia cafeeira. À economia cafeeira coube a formação de um setor secundário no Brasil, desarticulado das atividades rurais e inserido num cenário urbano-industrial.

Diferentemente de Cano (1975) e com relação à dinâmica regional do processo de industrialização, Muller (1969) considera que não ocorreu uma escassez de capitais na região do Vale do Paraíba - região de produção do café no século XIX. Esse autor considera que houve um aumento populacional na região e uma necessidade por bens diversos, que fomentou o comércio e a industrialização nessa região. Mas, Cano (1990) é contrário a essa tese, afirmando ter havido escassez de capital com a cafeicultura do Vale do Paraíba. Além disso, destaca não terem se desenvolvido relações e complexos capitalistas, financeiros e industriais a exemplo do que proporcionou o oeste paulista, considerada base regional para a acumulação primitiva do capital para a industrialização em São Paulo.

Se para Cano (1975) o eixo produtivo do Vale do Paraíba para o oeste paulista traria mudanças na produção do café, também gerou um excedente de capital que se conectou com outras atividades no contexto de uma economia mais complexa. Segundo dados relativos à produção, como apresentados por Milliet (1941) e Taunay (1934), havia uma escassez produtiva no Vale do Paraíba, quando as oportunidades para diversificação do capital surgiram. Assim é que cidades como Areias, Bananal, Silveiras que eram: “[...] outrora terras de magnatas, apresentam-se em ruínas aos olhos dos viajantes” Milliet (1941: 30). Da mesma forma, Martins (1999; 2008) destaca diferenças no perfil da cafeicultura e o abandono gerado no Vale do Paraíba com o esgotamento do café.

A partir das relações capitalistas e do complexo gerador da industrialização é possível analisar o avanço do café para outras áreas. Ao longo do século XX ocorreria a ampliação e a diversificação da produção agrícola, incluindo outros produtos na base exportadora, ao mesmo

tempo em que a industrialização e a economia se ampliavam. Mas, o café ainda contribuiria para a dinâmica do meio rural do Brasil, embora com uma dimensão social, política e econômica distinta de seu período de consolidação e de desenvolvimento até a industrialização. Ou seja, é significativa a diferença entre o Vale do Paraíba com a grande fazenda e seu estilo de casarões, casa d'água para lavagem do produto e senzala, como apresenta Martins (1999), e o Oeste paulista que gerou importantes cidades em São Paulo, urbanas e industriais, como destacam Truzzi (1985) e Cano (1990) ao se referirem à emergência de uma economia industrializada a partir da expansão do café rumo a esta região.

A partir das regiões produtoras do Oeste paulista a cafeicultura avançou rumo às áreas antigas do Paraná (CACIAN, 1981), manteve-se em Minas Gerais e no Espírito Santo. Ainda sobre o período de crise, o impacto sobre áreas em produção e o crescimento constante da produção industrial, não invalidou a noção veiculada por Truzzi (1985), de que desde o império até a república, “o café dava pra tudo”. Mas, o café já não seria o único para a economia, que constituía a partir desse período espaços rurais com novos produtos agrícolas. Não seria mais o único produto, mas permaneceriam distintas dinâmicas regionais. Mesmo que o Brasil continuasse a ser o maior produtor mundial de café, diante de novas crises, como a Segunda Grande Guerra Mundial, ocorreram processos diferenciados que envolveriam o café e esse dinamizaria regiões.

Diante do processo de industrialização e urbanização ocorrido em São Paulo, à condição de maior produtor de café se propagaria para outro Estado, Minas Gerais. Tradicionais regiões produtoras de café também mantiveram a produção, como foi o caso do Espírito Santo, com uma estrutura econômica, fundiária e de trabalho, com particularidades bem distintas aos demais Estados, manteve a cafeicultura como único produto de influência e impacto financeiro, com introdução da indústria apenas no final da década de 1960, tornando-se o segundo maior produtor do grão e o primeiro de café do tipo Conilon. A Bahia também continuaria a produzir, assim como novas regiões produtoras se formariam em Rondônia, no Centro e Norte do Brasil, como apresentado pelo IBGE (2006), MAPA (2017) e Souza da Silva *et. al.* (2017).

Houve também mudanças na relação produtiva do café com a sociedade. Se em seu momento inicial houve uma produção mais homogênea, com fazendas escravocratas, posteriormente as lavouras foram desenvolvidas dentro de princípios mais apropriadas à dinâmica capitalista, com mão de obra livre, assalariada e produtores rurais detentores dos meios de produção. Nessas novas condições, as relações sociais e a organização produtiva se diferenciaram entre as regiões produtoras.

Mas, o café não era atividade principal, ao menos não diante de um Brasil que buscava políticas para priorizar a industrialização a partir de 1930. Mesmo assim, ações de suporte à cafeicultura foram formuladas, a exemplo da criação do Instituto Brasileiro do Café e política de compra de estoques, visto que a acumulação de capital gerado pelo café era sustentáculo para a industrialização.

As supersafras revelaram-se graves à economia do Brasil, como em 1928/1929 e em 1933/1934 (MELLO, 1982), e se somariam à crise durante a II Guerra Mundial e à queda de preços que se seguiu na década de 1950, bem como às dificuldades para a garantia de preços internacionais na década de 1960 (PANAGIDES, 1969). Em suma, a dependência brasileira do café se tornava insustentável, na medida em que avançava o processo de industrialização, primeiramente em São Paulo e outros centros mais dinâmicos e mais tardiamente no Espírito Santo.

5 DO PERÍODO COLONIAL SECUNDÁRIO À FORMAÇÃO DA CAFEICULTURA NO ESPÍRITO SANTO

A expansão da cafeicultura no Espírito Santo causou transformações sociais, políticas, culturais, econômicas e geográficas, a partir do momento em que as estruturas baseadas em grandes fazendas escravocratas começaram a se dissolver a partir do final do século XIX. Essas transformações se deram concomitantemente ao advento da imigração, resultando numa estrutura agrária organizada em pequenas propriedades rurais e mão de obra familiar, ou seja, estruturas e relações sociais em função do comércio do café, cujo dinamismo impactou diretamente a vida social no meio rural e urbano daquele Estado. As estruturas estão na organização fundiária e do trabalho que se constituíram e perduram até os dias de hoje, sendo que as relações sociais estão presentes na constituição de relações econômicas-mercantis que habitualmente se constituem, essas advêm das negociações entre atores sociais, envolvendo o café como principal produto para a geração de finanças, mas também da existência da diversificação agrícola para o fortalecimento da agricultura de base familiar.

As relações sociais, assim formadas, levaram tanto à ocupação do território quanto à existência de condições produtivas e mercantis que diferenciaram a cafeicultura no Espírito Santo, comparada as praticadas nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, até então os maiores produtores. Isso porque, as características estruturais da agricultura de base familiar foram mantidas, envolvendo a produção de café e de produtos alimentares.

Na primeira metade do século XVI, foi constituída a Capitania do Espírito Santo, que enfrentou percalços administrativos e políticos, afetando sua produção, povoamento e a ocupação de seu solo, impedindo que atividades com fins mercantis, de interesse de Portugal, fossem desenvolvidas. Isso fez com que a ocupação do Espírito Santo ficasse à margem da atividade açucareira e da extrativa mineral, que sustentavam a economia da Coroa portuguesa (BITTENCOURT, 1987; OLIVEIRA, 2008).

A expansão da cafeicultura, a partir do início do século XIX, ocorrida três séculos após a criação daquela Capitania, trouxe resultados sociais e econômicos que reduziram o atraso que marcava as relações econômicas e mercantis existentes (BITTENCOURT, 1987). Ou seja, a cafeicultura se tornou a principal atividade econômica a partir da segunda metade do século XIX e esteve com principal atividade econômica até a segunda metade do século XX. Essa atividade se desenvolveu de forma sempre crescente, primeiramente na região sul, seguido da

parte norte litorânea, e posteriormente nas demais regiões interioranas, com a imigração (CELIN, 1984; BITTENCOURT, 1987; BUFFON, 1992).

Para melhor compreender os antecedentes do desenvolvimento da cafeicultura no Espírito Santo é preciso destacar que sua colonização inicial resultou do próprio interesse de Portugal em suas colônias. A chegada ao Espírito Santo é inicialmente resultado da decisão original de ocupar o território brasileiro. As doações das capitânicas tinham sido autorizadas no ano de 1532 e em 1534 foi doada aquela que passou a chamar-se Espírito Santo (OLIVEIRA, 2008).

O primeiro donatário, de nome Vasco Fernandes Coutinho, chegou à sua capitania no dia 23 de maio de 1535, uma data dedicada à Santíssima Trindade, por isso a Capitania teve seu nome consagrado como Espírito Santo, cuja dimensão original era de aproximadamente 5 mil léguas. Entre as primeiras ações estava a construção de casas, doação de sesmarias, igrejas, engenhos de açúcar e a estruturação de serviços à Coroa portuguesa, com a criação de um estamento burocrático voltado ao controle e arrecadação do fisco (OLIVEIRA, 2008; RANGEL, 2006).

Situando-se no Sudeste, o Espírito Santo esteve entre as duas capitais do Império no Brasil, Salvador e Rio de Janeiro. Mesmo com bom acesso ao mar, rios navegáveis, terras férteis, o Espírito Santo não estava entre as prioridades estabelecidas pelos interesses políticos e mercantis de Portugal. A morte do donatário e constantes mudanças na administração dos representantes de Portugal foram empecilhos, somados ao fraco desenvolvimento dos principais produtos mercantis da época, como açúcar e metais preciosos, intensamente explorados em outras capitânicas, levando Portugal a ter pouco interesse na região do Espírito Santo (BITTENCOURT, 1987; OLIVEIRA, 2008; RANGEL, 2016).

Os produtos de interesse econômico para Portugal eram produzidos e extraídos em grande escala, sem qualquer autonomia da colônia (MELLO, 1984). Apesar de períodos com destaque na produção, o Espírito Santo ganhou importância ao que interessava Portugal apenas em meados do século XIX, através da cafeicultura, após os problemas causados pela queda da produção do açúcar e da extração de ouro em Minas Gerais (BITTENCOURT, 1987; OLIVEIRA, 2008; RANGEL, 2016). É comumente considerado que “o rumo tomado pela formação histórico-econômica do Espírito Santo levou-o a desempenhar sempre um papel secundário no contexto nacional, na medida em que se ligou tardiamente à economia de exportação, predominante no modelo brasileiro” (BITTENCOURT, 1987: 18).

A partir da chegada dos primeiros colonizadores no ano de 1535 e durante esse século, o número de engenhos na Capitania do Espírito Santo até era superior ao de seus vizinhos, Rio de Janeiro e São Vicente (CONDE, 2011). Mas, essa condição não perdurou devido ao desenvolvimento de outras atividades que deslocaram o Espírito Santo daquelas predominantes no início do Brasil colonial durante os séculos XVII e XVIII (BITTENCOURT, 1987; OLIVEIRA, 2008 e CONDE 2011). Desta forma, mesmo que Conde (2011) tenha tido o objetivo de relativizar o tão comumente “atraso do Espírito Santo” exposto por interpretações históricas, é possível reconhecer o isolamento diante dos interesses do Brasil Colonial, antes interessado no açúcar e no ouro.

No período colonial que antecedeu a cafeicultura, consolidada até 1850 no sul do Espírito Santo, não foram geradas relações produtivas que o destacasse (BITTENCOURT, 1987). A ocupação do Estado se deu através de uma atividade de subsistência e de uma produção reduzida de açúcar, comparada a outros territórios, principalmente do Nordeste do Brasil. Apesar da importância dada aos metais preciosos na Capitania, tendo havido incursões no Rio Doce e Mucuri, ao norte do Estado, (CALMON, 1940), a extração mineral não foi bem sucedida. Enquanto Minas Gerais já se destacava pela extração de ouro e pedras, o Espírito Santo passava por percalços administrativos, políticos e econômicos, que afetaram o interesse em seu território com fins produtivos.

Desta forma, após um período colonial de três séculos, durante o qual o Espírito Santo ocupava uma posição secundária na economia mercantil, a atividade cafeeira inseriu o Estado no modelo dominante brasileiro, pois havia terras boas e novas a serem ocupadas, com preços menores que as outras regiões ocupadas (BITTENCOURT, 1987). Antes, com a empresa colonizadora envolvida com o ouro (PRADO Jr., 1983), Minas Gerais tinha as atenções do Império, sendo que as ações dirigidas a este território também afetavam a colonização do Espírito Santo, a qual era estratégica para o acesso a Minas Gerais.

Inclusive o litoral espírito-santense, ainda pouco ocupado, era propício a ataques de piratas e de tentativas de invasão, como a holandesa (NOVAES, 1968). Não era estratégico realizar povoamentos no Espírito Santo, para além da faixa litorânea, uma vez que a atenção estava voltada para Minas Gerais, tendo se transformado em capitania, em função da extração do ouro. Restava ao Espírito Santo apenas a colonização de sua faixa mais litorânea.

Diante desses problemas, destaca-se o pouco uso do espaço, constituindo um vazio demográfico no Espírito Santo, como definiu Bittencourt (1987). Não havendo atividade exportadora, o baixo nível de ocupação do território mantinha áreas de matas virgens e

favorecia a resistência dos indígenas, contribuindo também para conter o acesso de invasores estrangeiros pelo litoral às terras mineiras, onde se concentrava a atividade extrativa mineral. Os indígenas das tribos Botocudos, Guaranis e Goitacazes eram tidos como uma dificuldade a ser superada, na primeira metade do século XVI, devido aos constantes ataques ao povoamento do Espírito Santo, apesar do projeto jesuítico de colonização dos indígenas aí executado ter sido um dos mais eficientes em todo o Brasil Colonial (OLIVEIRA, 2008).

Por sua vez, os negros escravizados, que se tornariam o braço forte do Brasil colonial e da origem da cafeicultura em todo o Brasil, chegaram somente em 1621, quase um século após o comércio ter alcançado os demais territórios. Diante desse contexto, envolvendo os percalços para um interesse econômico inicial pelo Espírito Santo, criou-se uma “barreira verde”, como consideraram Macedo e Magalhães (2011). Dificuldade e isolamento por parte dos responsáveis políticos do Império fizeram diminuir o primeiro território da Capitania do Espírito Santo, diminuindo terras ao sul e ao norte da Capitania (OLIVEIRA, 2008). Somados às decisões de não permitir a extração de metais preciosos em seu território, a construção de estradas e o deslocamento por rios navegáveis, havendo fiscalizações realizadas por guardas do Império, medidas para evitar que o ouro mineiro fosse extraviado (MOREIRA; PERRONE, 2001).

Diante dos interesses de Portugal por uma economia-mercantil que não incluía o Espírito Santo constitui-se um isolamento e um desinteresse político e econômico por essa capitania, que acabou retardando a ocupação de seu território e a construção de infraestruturas. Com o início da cafeicultura formou-se um novo vínculo aos interesses do Império, possibilitando a exploração de terras férteis e mão de obra escrava no Espírito Santo, após a vinda de cafeicultores fluminenses e mineiros, em particular para o sul do Estado (BUFFON, 1992). Afinal a região tinha condições de infraestrutura adequada para comercialização, principalmente portuária e a aproximação ao centro urbano que era o Rio de Janeiro.

A história do Espírito Santo contém evidências de que mudanças estruturais e nas relações sociais, delimitadas no tempo e no espaço, dão sentido a novos sistemas sociais (GIDDENS, 2009). Isso pode ser observado desde sua formação, enquanto Capitania, com a incipiente participação nos acontecimentos históricos, econômicos e políticos do Brasil colônia, passando pela cafeicultura e uma tardia industrialização a partir da segunda metade do século XX (BUFFON, 1992). Todos, processos distintos e com impactos diferentes do ocorrido nas demais regiões do Brasil.

No Espírito Santo, esse processo teve início com o fim da abolição da escravidão e a inserção de imigrantes que se tornavam agricultores nos mercados, organizados em pequenas

propriedades rurais e constituindo novos espaços produtivos. Mesmo no contexto de uma economia industrializada e urbanizada, ainda é perceptível nos dias atuais a relação dos agricultores com o mercado do café, conforme constituído na origem desse processo, como será demonstrado no capítulo sete.

A cafeicultura, inicialmente de base escravocrata, iniciou no sul do Espírito Santo, utilizando-se da aproximação com o centro financeiro da capital do Império, das terras boas, férteis e com preços inferiores aos das terras fluminenses, tendo a mão de obra escrava como suporte para a produção e financiamento.

Posteriormente, com processos sociais e políticos ocorridos, há a imigração de colonos europeus para o Espírito Santo, alimentando estruturas e relações sociais de trabalho e mercantis. Uma estrutura fundiária de pequenos proprietários dedicada à cafeicultura, como atividade geradora de finanças para a manutenção da família e de alimentos para a subsistência e comércio de curta distância, sustentava a diversificação produtiva através de relações sociais benéficas para a cafeicultura.

Desta forma, formou-se a estrutura fundiária e produtiva baseada no trabalho familiar, com relações sociais e econômico-mercantis, traços do capitalismo nesse território. Os atores sociais, produtores de café e compradores locais e regionais, mesmo diante de um mercado de longa distância, fortaleceram-se através de novas estruturas e de suas relações sociais, que mantiveram a cafeicultura aliada à produção de outras culturas.

Ao invés de grandes fazendas escravocratas, o desenvolvimento da cafeicultura formou uma economia com base familiar, que se prolongou desde o final do século XIX e se manteve mesmo diante dos processos de urbanização e industrialização ao longo do século XX. Ao longo do tempo e do espaço as estruturas são transformadas por ações sociais, que são formadoras de relações sociais (GIDDENS, 2009; WEBER, 2010). Os dois próximos subcapítulos demonstram a origem da grande fazenda escravocrata e a passagem para estruturas fundiárias organizadas em pequenas propriedades e mão de obra familiar, revelando a importância das relações sociais que se formaram ao longo desse processo.

5.1 A ORIGEM E O DESENVOLVIMENTO DA CAFEICULTURA NO ESPÍRITO SANTO

A cafeicultura no Espírito Santo teve origem na primeira metade do século XIX, consolidando-se por volta da metade desse século, nas terras do sul, em territórios próximos aos rios Itabapoana e Itapemirim (BITTENCOURT, 1987; BUFFON, 1992; OLIVEIRA, 2008). A produção do café se organizou através de grandes fazendas escravocratas, impulsionada pelo desenvolvimento do mercado do café. “Fluminenses e mineiros haviam iniciado, a partir de 1830, a expansão cafeeira no extremo sul do Estado, descendo os vales do Itabapoana e Itapemirim em busca de terras virgens, constituindo aí suas fazendas [...]” (BECKER, 1979: 39).

As relações mercantis da economia cafeeira no Brasil não se restringiram apenas a Portugal, se diversificando, após no começo do século XX, na direção dos mercados de outros países, como os Estados Unidos, Alemanha e Japão (MELLO, 1984). Embora no Espírito Santo a atividade cafeeira não fosse diferente dos demais territórios brasileiros, pois sua origem é orientada por uma economia de exportação, a imigração no final do século XIX trouxe diferenças nas relações sociais e mercantis.

Antes da imigração, o regime de escravidão da força de trabalho proporcionou um custo inferior, o qual, somado à abundância de terras férteis e ao comportamento da economia para a atividade de exportação, impulsionou a atividade cafeeira (MELLO, 1984). Portanto, na origem da cafeicultura do Espírito Santo, os escravos foram à mão de obra que deu sustentação à produção e ainda serviu como base financeira, pois podiam ser hipotecados (ALMADA, 1984; BITTENCOURT, 1987).

Do norte fluminense a cafeicultura chegou ao sul do Espírito Santo, “[...] como uma “mancha de óleo”, vai atingir as terras virgens do Sul e do Centro [...]” (BITTENCOURT, 1987: 76). Enquanto a cafeicultura se consolidava no sul na primeira metade do século XIX, a parte central interiorana, do norte do Espírito Santo, principalmente do noroeste, possuía reduzida infraestrutura que permitisse a ocupação, limitando-se à parte costeira (BUFFON, 1992).

De qualquer forma, esse isolamento deixou essas terras distantes do interesse da produção cafeeira escravocrata que emergia, embora já houvesse produção em São Mateus e Vitória, na região central (COGO, 2007). As regiões litorâneas do norte e do nordeste eram menos dinâmicas que o sul, com a produção canavieira e de farinha, mesmo considerando que no território de São Mateus e seu entorno havia 55 fazendas de café (BITTENCOURT, 2006; CALIMAN, 2012).

Assim, o café se destacou inicialmente nas terras férteis acessíveis do Itapemirim, em Cachoeiro do Itapemirim, e de Veado, em Guaçuí (BITTENCOURT, 2006), na região sul do Espírito Santo, produzido por cafeicultores que migravam com seus escravos, principalmente

de Minas Gerais e do Vale do Paraíba, para as terras do sul. Essa região era atrativa para decadentes cafeicultores da região do Vale do Paraíba, para terras novas e com bons preços, além de serem mais próximas da capital do Império, sendo possível realizar financiamentos tendo por base hipotecária os escravos (CAMPOS Jr., 1985).

Essas condições tornaram a região do Itapemirim o centro da cafeicultura sul da Província (ALMADA, 1985), num período em que as terras do sul espírito-santense eram compradas pela metade do preço das terras fluminenses e mineiras e estavam próximas ao centro de negócios do Brasil, no Rio de Janeiro (ROCHA e CONSETTI, 1983; BUFFON, 1992). A infraestrutura férrea era fundamental, cuja malha havia chegado ao sul do Espírito Santo conectando-o ao território fluminense e à capital do Império.

Considerando que a cafeicultura evoluiu com base no trabalho escravo este era relevante nas relações produtivas e financeiras na cafeicultura. Segundo recenseamento realizado em 1856, período em que se consolidaram as fazendas de café ao sul da Província do Espírito Santo, a população do Estado era de 49.092 habitantes, 25% dos quais eram escravos, e 43% entre estes tinham até 20 anos de idade (OLIVEIRA, 2008).

Em plena fase de desenvolvimento da cafeicultura escravocrata, o Espírito Santo possuía uma mão de obra escrava jovem. Almada (1984) confirma essa afirmação ao analisar os inventários realizados entre os anos de 1850 e 1885, de 35 fazendas do município de Cachoeiro de Itapemirim, concluindo que um total de 27,7% dos escravos eram africanos. A natalidade entre escravos e a juventude eram interessantes aos cafeicultores escravocratas, pois em 1850 a Lei Eusébio de Queiroz limitaria a escravidão, pondo fim ao comércio de escravos com a África.

Em 1872, a relação entre habitantes “não escravos” e “escravos” no Espírito Santo era superior à de São Paulo e Minas Gerais, inferior apenas à do Rio de Janeiro, que possuía 1,6 habitantes não escravos para cada escravo. No Espírito Santo, essa relação era de 2,6, enquanto Minas Gerais e São Paulo passavam de 4 habitantes não escravos para cada escravo. Sustentar uma base escravocrata era interessante aos cafeicultores, sendo que apenas em 1872 a Lei do Ventre Livre trouxe liberdade aos nascidos. A partir de então, houve queda no aumento do número de escravos na capital e no norte do Espírito Santo, em cujos territórios o emprego dessa mão de obra na cafeicultura já não se dava com a mesma proporção (ALMADA, 1984).

A cafeicultura escravocrata do sul do Espírito Santo se fragilizou diante de problemas políticos, sociais e econômicos que serão analisados a seguir. O modelo escravocrata de produção e financiamento se esfacelou em todo o território brasileiro produtor de café, mas a cafeicultura se reestruturou, fosse com a mão de obra assalariada como em São Paulo, ou com

colonos proprietários como no Espírito Santo, com distintas relações sociais. Enquanto a imigração foi fundamental em São Paulo, a partir da qual se formou a mão de obra assalariada, no Espírito Santo os imigrantes tornaram-se proprietários de pequenas propriedades rurais, organizando a produção agrícola com base na mão de obra familiar (CELLIN, 1984; BUFFON, 1992).

Portanto, se a cafeicultura antes escravocrata praticada no sul do Espírito Santo desestruturava-se nas últimas décadas do século XIX, houve o projeto de imigração, com o trabalho livre e assalariado, com a possibilidade de capital ao imigrante de terras e de trabalho nas relações mercantis em questão. É a passagem de uma cafeicultura escravocrata para uma estrutura fundiária que tem como referência pequenas propriedades rurais de imigrantes.

Uma estrutura fundiária com relações de trabalho e de produção que se desenvolveria ao longo do século XX e foi mantida até os dias atuais. Para isso, é importante considerar as estruturas sociais em suas funções, como destaca Durkheim (2016), sejam essas o Estado, a família, a religião, ou o direito, como o da propriedade privada, entre outros relacionados à condução da vida coletiva. Mas, com relação às estruturas, ou para além da condução realizada por essas, é possível compreender as ações e relações sociais. Portanto, é possível considerar o conceito de dualidade das estruturas e as mudanças a partir dessas, como identificado por Giddens (2009).

É possível considerar as estruturas, antes com as grandes fazendas que tinham o trabalho escravizado, que se transformaram com a imigração e seus resultados no Espírito Santo, onde o Estado foi relevante para a cafeicultura escravocrata, mas posteriormente consolidou uma colonização através da “povoação e ocupação” (CELLIN, 1984), e onde relações sociais e econômicas contribuíram para desestruturar a cafeicultura escravocrata, gerando novas estruturas e relações sociais. Construíram-se núcleos coloniais, sendo que os imigrantes, quando não tinham por destino as colônias, acabavam comprando terras e contratando força de trabalho. Quanto aos contratos, estes são regras para Weber (2010), ou as regras submersas, são espelhos das mesmas, como compreendido em Giddens (2009). Ainda considerando que na relação com as instituições financeiras houve a falência de cafeicultores escravocratas, em função de dívidas e terras hipotecadas, as quais eram contornadas através do parcelamento das grandes fazendas em terrenos vendidos aos imigrantes.

Transformações estruturais dos sistemas sociais repercutiram no sistema mercantil e escravagista, com resultados diferenciados, se comparado o Espírito Santo com o território fluminense ou o paulista. No território fluminense, as grandes fazendas escravocratas não mantiveram a produção de café e juntamente com o esfacelamento das produções houve um

processo de urbanização e cidades sem grande dinamismo proporcionado pela cafeicultura (MARTINS, 2008). O território paulista utilizou a mão de obra assalariada dos imigrantes, fazendo avançar a cafeicultura que se manteve organizada por uma elite rural, tornando-se o maior produtor de café do Brasil, como apresentado no capítulo 3.

Enquanto Truzzi (1985) destaca a baixa ascensão dos imigrantes colonos à condição de proprietários rurais em São Paulo, Cano (1975) chama atenção para o complexo econômico capitalista e a importância da mão de obra para a industrialização. Diferentemente, no Espírito Santo, os imigrantes se tornaram proprietários e cafeicultores, seja em pequenas propriedades organizadas em colônias agrícolas ou adquiridas de fazendas que se desmembravam no Sul, os resultados foram à produção de subsistência, com algum vínculo mercantil. Por sua vez, a produção de café proporcionava a maior parte dos recursos financeiros, tendo em vista a garantia de compra, tanto no mercado interno quanto através da exportação (CELLIN, 1984; ALMADA, 1984; BITTENCOURT, 1987; BUFFON, 1992; MOTA, 2002).

Considerando uma estrutura fundiária equânime em distribuição e a importância do café para os fins comerciais e financeiros, as estruturas e relações sociais, assim constituídas, sustentaram a cafeicultura como atividade principal. A imigração no Espírito Santo se deu de forma diferente do Estado de São Paulo, onde predominou o trabalho assalariado agrícola, com destaque ao urbano, e dos Estados do Sul, onde se formou uma produção mais independente e típica do campesinato (VANGELISTA 2004). Sem alimentar um processo de urbanização, nem um complexo industrial baseado em mão de obra assalariada, os imigrantes tornaram-se, no fim do século XIX, cafeicultores em pequenas propriedades rurais.

A imigração resultou de uma atuação específica do Estado para povoar e organizar as bases produtivas do Espírito Santo (CELLIN, 1984), embora não estivessem exclusivamente voltadas para o café. É importante destacar que quando ocorreu à imigração, o Espírito Santo possuía 85% do seu território não ocupado, mas era possível arrecadar recursos com as vendas de terras (BITTENCOURT, 1987). Os imigrantes que constituíram colônias agrícolas eram compostos de alemães, pomeranos, suíços e italianos. Em 1813 houve uma primeira tentativa de imigração de açorianos na região de Viana, próxima à capital, mas eles ficaram sem recursos e abandonados (BITTENCOURT, 1987; OLIVEIRA, 2008).

Para Cellin (1984) o objetivo era povoar e ocupar, enquanto Bergamin (2004) considera que os imigrantes não vieram para substituir a mão de obra escrava. Os lotes vendidos nas colônias eram de 20 a 25 hectares, organizados pelo governo ou particulares envolvidos com esse processo (BITTENCOURT, 1987). Inicialmente, o governo se envolvia com o pagamento

de transportes, provimento de gêneros alimentares e outras despesas para a formação do núcleo (CELLIN, 1984). A primeira colônia agrícola foi Santa Izabel, fundada em 1847, por um grupo de 163 alemães. Os colonos tinham o compromisso de plantar e no final de quatro anos pagarem suas dívidas com o Império. Em 1856 foi fundada a colônia de Santa Leopoldina, às margens do Rio Santa Maria, com 140 colonos suíços, 222 alemães e outras 15 nacionalidades europeias (OLIVEIRA, 2008).

A colonização se intensificou nas duas últimas décadas do século XIX. Entre os anos de 1846 a 1895 houve a entrada de 11.000 austro-alemães e de 40.000 italianos, destacou Derenzi (1965). Considerando que a maior parcela foi de italianos, Vangelista (2004: 36) afirma que “a literatura consolidada no momento cita de 46.000 a 75.000 imigrantes italianos, dos quais apenas um quarto se dirigia para as colônias agrícolas [...]”. A maioria se deslocava para as fazendas do sul, adquirindo terras de grandes fazendas, mas também se dirigiam a núcleos coloniais como de Afonso Cláudio ao sul, núcleos coloniais à margem do Rio Doce, mais ao norte e em Nova Venécia, no vale do rio de São Mateus.

Destaca-se que a colonização do noroeste com imigrantes europeus e/ou com descendentes destes vindo do sul do Estado ocorreu apenas no começo do século XX, até então, havia ao norte e acima do Rio Doce apenas o núcleo colonial de Nova Venécia. Deve ser destacado que havia descendentes dos escravos que viviam em quilombos, excluídos dos interesses envolvidos com o povoamento e com as ocupações do solo para fins produtivo.

Castiglioni (2004: 165) realizou um estudo sobre as particularidades da imigração no Espírito Santo, em específico os san-marinenses, indicando as várias nacionalidades que imigraram para o Espírito Santo a partir da segunda metade do século XIX, “[...] italianos, alemães, tirolezes, austríacos, portugueses, poloneses, suíços, espanhóis, san-marinenses, franceses e outros”. Até o ano de 1880 as colônias agrícolas estavam distribuídas entre a região central e o antigo sul escravocrata do Espírito Santo, sendo elas: Santa Izabel, fundada no ano de 1847; Rio Novo no ano de 1855; Santa Leopoldina em 1857; Timbuí, em 1874; Santa Cruz em 1877; e Castelo em 1880 (CASTIGLIONI, 2004).

Os rios e redes hidrográficas somavam-se à logística até o litoral, sendo importantes para delinear as áreas das colônias. Ainda na década de 1880, as colônias agrícolas de Santa Izabel, Rio Novo, Santa Leopoldina e Castelo foram emancipadas (MUNIZ, 1997; OLIVEIRA, 2008).

Ainda no final do século XIX podem ser destacados núcleos coloniais ao sul, como o Costa Pereira, em 1889 e Afonso Cláudio, em 1890. No vale do Rio Doce foi construído o núcleo Demétrio Ribeiro, em 1890, no vale do rio Piraqueaçu constituiu-se Santa Leocácia, em

1889, e mais ao Norte, às margens do rio São Mateus, o núcleo de Nova Venécia, em 1892 (CASTIGLIONI, 2004 *apud* BUSSATTO, 1987).

A imigração italiana, com maior número de imigrantes na segunda metade do século XIX se consolidou num período curto de tempo. Ocorreu até o ano de 1895, sendo terminada por decisão do governo italiano após denúncias de más condições e da exposição às doenças tropicais presentes em terras de matas virgens e quentes (CASTIGLIONI, 2004), em função das quais um ano antes, da proibição italiana, 529 imigrantes italianos recém-chegados morreram (OLIVEIRA, 2008).

No ano de 1892, já no período da República e três anos antes da proibição das migrações da Itália para o Espírito Santo, o governador do estado, José de Melo Carvalho Moniz Freire, contratou com recursos do governo, serviços para a imigração, possibilitando a vinda para o Espírito Santo de 20 mil italianos (CASTIGLIONI, 2004). Em todo o Brasil, segundo Vangelista (2004), deram entrada, entre os anos de 1881 e 1900, um total de 2,03 milhões de imigrantes. No Espírito Santo, em 1860 havia 60.702 habitantes, passando em 1890 a 209.783 (DERENZI, 1965; OLIVEIRA, 2008).

Num primeiro momento, a imigração no Espírito Santo não teria sido uma preocupação, nem gerado interesse como mão de obra para os grandes cafeicultores escravocratas, considerando ainda a possibilidade de ocupação e povoamento, fazendo com que os imigrantes ocupassem as Colônias agrícolas instaladas, as quais, por serem isoladas, não atraíam o interesse dos cafeicultores para o uso da mão de obra assalariada (ALMADA, 1984).

Uma condição para esse desinteresse seria a baixa capacidade financeira e o pouco empreendedorismo na construção dessa relação trabalhista (CELIN, 1984). Inclusive, essa é uma, dentre outras razões, a serem apresentadas para a não formação e domínio de grandes fazendas de café no Espírito Santo, mas para a consolidação da cafeicultura em bases familiares e em pequenas propriedades rurais, de meeiros e parceiros. A inexistência de mão de obra livre após a abolição afetou a economia cafeeira do Espírito Santo, aliadas à má condição financeira, ao pouco empreendedorismo e a fragilidade política dos cafeicultores (CELLIN, 1984; CAMPOS Jr, 1985).

Os cafeicultores demonstraram interesse em fragmentar suas fazendas, vendendo-as aos colonos, sendo que os recursos alcançados com as vendas migraram para o mercado imobiliário, principalmente no Rio de Janeiro, ainda considerando que muitos tinham suas terras hipotecadas pelo Banco do Brasil (ROCHA e COSSETTI, 1983; BUFFON, 1992). A fragilidade dos cafeicultores escravocratas do sul, diante de dívidas, de terras hipotecadas, do

pouco recurso financeiro e o fim da escravidão levou à fragmentação das fazendas escravocratas e à possibilidade de aquisição de terras pelos imigrantes.

Como resultado, a estrutura fundiária que emergiu era marcada pelo predomínio de pequenas propriedades adquiridas por colonos imigrantes (CELLIN, 1984; CAMPOS, Jr. 1985; BUFFON, 1992). Considerando ainda que, nessa transição da grande fazenda à pequena propriedade de café, houve a exclusão e o isolamento dos povos tradicionais indígenas e negros, antes escravos.

Portanto, além das colônias agrícolas os imigrantes adquiriram pequenas propriedades rurais fragmentadas das grandes fazendas, o que constituía uma vasta área a ser ocupada. Entre as razões que levaram ao processo de fragmentação dessas fazendas e as condições possíveis ao imigrante para adquirir terras destaca-se, segundo Campos Jr. (1985), o fato dos cafeicultores escravocratas possuírem uma reduzida força política. O fim do tráfico internacional de escravos, a baixa natalidade e a morte de escravos trouxeram severos problemas às grandes fazendas dependentes dos escravos, por ser a mão de obra com mais baixo custo (MELLO, 1984). Os cafeicultores do sul ficaram dependentes da escravidão, fazendo com que a abolição contribuísse para a decadência das grandes fazendas, resultando numa oferta de terras abundantes com preços acessíveis para o imigrante (BUFFON, 1992).

Em São Paulo, havia o apoio financeiro ao cafeicultor para financiar a mão de obra livre e assalariada (ALMADA, 1984), o que não ocorreu no Espírito Santo. Sem esse apoio havia a tentativa de pagar baixos salários aos imigrantes, o que confrontava as possibilidades de acesso a terras com preços acessíveis aos imigrantes. Para Cellin (1984), os cafeicultores do sul foram pouco empreendedores, o que gerava uma dificuldade de utilizarem mão de obra assalariada oriunda da imigração, os quais se dirigiam para as colônias agrícolas ou se tornavam proprietários na medida em que as grandes fazendas escravocratas se fragmentavam.

Quando os contratos de trabalho não eram favoráveis aos imigrantes, estes recorriam às estruturas existentes nas Colônias, onde se tornavam parceiros agrícolas, ou proprietários de pequenas parcelas das grandes fazendas. Por fim, as pequenas propriedades acabavam sendo vendidas, se transformando num empreendimento vantajoso, fazendo com que os grandes cafeicultores vendessem suas fazendas fracionadas aos imigrantes e acumulassem capitais em outros mercados, como o imobiliário, (BUFFON, 1992).

Esse processo de fragmentação das grandes fazendas possibilitou a formação de empresas como a “Duarte e Beiriz”, que alocou entre os anos de 1879 e 1914, um total de 600 famílias no sul do Espírito Santo. Mas, essa relação não era tão vantajosa ao imigrante, pois esse tinha que vender o café para a empresa (CAMPOS Jr. 1985), o que, todavia não foi

empecilho para que o sul do Espírito Santo tivesse suas fazendas anteriormente escravocratas parceladas para colonos imigrantes, que chegaram com o intuito de conquistar uma vida melhor.

Portanto, entre o final do século XIX e início do século XX, estruturava-se a agricultura organizada em pequenas propriedades, tendo o café como principal atividade de impacto econômico, organizada sob o trabalho familiar e constituindo relações sociais que caracterizaria a economia agrícola do Espírito Santo, no período posterior. Inicialmente, essas estruturas se desenvolveram na região centro-sul e sul do Espírito Santo, onde o processo de colonização através da imigração teve início.

Entretanto, é preciso considerar as condições que assolaram povos e comunidades tradicionais anteriores à formação da pequena propriedade rural e da agricultura de base familiar com foco na imigração e na produção mercantil. Antes havia indígenas que ocupavam o território do Espírito Santo, que com as grandes fazendas de café do século XIX, como os negros, também foram escravizados. Nas últimas três décadas do século XIX, período de maior intensidade das imigrações, a comarca de Vitória, no centro, a comarca de Cachoeiro de Itapemirim, ao sul, e a de São Mateus, ao norte, eram as que possuíam o maior número de escravos (CASTIGLIONI, 2004).

Os índios vinham sendo dizimados desde antes da constituição das grandes fazendas e os poucos que sobreviviam persistiram em pequenas aldeias, afastados do processo socioeconômico em curso no Espírito Santo, de ocupação de espaços para fins produtivos com destaque para a produção de café e demais culturas agrícolas. Não diferente foi o ocorrido com os negros escravizados, parte dos quais, após a abolição permaneceu no espaço rural, organizando-se em quilombos. Organizados em sociedade diferenciada ao processo socioeconômico em curso e com ausência do Estado acabaram isolados e abandonados. Impactos negativos ainda mais recentes sobre suas terras ocorreram a partir de grandes projetos de investimentos industriais durante a modernização econômica da segunda metade do século XX, como observado em Scarim (2006).

Embora as condições de exclusão ocorressem tanto no sul quanto no norte, neste, sobretudo em São Mateus, havia grandes fazendas com escravos. O município de Jaguaré emancipou-se de São Mateus no ano de 1981, em seu território, antes da chegada dos migrantes do sul do Estado no final da década de 1940, já havia comunidades tradicionais de negros e caboclos vindos de outras regiões do Brasil, como ilustrado pelo depoimento de um agricultor deste município entrevistado, mencionando as condições do início do povoamento:

Vim da região de Castelo, tô com 77 anos, e lá conheci o Bourbon. Aqui, cheguei em 1957. Conheci Bourbon aqui também, os

caboclos cearenses plantavam, mas era pro consumo, dava muito pouco café. Esses vieram em 1845 e desceram no pontal do Ipiranga, tinha também negros que saíram da escravidão da região de Nova Venécia e São Mateus, e plantavam mandioca (AGRICULTOR NORTE 2).

Ele conclui destacando a distinção cultural que afetou esses povos e do processo de expulsão, primeiro por grandes fazendeiros, diferente dos demais municípios do Território Norte, habitados durante a ocupação do início do século XX por indígenas, para em seguida destacar o processo de modernização econômica, que afeta as áreas remanescentes dos indígenas e quilombolas na parte nordeste do Espírito Santo.

Esses foram expulsos depois por fazendeiros e foram pro Sapê do Norte, onde a Aracruz celulose agora os expulsam também. Entre os caboclos e os negros tudo era comum e nós estragamos essa cultura, eles saíram daqui por tristeza, vendiam a terra por qualquer coisa, teve um que trocou a terra por uma vaca e uma espingarda. Meu pai dizia: esse povo é o verdadeiro povo de Deus, pois sabem viver em comunidade. Nós, italianos do sul, só chegamos em 1948 (AGRICULTOR NORTE 2).

Em síntese, após o fim da escravidão, os negros e os indígenas não tiveram a cultura respeitada, não sendo diferente do que foi feito em demais regiões do Brasil, como mostra a história. No Espírito Santo, organizaram-se em poucas terras, nos quilombos eram excluídos pelas características do campesinato e acabaram desestruturados por processos que lhe geraram desequilíbrios sociais. Diferentemente, a condição dos imigrantes, inseridos no processo produtivo em curso, que envolvia a produção do café, que construíram relações sociais e comerciais que envolveram a agricultura, com a produção de café, para geração de divisas; e demais cultivos, com destaque a alimentos para subsistência, como garantia de venda do excedente. Isso fortaleceu a estrutura fundiária organizada em pequenas propriedades, permanecendo diante de crises do preço do café (BUFFON, 1992).

Portanto, essa estrutura organizada em pequenas propriedades se consolidou em torno da importância social e econômica da cafeicultura. No entanto, mesmo a estrutura fundiária organizada em pequenas propriedades de base familiar, não excluiu os primeiros povos do Espírito Santo e os negros escravizados. Houve um processo de impacto socioeconômico que oportunizou aos imigrantes e descendentes, que assumiram a condição de agricultores, proprietários rurais ou de parceiros rurais para a produção de café e outros cultivos agrícolas inserindo-se na lógica econômica-mercantil.

5.2 RELAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICO-MERCANTIS: BASES PARA O DESENVOLVIMENTO DA CAFEICULTURA ESPÍRITO-SANTENSE

O desenvolvimento da cafeicultura no Espírito Santo se envolve com a importância das estruturas e das relações sociais com bases econômico-mercantis que se constituíram ao longo da sua história. Essas tiveram origem com o surgimento das pequenas propriedades rurais, a partir da fragmentação de grandes fazendas e da criação de núcleos agrícolas para os imigrantes; e se mantiveram nos últimos territórios do norte e noroeste do Estado, ocupados por agricultores migrantes ao longo da primeira metade do século XX. No início, esses desmataram matas nativas para venda da madeira e plantaram café.

A importância das estruturas e das relações sociais, bem como dos atores sociais no desenvolvimento do mercado de café Conilon nos Territórios Sul e Norte, será discutida no capítulo sete, com base nas informações obtidas na pesquisa de campo. Ao longo deste subcapítulo aquelas serão analisadas tendo como referência a origem e a consolidação das estruturas fundiárias e de trabalho, das relações sociais e econômicas entre atores sociais. Os processos sociais, políticos e econômicos desestruturaram a cafeicultura das grandes fazendas escravocratas e o café se desenvolveu no Espírito Santo através de uma estrutura fundiária na qual predominava pequenas propriedades rurais conduzidas pela mão de obra familiar. Por décadas, o Espírito Santo foi considerado o Estado com a melhor distribuição fundiária. E mesmo com os impactos da urbanização e industrialização, não foram desmanteladas a estrutura fundiária de trabalho e a cafeicultura, organizada em bases familiares (BUFFON, 1992; COGO, 2007).

Embora o meio rural tenha sido afetado pela formação de uma economia industrial no Estado, nas décadas de 1960 e 1970 (BUFFON, 1992), a estrutura fundiária não sofreu mudanças que afetassem as sólidas bases da pequena propriedade rural de base familiar. No próximo capítulo será destacado esse processo, demonstrando que o Espírito Santo ainda é o Estado que possui uma das distribuições fundiárias mais equilibradas. E a presença das pequenas propriedades se mantém estável, sendo responsável pela produção de alimentos e do café, como observado entre os agricultores entrevistados, detalhado no capítulo sete.

A estrutura fundiária permitiu um aumento contínuo da produção de café desde a imigração e as relações sociais daí resultantes, articulando o mercado com o desenvolvimento de uma estrutura de trabalho organizada com base na mão de obra familiar, não assalariada,

com o cultivo de alimentos para a subsistência e relações comerciais do excedente, além da produção do café para fins mercantis.

Estruturas fundiárias e de trabalho constituídas ao longo da história, aliadas às relações sociais de base econômico-mercantis mantidas com os compradores locais de café, somavam-se à articulação da produção de café e de demais culturas agrícolas. De acordo com os interesses próprios sobre o que vender e diante das possibilidades de queda das estruturas de mercado, como o preço do café, que era o principal produto no mercado, supria-se o sustento da família e a aquisição de mais terras. Desta forma, o produtor de café do Espírito Santo superava as diversas crises de preço, diferentemente de outros Estados, aumentando a produção. (ROCHA e CONSETTI, 1983; CELLIN, 1984; FERREIRA, 1987; BUFFON, 1992).

Com uma estrutura fundiária desconcentrada e baseada no trabalho familiar, a vida social e econômica que se formou posteriormente à agricultura escravocrata, foi sustentada pela aliança entre pequenas propriedades e as relações sociais e econômico-mercantis com os compradores locais de café. Por fim, desde o século XIX, as relações mercantis foram ampliadas com o comércio mais próximo, não sendo geradora de excedentes de capitais suficientes para dinamizar uma economia urbano-industrial ao longo da primeira metade do século XX (BUFFON, 1992). Deve ser mencionado também que as grandes fazendas escravocratas não geraram tal acumulação de capital.

Na fase escravocrata havia terras férteis com preços acessíveis, gerando fazendas maiores que as existentes no território fluminense (BUFFON, 1992; ROCHA e CONSETTI, 1983). Entre 1871 e 1873, ainda contando com uma cafeicultura escravocrata, mas com núcleos coloniais já organizados com produção para subsistência e de café, o Espírito Santo se destacava no aumento da produção cafeeira, se comparado aos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais (BUFFON, 1992). Com o fim da escravidão e diante do processo de ocupação de terras e povoamento do seu território com a imigração, pois teria ocorrido à ampliação de núcleos coloniais, essa produção aumentaria de 50 mil sacas, em 1860, para 250.000 sacas em 1890, chegando em 1893 a 363 mil sacas e a 394 mil sacas em 1900 (DERENZI, 1965; OLIVEIRA, 2008).

A razão para o aumento da produção estava tanto na imigração quanto na importância econômica do café. Da produção deste, com as relações sociais e econômicas construídas pelos imigrantes que se tornaram pequenos agricultores. Assim, a cafeicultura manteve-se como principal atividade de impacto social e econômico. Para a produção baseada em mão de obra familiar, mas com o aumento do contingente de descendentes e uma estrutura fundiária mais

equânime, havia a necessidade de comprar mais terras, havendo ainda espaços a serem ocupados.

O processo que envolve as relações sociais e mercantis em torno do café fez com que novas áreas fossem ocupadas até o limite da fronteira agrícola, nas primeiras décadas do século XX, ou seja, a parte norte acima do Rio Doce e centro-norte, como mencionado no subcapítulo anterior. Além disso, embora o café fosse à principal atividade, sua produção era articulada com a produção de alimentos para subsistência. Entretanto, embora proporcionasse os recursos financeiros para a manutenção da família, enquanto produto destinado diretamente ao mercado, a atividade cafeeira não gerava excedentes de capital com impactos sobre a urbanização e industrialização no âmbito da economia (BUFFON, 1992). Isso pode ser verificado no crescimento de 495% da produção de café, ocorrido entre 1860 e 1890.

Havia estocagem do café e negociações deste para pagamento de pendências com as aquisições dos produtos manufaturados necessários, gerando um comércio mais amplo que envolvia a produção e a circulação do café. Essa circulação dinamizava o comércio local, a partir do qual o café chegava ao comércio mais longínquo, até ser exportado, enquanto propiciava a compra de produtos industrializados pelos agricultores.

[...] pequenas casas de comércio que comprava o café diretamente dos produtores, em geral em troca de crédito que lhes era concedido para a aquisição de mercadorias essenciais à sua sobrevivência. Esses pequenos armazéns vendiam, por sua vez, o café a casas maiores que lhes forneciam os produtos que comercializavam com os produtores agrícolas e essas repassavam, por fim, para as grandes casas comerciais que se foram instalando em Vitória, responsáveis pela exportação do café e a importação dos produtos necessários à reprodução daquela economia (FERREIRA, 1987, p. 27).

Como observado em Polanyi (2000), é o desejo por bens não produzidos e necessários que levou à origem do mercado. Se a agricultura de base familiar usava o comércio de café para acessar bens de consumo, estes bens atendiam necessidades da família. Quando havia queda no preço do café, havia uma tendência de evitar o mercado e de aumentar a poupança para comprar mais terras, tendo em vista o crescimento da família (CELLIN, 1984; BERGAMIN, 2004).

A constituição de um mercado local diante de relações sociais e econômico-mercantis impulsionava a produção de café, mesmo para uma economia familiar baseada na produção de alimentos e constituída para além de uma ótica comercial. Pois, a produção de café viabilizava o acesso a mais terras e estas proporcionavam as condições para o sustento familiar e para a produção de alimentos para a subsistência familiar. Afinal, este era usado comercialmente para

o acesso a recursos para a reprodução do trabalho, em especial a terra para os filhos que cresciam e constituíam família, logo precisavam de mais terra. Mais terra era uma condição para produzir mais café e alimentos, aumentando a renda.

Até 1940, a exportação do café no Espírito Santo representou apenas de 1% a 8% da nacional (CAMPOS Jr., 1985), refletindo uma agricultura familiar produzindo café para fins monetários, de forma articulada com culturas alimentares (CELLIN, 1984; BUFFON, 1992; MOTA, 2002). Em tais condições era possível manter o café durante períodos de preços mais baixos, o que proporcionava liquidez e garantia de acesso ao mercado, com pagamentos a prazo dos produtos que eram de necessidade das famílias. O capital obtido com sua venda perpetuava um sistema social organizado na pequena propriedade, na produção de alimentos para subsistência, sem necessariamente formar as bases para uma economia industrial.

Esse sistema social organizado desde o final do século XIX, com pequenas propriedades, produção de subsistência e comercialização de produtos para fins monetários, sobreviveu a crises causadas por quedas no preço do café e organizou as bases de uma economia pautada na agricultura. Esta, por vezes, era tida como atrasada diante de processos industriais que se formavam no país, dando sustentação e equilíbrio a um sistema social que teve impacto com o advento da modernização da economia pós-1960 (BUFFON, 1992). Mas, que manteve suas bases, como destacará o próximo capítulo. Suas origens estiveram em mudanças estruturais que ocorreram a partir de transformações mais amplas envolvendo a passagem da grande fazenda escravocrata à pequena propriedade de base familiar, desembocando numa estrutura de trabalho livre e numa economia de exportação não mais colonial.

As estruturas assim constituídas se transformaram em todo o Brasil, acompanharam mudanças na economia, na política e na cultura, transformando os sistemas sociais. No caso do Espírito Santo, aquelas mudanças envolveram relações sociais específicas no âmbito da cafeicultura, não gerando excedentes de capital para um processo de urbanização e industrialização e proporcionando o crescimento das regiões interioranas, como é o caso dos territórios aqui analisados. Assim, tanto as estruturas quanto as relações sociais, permitiram que os atores sociais do meio rural investissem na cafeicultura, mesmo diante do impacto da modernização econômica, da urbanização e a industrialização que ocorriam no Espírito Santo, após 1960 (BUFFON, 1992).

Para Bittencourt (1987), os objetivos de ocupar e povoar vinham acompanhados pelo fomento à diversificação produtiva, típicos da pequena produção agrícola camponesa. Conforme Becker (1973), os imigrantes foram atraídos pela prosperidade que possuía o café, cuja logística foi facilitada pelas redes fluviais próximas às colônias. Segundo Cellin (1984), a

falta de outras culturas e de mercados, os reduzidos cuidados no manuseio, a liquidez e a possibilidade de armazenamento para vendas posteriores foram razões para que o imigrante se dedicasse à produção de café. Independente das razões e dos interesses dos imigrantes quanto às atividades econômicas, houve a produção de culturas alimentares compartilhada com o café. Essa possibilidade foi fundamental para as relações sociais e econômico-mercantis formadas a partir da relevância do café para esses camponeses.

Para compreender o contexto histórico e social que gerou as transformações da grande fazenda à pequena propriedade, que levaram ao desenvolvimento da cafeicultura no Espírito Santo e da importância desta atividade para a agricultura de base familiar é preciso considerar a formação de capital, a estrutura do trabalho e as relações sociais, que envolviam o espaço rural. No que tange ao capital, diante das grandes fazendas escravocratas não foi gerada uma acumulação no território do Espírito Santo, mas um interesse imobiliário tanto na venda de terras, quanto em investimentos em imóveis em outros Estados. Ao mesmo tempo, a predominância do trabalho escravo como força produtiva na produção de café da grande fazenda inibiu uma divisão social do trabalho com impacto sobre o setor urbano no Espírito Santo (BUFFON, 1992).

Posteriormente, a pequena propriedade não alimentou um processo de acumulação de capital no meio rural com desdobramentos sobre demais setores da economia, principalmente para a industrialização do século XX. Não havia uma relação de oferta e demanda no mercado de trabalho, pois este, mesmo sendo livre, era organizado segundo uma ótica de produção agrícola, que dependia dessa estrutura de trabalho e organização econômica. Em síntese, se na fase escravocrata o excedente era voltado aos investimentos financeiros na capital do Império, sobretudo imobiliário, os imigrantes não promoveram um processo de acumulação de capitais de formação de um mercado de trabalho típico dos setores financeiros e industriais, como ocorrido em São Paulo (FILHO, 1990; BUFFON, 1992).

A poupança, quando possível, era destinada à compra de novas terras, enquanto a mão de obra familiar destinava-se ao trabalho na lavoura. Afinal, a mão de obra familiar, predominante na estrutura social da economia familiar, era voltada à manutenção da pequena propriedade e com as estratégias para aquisição de mais terras, de acordo com o crescimento familiar. Segundo Buffon (1992, p. 90) “[...] a passagem para o trabalho livre não significou a constituição de um mercado de trabalho, pré-condição para a adoção de relações de produção capitalistas”. Além disso, “[...] economias marcadas pela produção familiar, quando inseridas no capitalismo, são economias em transição, participantes da reprodução social [...]” (BUFFON, 1992: 115). A manutenção de um sistema social organizado em pequenas

propriedades rurais, de reprodução e manutenção da força de trabalho e de reprodução social com a ampliação da produção familiar não era eficiente na acumulação de capital, incapazes de gerar transbordamentos a outros setores, apesar de sua importância para as economias regionais.

O comércio próximo absorvia parte do excedente da cafeicultura, que era baixo, pois era necessário o consumo de certos bens por parte dos agricultores, mas não absorvia o capital suficiente para grandes empreendimentos. Isso fortaleceu a importância da cafeicultura e as relações sociais e comerciais nela presentes. Assim, os imigrantes, que desde o final do século XIX eram produtores de café, controlavam paralelamente a produção de café e de demais produtos agrícolas, que serviam para subsistência da família (CELLIN, 1987; BUFFON, 1992; MOTA, 2002). Já, a produção do café, a liquidez no mercado desse produto e a possibilidade de armazenamento criaram uma relação comercial entre o agricultor e o comerciante, com importância do primeiro sobre o segundo (BUFFON, 1992).

Quando havia safras maiores e condições de preço diante das crises que ocorriam, o agricultor quitava dívidas (MOTA, 2002; DARÉ 2010). Em períodos de crise do café, como a do final do século XIX, quando da Convenção de Taubaté, intensificava-se a produção para subsistência de culturas alimentares, como milho, abóbora, banana, chuchu, feijão, cana de açúcar, frutas, como laranja, pêsego, tangerina, goiaba, manga, dentre outras, assim como para a criação de aves, suínos e bovinos, (WAGEMANN, 1949 apud BUFFON, 1992). Numa ação que leva ao *money-making*, como apresentada por Polanyi (2000), uma ação característica dos camponeses, em que estes produzem para a subsistência e o excedente é disponibilizado para a venda.

Daré (2010) reforça a condição de dívidas dos agricultores que são cumpridas com os pagamentos na safra. O café apresentava liquidez perante um mercado estruturado e diante da crença em seus resultados financeiros. Eram comumente gerados acordos, que se constituíam a partir das ações e relações sociais, entre o produtor e o comerciante. Os acordos são construções sociais que advêm das ações, como já exposto por Weber (2009). Afinal, os atores sociais através de ações que lhe são possíveis constituem relações sociais e dessas há fixações, como os acordos, que advêm de uma relação social baseada na aceitação dos atores. No caso em questão, entre o agricultor e o “vendedor”, ou também com o comprador de café, constituindo uma rede de distribuição e comércio entre a produção local de café e o comércio dos bens necessários (FEREIRA, 1987; ROCHA; CONSETTI 1983). Desta relação organizaram-se estratégias para a agricultura e para a cafeicultura em bases familiares no Espírito Santo.

Diante das más condições produtivas e de preços baixos do café era possível tanto a produção de outras culturas alimentares, que funcionavam como mecanismo de sobrevivência

e de troca, quanto à estocagem do café, para ser usado como mecanismo de venda e troca, por servir como moeda. Quando da formação dessas relações, o café era utilizado como moeda de troca, servia para pagar dívidas anteriores graças às possibilidades geradas por outras culturas e para comprar novas terras (CELLIN, 1984; BUFFON, 1992; DARÉ, 2010). O próprio dinheiro nem sempre foi uma mercadoria, como destaca Polanyi (2000), e sua função nem sempre foi restrita à moeda, outros produtos ao longo da história da humanidade tiveram a função da troca. Ainda é preciso destacar que o funcionamento da economia era impulsionado por relações sociais.

Mas desde o final do século XIX e na primeira metade do século XX estavam estruturadas as bases fundiárias e econômicas do Espírito Santo. No entanto, sem descaracterizar de forma drástica a estrutura fundiária nem mesmo a agricultura familiar que se consolidou, responsável até os dias de hoje pela produção e comercialização de café, baseadas na pequena propriedade rural e mão de obra familiar. Foi diante dessas bases fundiárias e relações sociais, produtivas e econômico-mercantis, construídas pela agricultura de base familiar, produtora de café, que o Espírito Santo evoluiu durante o século XX.

A crise de 1930, que repercutiu mundialmente, acabou impactando os países compradores de café e conseqüentemente países produtores como o Brasil, que passava por momentos de supersafras. No Estado de São Paulo, até então maior produtor nacional de café, ocorreram transformações que o levariam à industrialização, enquanto no Espírito Santo a produção era crescente, baseada em propriedades rurais de base familiar e nas relações construídas no interior destas. Assim, no final da década de 1930, o café era responsável por 70% das exportações desse Estado, havendo ainda condições melhores sobre a distribuição de terras (FILHO, 1990).

Diante de um Brasil cada vez mais industrializado, a cafeicultura no Espírito Santo era crescente, apesar das sucessivas crises. Conforme Loureiro (2006), a partir de 1955 ocorreu uma crise nos preços do café com quedas que prejudicaram a atividade cafeeira, quando o Espírito Santo já possuía suas terras propícias à cafeicultura plenamente ocupadas, embora sujeitas a esgotamentos do solo (BUFFON, 1992). O alcance de fronteiras de produção de café ocorreu exatamente em uma conjuntura política e econômica que impactava todos os territórios produtores de café no Brasil, levando a ações de controle de preços e de estoques, para a inovação da estrutura produtiva e fundiária do café, buscando diminuir áreas consideradas pouco produtivas e suprimir formas arcaicas de produção.

Diante dessas condições formaram-se as bases para a reestruturação e renovação da lavoura cafeeira no Brasil, afetando o Espírito Santo como nenhum outro território produtor de

café, considerando a baixa qualidade do café produzido, em áreas consideradas inapropriadas (FILHO, 1990; BUFFON, 1992; LOUREIRO, 2006; ROCHA e MORANDI, 2012). Assim sendo, um planejamento governamental com a constituição de um plano de erradicação e renovação dos cafezais, resultou numa política de gestão, envolvendo instituições financeiras e de fomento à produção e controle do café, conforme se apresentará no próximo capítulo.

Neste capítulo foi possível compreender que através de mudanças ao longo da história, houve a constituição de estruturas fundiárias e de trabalho que perduram até os dias de hoje, envolvendo a produção de café e outros produtos, bem como o desenvolvimento do mercado do café Conilon. Isso, diante de uma diversidade de atores e organizações envolvidas no processo de comercialização, que implicou na participação do agricultor como ator envolvido na produção e comercialização.

As relações econômico-mercantis nos dias de hoje mantêm as características históricas como apresentadas acima, segundo as quais o agricultor produz café para a comercialização, de acordo com o melhor preço e com suas necessidades econômicas e financeiras. A isso se soma a diversidade de compradores locais e regionais, num mercado pulverizado, tanto entre produtores rurais, quanto entre compradores. Essas condições favorecem a permanência dos agricultores no mercado de café, como um ator de grande importância.

No entanto, antes à ocorrência desse mercado, para a manutenção das estruturas fundiárias e de trabalho e das possibilidades de relações sociais com o mercado de café é preciso considerar a modernização da economia, com a erradicação do café Arábica e a industrialização, sendo que diante desse impacto foi iniciada a construção social do mercado do café Conilon no Espírito Santo.

6 INDUSTRIALIZAÇÃO E ERRADICAÇÃO DOS CAFEZAIS NO ESPÍRITO SANTO: A MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA, DA AGRICULTURA E A MANUTENÇÃO DAS ESTRUTURAS E RELAÇÕES SOCIAIS

É necessário compreender os adventos da modernização da economia do Espírito Santo, no contexto dos processos de industrialização e erradicação dos cafezais. Ocorrido no Espírito Santo após a segunda metade do século XX, mais precisamente nas décadas de 1960 e 1970, gerou impactos negativos para o meio rural, que acabaram sendo representativos para que fosse constituído um mercado específico para o café Conilon no Estado. Pois, apesar de resultados sobre o rural, tal processo não alterou as estruturas fundiárias e as relações sociais que haviam sido constituídas, com base nas quais, em resposta aos problemas que assolavam o meio rural, o café Conilon se desenvolveu.

Diante das repercussões mundiais da crise de 1929, os países compradores de café eram afetados, enquanto o Brasil aumentava a produção, deprimindo o preço e prejudicando a atividade. Portanto, o governo promoveu ajustes na política de suporte em favor do processo de industrialização (MELLO, 1984; CANO, 1975). Entretanto, diferente do Estado de São Paulo, carro chefe da industrialização, no Espírito Santo, a cafeicultura continuava como principal atividade econômica, preservando suas estruturas socioeconômicas, sem que o dinamismo do complexo cafeeiro transbordasse rumo à indústria.

Em São Paulo, a acumulação de capitais advindos da cafeicultura se desdobrou para os setores urbanos e para a indústria, destaca Cano (1975). No Espírito Santo, por características de sua estrutura econômica, não foram gerados tais excedentes e o processo de modernização, com urbanização e industrialização foram conduzidos pelo Estado. Atores políticos e empresários em articulação foram responsáveis por garantir recursos públicos e incentivos fiscais para a industrialização. Um processo ocorrido apenas na segunda metade do século XX (BUFFON, 1992).

Formavam-se no Espírito Santo alicerces das estruturas fundiárias e de trabalho constituídas no século anterior, da agricultura de base familiar, considerando que até a primeira década do século XX, havia fronteiras agrícolas a serem ocupadas. Isso tornava a economia cada vez mais dependente do café. O Espírito Santo manteve durante toda a primeira metade do século XX sua estrutura econômica e social, sendo afetada parcialmente pelos processos em curso na economia do Estado pós-1960, através de projetos conduzidos por atores sociais em

consonância com o planejamento estatal, numa aliança com interesses do capital privado, nacional e estrangeiro (FILHO, 1990; BUFFON, 1992, MOTA, 2002; LOBINO, 2008).

Até o final da década de 1930 o café era responsável por 70% das exportações no Espírito Santo, tendo por base uma estrutura fundiária desconcentrada e ampla, disponibilidade de terras novas e férteis que estavam sendo ocupadas (FILHO, 1990). Particularmente, as terras das regiões norte em sua parte central e noroeste, onde o cultivo da variedade Conilon expandiu três décadas após sua ocupação, com a erradicação do café Arábica/Bourbon. Mas, anteriormente a esse processo, a produção de café aumentava no Espírito Santo, mesmo considerando que a partir de 1930 os cafeicultores ao sul do Estado já migrassem para a pecuária, onde já ocorria esgotamento de terras o que se intensificou nas décadas de 1960 e 1970, simultaneamente ao processo de industrialização (BUFFON, 1992).

Portanto, enquanto o país vivia um processo de substituição de importações, a partir de 1930, a economia do Espírito Santo aumentava sua dependência da cafeicultura. Apesar de diferenças entre áreas que se esgotavam, convertidas à pecuária e as novas terras ocupadas, a cafeicultura permanecia como atividade principal (BUFFON, 1992). Eram a produção e o comércio de café que conduziam os processos econômicos como a geração de renda, de capital, a organização da força de trabalho, a exportação e as relações mercantis.

A produção e o comércio do café para a economia no Espírito Santo permitiam a constituição de relações sociais, essas relações eram de cunho econômico-mercantil e realizavam-se a partir de ações sociais realizadas pelos atores sociais, ou seja, pelos agricultores, compradores e comerciantes em geral. Essas relações permitiram a manutenção do café nos períodos de crises de preços. Desta forma, não se pode atribuir ao processo de modernização e industrialização da economia no Espírito Santo os problemas de oscilações nos preços do café. O café continuava sendo produzido, apesar de baixa qualidade e do pagamento de preços baixos, para o qual havia mercado, mesmo em menor preço (BUFFON, 1992). Desta forma, o importante era produzir para o mercado local. Essa proximidade contribuía para o fortalecimento dessas relações sociais, por fim, econômico-mercantis que existiam no interior de uma agricultura familiar.

Os agricultores realizavam negociações diretamente com o mercador local, sendo que até 1940 o Espírito Santo respondia a uma baixa participação no contexto nacional de exportação de café, oscilando entre 1% a 8% (CAMPOS Jr. 1985). Essa condição ainda persiste, como detalhado no capítulo sete, uma vez que o café Conilon ainda atende ao mercado interno, utilizado na produção de café solúvel e “*blends*” feitos com as torrefadoras nacionais, e quando exportado é destacado o processamento em solúvel pela indústria nacional.

Na década de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, a cafeicultura expandiu no Espírito Santo. Na década de 1950, houve no primeiro quinquênio uma média de preços considerados bons, com ápice em 1954, quando a saca chegou ao preço de 85,83 dólares. Mas, a partir de 1955 e até o início da década de 1960 os preços internacionais tiveram queda, chegando a US\$38,27, o que levou a atividade cafeeira a um declínio e um processo de erradicação que ocorreria na década seguinte (PANAGIDES, 1969).

Os preços apenas reagiriam nos anos de 1973 e em 1976, quando ultrapassaram 100 dólares (ROCHA e MORANDI, 2012; LOUREIRO, 2006). Exatamente neste período, as ações dos atores sociais do norte do Espírito Santo recebiam apoio de instituições do Estado, para que o desenvolvimento do mercado do café Conilon avançasse, com a inserção de crédito e assistência técnica, antes não existentes para o café Conilon, como detalhado no capítulo sete.

Mas, antes deste processo, ainda na década de 1960, a queda de preços somada aos problemas fitossanitários fez com que o governo federal planejasse a erradicação da cafeicultura, porém os demais produtos que o Brasil possuía tradição em plantar não eram tão atrativos como o café, mesmo com o preço em queda, com exceção do arroz (PANAGIDES, 1969). No Espírito Santo, a erradicação foi também motivada pela incidência de pragas e doenças. A reação aos preços na década de 1970 contribuiu para que os produtores se mantivessem na atividade, somado à possibilidade de plantar café Conilon com o desenvolvimento de um mercado próprio, considerando a rusticidade dessa variedade e sua maior resistência às pragas, doenças e ao clima quente.

Além dos preços, Buffon (1992) considera também a fronteira agrícola já ocupada para plantios após 1950, o abandono do cultivo do café diante de solos já esgotados, ocupados pela pecuária, a queda da produtividade, aspectos aliados à erradicação cuja política estabelecia pagamento em dinheiro pelos pés de café erradicados. Como resultado, houve uma descentralização de uma economia apenas cafeeira para outros setores econômicos do Espírito Santo, que começava a industrializar-se no final da década de 1960.

Portanto, essas condições internas à produção do café aliaram-se às mais abrangentes, de origem externas, com o apoio de políticos e agentes econômicos locais e do próprio Estado, que primava por investimentos que gerassem economias externas, sob o comando do capital privado, nacional e estrangeiro. Assim, a partir dos anos de 1960, eram gerados investimentos urbanos e industriais no Estado, para os quais foi decisivo o papel do Estado e de atores políticos e econômicos (BUFFON, 1992; MOTA, 2002; LOBINO, 2008; ROCHA E MORANDI; 2012). Preços em queda e exaustão do solo comprometiam a acumulação necessária na economia espírito-santense. O norte e noroeste do Estado já sofriam com problemas na produção do café

Arábica (BUFFON, 1992) e não havia novas terras a serem ocupadas para que o café cumprisse seu papel na formação de capital.

Mas, mesmo se não fosse desencadeada uma industrialização centralizada em grandes centros urbanos, após a erradicação dos cafezais, com efeitos negativos na economia rural a “hegemonia da cafeicultura teria se prolongado por mais tempo” (BUFFON, 1992, p. 202). Ainda que, mesmo com esse processo reduzindo a importância da cafeicultura para geração de renda e emprego da força de trabalho no contexto estadual, nas regiões interioranas do Espírito Santo, a produção de café manteve seu destaque na economia, embora tenha causado mudanças na produção agrícola, gerado êxodo rural e impacto na estrutura fundiária (BUFFON, 1992; ROCHA E MORANDI, 2012).

O processo de modernização da economia impactou o meio rural do Espírito Santo, tendo à frente interesses que não consideraram as condições históricas e regionais do rural, mas eram orientados apenas pelo crescimento econômico industrial. Ainda que o problema gerador da crise na cafeicultura do pós-1950 não viesse da própria estrutura agrícola familiar, esta ainda sobrevivia diante da crise. Mesmo assim, a modernização traria impactos com mudanças sociais e econômicas sobre o rural, com a erradicação dos plantios de café Arábica, por exemplo, provocando migração, desemprego, urbanização e industrialização (FILHO, 1990; BUFFON, 1992; ROCHA E MORANDI, 2012).

No entanto, por fim, as bases fundiárias e de trabalho acabaram sendo mantidas, não se desestruturando por completo, considerando a importância do café para fins financeiros, aliado a outras atividades, inclusive o café Conilon. Mas afinal, não era apenas o café, para além desse, havia demais culturas agrícolas sendo produzidas, que contribuíam para a manutenção de seu mercado, como destacado nas entrevistas analisadas no capítulo sete. Para Daré (2010) dada à centralidade do preço e da circulação do café, a estrutura de base familiar, mesmo à margem da crise do café buscava mitigá-la através do cultivo de novas lavouras.

Mas, no contexto de modernização da economia, no final da década de 1970, a economia do Espírito Santo já não dependia apenas do café, como havia sido no Brasil ao longo do século XIX e começo do XX. Isso se deve tanto às condições de produção quanto à ação de agentes empresariais e do Estado, voltada para um projeto urbano-industrial, promovendo a erradicação, paralelamente a projetos de investimento. O Espírito Santo se industrializou tardiamente, mesmo numa economia nacional urbano-industrial, apesar de sua posição geográfica e da logística favorável (BITTENCOURT, 1987). Além dessas condições é preciso considerar a conjuntura que levou à industrialização nas décadas de 1960 e 1970 e à política de

erradicação das lavouras de café, as quais foram determinantes do processo de mudança na economia do Espírito Santo.

Entre as mudanças ocorridas no meio rural do Estado destacam-se a expansão da pecuária, cana de açúcar e reflorestamento, nesse último caso com a inserção da Aracruz Celulose S/A, vinculada à lógica da industrialização em curso no país. No caso do Espírito Santo, caracterizada como uma modernização violenta (FILHO, 1990), devido a seus efeitos prejudiciais à diversificação agrícola e à estrutura de base familiar existente. Como destacam Moreira e Magalhães (2011), essa agricultura de base familiar não era objeto das políticas públicas e dos interesses envolvidos na modernização agrícola. No Espírito Santo, reflexos dessa modernização agrícola também não geraram impactos diferentes do resto do Brasil, com tendência à exclusão dos agricultores mais empobrecidos e com impacto diferenciado nos espaços rurais (DELGADO, 1985; SILVA, 1995; MULLER; 1989; KAGEYAMA et al, 1987)

Kageyama *et. al.* (1987) e Muller (1989) consideram que estava em curso o desenvolvimento dos Complexos Agroindustriais (CAIs) no Brasil, transformando a essência da relação entre a agricultura e a indústria. Para Muller (1989), havia uma dupla relação entre a agricultura e a indústria, ou seja, com a indústria a montante e a jusante, deslocando para fora do meio rural a produção de insumos, maquinários e implementos e instalando uma nova divisão setorial do trabalho. Para Muller (1989), a integração agroindustrial estava nos interesses do Estado e de grandes grupos econômicos, o primeiro atuou com intermediação financeira e com políticas econômicas que envolviam o setor agrícola, a indústria e o abastecimento.

Assim, a modernização da agricultura é tida como excludente, por atender a um grupo seleto de agricultores aptos a se modernizar e concentradora no seu impacto sobre os espaços, no que tange às regiões que são beneficiadas, priorizando médios e grandes produtores rurais, em detrimento de estruturas socioeconômicas tradicionais e diversificadas.

No caso do Espírito Santo, aliava-se a industrialização e a erradicação à modernização da agricultura, o resultado foi o avanço da pecuária, da cana de açúcar e da constituição de florestas de eucalipto, com o objetivo de atender a indústria de celulose, diante da ampliação da urbanização e da industrialização, o resultado foi um abandono de áreas e êxodo rural. Por sua vez, a cafeicultura que diferente daqueles cultivos agrícolas exigia mão de obra, remanescia de forma reduzida e apenas nas áreas mais altas, férteis, consideradas de boa qualidade para a atividade, em particular aquelas apropriadas para o café Arábica (BUFFON, 1992). No entanto, como reação ações paralelas que objetivavam manter renda e trabalho no meio rural levaram ao desenvolvimento do mercado do café Conilon.

Mas, esse processo pode ser compreendido como manifestação das mudanças nacionais, nas quais o vínculo com o rural era uma necessidade da própria indústria. Para melhor compreender o café Conilon é necessário analisar a forma como ocorreram à erradicação e a industrialização, promovendo a modernização do rural e da economia espírito- santense como um todo. Segundo Kageyama et. al. (1987), a função do Estado na modernização da agricultura envolvia a relação entre a acumulação de capitais dos setores urbanos e a agricultura, pois esta dinamizaria a industrialização.

Para Delgado (1985), o papel do Estado nesse processo se deu através de suas funções normativa, produtiva, previdenciária e financeira-fiscal. A primeira de cunho contratual e para fins de organização do trabalho, a exemplo do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, que só alcançaria os objetivos com o Estatuto da Terra de 1964, e impunha um caráter de colonização e reforma agrária dirigida a constituir empreendimentos mais dinâmicos à modernização e não uma agricultura de base campestre e familiar. Quanto à função produtiva, destaca-se a participação de instituições diretamente envolvidas na produção e comercialização dos insumos agrícolas.

No processo que cabia ao Estado ainda se destacam o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e o suporte financeiro/fiscal, que teve maior atuação na isenção fiscal para capitais privados ligados ao rural, e a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), com início em 1965. No Espírito Santo, o crédito atenderia ao café plantado em regiões mapeadas pelo zoneamento agrícola, realizado no ano de 1973, deixando as áreas erradicadas fora das possibilidades de crédito para o café. Isso afetava a produção do principal produto produzido pela agricultura de base familiar.

Quanto ao crédito rural, Kageyama et. al. (1987) verificam duas fases distintas, uma primeira, da origem da proposta até 1979, caracterizada pelos juros subsidiados e negativos, vinculava o crédito à assistência técnica e ao estímulo do uso dos insumos e de agrotóxicos, incentivando a relação integradora entre a indústria de químicos e a agricultura. A partir de 1979 até a metade da década seguinte, os juros subsidiados foram substituídos pelos juros de mercado, esgotando as possibilidades de incentivo ao crédito, como parte dos ajustes macroeconômicos no contexto da crise econômica, que impactou o Brasil na década de 1980. Entretanto, como mencionado, o projeto de modernização agrícola foi excludente, em regra não priorizava interesses dos agricultores de base familiar (DELGADO, 1985; SILVA, 1995; MULLER, 1989).

Como se apresenta no capítulo sete, uma solução para inserção dos agricultores de base familiar veio das ações sociais para a produção e o comércio do café Conilon. Inicialmente,

ações de atores sociais e locais do município de São Gabriel da Palha, no Território Norte, levaram à produção e a venda para a indústria de solúvel, que iniciava as atividades no Estado. Em sequência a essas primeiras ações produtivas e de comércio, esses atores desencadearam outras, de cunho político, para fins de crédito, de assistência técnica e de pesquisa, para o café Conilon, ampliando a produção comercial nas demais regiões, como no Território Sul.

Esse conjunto de ações foi conquistado na segunda metade da década de 1970, quando o mercado do café Conilon já se consolidava. A partir de então, o desenvolvimento do mercado do café Conilon se daria com o apoio do Estado, mesmo que inicialmente para a formação do mercado específico para o café Conilon não houvesse o envolvimento direto do Estado. Isso apenas ocorreu com avanço da modernização e da ação de instituições do Estado, de assistência técnica, pesquisa e crédito, como o IBC e a ACARES, além de agentes financeiros, no período de modernização agrícola.

A partir de então foram ampliadas possibilidades de suporte para a produção do café Conilon na região sul do Estado, fortemente influenciada por atores sociais do norte e de políticos e instituições estatais. Porém, mesmo considerando que no Espírito Santo o crescimento em áreas de produção e de produtividade do café Conilon e o desenvolvimento de seu mercado tinham a inserção de fatores ligados à modernização da agricultura, como o crédito, a assistência técnica, a pesquisa agropecuária e a própria industrialização. A origem das ações para a produção estava alheia a esse processo, não tinha o interesse de atores ligados às instituições estatais para que se plantasse café Conilon para fins comerciais. Essa acontece por ações políticas desencadeadas por atores locais, que acabam por fim assumindo postos importantes nestas instituições.

O surgimento desse mercado foi uma necessidade, diante dos impactos gerados na modernização econômica ocorrida na segunda metade do século XX, a partir da industrialização e da erradicação do principal produto do Espírito Santo, o café Arábica. Mas, concomitante a esse processo houve o surgimento de uma indústria de café solúvel no Estado, responsável pelas primeiras compras que deram início ao mercado próprio do café Conilon no Espírito Santo.

6.1 MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA: O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO

Antes dos resultados das ações dos atores sociais que geraram o mercado do café Conilon, a produção de café no Espírito Santo era considerada uma atividade pouco dinâmica, devido às bases da estrutura fundiária, da mão de obra não assalariadas, da dependência da

economia a esse único produto e das relações sociais e mercantis. Assim, nas décadas de 1960 e 1970 foram desencadeadas ações de atores políticos e de empresários, constituídas instituições públicas e demais condições no sentido da industrialização no Espírito Santo.

O Espírito Santo era tido como um Estado periférico de grandes centros de produção (BITTECOURT, 1987; BUFFON, 1992; ROCHA e MORANDI, 2012). Houve tentativas de industrialização, ainda no início da década de 1940, no governo do interventor federal, Jones dos Santos Neves, visto que o Brasil se encontrava diante do Estado Novo. Mas, para Bittencourt (1987), esse processo se deparou com dificuldades por conta da frágil infraestrutura, o que fez com que fossem desenvolvidas ações para abertura de estradas e asfaltamento de vias, o que contribuiu para uma industrialização mais sólida no período posterior.

Um marco para o início do ciclo de industrialização encontra-se a partir do impacto da erradicação com a criação do Decreto-lei 880, de setembro de 1969, instituindo o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (FUNRES), com recursos do Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura (GERCA). Além destes, recursos instituídos pelo governo do Estado do Espírito Santos, de empresas públicas e privadas, de capital nacional e estrangeiro, financiaram empreendimentos industriais e agropecuários, sob a gestão e controle do Grupo Executivo para a Recuperação Econômica do Espírito Santo (GERES). Tais medidas respaldaram a industrialização, resultante de interesses de atores políticos e agentes econômicos que se articulavam em torno de instituições e formulação de leis, a partir do Grupo e na Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES), como observado em Lobino (2008).

Os rumos para a industrialização, enquanto projeto que se articulou com o governo federal, comandado pelos militares, tem origem no governo de Christiano Dias Lopes Filho, iniciado em 1967, consolidando-se através de projetos de investimento ligados ao II PND, em particular com a entrada da região norte do Espírito Santo na área da SUDENE, proporcionando dotações, auxílios, subvenções, etc.. Mas, com o FUNRES, segundo Mota (2002), o Espírito Santo foi o único Estado da Federação que possuiu um Fundo específico, dirigido apenas ao seu território enquanto unidade federativa, pois os demais Fundos foram destinados a macrorregiões que compreendiam mais de um Estado. Com esse processo em curso tem-se o Estado influenciando a industrialização do Espírito Santo.

O desenvolvimento do ciclo industrial foi mantido no governo de Artur Carlos Gerhardt Santos, que assumiu o governo em 1971. Antes da condição de governador, este foi representante da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES) e presidiu a então Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo (CODES), no governo que o antecedeu. Em

seguida ao seu mandato, assumiu a diretoria da Aracruz Celulose e da Companhia Siderúrgica Tubarão (CST), ambas no Espírito Santo. Esta constatação é relevante e não aleatória, pois destaca a simbiose entre as instituições, a indústria e o Estado, principalmente através de influentes atores políticos, na década de 1970. Em síntese, os subsídios concedidos aos agentes econômicos articulados aos atores do Estado foram fundamentais para o ciclo de industrialização (MOTA, 2002; LOBINO, 2008).

É possível considerar a constituição de leis que promoveu esse ciclo, com novas organizações governamentais para a industrialização (MEDEIROS, 1977; BITTENCOURT, 1987), as quais primavam pela reestruturação da economia diante de um cenário urbano e industrial. Deve ser destacado o já citado CODES, criado após copiar a estrutura da Companhia de Desenvolvimento do Paraná, que se transformaria no Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), para ter orçamento e constituir uma forte indústria no Espírito Santo (SANTOS, 2017). Além disso, foram reestruturados o Conselho de Desenvolvimento Econômico, a Coordenação de Planejamento Industrial (COPLAN), o Serviço Estadual de Racionalização (SERCOP) e a Espírito Santo Centrais Elétricas (ESCELSA).

No que se refere ao meio rural foram criados o Banco de Crédito Agrícola, que passaria a ser o atual Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES), a Comissão de Pesca (COPESA) e um departamento de aerofotogrametria na Secretaria de Agricultura, organizados a partir de leis ainda no ano de 1967 (MEDEIROS, 1977; BITTENCOURT, 1987). Desta forma, no final da década de 1960 estavam instituídas as bases importantes para o processo de industrialização, que trariam mudanças, entre as quais a erradicação dos cafezais. Inicialmente, a industrialização foi impactada pela implantação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), com desdobramentos sobre municípios próximos a Vitória, como Vila Velha e Cariacica (BUFFON, 1992). Havia condições propícias para industrialização estatal e privada, em consonância com os interesses dos agentes econômicos empresariais, afetando a cafeicultura, preterida na formulação das políticas, em particular a economia cafeeira pautada na base familiar.

Durante a década de 1970, a criação de leis e de instituições organizacionais estava em consonância com o II Plano Nacional de Desenvolvimento, formulado em 1974, resultando em investimentos até o ano 1979 (RANGEL, 2003). Esse arcabouço institucional definiu estruturas industriais organizadas pela articulação do Estado e capitais privados, intensificando a industrialização no Espírito Santo. A geoeconomia presente no II PND considerava que as regiões no Brasil manteriam suas desigualdades, gerando assim uma complementariedade entre elas. Era preciso constituir uma lógica de desconcentração dos investimentos no intuito de mitigar essas desigualdades econômicas regionais, na direção de um maior desenvolvimento

regional (HAUPENTHAL, 1997), (RANGEL, 2003). Deveriam ser incentivados investimentos para “a região metropolitana de Belo Horizonte, bem como da região urbanizada sob a influência de Vitória, onde serão realizados grandes investimentos ligados à siderurgia e à exportação de minérios” (BRASIL, 1974: 69).

A concretização dos grandes projetos de investimento previstos pelo II PND para o Espírito Santo estava na constituição de um polo siderúrgico, paraquímico e naval, acompanhada da estruturação portuária e de investimentos na área de turismo, os quais se tornaram as bases estruturais da economia do Estado (SIQUEIRA, 2009). Esses foram investimentos de importância para o processo de industrialização e urbanização que passava o Estado, num período de impacto para um rural afetado pelo processo de modernização da economia, com a industrialização e a erradicação dos cafezais.

Cabe destacar os investimentos na direção de uma estrutura industrial na década de 1970, através da criação da Companhia Siderúrgica Tubarão (CST) e a Samarco Mineração, de capital canadense, vinculadas ao polo siderúrgico, além do polo paraquímico, com a Aracruz Celulose S/A, as quais tiveram forte impacto sobre o meio rural, contando com recursos particulares e públicos, com financiamento do BNDES (MOTA, 2002; LOUREIRO, 2006). Os investimentos no polo siderúrgico e na indústria de celulose contribuíram para ampliar a infraestrutura portuária (SIQUEIRA, 2009), principalmente o Porto de Vitória, localizado na região central da cidade, o qual foi ampliado com apoio do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, entre 1975 e 1979 (MEDEIROS, 1977). Foram construídos o Cais de Capuaba e Atalaia na Região Metropolitana e o chamado superporto de Tubarão, na capital Vitória.

No município de Anchieta, na região sul do Estado foi construído o porto da Samarco Mineração e o porto da PORTOCEL no município de Aracruz, na região de Barra do Riacho, no norte do Estado, para atender à Aracruz Celulose S/A. Atualmente, e após problemas ligados ao mercado financeiro a Aracruz Celulose S/A tem permanência funcional com o nome de FIBRIA S/A. Por fim, deve ser entendido que houve uma conexão entre indústria da mineração e infraestruturas férreas e portuárias (MOTA, 2002; LOUREIRO, 2006; SIQUEIRA; 2009).

Na região Sudeste do país, o II PND primava pela “[...] dinamização das funções urbanas de apoio às atividades agropecuárias e agroindustriais por cidades de médio e pequeno porte” (BRASIL, 1974: 69). E ainda para a região Centro-sul, parte do Sudeste brasileiro, a dinamização empresarial do rural com a intensificação do uso de “insumos modernos”, que devem ser interpretados como insumos químicos, frisando a “expansão de agroindústrias (particularmente o açúcar e outros produtos tropicais) levando em conta o seu papel difusor de novas tecnologias na produção agrícola” (BRASIL, 1974:29).

A sustentação da cafeicultura não era importante no processo de modernização da economia do Espírito Santo e da erradicação dos cafezais. A recuperação da economia passava pelo incentivo à infraestrutura de transporte e agroindustrialização. Plantios do café Arábica deveriam ocorrer apenas nas áreas altas e mais frias, consideradas apropriadas e aptas ao desenvolvimento dessa cultura, sem que houvesse incentivos aos plantios do café Conilon pelas estruturas estatais. Com a modernização, a renovação dos cafezais se concentrava no café Arábico e, apenas nos espaços propícios ao aumento de produtividade. Nas áreas baixas e quentes o café Conilon, sem grandes plantios comerciais, mas aptos à produção nestas áreas, estava marginalizado ao processo de modernização em curso.

A chegada do café Conilon no Espírito Santo foi decisivamente um resultado da atuação do Estado, influenciando seu plantio em pequenas propriedades. De outra forma, desde a criação do FUNRES, após o II PND, é necessário considerar também a influência da Real Café Solúvel S/A na formação do mercado de café. A partir do começo de suas atividades no ano de 1971, essa empresa importava matéria-prima, mas foi o incentivo para que os atores sociais de São Gabriel da Palha começassem os plantios comerciais de café Conilon, como apresentado ao longo do capítulo sete. O processo industrial que afetou a economia, gerando o êxodo rural e a urbanização (BUFFON, 1992) também propiciou condições para as ações sociais envolvidas na construção social do mercado do café Conilon.

Anteriormente ao processo de industrialização da economia, o Espírito Santo era um Estado predominantemente dependente da agricultura, em especial da cafeicultura, com mudanças após o processo de urbanização e industrialização. Se em 1960 o Espírito Santo possuía um total de 216 mil habitantes nos setes municípios que constituem sua Região Metropolitana de Vitória, no ano de 2010 foi identificado pelo Censo Demográfico do IBGE um total de 1,7 milhões de habitantes, 90% dos quais em quatro cidades conurbadas, ou seja, Vila Velha, Serra, Cariacica e a capital Vitória. Todas dinamizadas por empreendimentos industriais e pelo comércio, concentrando 64,7% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual e 49,68 da população do Estado, em apenas 5% do território, que esta região representa no território total do Estado (OLIVEIRA, Jr. e MONTEIRO, 2011).

Segundo Bugarin e Lira (2011: 08), é na década de 1970, quando se dá o processo de urbanização associado à industrialização, que: “as mudanças estruturais capixabas aconteceram de maneira brusca, tendo seu início com a desestruturação do setor agrário e se consolidando com a reestruturação da economia [...]”. No entanto, é preciso destacar que a industrialização não resultou numa desestruturação total do meio rural. Foram preservadas características

socioeconômicas da pequena propriedade e da agricultura de base familiar, como poderá ser verificado em dados apresentados no próximo subcapítulo.

Na tabela 5, observa-se a composição do Produto Interno Bruto por setores¹⁰ econômicos do Espírito Santo, distribuído em participações percentuais nos setores, com dados que vão de 1959 a 2000. O primeiro ano permite análises que consideram o período que antecede a erradicação dos cafezais e a industrialização e o ano de 2010 encontra-se no último ano presente nas bases de dados do Instituto de Economia Aplicada (IPEA).

TABELA 5 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO ESTADO DO ESPÍRITO – ANOS 1970 A 2010 (Em %)

UF	Ano	Agropecuário	Indústria	Serviços	Total
Espírito Santo	1959	30%	10%	60%	100%
	1970	19%	20%	61%	100%
	1980	14%	36%	50%	100%
	1996	21%	38%	41%	100%
	2000	15%	28%	57%	100%
	2010	6%	36%	58%	100%
Crescimento (%)	1959/2000	338%	7.282%	1.928%	1.995%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no IPEA (2017a).

Como se observa na tabela 5, a agricultura participava com 30% do PIB total do Espírito Santo no ano de 1959, passando a 19% em 1970, uma queda de 11% ao serem comparados esses dois anos, que representam um período antecessor e posterior à consolidação da erradicação dos cafezais. Desde o ano de 1959 destaca-se o setor de serviços, cuja importância supera a indústria, cujo crescimento relativo é expressivo, embora não alcance os níveis daquele. Ferreira (1987) destaca que nesse período o setor de serviços no Espírito Santo, desde a formação da cafeicultura e ao longo de sua história, esteve envolvido com uma rede de

¹⁰O setor agropecuário representa o valor adicionado da agricultura e pecuária; a indústria é o total da indústria de transformação e extrativa mineral, construção civil e serviços industriais de utilidade pública; e os serviços, compreendem o comércio, transporte, comunicação, intermediação financeira, administração pública, aluguéis e outros serviços, como alojamento e alimentação, serviços coletivos sociais e pessoais, saúde e educação mercantis e serviços domésticos.

comércio local, que dependia da base financeira criada pelo café. Dito de outra forma, a cafeicultura era um vetor de sustentação do setor de serviços.

O processo de modernização, através da erradicação, urbanização e industrialização trouxe mudanças para o Espírito Santo desde a década de 1960, considerando que essa economia antes era dependente da agricultura, em especial da cafeicultura (BUFFON, 1992; ROCHA e MORANDI, 1992). Esse Estado, antes periférico ao processo de industrialização da região apresentou mudanças em sua matriz produtiva, o que pode ser verificado na tabela 5. Enquanto o PIB nominal da agricultura cresceu 338%, o do setor de serviços e da indústria cresceram 1.928% e 7.282%, respectivamente. É mister destacar que o ritmo de crescimento da agricultura é cadenciado pelo crescimento da população do país e das relações econômicas externas estabelecidas. Já, a indústria incipiente à época dava margem ao crescimento substancial que se observou.

A Tabela 6 se refere à participação setorial no PIB dos Territórios Norte e Sul¹¹, com diferenças visíveis entre si. No Território Norte a importância do setor de serviços aumentou significativamente, frente a uma redução expressiva da agropecuária e um baixo crescimento da indústria. Tendência semelhante ocorreu no Território Sul, embora a participação do setor de serviços tenha alcançado níveis superiores, a indústria seja mais expressiva que no Território Norte e a agropecuária tenha sido reduzida a uma inexpressiva participação de 5%.

TABELA 6 - PRODUTO INTERNO BRUTO DOS TERRITÓRIOS NORTE E SUL – ANOS 1980 A 2010 (Em %)

Território	Ano	Agropecuário	Indústria	Serviços	Total
Território Norte	1985	61%	15%	24%	100%
	2010	33%	18%	49%	100%
Território Sul	1985	23%	31%	46%	100%
	2010	5%	27%	68%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IPEA (2017).

¹¹ Utilizam-se os anos de 1985 e 2010 devido à disponibilidade de informações apenas a partir de 1985 para o Território Norte devido à emancipação política do município de Jaguaré, que pertencia ao município de São Mateus. O uso dos dados anteriores desse município comprometeria os resultados.

Portanto, em ambos os Territórios, se comparado o ano de 1985 com o de 2010, percebe-se a diminuição da agricultura no produto interno bruto. No caso do Sul é pertinente destacar a relevância do município de Cachoeiro de Itapemirim na condução de indicadores, já que seu setor agropecuário representou apenas 2% do que foi produzido no ano de 2010, enquanto os serviços e a indústria representaram 69% e 29%, respectivamente. Caso esse município fosse retirado da composição do Território Sul, a agricultura passaria a representar 15% do total produzido nesse Território no ano de 2010, como verificado nos dados fornecidos pelo IPEA (2017).

Essas informações levam a duas conclusões relevantes para a presente discussão. Primeiro, em ambos os Territórios analisados, os indicadores demonstram a tendência de crescimento da produção dos setores de serviços e da indústria. Além disso, os percentuais relativos aos setores de indústria e serviço são menores, comparado aos dados dos territórios e os referentes ao Estado. Segundo, é possível verificar a maior relevância da produção agropecuária no Território Norte, se comparada ao Território Sul, tendo em vista a participação desse setor no PIB. Mesmo havendo uma importância menor da agropecuária no Território Norte, se comparada aos demais setores, ele destaca-se frente à queda observada no Território Sul.

Tal como apontado em parágrafos anteriores existe uma importância relativa da agricultura para a alavancagem dos outros setores, fato esse que somente poderia ser capturado com uma análise minuciosa sobre o valor bruto da produção e a geração de valor agregado em cada um dos setores. Todavia, isso foge ao escopo dessa análise, já que o que está em jogo não é o valor da produção em si, mas sim as estruturas socioeconômicas e produtivas que historicamente se consubstanciam a partir da reação dos atores sociais ao processo de industrialização do Estado. Não se trata nem da negação nem da sublimação da indústria frente ao agrícola, mas sim mostrar uma coordenação de interesses que permitiram que a agricultura do Estado Espírito Santo evoluísse, mas sem perder suas características de base familiar.

6.2 MODERNIZAÇÃO DA ECONOMIA E A ERRADICAÇÃO DO CAFÉ NO ESPÍRITO SANTO

O processo de modernização da economia no Espírito Santo e seu impacto sobre o rural não se instituiu apenas com a industrialização, sendo esta antecedida pelo projeto estatal de

erradicação e de renovação dos cafezais, que ocorreu em todas as regiões cafeeiras do Brasil. Tal processo acompanhou a industrialização, impactando diretamente a cafeicultura e o meio rural como um todo, em especial na pequena propriedade rural.

O café passava por oscilações de preços no mercado internacional a partir de 1963, quando houve reações no mercado, embora o Acordo Internacional do Café houvesse sido renovado por apenas mais cinco anos. Assim, a política e o planejamento cafeeiro no Brasil destacavam que os Estados produtores deveriam dinamizar a economia e produzir outros produtos agrícolas, com destaque à diversificação agrícola. Era preciso equalizar os estoques de café, que no caso do Brasil passavam de 50 milhões de sacas no ano de 1961, e o preço não suportaria. A estratégia era, então, reduzir a produção com propostas de diversificação das áreas plantadoras de café (PANAGIDES, 1969).

Quanto à diversificação, essa não ocorreu, nem mesmo a renovação das áreas consideradas aptas, situadas acima de 400 metros, com condições climáticas adequadas e propícias à manutenção produtiva do café. Mas, a erradicação dos cafezais foi eficiente, chegando próximo à meta (PANAGIDES, 1969; FILHO, 1990; LOUREIRO, 2006). Para a execução dessa ação, primeiro foi constituída uma Comissão de Erradicação dos Cafés Deficitários, sendo que a partir desta emergiu, utilizando recursos do Tesouro Nacional e do Banco do Brasil, o Grupo de Racionalização da Cafeicultura, fundado no fim do ano de 1961, como uma agência vinculada ao IBC. Seu objetivo era conduzir a erradicação dos cafezais implantados nas áreas mapeadas como impróprias, indenizando financeiramente o agricultor pela erradicação, como destacam Panagides (1969) e Filho (1990).

Diante dos problemas de super safras, para Panagides (1969), a dinâmica não era mais o controle dos preços através do estoque de café, da forma como havia ocorrido na primeira metade do século XX. O café não era mais a principal atividade econômica nas relações mercantis internacionais que o Brasil mantinha. Havia o interesse na inovação da estrutura produtiva e fundiária do café, buscando diminuir áreas consideradas pouco produtivas e suprimir formas pouco apropriadas de produção (FILHO, 1990). Assim, foram organizadas as bases para a reestruturação e renovação da lavoura cafeeira, em todo o território brasileiro produtor de café, com ênfase na erradicação das áreas inóspitas, consideradas pouco produtivas, sendo o Espírito Santo, por suas características, o Estado mais impactado (ROCHA e MIRANDA, 1992; BUFFON, 1992).

Ao GERCA caberia realizar um programa de erradicação de 2 milhões de pés de café em áreas consideradas impróprias ao seu cultivo, diversificação destas áreas com plantios de

alimentos e a renovação de cafezais produtivos, plantados nas áreas consideradas apropriadas ao café, para que não fosse afetado o futuro da cafeicultura no Brasil (PANAGIDES, 1969). Mas, apenas foram consideradas as condições geográficas, climáticas, de impacto das pragas e doenças, sem levar em conta as características socioeconômicas. O projeto deve ser compreendido em duas fases complementares. A primeira, iniciada em junho de 1962, teve duração até agosto de 1966, quando a primeira erradicação não teria sido o suficiente para combater a produção como pretendido. O GERCA realizou uma segunda erradicação em 1966 e 1967, a qual, considerada mais eficiente promoveu a substituição pela produção de alimentos e uma renovação de cafezais, cujos efeitos foram irrisórios (PANAGIDES, 1969; FILHO, 1990).

Durante os primeiros quatro anos da primeira fase da erradicação, o total de 723,5 milhões de pés de café foram erradicados em todo o Brasil (FILHO, 1990). Para Panagides (1969), foram erradicadas 30% da proposta inicial, que era de dois milhões de pés de café das áreas inapropriadas à produção, onde a produtividade estava abaixo de seis sacas por 1.000 pés de café. Durante os anos de 1962 e 1963 as erradicações foram mais eficientes, mas a partir do segundo ano, com a alta de inflação e a redução do incentivo monetário dado ao agricultor que erradicava, houve uma diminuição das áreas erradicadas, embora o agricultor fosse compensado pela eliminação dos cafezais. No ano de 1966 e 1967, segunda fase do planejamento, com uma maior contribuição financeira ao agricultor, um total de 665 milhões de pés de café em todo o Brasil foram erradicados. Em todo o período, o GERCA considera que foram eliminados 1,73 bilhões de pés de café, incluindo erradicações não realizadas pelo programa (PANAGIDES, 1969).

No caso do Espírito Santo, a erradicação dos cafezais plantados afetaria o meio rural, contribuindo para a modernização econômica da agricultura, impulsionando migrações aos centros urbanos e liberando mão de obra para a industrialização e para outras áreas agrícolas, com destaque ao Paraná e Rondônia. O Espírito Santo era considerado o Estado com menor renda agrícola, comparado a São Paulo, Paraná, Minas Gerais, que juntos produziram 95% do café brasileiro no ano 1961, quando foi criado o GERCA. Mas, São Paulo sozinho já produzia 48,18% da produção industrial (PANAGIDES, 1969), de forma que sua economia não sofreria o impacto da erradicação do café. No entanto, no Espírito Santo, a redução das áreas de produção de café gerou êxodo rural para áreas urbanas ainda não plenamente industrializadas (FILHO, 1990; BUFFON, 1992; LOUREIRO, 2006).

Resumidamente, a ação de erradicação foi executada como pretendida e no Espírito Santo, como destacado por Rocha e Miranda (1992), foram 35% dos pés erradicados no país. Segundo Filho (1990), a erradicação de lavouras de café foi mais eficiente, retirando 53% das lavouras, impactando 71% do território cafeeiro do Espírito Santo.

Para Panagides (1969), considerando preços, a erradicação não incentivava os agricultores a produzirem outros produtos¹² em substituição ao café. Em seu estudo, utilizando um índice com base 100, verifica-se que apenas o arroz seria mais eficiente em preço que o café, atingindo 135,6, enquanto o do café era 123,9. Todavia, para este autor, os demais produtos não seriam interessantes para o agricultor. Logo após o cenário de erradicação, Panagides (1969) alertava para o cuidado com o avanço da cafeicultura, por sua dinâmica econômica e da pecuária. Deve ainda ser considerado o pouco avanço das demais propostas do plano conduzido pelo GERCA, da diversificação agrícola das áreas erradicadas e da renovação dos cafezais considerados produtivos, que deveriam receber incentivos e investimentos para melhorias das áreas.

Das áreas erradicadas deve ser considerada a falta de políticas públicas e o desinteresse em dar condições aos cafeicultores com baixa produção, ou seja, pequenos agricultores de base familiar. Afinal a modernização da agricultura, conforme organizada, era excluyente aos agricultores mais empobrecidos. De acordo com Filho (1990), e em análise similar à de Panagides (1969), o baixo preço dos alimentos não gerou interesse dos agricultores em diversificar, à exceção do arroz, para cujo cultivo não ocorria nas áreas de café erradicado do Espírito Santo.

Os agricultores de base familiar, como no Espírito Santo, acabavam por não ter acesso ao crédito rural e à assistência técnica, essa última, condição exigida para o financiamento das culturas agrícolas, como proposto pelo programa de erradicação. O crédito rural disponibilizado dependia de acompanhamento técnico. As áreas que deveriam ter os cafezais renovados pelo GERCA também não avançaram, conforme o planejamento de 8,3% das áreas, tendo atingido apenas 5%. No Espírito Santo, a renovação foi mais crítica, a pecuária ocupou 70% da área erradicada, enquanto a mandioca ocupou 9% e o milho 8% das áreas erradicadas (FILHO, 1990).

Com fortes impactos sobre o êxodo rural, na renda e no emprego, conforme apresenta Loureiro (2006), foi organizado o Plano de Diversificação e Desenvolvimento do Espírito

¹²Foram considerados oito produtos agrícolas, sendo: café, milho, arroz, feijão, algodão, mamona, cebola e leite. Com exceção do arroz, do café, apenas a cebola, tinha um índice de 106,9 (Base=100), todos os demais produtos estariam com índices abaixo de 100.

Santo, no ano de 1968, buscava-se, assim, planejar diante dos impactos realizados pela erradicação dos cafezais da variedade arábica. No entanto, tinha por meta principal a modernização com foco na necessidade do Estado em desenvolver a indústria (LOUREIRO, 2006). Ainda deve ser considerado que com os recursos obtidos com a erradicação, agricultores migraram para atividades não rurais (FILHO, 1990; BUFFON 1992).

Contabiliza-se que 60.394 pessoas perderam emprego no meio rural, considerando que cada trabalhador mantinha mais três pessoas, afetando um total de 240 mil pessoas. Do total de lavouras de café Arábica que existiam no Espírito Santo, 53% foram erradicadas, correspondendo a 71% da área cultivada de café no Estado (LOUREIRO, 2006). O Espírito Santo possui grandes áreas situadas abaixo de 500 metros de altitude, de terras quentes e com poucos recursos hídricos, consideradas impróprias pelos órgãos estatais, para o cultivo do café Arábica, o qual “[...] só poderia ser plantado em altitudes superiores a quatrocentos metros. Com essa determinação, muitos municípios do estado, principalmente da região Norte ficaram fora do programa” (GLAZAR¹³, 2005: 190).

Os dados relativos à erradicação das lavouras de café repercutiram sobre a sociedade, uma vez que muitas famílias migraram para centros-urbanos, como relatado por um agricultor do Território Sul: “Uns sessenta por cento do povo daqui nessa época foi pro Rio de Janeiro e quem ficou, como meu pai, mais cinco irmãos e meu avô, plantavam arroz, foi uma época de 600 a 800 sacas de arroz”. (AGRICULTOR SUL – 7).

Houve, assim, um abandono de áreas, onde expandiram pastagens, causando uma redução de oportunidades de trabalho, seguida por um êxodo rural rumo as demais áreas produtoras, como o Paraná, que havia sido menos impactado pela erradicação, se comparado ao Espírito Santo; e para Rondônia, tidos como áreas de fronteira agrícola. Como relatado por Martinelli¹⁴ em depoimento a Merlo (2012, p. 27), estavam “[...] as pessoas indo embora para plantar café em outro lugar”.

¹³Eduardo Glazar (in *Memorian*) foi um imigrante polonês, político, cafeicultor, comerciante de café e membro da Junta Consultiva do IBC. Chegou ao Brasil no ano de 1931, com 10 anos de idade, acompanhado de seus pais. Esses seguiram para Águia Branca, uma colônia polonesa - que seria distrito de Colatina e posteriormente de São Gabriel da Palha, sendo emancipada como município no ano de 1988. Foi prefeito de São Gabriel da Palha pelo partido da Arena, por dois mandatos, 1966/1970 e 1970/1973 (GLAZAR, 2004), quando empreendeu ações para o desenvolvimento do mercado de café Conilon, através de estímulo à produção e ao crédito agrícola, sendo um dos principais atores sociais envolvidos em ações pró-mercado do café Conilon.

¹⁴Dário Martinelli (in *Memorian*) foi odontologista, político e cafeicultor. Começou a vida política no ano de 1966 como vereador, em 1970 foi eleito prefeito de São Gabriel da Palha, local de origem das ações e plantios comerciais do café Conilon. Diante da crise devido a erradicação, Martinelli afirma à Merlo (20012), que foi juntamente com o vice-prefeito, Batista Colombi, conhecer uma lavoura de café Conilon, do cafeicultor José

Além da produção de café ainda ser economicamente viável, os acordos internacionais mantinham preços e prazos em condições favoráveis. Mesmo assim, supersafras e estoques acumulados acabavam influenciando o nível de oferta e os preços internacionais, numa reincidência de um processo histórico envolvendo o café brasileiro desde o começo do século XX. No entanto, ainda havia garantias de mercado e preços que permitiam a produção do café, se comparado a outros produtos da agricultura (PANAGIDES, 1969). Além disso, “a política do governo de substituição das lavouras de café por pasto e/ou mamona foi um grande desastre. Essa situação terrível tornou quase impossível a sobrevivência da maioria dos agricultores” (GLAZAR, 2005: 190).

No caso do Espírito Santo, a erradicação do café e a industrialização estavam associadas aos impactos sobre a sociedade, com a urbanização, o êxodo rural, a diminuição do emprego, da renda e da produção agrícola nas regiões interioranas, com consequências para as pequenas propriedades (FILHO, 1990; BUFFON, 1992; LOUREIRO, 2006; ROCHA e MORANDI, 2012).

Segundo Fassarela e Rego (2011), ocorreu um processo de concentração fundiária no Espírito Santo, iniciado no final da década de 1960 e começo da década 1970, como decorrência da erradicação, do avanço da pecuária e da área de cana de açúcar, atividades presentes predominantemente desenvolvidas em grandes propriedades. Paralelamente, o índice de Gini, relativo à distribuição fundiária aumentou de 0,604 em 1960, para 0,671, e para 0,73 em 2006 (FASSARELA e REGO, 2011). No entanto, os autores destacam que desde sua formação, a cafeicultura e as demais culturas alimentares se concentraram em pequenas propriedades no Espírito Santo, particularmente aquelas com área abaixo de 20 hectares, sobretudo a partir da segunda metade da década 1980.

TABELA 7 - TAXAS PERCENTUAIS DE CRESCIMENTO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS ENTRE OS ANOS DE 1970 A 1985

Estratificação por áreas.	Ano			
	1970-1975	1975-1980	1980-1985	1970-1985
(-) de 5 há	- 6,53%	3,91%	9,36%	2,03%
De 5 a 10 há	-5,23%	2,35%	6,90%	1,21%
De 10 a 20 há	-3,13%	0,30%	4,54%	0,20%
De 20 a 50 há	-4,04%	-1,32%	1,40%	-1,04%
De 50 a 100 ha	-1,71%	-2,36%	0,67%	-1,14%
De 100 a 200 ha	0,24%	-1,62%	-0,31%	0,57%

Colombi. E juntamente com Eduardo Glazar foram à Real Café e começaram os incentivos à produção de café Conilon em São Gabriel da Palha. (MERLO, 2012).

De 200 a 500 há	2,19%	-0,53%	0,42%	0,68%
De 500 a 1000 ha	2,24%	0,71%	0,75%	0,73%
(+) de 1000 há	7,05%	2,31%	0,23%	3,16%

Fonte: Fassarella e Rego (2011).

Conforme análise da Tabela 7, verifica-se decréscimo no número de estabelecimentos até 100 hectares no quinquênio de 1970 a 1975, com maior expressão sobre o segmento de propriedades abaixo de 5 hectares, porém havendo queda até os estabelecimento de até 100 hectares, com crescimento a partir desse segmento com destaque a propriedades acima de 1.000 hectares. No entanto, o inverso é perceptível a partir das análises feitas a partir do ano 1975, com destaques às propriedades até 20 hectares, havendo avanços nos próximos anos de 1980 a 1985 nos estabelecimentos até 100 hectares.

TABELA 8 - TAXAS PERCENTUAIS DE CRESCIMENTO DAS ÁREAS DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS ENTRE OS ANOS DE 1970 A 1985

Estratificação por áreas.	Ano			
	1970-1975	1975-1980	1980-1985	1970-1985
(-) de 5 há	-6,42	2,50	7,90	1,15
De 5 a 10 há	-5,37	2,13	5,88	0,81
De 10 a 20 há	-4,11	0,52	3,95	0,20
De 20 a 50 há	-3,00	-1,25	1,00	-1,04
De 50 a 100há	-1,73	-2,18	0,42	-1,14
De 100 a 200 há	0,25	-1,33	-0,45	0,57
De 200 a 500 há	2,49	-0,46	0,31	0,68
De 500 a 1000 há	2,67	0,85	-0,98	0,73
(+) de 1000 há	9,18	3,92	0,48	3,16

Fonte: Fassarella e Rego (2011).

Com relação ao crescimento das áreas por estabelecimentos apresentado na Tabela 8, processo similar é perceptível, se comparado ao número de estabelecimentos apresentados na Tabela 7, havendo crescimento para propriedades rurais acima de 100 hectares, no quinquênio de 1970 a 1975, exatamente o período de resultados da erradicação sobre a pequena propriedade rural. Entretanto, a partir da segunda metade da década de 1970, há resultados sobre os segmentos menores da estrutura fundiária, com destaque aos abaixo de 20 hectares.

Em resumo, no começo da década de 1970, indicadores sobre a estrutura fundiária demonstraram impactos sobre a estrutura fundiária, dirigindo o crescimento para grandes propriedades. No entanto, o quinquênio seguinte já apresentou resultados sobre estratificações fundiárias que representam a pequena propriedade rural do Espírito Santo. Durante a história, a cafeicultura no Espírito Santo se tornou importante atividade agrícola nas pequenas

propriedades e o crescimento dos indicadores para as pequenas propriedades ocorre exatamente quando nessas pequenas propriedades há a reação diante da modernização, em função da renovação do café Arábica para áreas altas, do advento do crédito rural, da assistência técnica e da pesquisa do café Conilon, para as demais áreas do Estado, além do Território Norte.

Mesmo diante do quadro de modernização da economia, a pequena propriedade rural no Espírito Santo manteve-se, como demonstrado por dados mais recentes. No ano de 2006, do total de propriedades rurais no Espírito Santo, 79,9% foram definidas pelo Censo Agropecuário como de agricultores familiares (IBGE, 2006). A sociedade rural no Espírito Santo conseguiu manter, em regra, suas bases e estruturas seculares, sobretudo com relação à produção de café, em que 84% das propriedades rurais cafezeiras são inferiores a 50 hectares, (FASSIO e SILVA, 2007 apud DEMUNER, et. al. 2003). Mesmo assim, no que tange às terras ocupadas, destaca-se um padrão de concentração fundiária, uma vez que 5,3% das propriedades rurais ocupam 53,28% das áreas rurais (IBGE, 2006). As maiores propriedades estão concentradas em tradicionais regiões de pecuária, cana de açúcar e florestamento com eucalipto, enquanto a produção de alimentos, de café e demais culturas agropecuárias estão nas pequenas propriedades rurais (BERGAMIN, 2006; FASSARELO E REGO, 2011).

A estrutura de trabalho familiar foi mantida, paralelamente à vigência de contratos de trabalho com base em parceria rural, os chamados meeiros, trabalhadores não assalariados, através dos quais dividem com o proprietário a metade dos gastos com a condução de lavouras, recebendo parte da colheita em troca do trabalho realizado. No Espírito Santo, a mão de obra é composta por 47% de proprietários, 47% de parcerias rurais e apenas 6% de empregados (FASSIO e SILVA apud TEIXEIRA, 1998, DEMUNER et. al. 2003; PEDEAG, 2003; FONSECA et. al., 2004).

A cafeicultura se manteve como a principal atividade financeira e comercial em grande parte do Espírito Santo, com influência no emprego e na renda de municípios interioranos, nos quais o café Conilon emergiu como importante alternativa à erradicação dos cafezais, nas áreas consideradas inapropriadas. As relações sociais iniciais que desenvolveram sua produção e mercado se deram entre atores sociais, inicialmente presentes em São Gabriel da Palha, desdobrando-se aos municípios próximos do Norte, para em seguida avançar para as demais regiões do Estado.

Tanto no sul quanto no norte do Espírito Santo, a erradicação gerou impactos, mesmo considerando que já havia plantios de café Conilon na parte Sul, onde foram plantadas as primeiras mudas há mais de um século. Sua participação no mercado específico dessa variedade

de café só ocorreu após atuação do IBC, resultado de conquistas advindas de atores sociais e políticos do norte e do dinamismo de seu mercado. A inexistência de crédito para o café Conilon até a metade da década de 1970, tanto na região sul quanto ao norte do Estado, foi revertida nos anos seguintes. “[...] após ter fiscalizado na região Norte a erradicação, por volta de 1974 eu percorria a parte Sul do Estado, para financiar plantios de café Conilon, mas já havia passado uns 6 anos da erradicação” (AGRÔNOMO - IBC).

A região noroeste, onde estão os municípios que compõem o Território Norte de pesquisa da tese, estava com seu solo produtivo recém-ocupado quando ocorreu a erradicação. Havia menos de três décadas que migrantes vindos da região Sul e de outros Estados ocupavam a última fronteira agrícola para plantar café, diferente do Território Sul com tradição no plantio de café, mas com áreas antigas e degradadas, já com o avanço da pecuária. Embora o interesse em manter a produção de café no Território Norte possibilitasse o cultivo do café Conilon e o desenvolvimento de seu mercado, sua expansão não tardou a expandir em diversas regiões do Estado, ocupando áreas antes erradicadas e onde outras culturas predominavam.

Dessa forma, conforme Merlo (2012), a cafeicultura se manteve como a base econômica para 80% dos municípios do Espírito Santo, respondendo por 43% do PIB agrícola, absorvendo um total de 130 mil famílias, com uma média de plantio de 8,3 hectares por família. O Espírito Santo é atualmente o segundo maior produtor de café, atrás de Minas Gerais, e o maior produtor de café Conilon (MAPA, 2017), produzido em 65 dos 78 municípios (FASSIO e SILVA, 2004; MERLO 2012).

O Conilon é a atividade de maior expressividade econômica e social, pela produção é cerca de 70% da produção capixaba. Ele se torna expressivo, pois enquanto o café Arábica está em 49 municípios, ele está em 65, o Arábica está em entorno de 25.000 propriedade e ele em 40.000. O Arábica envolve cerca de 53.000 famílias e o Conilon 78.000. Assim, o Conilon vem se tornando a cada dia uma atividade economicamente e socialmente mais importante (AGRÔNOMO – CAFÉ/INCAPER).

Além dessas variáveis econômicas que demonstram a importância da cafeicultura Conilon, outras informações foram obtidas com as entrevistas com agricultores, técnicos da extensão, da pesquisa e do mercado do café Conilon, as quais enfatizam a importância dessa atividade agrícola para a pesquisa agropecuária e para as políticas públicas do Espírito Santo, como será destacado ao longo do capítulo sete. O desenvolvimento do mercado do café Conilon, como principal atividade agrícola no Espírito Santo, se deve à crença histórica na cafeicultura e às relações sociais e econômicas-mercantis mantidas com sua produção. A formação desse

novo mercado não apenas destacou o café Conilon diante do projeto de erradicação, mas garantiu a manutenção de relações sociais e econômicas da cafeicultura em associação com outros produtos agrícolas.

Este capítulo demonstrou que apesar dos impactos da industrialização, quando da erradicação, foi possível manter estruturas históricas ligadas ao rural do Espírito Santo, uma equânime distribuição fundiária e relações sociais e mercantis existentes na cafeicultura. O próximo capítulo tem por objetivo analisar a evolução do mercado e dos processos sociais, político e econômico envolvido na produção do café Conilon, tendo como referência entrevistas realizadas em pesquisa de campo, em diferentes regiões produtoras.

7 ORIGEM E EXPANSÃO DO CAFÉ CONILON: CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO E ANÁLISES DOS TERRITÓRIOS NORTE E SUL

Como demonstrado, a cafeicultura surgiu a partir da primeira metade do século XIX no Espírito Santo, iniciou com grandes fazendas escravocratas, mas se consolidou com pequenas propriedades familiares, formando uma sociedade que manteve relações mercantis, tendo o café como base econômico-financeira e culturas alimentares voltadas tanto à sobrevivência alimentar quanto à venda de excedentes. Nesse contexto, prevalece uma estrutura de trabalho organizada na mão de obra familiar ou de parceiros agrícolas que se distânciam da acumulação primitiva de capital para fomentar a indústria.

Desta forma, o café se tornou a principal atividade agrícola para geração da renda e do comércio no Espírito Santo. Na segunda metade do século XX, mesmo com a modernização da economia, através da industrialização e da erradicação do café não foram eliminadas as estruturas fundiárias e de trabalho presentes nesse Estado. O café manteve-se como importante atividade agrícola, com destaque para o surgimento de um mercado específico para o café Conilon, como apresentado neste capítulo.

Diante do processo de erradicação de café no Território Norte, houve um incentivo para a produção do café Conilon no final da década de 1960 e início da seguinte, atendendo à demanda da Real Café S/A, uma empresa que iniciaria a industrialização do café no Espírito Santo. Por meio da ação de atores de São Gabriel da Palha emergiu um mercado específico que se desenvolveu chegando a 64 dos 78 municípios do Espírito Santo (SOUZA DA SILVA, 2017), culminando com a chegada dos plantios comerciais do Conilon no Território Sul.

Portanto, a construção do mercado do café Conilon manteve a cafeicultura presente na organização produtiva e de mercado, envolvendo estruturas fundiárias e de trabalho existentes no Espírito Santo. Com o café Conilon, assim como em outras culturas de subsistência, o agricultor não se envolve apenas na produção, mas também em relações sociais e mercantis, como historicamente presentes na agricultura de base familiar, tal como detalhado na próxima seção.

O café Conilon foi afetado pela modernização econômica, desenvolvendo-se com instituições que são parte desse processo e da sua parte dirigida à industrialização e a agricultura, mas seu mercado mantém estruturas e as relações econômico-mercantis de origem com a agricultura organizada em base familiar. Pois, o café continua sendo a base econômico-

financeira e seu mercado envolve uma rede de comércio local, nas quais o agricultor não se insere apenas como produtor de café, mas tem relevância na comercialização, através de uma diversidade de compradores de âmbito local e regional, como pode ser verificado nos demais subcapítulos.

Neste capítulo, destaque é dado à chegada do café Conilon no Espírito Santo, porém sem um mercado próprio e específico, considerando que seu cultivo ocorria há mais de meio século antes à construção específica do seu mercado. A chegada das primeiras mudas ocorreu por iniciativa do então governador do Espírito Santo, Jerônimo Monteiro, que comprou e distribuiu sementes e mudas que vieram do Rio de Janeiro no ano de 1912. Primeiro sendo entregue a fazendeiros do sul do Estado, chegando até os pequenos proprietários do sul, e com o povoamento da região norte do Estado, o café Conilon foi levado pelos migrantes (MERLO, 2012; MANSUR, 2012).

Inicia-se o capítulo compreendendo a chegada da variedade Conilon no Espírito Santo, seguida pelo estudo de caso que apresenta uma análise dos Territórios Norte e Sul, realizado através da interpretação das entrevistas e dos indicadores produtivos. O objetivo é compreender as transformações ocorridas na agricultura nesses Territórios com a produção do café Conilon, com destaque a expansão dos plantios do café Conilon. É apresentado o processo de construção do mercado do café Conilon, como resposta à erradicação que havia afetado a produção do café Arábica, base-econômica financeira dos agricultores do Espírito Santo e da região norte do Espírito Santo, ocupada décadas anteriores por migrantes com o objetivo de comprar terras, cortar as matas para a venda da madeira e plantar café. Portanto, a erradicação diante do pouco tempo de ocupação do solo afetava essa sociedade.

Com resultados positivos com a constituição de um mercado específico para o café Conilon, novas ações ocorrem para o desenvolvimento desse mercado, a partir de ações novamente de atores do Território Norte, tem-se o ingresso do Estado e de instituições vinculados ao processo de modernização da agricultura. Como será apresentado no capítulo referente ao desenvolvimento do mercado do café Conilon, o crédito rural, a assistência técnica e a pesquisa agropecuária são dirigidos ao café Conilon, quando já havia produções que dinamizavam seu mercado. Mas, enquanto resultado, ocorreu à ampliação da produção para novas áreas, na região centro e sul do Espírito Santo. O desenvolvimento do mercado do café Conilon passa pelo ingresso do café Conilon em demais regiões, com destaque ao Território Sul.

Por fim, como resultado, a cafeicultura no Espírito Santo tornou o Estado o segundo produtor de café em geral do Brasil e o principal produtor de café Conilon do Brasil (SOUZA DA SILVA, 2017; MAPA, 2017). A partir das análises de dados secundários, das entrevistas nos Territórios Norte e Sul, das relações mercantis e do desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao rural por essa atividade, com destaque à assistência técnica e pesquisa agrícola, é possível verificar a importância do café Conilon para a produção agrícola, a estrutura fundiária e de trabalho do meio rural do Espírito Santo.

7.1 OS PLANTIOS ANTES DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO NO ESPÍRITO SANTO

Diante do desgaste sobre a produção de café gerada pela erradicação ao longo da década de 1960, uma solução criada pelos atores sociais foram às ações para a produção do café Conilon, voltado para um mercado específico que emergia no Espírito Santo, o café solúvel. Esses atores eram políticos locais e regionais, lideranças, agricultores, comerciantes e empresários da indústria de solúvel. Sendo importante “[...] o apoio das lideranças políticas locais, religiosas e comunitárias”, destaca em entrevista o Extensionista da ACARES que participou do processo de divulgação dos plantios comerciais do café Conilon e da construção do viveiro municipal de mudas em São Gabriel da Palha.

As ações sociais e políticas executadas buscaram a produção em escala do café Conilon, para atender às relações econômico-mercantis junto à indústria. Considerando a importância histórica e socioeconômica que o café tem para o agricultor no Espírito Santo, os agricultores estavam diante da busca de uma solução para o impacto da erradicação. “A divulgação em plantar café Conilon feita por liderança na cidade de São Gabriel da Palha foi importante para que o agricultor acreditasse que daria certos os plantios e o comércio” (EXTENSIONISTA-ACARES).

A possibilidade para o desenvolvimento de um mercado específico para o café Conilon ocorre diante da história e tradição em plantar café, aliada à crença em atores sociais locais com influência social e política, que executaram ações como divulgação, distribuição de mudas, da garantia do comércio e demais ações favoráveis à ampliação do plantio e comércio do café Conilon.

Inicialmente, é preciso destacar o reconhecimento do café Conilon no mundo como mercadoria, a chegada das primeiras semente e mudas e os plantios no Espírito Santo, que antecedem ao surgimento específico de um mercado dirigido ao café Conilon.

O Conilon é uma variedade de café que no mundo é chamada por “Kouilou”, pertence a uma espécie de café de nome *Coffea canhefora*, também conhecida como “Robusta”. As sementes foram vendidas a partir do ano de 1900, através da Horticultura L. Linden de Bruxelas, que lhe dava o nome de Robusta (FERRÃO et. al. 2005). O *Coffea canhefora* possui diversas variedades, entre elas o Kouilou/Conilon, o Robusta, o Sankutu, o Bakaba, o Niaculi e o Uganda.

Dentre todas essas variedades é o Conilon que possui relevância produtiva, comercial e industrial, devido a suas características de menor acidez e números adequados de sólidos solúveis (FASSIO e SOUZA DA SILVA, 2005 *apud* FERRÃO 2004). Atualmente, realiza-se café bebida com Conilon usando apenas esse, seja grãos ou em pó de café, mas é uma variedade “utilizada largamente pela indústria na fabricação de cafés solúveis e em misturas com o café arábica, chegando a participar com até 50% nos *blends*, sendo empregado para contrabalançar a acidez do arábica...” (FASSIO e SOUZA DA SILVA, 2005: 37).

No passado o conilon era considerado quase que um “veneno”. Daí a indústria viu que o conilon era mais barato colocou 5%, 10%, 20%, e foi pra frente. O café conilon tem mais estrutura, maior paladar e o consumidor gostou. O “blend” foi à sacada do negócio, onde pegaram as nuances do sabor do café arábica e a estrutura do café conilon, deixando o sabor de primeira. Com o aumento do preço do Conilon, a indústria tirou a porcentagem do Conilon e cai o consumo (AGRONOMO CETCAF).

Mas, antes da sua chegada ao Brasil, e seu mercado constituído por suas características, a espécie Robusta foi encontrada com elevada concentração de genótipos no Congo, África, ao norte e ao sul da linha do Equador, com distintas altitudes, que vão do nível do mar a 1.300 metros de altura, nos países Angola, Costa do Marfim, Camarões e outros (FERRÃO et. al., 2005; *apud* CARVALHO, 1946). Distribuído nas regiões central e subtropical da África, compreende “grandes áreas da República da Guiné, da Costa do Marfim, Libéria, Sudão e Uganda” (CHARRIER; BERTHAUD, 1985 *apud* FERRÃO et. al., 2005).

O café Conilon foi plantado inicialmente no final do século XIX no Sul e Leste da Ásia, com o objetivo de gerar pesquisas, pois o café Arábica passava nessa região por problemas causados por uma doença conhecida como “ferrugem” (VAN DER VOSSSEN, 1985 *apud*

FASIO E SOUZA DA SILVA, 2005 BERTHAUD, 1988). Essa variedade de café foi vista pela primeira vez, enquanto planta selvagem, por franceses no ano de 1880, à margem do Ribeirão Kouliou, entre Gabão e a embocadura do Rio Congo (CARVALHO, 1946 *apud* FERRÃO et. al., 2005).

Por isso, a variedade conhecida no Brasil por Conilon leva o nome internacional de “Kouliou”, sendo depois verificada sua existência em Madagascar. Sementes foram enviadas do Congo para a Horticultura de L. Linden, em Bruxelas, seguindo primeiro para Java, sendo bem aceita por responder aos problemas fitossanitários e posteriormente para a Indonésia, uma colônia dos holandeses, onde foi amplamente aceita.

Da África essa espécie de café seguiu até chegar ao Brasil. Sobre as origens do café Conilon no Brasil e em específico no Espírito Santo, conforme Fazuoli, (1986) *apud* Ferrão et. al. (2005: 70) “No Brasil, a variedade Conilon foi introduzida pelo Estado do Espírito Santo, e o “conilon” originou-se da palavra Kouilou, com as letras K e U substituídas pela C e N [...]”. Ferrão et. al. (2005) recorrem aos relatórios sobre do governo do Espírito Santo, concedidos pelo pesquisador e jornalista, Ronald Mansur, verificando que: “nos assuntos relacionados à agricultura, na página 172, exposição do ano de 1912” (FERRÃO et. al., 2005: 70), há a seguinte citação do governador Jerônimo Monteiro, que governou o Espírito Santo do ano de 1909 a 1912:

“Adquiri, por várias vezes, grande porção de sementes de vários produtos de cultura fácil e vantajosa e as fiz distribuir gratuitamente. Ainda há pouco, quando estive no Rio de Janeiro fiz aquisição de duas mil mudas e cinquenta litros de sementes de uma excelente qualidade de café, o Conilon, estando todas elas já distribuídas.”

(GLAZAR, 2004; FERRÃO et. al., 2005; MANSUR, 2012; MERLO, 2012).

Estudos realizados pelo IBC, no ano de 1964, afirmavam que o café Conilon teria sido introduzido no ano de 1925 (FERRÃO et. al., 2005). Entretanto, estudos mais recentes confirmam que as aquisições de sementes de café Conilon para o Espírito Santo advêm do Rio de Janeiro, no início do século XX, conforme a exposição do, então governador Jerônimo Monteiro, feita no ano de 1912 (FERRAL et. al. 2005; MERLO, 2012). No Espírito Santo, essas sementes de Conilon tiveram por destino o sul do Estado, onde predominava a produção de café, considerando a pouca ocupação da região norte.

Segundo Merlo (2012: 15), “[...] parte do carregamento foi enviada à Fazenda Monte Líbano, em Cachoeiro do Itapemirim. Fundada em 1855, a propriedade, já nas décadas seguintes havia se tornado um pequeno Império”. Em Gazeta (2012) é confirmado que as sementes foram dirigidas à Fazenda Monte Líbano, também entregue a dois conceituados cafeicultores, o Coronel Marcondes Alves de Souza, de Cachoeiro de Itapemirim, e ao Coronel João Lino da Silveira, de São Pedro do Itabapoana. Ambas as regiões de origem e tradicional plantio do café Arábica, no Espírito Santo, desde o século XIX.

Os proprietários dessas fazendas deveriam distribuir as sementes e mudas para os agricultores, os quais deveriam plantar e informar sobre o desenvolvimento da planta às autoridades e distribuir novas mudas (GAZETA, 2012). Outro destaque para os primeiros plantios deve ser dado à Fazenda das Flores, das duas mil mudas iniciais, pelo menos 80 teriam sido enviadas ao município de Castelo, para serem plantadas nessa Fazenda que foi propriedade do produtor, Caio Martins, e em seguida vendida à família Machado, sendo gerada uma lavoura de 8.000 pés. Algumas dessas mudas foram enviadas para a comunidade de Monte Alverne, também em Castelo, porém não teriam sobrevivido pelas altas altitudes, mas havia plantações (MANSUR, 2012).

Meu pai chegou a ser representante da lavoura do Espírito Santo na junta do IBC, e foi secretário de agricultura, e meu pai gravou na junta do IBC essa origem do Conilon. Do Governador Jerônimo Monteiro foi entregue em mãos ao antigo proprietário, o Sr. Caio Martins, que plantou algumas mudas aqui na sede da Fazenda das Flores. Meu avô, Agostinho Ferreira Machado comprou aqui dele, e meu Pai, Luiz Machado, comprou a parte dos irmãos dele em 1943. Tinha muito Bourbon, mas tinha Conilon, os colonos plantavam café e cultura de subsistência. Os primeiros pés vieram desde o Sr. Martins, e em 1943, quando eu nasci já tinha e eu vi Conilon plantado aqui (AGRICULTOR SUL – 8).

Nas décadas de 1940 e 1950, centenas de famílias do Sul se dirigiram ao Norte do Estado em busca de novas terras, levando mudas do café Conilon originárias do lote que foi distribuído por Jerônimo Monteiro (MANSUR, 2012; MERLO, 2012). Assim, as primeiras mudas chegaram em São Gabriel da Palha, sendo plantadas nas propriedades da família Colombi e Lorenzoni, destaca Merlo (2012), sendo em São Gabriel da Palha, a partir de ações realizadas por atores sociais que tem início os plantios comerciais destinados à Indústria Real Café S/A, com sede em Viana, próximo à capital do Espírito Santo, iniciando o mercado específico para o café Conilon, como apresentado no próximo subcapítulo.

O café Conilon ficaria sem destaque na produção até a erradicação da década de 1960, a primeira previsão oficial da produção do café Conilon foi realizada pelo IBC, em 1975, quando foi registrada uma produção de 200 mil sacas (MANSUR, 2012). E mesmo considerando que as primeiras plantações de café Conilon se deram no Sul do Espírito Santo, conforme os referenciais bibliográficos e os relatos das entrevistas e destas regiões chegaram ao Norte, com a ocupação de novas terras por migrantes, até a erradicação do café Conilon, esse não possuía um mercado específico e esteve à margem das produções (MANSUR, 2012).

Um dos agricultores que plantou café Conilon no Território Norte, antes da consolidação do mercado, relatou:

Em Monte Cristo, para baixo de Cachoeiro vi Conilon, mas era um café amarelo muito moquinha. Aqui em Jaguaré, o Zanivam veio para cá e deu 2 litros de café Conilon para plantar. Mas, era ruim, não tinha comércio e foi plantado na pior terra daqui. Plantávamos o Bourbon, o Conilon que foi plantado, dessa época, foi pra Vitória pra ser vendido, mas só não voltou porque o comprador disse, deixa ai, isso por volta de 1958 (AGRICULTOR NORTE - 1).

Porém, tanto no território Sul quanto no Norte foi possível identificar com as entrevistas realizadas, o reconhecimento, o plantio, certa produção e o comércio do café Conilon antes da erradicação. Mas, os agricultores informaram que o comércio era vinculado ao café Arábica, sem controle de preço e das compras. Era chamado de veneno, diziam não servir para beber e que servia para fazer tintas ou remédio. Através das entrevistas foi possível, no Território Sul ter relatos de produção antes da erradicação nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim e de Castelo, inclusive para onde foram destinadas as primeiras mudas. Um agricultor do Território Sul, do município de Muqui, alegou ter conhecido antes da erradicação o café Conilon, mas afirmou não ter plantado.

Do total de 12 agricultores entrevistados no Território Sul, 2 já havia plantado o café Conilon antes da erradicação e 1 outro informou que foi logo em seguida à erradicação; os demais 9 agricultores do Território Sul apenas plantaram café Conilon após o mercado constituído e diante das possibilidades que permitiram o próprio Estado a partir da segunda metade da década de 1970, como apresentado no subcapítulo seguinte, as ações dos atores sociais contribuíram para que o Estado tivesse crédito rural, assistência técnica e pesquisa para o café Conilon, a partir de então avançou a produção e o café Conilon foi ampliado no Território Sul.

Com relação aos plantios anteriores ao mercado, do município de Cachoeiro de Itapemirim um agricultor relatou:

Aqui na Tijuca eu vim no ano de 1945, tinha 9 anos, o meu avô veio da Fazenda Monte Líbano e meu pai era filho de italianos [...] quando cheguei aqui já tinha o Conilon, em menos quantidade, mas tinha. Acredito que o Conilon tinha uns 9 anos de plantado também. Era da década de 1930. Era do Zeca Varanda a propriedade aqui. Depois de 1950 plantamos mais Conilon (AGRICULTOR SUL – 3).

Outra informação importante com relação aos plantios iniciais no Território Sul foi obtida por um agricultor de Castelo. Ele recorda que foi plantado café Conilon em seu terreno no ano de 1947, quando tinha nove anos de idade. Recordando ainda da existência de uma lavoura mais antiga, situado no município vizinho de Cachoeiro de Itapemirim.

[...]foi em novembro de 1947, foi no ano que minha irmã nasceu. Papai dizia que plantar café era em Novembro. Lá tinha o Arábica, mas nós plantamos o Conilon. Onde já tinha uma lavoura de café Conilon muito boa era em São Joaquim, município de Cachoeiro de Itapemirim, mas hoje essa área é industrial. Era de um médico chamado Caetano. Lá eu vi dirisando um pé de Conilon, pois ele era muito grande. Ele tinha um comércio, mas o preço era mais baixo, diziam que compravam para fazer tinta, dava muito rolão, cheirava a pimenta, era do tipo moca, de uma banda só (AGRICULTOR SUL – 5).

É importante destacar que os agricultores do Território Sul que apresentaram conhecimento do comércio do café Conilon antes do mercado instituído com a indústria do solúvel, informaram que os compradores locais alegavam que o café Conilon era destinado para “fazer tinta”. Não sendo possível junto a esses agricultores, nem com o Agrônomo do IBC entrevistado, concluir se essa tinta era menção ao possível *blends* com o café Arábica.

Todos os agricultores que plantaram o café Conilon antes do seu mercado próprio fizeram menção ao desconhecimento deste servir para fazer café bebida, antes da origem do seu mercado. As incertezas com o comércio e o destino do produto, a baixa produção e qualidade para o consumo não constituíam um mercado próprio para esse café até os impactos da erradicação sobre o café Arábica.

O primeiro plantio identificado no Território Norte, na década de 1940, em São Gabriel da Palha foi realizado por um agricultor que migrou de Cachoeiro de Itapemirim, de nome Ernesto Caetano.

Lembro-me quando criança que aqui na região tinha a propriedade do Ernesto Caetano, no Dourado, e quando aqui chegamos já tinha o Conilon plantado, ele tinha trazido de Cachoeiro, e desde que aqui cheguei, ele plantava o Conilon. Hoje, ele teria mais de 100 anos Todos diziam que era uma bebida muito ruim, que fazia mal, que era veneno, e servia para usar para tinta. Mas, depois, no começo da década de 1970, já havia mais plantios, recorde que quando o Conilon era vendido ao Eduardo Glazar, tinha que trocar a peneira da máquina, o que dava muito trabalho (AGRICULTUR NORTE – 4).

Portanto, no Território Norte já havia plantios de café Conilon antes ao processo de erradicação, afinal os agricultores vindos do Sul trouxeram sementes como relatado em Mansur (2012) e Merlo (2012). As pequenas propriedades rurais, de base familiar, após a migração para o Noroeste do Espírito Santo, passaram a plantar em meados do século XX, o café Conilon, o qual ficou à margem até a erradicação e era, por muitos, chamado de veneno, (MANSUR, 2012).

O serviço de Defesa do Café do Espírito Santo o tornou isento de retenção na praça, no ano de 1930, como apresentado no jornal Diário da Manhã, de 18 de Abril de 1930 (DIÁRIO DA MANHÃ 1930). Portanto, quase três décadas dos seus primeiros plantios que ocorreram no ano de 1912. A rejeição nas vendas e no consumo restringia seu comércio e reduzia seu preço se comparado ao café Arábica. Até a erradicação não havia um mercado específico, que contribuísse para o interesse comercial do agricultor em plantar especificamente o café Conilon.

A permissão desde 1930 para o café Conilon ser vendido na praça de Vitória, precisava de uma avaliação realizada pelo Serviço de Defesa e precisava apresentar condições sanitárias adequadas, para depois ser disponibilizado para venda. Mas, isso era pouco, diante do mercado do café Arábica já desenvolvido e da posição do Brasil como seu maior exportador. Mas, a vinda das mudas em 1912 e a crença dos agricultores de base familiar na cafeicultura fizeram multiplicar as plantações do café Conilon, mesmo sem um mercado próprio. Isso foi importante para a divulgação do café Conilon, para a origem dos viveiros, para os plantios iniciais dos primeiros anos da década de 1970 e para o interesse da Real Café Solúvel em incentivar e adquirir o café Conilon para fazer o solúvel.

Antes, o mercado mundial com o qual o Brasil mantinha relações de exportação e a indústria de torrefação nacional era abastecida com o café Arábica, não havendo necessidade de constituir um mercado de café Conilon. Considerado de má qualidade, pelos comerciantes, havia pouca produção do café Conilon até o começo da década de 1970. Era conduzido por

pequenos agricultores e também misturado ao café Arábica, considerando-se que o preço deste ficava reduzido, segundo depoimento de Martinelli, em entrevista à Gazeta (2012).

Portanto, antes dos resultados das ações que levaram ao aumento da produção e ao comércio do café Conilon para a indústria de solúvel, essa cultura agrícola esteve como um “clandestino” até a erradicação, termo usado por Mansur (2012) e que remete à sua existência, mas pouco registro, produção e comércio. Não havia registro das produções desta cultura, não havia crédito rural, assistência técnica ou pesquisa, nem mercado de insumos ou de qualquer produto dirigido à manutenção dessa cultura agricultura. Não havia um mercado específico e o resultado desse mercado no começo da década de 1970 repercutiu e a inexistência dessas ocorrências foi superada.

O Conilon já era cultivado no ES desde de 1912, mas sempre de maneira marginal. Não era valorizado pela indústria de Torrado e Moído que tinha em suas mãos excesso de oferta de Arábica. Não havia conhecimento do uso de Conilon na produção do Café Solúvel (REAL CAFÉ).

No entanto, para que ocorresse o processo de construção do mercado do café Conilon, deve ser destacada a ação do governador Jerônimo Monteiro, de adquirir e distribuir mudas de café Conilon aos agricultores, se deslocando para Território Norte. Mesmo sem um mercado estruturado até década de 1970, esta variedade havia sido plantada e transportada do Sul ao Norte do Espírito Santo.

A importância da produção de café estava condicionada às possibilidades de comercialização para que os agricultores vendessem quando o preço melhorava. Sobre a queda dos preços, ainda se referindo ao café Arábica, Buffon (1992) relatou que por parte dos agricultores essa não era razão para erradicação. Isso levou à manutenção de plantios de café Conilon, e à constituição de seu mercado próprio, com a garantia dada pela indústria de Solúvel aos atores sociais que divulgaram seu plantio comercial, e de demais ações e relações sociais que ampliaram sua produção e mercado. Os primeiros plantios de café Conilon no Espírito Santo têm origem no Território Sul, no entanto quando ocorreu a erradicação, já havia plantios tanto no Território Sul quanto no Norte, tanto que dois agricultores entrevistados no Norte já haviam plantado café Conilon.

Mas, diante do impacto da erradicação, foi no Território Norte, em específico, no município de São Gabriel da Palha, que os atores sociais iniciaram ações para atender ao interesse da indústria de solúvel e sanar os danos causados pela erradicação, a migração campo

cidade e inter-regional, que levava a centros urbanos ou a outras áreas agrícolas do País. Afinal, os municípios do Território Norte ocupados há menos de meio século antes da erradicação, perderam seu principal produto da economia, não sendo geradas novas propostas.

A recém-ocupação do Território Norte e a dependência da agricultura para a região levou à origem do mercado do café Conilon no Espírito Santo. Para a escolha do café Conilon devem ser consideradas estruturas e relações sociais e mercantis, originadas desde a formação das pequenas propriedades no final do século XIX, envolvendo o café e demais culturas agrícolas. Essa base social se consolidou através de pequenas propriedades rurais familiares e de não proprietários, como meeiros, a qual teve no café a sustentação de sua condição financeira, viabilizada mesmo diante de preços baixos e de produções de baixa qualidade.

O vínculo da população rural com o café é demonstrado pela migração quando da erradicação na direção de áreas onde a atividade cafeeira ainda expandia quando ocorreu a erradicação, como o Paraná e Rondônia. O primeiro, ainda produtor de café na década de 1960, teve a cafeicultura mais afetada pelas fortes geadas durante a década de 1970 do que pelo programa de erradicação. O segundo, com ampla disponibilidade de terras baratas e apoio à produção agrícola, tornou-se produtor de café com o apoio das migrações oriundas do Espírito Santo.

No início da construção social dos mercados, as esferas públicas estaduais e federais, vinculadas à agricultura, foram tímidas no estímulo à produção do café Conilon. Por não haver um mercado consolidado, o primeiro zoneamento agrícola do Espírito Santo realizado pela ACARES, no ano de 1963, definia áreas acima de 400 metros para produção de café, e café Arábica, voltando-se à oferta de crédito rural para a lavoura cafeeira, sem considerar as regiões baixas e quentes (MERLO, 2012). Afinal, essas áreas não eram aptas ao café Arábica, e não havia ainda interesse comercial pelo café Conilon.

O IBC era o responsável pela política nacional do café e devido às condições expostas, inicialmente não havia incentivos técnicos nem disponibilidade de crédito ao café Conilon, mesmo diante da ação e insistência junto ao IBC de atores sociais que instituíram o mercado. Apesar de que, oficialmente, a Associação de Crédito e Assistência Técnica (ACARES) não pudesse conceder auxílios ao desenvolvimento do café Conilon, o seu mercado se constituiu com ações de atores sociais dessa instituição. Pois, mesmo à revelia de qualquer orientação institucional, atores sociais vinculados a órgãos realizaram contribuições, afirma Martinelli, em entrevista à Gazeta (2012).

Assim, através de ações sociais e de relações mercantis de interesse da indústria de solúvel, foi que atores sociais em São Gabriel da Palha iniciaram a década de 1970 com ações para a produção e o comércio de café Conilon. Desenvolvendo um plantio comercial inicialmente no Território Norte, construindo um mercado específico para o café Conilon, que ainda na década de 1970 levava à adesão de demais municípios das regiões Norte e Sul. Desta forma, cabe entender essas ações que levaram ao mercado específico do Café Conilon.

7.2 FORMAÇÃO HISTÓRICA E DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DOS TERRITÓRIOS NORTE E SUL

É preciso compreender os impactos na estrutura produtiva dos Territórios Norte e Sul a partir da constituição do mercado do café Conilon. Para isso, este tópico contém uma análise sobre a produção do café e de outras culturas, destacando a relevância do café Conilon para a pequena propriedade rural e a economia local, razões para a manutenção e fortalecimento da cafeicultura pelos agricultores. A partir deste subcapítulo, relacionando suas interpretações com os capítulos seguintes, é possível concluir sobre relevância da cafeicultura Conilon. Pois, as informações obtidas com essa análise unem-se a importância das considerações sobre o mercado que será apresentado, no que diz respeito ao comércio, como a diversidade de compradores, liquidez com garantia de compra e pagamentos à vista. Essas são características que dão importância social e econômica para os agricultores de base familiar no mercado do café Conilon, devido à participação do mesmo no processo de comercialização, em ambos os Territórios.

Inicia-se considerando a distinta formação histórica e socioespacial que envolvem a os espaços desses Territórios, uma formação que resulta em similaridades com relação a estrutura fundiária e a produção agrícola, tendo em ambos o café como base econômico-financeira. Pois contribuem para entender a formação das estruturas fundiárias e de trabalho, das relações sociais e econômicas mercantis que se fazem presentes até os dias de hoje. Considerando que desde o final do século XIX, com a imigração e a formação da pequena propriedade no Espírito Santo, o café foi o alicerce econômico-financeiro para a ocupação das regiões pelos agricultores de base familiar, como apresentado no capítulo cinco.

Após, a Região Centro e Sul desenvolver a produção de café através da pequena propriedade desde a segunda metade do século XIX, houve a necessidade de mais terras, devido

à exaustão do solo e o crescimento populacional familiar, disso decorre um avanço na direção Norte, considerando possibilidades a partir de infraestruturas, que permitiram a passagem sobre o Rio Doce (DERENZI, 1974; BITTENCOURT, 1987; BUFFON, 1992; MALACARNE, 2000, BERGAMIM, 2007).

Ainda no final da primeira metade do século XIX, a cafeicultura permitiu o início da ocupação do interior da região sul e da região central da província. Nesse período, o café também alcança a região norte do Espírito Santo, mas ocorre um recuo expressivo no desenvolvimento dessa cultura e a produção diminui, de forma que a ocupação dessa região, por intermédio dessa atividade econômica, somente veio a efetivar-se a partir do século XX. O processo de ocupação dessas regiões não ocorreu de forma homogênea, o que resultou na constituição de distintas formações espaciais ao longo do território capixaba (BERGAMIN, 2007).

Portanto, é preciso considerar as distintas ocupações no tempo, no espaço e nas relações sociais que envolveram a ocupação de ambos os Territórios. Até as duas primeiras décadas do século XX, a ocupação da região mais ao Norte se limitou ao município de São Mateus, fundado no século XVI, e de Conceição da Barra, ambos na parte costeira. A região Norte ocupava apenas a parte litorânea e tinha por destino limitar a invasão e ocupação das terras do interior, pois havia terras em abundância e interesse desde o Brasil imperial de ocupar a parte Sul.

A parte litorânea Norte, mesmo com povoamento no Brasil imperial e produção de café ainda no século XIX, acabou por obter um baixo número de escravos, de produção de café, e de colonização com Colônias de imigrantes ainda no século XIX. Desta forma, a região apenas retorna com a ocupação na segunda década do século XX e consolida esse processo até o final da primeira metade desse século (ALMADA, 1984; BUFFON, 1992; BERGAMIM, 2007). Por sua vez, São Mateus e Conceição da Barra, fundadas ainda durante o período colonial e Linhares e Colatina no século XIX, correspondiam aos principais núcleos urbanos existentes no norte capixaba no início do século XX. Além do reduzido número de habitantes, a produção originária dos estabelecimentos rurais era irrisória, representando em 1920 apenas 9% do café produzido no Estado, segundo o Recenseamento Geral do Brasil, dando mostras de que sua base espacial apresentava-se muito pouco modificada (BERGAMIM, 2007).

Para compreender a ocupação da parte Norte, é preciso considerar os resultados das ocupações que ocorreram pela região centro-norte do Estado do Espírito Santo, através da passagem para a face Norte do Rio Doce, com destaque à ocupação do solo produtivo do Território Norte desta tese. Para isso, destaca-se o avanço de infraestruturas, que primeiro

levaram o crescimento migratório para o município Colatina, no final do século XIX, através da estrada de Ferro Vitória Minas que chegou em 1906. Mas, antes da construção de uma ponte sobre o Rio Doce e emancipada no ano de 1921, Colatina desenvolvia na parte Sul do Rio Doce e seu crescimento e ocupação tem destaque com a chegada da estrada de ferro Vitória-Minas (BUFFON, 1992).

Até 1920 o lado norte só era conhecido por caçadores. Permanecia no silêncio de sua pujança secular. Foi o presidente Nestor Gomes (1920-1924) quem incrementou a venda de terras de Colatina, já município, criando a Cia. Territorial, primeira autarquia do Estado. Construiu-se uma balsa que deslizava através de cabo de aço e impelida pela correnteza das águas (DERENZI, 1974).

Com a crescente ocupação da parte sul do Rio Doce e ocorrendo o avanço sobre seu trecho norte, através de incursões do começo da década de 1920, é constituída a Cia Territorial, primeira autarquia do Estado do Espírito Santo, com o objetivo de divulgar para os agricultores do Sul e realizar contratos com os interessados na compra das terras da parte Norte (DERENZI, 1974; MALACARNE, 2000).

No começo da década de 1920 havia apenas uma balsa ligada por um cabo, que permitia passagens com o objetivo maior de desbravar e fazer medição das áreas (MALACARNE, 2000). Mas, foi a ponte Florentino Ávidos, construída no ano de 1928, que permitiu ligar a parte Sul ao Centro-Norte do Estado do Espírito Santo, antes a Região Norte era limitada à parte costeira (BUFFON, 1992, BERGAMIM, 2007). A partir do final dos anos de 1920, ocorreu a ocupação para fins produtivos do Território Norte, composto pelos municípios de São Gabriel da Palha, Águia Branca e Vila Valério, pertencentes à região administrativa Centro-oeste, acima do Rio Doce e de Jaguaré, no sentido Nordeste.

Para a ocorrência das vendas das terras da região Centro-Norte, com destaque em particular aos municípios de São Gabriel da Palha, Águia Branca e Vila Valério, é preciso considerar a criação da Cia Territorial que vendia terras na parte Norte. Desta forma, o mercado de terras foi organizado por agenciadores, como a empresa Costa & Malacarne, que obteve a autorização do Estado para vender 10.000 hectares, nas proximidades do Rio São José, surgindo o povoado de São Gabriel da Palha (MALACARNE, 2000).

As famílias vindas do sul do Estado e de outros Estados ocupavam as terras que viria a ser São Gabriel da Palha, e no sentido leste, as terras que formariam o município de Vila Valério. Nesse mesmo período, desde o final da década de 1920, famílias vindas da Polônia

pela Companhia Varsóvia de Colonização deslocavam-se rumo ao Oeste, passando por Montes Claros, até a parte que chamaram de Águia Branca (MALACARNE, 2000). Dessa forma, têm início às ocupações desses três territórios, com São Gabriel da Palha, ainda distrito de Colatina, emancipando-se em 1963, enquanto Águia Branca e Vila Valério emanciparam em 1988 e 1994.

Processo semelhante se deu no município de Jaguaré, situado na região Nordeste do Espírito Santo, cujas terras pertenciam ao município de São Mateus (BUFFON, 1992; BERGAMIM, 207). Emancipando-se o município no ano de 1981, sua ocupação na década de 1950, realizada por migrantes do sul e de outros Estados no começo da década deparou com negros e caboclos que ali residiam e formavam quilombos.

Esses foram expulsos depois por fazendeiros e foram pro Sapê do Norte, onde a Aracruz agora os expulsam também. Entre os caboclos e os negros tudo era comum, e nós estragamos essa cultura, eles saíram daqui por tristeza, vendiam a terra por qualquer coisa, teve um que trocou a terra por uma vaca e uma espingarda. Meu pai dizia: esse povo é o verdadeiro povo de Deus, pois sabem viver em comunidade. Nós, italianos do Sul, só chegamos em 1948 (AGRICULTOR NORTE 2).

A ocupação do Território Norte, com fins produtivos e voltados à dinamização da cafeicultura, ocorreu através das necessidades por novas terras, com migrantes vindos do Sul, de outros Estados e de imigrantes poloneses. A colonização se completa na primeira metade do século XX, através da derrubada da mata nativa, da venda da madeira e da plantação de produtos agrícolas, destacando o café para fins econômico-financeiro, pois esta era uma atividade já conhecida, como destacado por um dos entrevistados, “desde 1953 cheguei em Jaguaré, vim de Cachoeiro e lá já plantava café antes, quando cheguei aqui só se vendia é madeira” (AGRICULTOR NORTE 1).

O desmatamento da mata nativa, com a venda da madeira, sobretudo pelos bons preços que essa gerava, mas em sequência, se organiza com a produção de café Arábica e de alimentos para subsistência familiar, gerando as bases da pequena propriedade rural como constituída no Território Sul. Ou seja, uma estrutura fundiária de pequenas propriedades e de trabalho livre e familiar, envolvidos com a geração de renda em torno do café, mas com a produção de demais cultivos agropecuários, servindo para a subsistência e para o equilíbrio da renda.

[...] ao norte do rio Doce, reproduziu-se a mesma forma de organização da produção constituída nas regiões central e sul. O trabalho familiar, a pequena propriedade, sem a utilização de

recursos técnicos e a cultura do café representam a estrutura produtiva predominantemente estabelecida na ocupação da região norte. Apesar do reduzido potencial de acumulação capitalista auferido por essa forma de produzir, sua reprodução difundiu-se de forma predominante por aproximadamente durante um século [...] (BERGAMIM, 2007).

O Território Sul é constituído pelos municípios de Castelo, Cachoeiro de Itapemirim, Muqui e Mimoso do Sul. Esse território tem ocupação, formação da estrutura fundiária, de trabalho e produtiva resultante dos desdobramentos do processo inicial de inserção do Espírito Santo na cafeicultura, com a formação da grande fazenda escravocrata e da passagem para a pequena propriedade rural, como apresentado no capítulo cinco.

Para a formação e ocupação inicial do território do município de Castelo, destaca-se a exploração pelo ouro, com mineradores que ocupavam a região desde o século XVII, seguido da formação das grandes fazendas escravocratas no século seguinte, até formação da Colônia agrícola de Castelo, com imigrantes italianos que chegaram final do século XIX, no ano de 1892. O território de Castelo torna-se distrito de Cachoeiro de Itapemirim no ano de 1891, sob a designação de Estação de Castelo e no ano de 1928 torna-se município (CASTIGLIONI, 2004; IBGE, 2007b).

A ocupação do território de Cachoeiro de Itapemirim remonta ao interesse pelo ouro descoberto na região de Castelo no século XVII e o povoamento ocorre com a chegada de desbravadores do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, que subiram o rio Itabapoana, divisor dos Estados do Rio de Janeiro e o Espírito Santo, no começo do século XVIII. A partir da segunda metade do século XIX, têm-se as grandes fazendas de café na região do rio Itapemirim, onde nos dias de hoje situa a cidade, com a influência entre os fazendeiros do conhecido Barão do Itapemirim. Seu território foi elevado à categoria de distrito, com o nome de São Pedro do Itabapoana ano de 1856 e município no ano de 1891 (CASTIGLIONI, 2004; IBGE, 2007).

O território do atual município de Mimoso do Sul tem ocupação e povoação ainda mais remota que os outros dois municípios já apresentados do Território Sul, vêm da constituição da Fazenda Jesuítica Nossa Senhora das Neves da Muribeca, ainda no final do século XVI. Com os jesuítas expulsos no século XVIII, inicia-se o povoamento em “Limeira, atual Dona América, situada às margens do Rio Itabapoana, recebeu moradores vindos do Rio de Janeiro e Minas Gerais” (CASTIGLIONI, 2004: 201). Foram formadas grandes fazendas, com destaque à região de São Pedro do Itabapoana, que no ano de 1887 é elevado à categoria de município, sendo transferida sede para outro povoado de Mimoso, no ano de 1930 (CASTIGLIONI, 2004).

O município de Muqui é originado do povoamento realizado pela Fazenda de Santa Teresa, na metade do século XIX, quando o fazendeiro José Pinheiro de Souza Werneck veio do Rio de Janeiro com família e escravos. As demais fazendas se constituíram desde então, e no ano de 1853 foi fundado seu povoado com o nome de Arraial do Lagarto; em 1912, seu território que era distrito de Cachoeiro de Itapemirim, torna-se município. A formação, povoamento e ocupação do espaço que hoje é Muqui é um exemplo da ocupação das grandes fazendas até a formação da pequena propriedade.

No Território Sul é possível compreender a importância das grandes fazendas escravocratas para a origem do povoamento e a presença a partir do último quarto do final do século XIX de imigrantes, através da formação das colônias agrícolas de imigrantes, com destaque aos italianos e san-marinenses nos municípios que compõem o Território Sul (CASTIGLIONI, 2004). Enquanto no Território Norte, a ocupação para fins de produção apenas transcorre no final da segunda década do começo do século XX, intensificando-se nas décadas seguintes e concluindo na primeira metade desse século. A necessidade por novas terras, com o crescimento familiar, o desgaste de solos ao Sul do Estado e as possibilidades com a venda de terras a partir do estado foram fundamentais para a ocupação do Norte.

Se os referenciais bibliográficos permitem compreender a ocupação, o povoamento e as migrações para os Territórios aqui analisados, isso também foi possível de ser verificado através das entrevistas realizadas com os agricultores. Essa informação permite ratificar o entendimento sobre o processo de povoamento e ocupação que gerou a pequena propriedade rural nos Territórios, conforme pode ser observado no seguinte depoimento:

[...] Aqui tem famílias que sempre viveram do café, aqui tem famílias Contarini, Estefanato, Humaitã e Macatroso. Minha família veio pra cá em 1919, antes viveu na Fazenda Monte Líbano, todas essas vieram de lá, antes lá trabalhavam como meeiros, quando vieram da Itália (AGRICULTOR SUL - 4).

Como apresentado no capítulo anterior, à fazenda Monte Líbano foi pioneira no plantio de café Conilon, onde as primeiras sementes e mudas foram plantadas no ano de 1912, na esteira da imigração de mão de obra.

[...] eu vim no ano de 1945, tinha 9 anos, o meu avô veio da Fazenda Monte Líbano, aqui mesmo em Cachoeiro, e meu pai era filho de italianos, e aqui essas famílias compravam as quadras, que iam de 7 a 10 alqueires, aqui tem 9,5 alqueires. Por fim ainda destaca: [...] em 1936 já devia ter uns 20 anos que havia famílias

de imigrantes italianos aqui, vieram da Fazenda Monte Líbano, lá eles eram colonos (AGRICULTOR SUL - 3).

Outro relato de agricultor diz “[...] minha família veio pra aqui em 1875. Meu Pai viveu a vida inteira aqui, e hoje estaria com 102 anos” (AGRICULTOR SUL - 2). Em outro município do território Sul o entrevistado afirma: “Primeiro quero destacar que a propriedade tá com a gente a mais de 90 anos, pois hoje meu pai teria isso e nasceu aqui [...]” (AGRICULTOR SUL - 1). Com base nesses relatos é possível verificar a formação da pequena propriedade familiar ainda no final do século XIX e início do século seguinte, tendo a imigração e a produção de café como base econômico-financeira para a consolidação dessa estrutura.

As entrevistas realizadas com os agricultores no Território Norte demonstraram a mesma relação com os fundamentos bibliográfico-históricos já apresentados sobre o povoamento e ocupação dos solos. Destaque é dado a migração de outras regiões, sobretudo da Região Sul e parte Sul do Rio Doce, com exceção de apenas 1 agricultor que nasceu em São Gabriel da Palha, esse afirmou: “Meu pai veio para São Gabriel em 1939 e eu nasci em 1945” (AGRICULTOR NORTE - 1).

Caracterizando esses agricultores que migraram para o Território Norte tem-se os seguintes relatos: “Vim de Itaguaçu com quatro anos, hoje tenho 82 anos, sempre vivi aqui.” (AGRICULTOR NORTE - 9). Outro agricultor entrevistado também informou: “Eu vim com 4 anos, e meu pai já plantava café antes de eu nascer, antes na região de Santa Rita de Itueta, em Resplender, Minas Gerais, quando há quase 70 anos que meu pai chegou aqui era só mata, que foi desmatada para plantar café” (AGRICULTOR NORTE - 4).

Por fim, é a produção de café somada a outras culturas agrícolas em ambos os Territórios, que estão presentes na ocupação do solo para fins produtivos, sendo que isso ocorreu em ambos os territórios através da pequena propriedade rural, tanto na região Sul quanto Norte (BUFFON, 1992; BERGAMIM, 2007). No Território Sul, onde predomina uma estrutura fundiária marcada pela pequena propriedade rural desde o final do século XIX, o café se manteve como alicerce econômico-financeiro. O Território Norte seguia a sequência de derrubada das matas, vendas da madeira e plantio de café Arábica como principal atividade, permitindo o acesso a outros bens necessários para sobrevivência.

[...] tudo era feito no lombo de burro e as estradas eram ruins, logo uns 2 quilômetros daqui do Douradinho, acabava a estrada, era só de burro, tinha que se deslocar até a venda de “Secos e Molhados” do Eduardo Glazar, e lá tinha a máquina de pilar café, e ele era o

comprador, pois tinha dois lotes de burros para fazer o deslocamento. A venda também nos repassava tudo o que precisávamos, só se pagava na colheita de café (AGRICULTOR NORTE - 4).

Até o processo de erradicação, o café Arábica foi a principal cultura agrícola usada para a constituição de relações econômica-mercantis, como pode ser verificado com as entrevistas realizadas com os agricultores de ambos os Territórios, pois todos eles informaram que plantavam o café Arábica e todos eles destacaram o café Arábica como a principal atividade agropecuária geradora de renda das suas famílias. Com a erradicação, todos os agricultores entrevistados responderam terem tido conhecimento do projeto, sendo que 20 deles aderiram de imediato a esse projeto.

A partir da erradicação do café Arábica, destaca-se o desenvolvimento de outras culturas agropecuárias, em que pese à oportunidade com outros comércios para além do café. Embora atualmente a produção do café Conilon ocorra nos dois Territórios, há distintas estruturas produtivas. A diversificação agrícola envolveu certa permanência do café Arábica, e da pecuária de leite nos municípios do Território Sul, como pode ser verificado com as entrevistas dos agricultores e as equipes técnicas da extensão rural nos municípios do Sul, enquanto no Norte, inicialmente ocorreu à produção de café Conilon.

Foi verificado com as entrevistas realizadas com os agricultores que no Território Norte, antes do processo de erradicação e principalmente do resultado da construção do mercado do café Conilon, para além do café Arábica, enquanto uma cultura agrícola que todos os entrevistados plantavam, a maioria desses plantava ao menos milho, feijão, arroz e mantinham a criação de gado de leite e corte. Entre os agricultores do Território Sul, não diferente do que se produzia no Território Norte, havia destaque maior para o café Arábica, o arroz, o milho e o feijão, além da criação de gado, a produção de banana, laranja, cana de açúcar e hortaliças.

Após a erradicação do café Arábica e o surgimento do mercado do café Conilon, mesmo entendendo que no Território Norte esse se torna a partir de então a principal cultura agrícola plantada, houve o desenvolvimento de outras culturas agropecuárias, mas com impactos que diminuíram a produção das culturas brancas, anteriormente citadas. Foi possível verificar a diminuição da produção de culturas brancas, no entanto, é possível identificar as culturas agrícolas mantendo a diversidade agropecuária, em ambos os Territórios. Para conceber a diminuição dos plantios de culturas brancas, deve ser considerado o avanço da produção em demais regiões do Brasil, com maior produtividade e competitividade.

Eu disse pro comprador de feijão, compra feijão do Paraná que compramos de você, pois quando íamos vender o preço sempre estava baixo. O café pode guardar a pimenta do reino também, e o gado deixa lá comendo capim [...] (AGRICULTOR NORTE - 1).

Da mesma forma, tem a diminuição de áreas destinadas à produção de arroz, devido a programas como o Pró-várzea, que eliminou área produtiva de arroz no Espírito Santo. O Pró-varzêa foi instituído pelo governo federal e executado pela extensão rural oficial dos Estados, o Programa realizou drenagens em várzeas, que eram os espaços no Espírito Santo em que se plantava o arroz, “a lavoura branca eu sempre plantei, mas o arroz com a drenagem caiu” (AGRICULTOR NORTE - 12).

[...] meu pai, mais cinco irmãos e meu avô plantava arroz, foi uma época de umas 600 a 800 sacas de arroz. Eles plantavam nas várzeas, o que não arava tombava no braço. E valia apenas economicamente, mas quando produziu em larga escala lá fora, não foi mais viável. Eu tinha 12 anos quando meu pai parou de plantar, em 1982 e começo de 1983. Mas, meu pai já tinha o café Conilon sendo colhido e muita banana na época (AGRICULTOR SUL -7).

O impacto de demais regiões produtivas no Brasil é resultado da própria modernização da agricultura, em seu processo de exclusão de regiões, da inserção da produção e da produtividade como resultados no interesse em produzir, diminuindo o interesse da agricultura de base familiar na produção de culturas brancas no Espírito Santo. No entanto, como detalhado nos próximos subcapítulos, como resultado do mesmo processo há o desenvolvimento do mercado do café Conilon, com avanço gradativo dessa produção para além do território Norte, inserindo-diversas regiões do estado. Porém, diferentemente, a construção desse mercado ocorre a partir da ação de atores locais, inserido para seu desenvolvimento nas instituições da modernização da agricultura, como está detalhado nos próximos subcapítulos.

Até os dias de hoje, em ambos os Territórios, ocorre um processo de diversificação típica das agriculturas de base familiar, seja com demais culturas agrícolas, que se destinam apenas ao mercado, mas que dão sustentação à manutenção do agricultor no próprio mercado do café, quando há intemperes como estiagem ou impactos sobre o preço do café, seja com a produção destinada mais ao consumo alimentar e a venda do excedente, como a criação de animais de pequeno porte, de feijão, raízes e frutas. Manteve-se um processo de diversificação

produtiva e não se constituiu em nenhum dos dois Territórios analisados um processo de monocultivo do café Conilon, como passará a ser apresentado.

No Território Norte, mantendo a diversidade agrícola para além do café Conilon, exemplificando as diferentes possibilidades produtivas, entre os agricultores entrevistados verifica-se a criação de gados para corte e leite, a produção de cacau, a pimenta do reino, o coco anão verde e a seringueira. Todos informaram a necessidade da diversidade em suas atividades rurais. Havendo destaque para plantio de hortaliças e criação de animais de pequeno porte destinados ao consumo. Considerando relatos entre entrevistados sobre a produção de alimentos para a venda institucional para programas públicos e para mercados mantidos por organizações ligadas ao agricultor, como a Central Municipal das Associações de Agricultores Familiares de São Gabriel da Palha (CEMAF) e do camponês, mantido pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

No Território Sul, em resposta a erradicação têm-se o gado de leite e corte, como principais atividades que ocuparam o rural após a erradicação no Território Sul, havendo outras culturas como as citadas pelos entrevistados, como a produção de milho crioulo, para a venda de sementes, palmeira pupunha, cacau, mandioca e fruticultura, como a banana, a mexerica e a laranja. Em menor quantidade foi relatada a produção de arroz e feijão para o consumo, enquanto os demais produtos, como a fruticultura são destinados a grandes centros e feiras nas cidades. Sendo importante menção feita à política pública adotada por prefeituras que inseriram um ticket alimentação, que apenas pode ser usada para a compra de produtos dos feirantes.

Como resposta às condições da erradicação, os agricultores do Território Norte destacam a produção de café Conilon, enquanto a pecuária expandia no Território Sul, para posteriormente, diante do apoio de instituições ligadas ao Estado e para o desenvolvimento da produção e do mercado do café Conilon haver o desenvolvimento da cafeicultura Conilon rumo às áreas baixas e quentes do Território Norte.

No Território Sul, muitos entrevistados alegaram já terem visto o café Conilon antes mesmo da constituição de seu mercado, afinal, os primeiros plantios de café Conilon têm origem no Território Sul, enquanto alguns deles o haviam plantado, mantendo pequenas áreas de produção diante da erradicação. Mesmo assim a maioria dos agricultores entrevistados não aderiu ao café Conilon como resposta à erradicação, se voltando à pecuária de corte e de leite.

Pecuária de leite e corte, pois o terreno estava exaurido, e outras culturas não ficavam bem. Mas tinham e permanecem, mas o café voltou na década de 1970 com o IBC e a renovação dos cafezais

de 450 metros para baixo, com o café Conilon. Mas, o leite é tradição aqui em Muqui também, é vendido para a Selita de Cachoeiro do Itapemirim, com quase 70 anos, através da Cooperativa, Colamisul que tem quase essa idade também (AGRICULTOR SUL - 10).

Outro agricultor do Território Sul entrevistado sobre a pecuária ainda afirmou:

Após a erradicação entrou o pasto e a pecuária, plantamos o capim provisório, o colonhão e agora a braqueara, manteve um plantio de café Conilon, mas só para manter os colonos. Meu pai criava gado e café, o café também era uma forma de manter o colono, pois tinha trabalho. Tinha o arroz no brejo, o milho e muito feijão, aonde não ia o café (AGRICULTOR SUL – 8).

Esses depoimentos ratificam as interpretações sobre a importância econômica e financeira do café, indicando o rumo da diversificação em ambos os Territórios, condição que por fim promoveu a produção de café. Demonstra a importância histórica da cafeicultura na geração de emprego, de renda, e da manutenção do trabalho no rural do Espírito Santo. Por outro lado, verificam-se através da produção do café, relações sociais abrangentes que estão para além do econômico, com a manutenção da cafeicultura para a permanência do trabalhador no rural, como na citação anterior, demonstram-se vínculos de reciprocidade, envolvidos com a amizade, zelo e/ou preocupação em gerar condições de trabalho e renda.

Tenho também um gado pra corte. Esse ajuda quando o café cai um pouco o preço, eu vendo um gado pra ajudar na despesa, mas às vezes não tem gente comprando ou não paga a vista. O café não paga na hora, eu se eu quiser vender no pé tem que comprar para entregar na próxima lavoura (AGRICULTOR SUL - 7).

Inerente à pequena propriedade rural de base familiar, presente nesses Territórios, a produção de café se dava em parceria com outros produtos agrícolas, como destacado pelos entrevistados. Nenhum dos agricultores entrevistados em ambos os Territórios produzem apenas o café, seja o café Arábica, que ainda é plantado no Território Sul, ou o café Conilon, plantado em ambos os Territórios. Mesmo considerando os demais produtos, para além do café, na produção agrícola, a importância do café encontra-se na solidez econômico-financeira que esse possui, perceptível na citação anterior, quando é apresentada a possibilidade de vendas até mesmo antes da colheita: é a confiança que o comprador possui no mercado.

A importância dos demais cultivos está caracterizada no exemplo de um agricultor do Sul: “Nos meus três hectares é o café, a banana me dá de 50 a 100 caixas, o Feijão é pro

consumo, e o milho crioulo, produz para vender sementes (AGRICULTOR SUL - 1). No Território Sul, outro agricultor afirmou: “[...] com pouca chuva o feijão dá pouco, mas esse ano vai dar uns 10 ou 12 sacos, vou separar para o consumo e vender um pouco. São extras, o café o forte. “E o feijão vem em meio ao café novo que plantei” (AGRICULTOR SUL - 10). Não diferente, com relação à importância de demais culturas, outro agricultor do Norte afirma: “milho, arroz, feijão e verdura, hoje ainda planto. Mas produz coco e cacau, e tenho gado, e porco pro consumo” (AGRICULTOR NORTE 10).

Mesmo diante da modernização da agricultura, com impactos sobre a produção de culturas brancas, como antes produzidas nesses Territórios, em maior produção e destinadas à venda, compondo a renda total das famílias, é possível verificar através das citações acima a importância das culturas para subsistência, como suporte à sobrevivência e a venda de excedentes. Afinal, as estruturas fundiárias e de trabalho organizadas no Espírito Santo, pautadas no trabalho livre, não assalariado, organizado em pequenas propriedades rurais, ainda geram relações sociais que fortalecem a cafeicultura e a manutenção de outros cultivos agrícolas.

É possível verificar o fortalecimento econômico-financeiro da agricultura de base familiar, devido a aliança entre a produção de café e demais produções agrícolas, isso permite relações econômicas-financeiras para esses, frente a atravessadores e compradores, tornando o agricultor um ator social com influência para além da produção, mas com influência na comercialização, concluindo que a importância da manutenção da cafeicultura também passa por relações históricas e culturais.

Com relação à geração de renda entre os agricultores entrevistados, mesmo que todos os agricultores entrevistados em ambos os Territórios tenham destacado a produção do café Conilon na geração da renda da família, foi possível verificar a importância das demais culturas agrícolas na formação da mesma. Foi solicitado para ser dado uma nota na escala de 0 a 10 para a principal cultura geradora de renda, obteve-se a média de 8 no Território Norte, sendo que a menor nota verificada foi 5, e a maior 10. No Território Sul, a média esteve na escala 7, com a menor nota de 4 e a maior 9. Isso demonstra a importância de demais culturas agrícolas na formação da renda familiar.

Com relação à dinâmica da produção agrícola nos municípios que compõem os Territórios, todos os agricultores entrevistados informaram que a cafeicultura Conilon era a principal atividade econômica. Da mesma forma, foram às respostas das equipes técnicas de cada escritório local do Incaper, entrevistadas em cada município do Território Norte, que

indicaram o café Conilon como a principal atividade econômica rural e a cultura agrícola que mais demanda atendimento da Assistência Técnica. No Território Sul, foi possível verificar a importância do café, com crescimento da variedade Conilon, mas com uma combinação que envolve o leite e o café, como principais atividades econômicas rurais, apesar de diferenças entre os municípios.

Entretanto, destaque deve ser dado à informação sobre a política pública ligada ao meio rural mais presente nos Territórios. Em ambos os Territórios destaque foi dado tanto pelos agricultores quanto pelas equipes do Incaper, às políticas voltadas ao desenvolvimento do café, resultantes do próprio interesse dos agricultores na variedade Conilon, influenciando os rumos da pesquisa agropecuária no Espírito Santo e a elaboração de políticas públicas por parte da Secretaria de Agricultura e dos demais órgãos públicos.

No Território Sul, é possível destacar o avanço de áreas plantadas de café Conilon em todos os municípios. Entretanto, é possível destacar particularidades em municípios, a exemplo de Castelo, onde, segundo técnicos do Incaper, atualmente há uma área praticamente equilibrada entre o café Conilon e o Arábica, que também pode ser verificado através da Tabela 9. No entanto, observa-se uma expansão do plantio do café Conilon, inclusive em áreas altas, como destacado na entrevista realizada com a equipe do escritório local do Incaper de Castelo.

Temos a agropecuária de leite e corte, além da olericultura. Em espaço tem-se mais pastagem. Mas, o café gera mais renda e emprego. Quando se bota na “ponta do lápis” em questão de renda e mão de obra é a cafeicultura. O café está numa área de 12.000 há, sendo meio a meio entre o Arábica e o Conilon, esse último tem uma produção final de 30-35 sacas/há e 20-22 sacas/há para o arábica. O município vai de 80 m de altitude a 1200 m, o Arábica é presente na alta altitude, tradicionalmente acima de 600m e até uma altitude de 1100-1200 metros, e o Conilon tradicionalmente até essa altitude de uns 500m. Atualmente, o Conilon vem subindo, para a área de transição, já se vê em 760-800 metros o Conilon, com micro clima ótimo para sua produção, mas não é encontrada em qualquer região. A produção final da produção do Conilon atualmente está duas vezes maior que o Arábica (INCAPER – CASTELO).

Questionados sobre razões para essa evolução dos plantios de café Conilon, a reposta obtida através da equipe local do Incaper do município de Castelo foi a que segue:

É uma expansão que e cresce com o avanço das tecnologias ligadas essa cultura especificamente, até existe um avanço dentro da produção do Arábica, mas pouco. O Conilon entra com

irrigação, clones, controle de pragas e doenças. O público que se encontra nessa região intermediária está investindo muito no plantio de café Conilon clonal e as lavouras que eram de arábicas estão sendo substituído pelo o Conilon, além do investimento pesado daquelas tecnologias que já foram mencionadas, o produtor está vendo uma maior produtividade e rentabilidade (INCAPER – CASTELO).

Como se percebe nesta afirmação, o desenvolvimento do mercado e de políticas públicas voltadas ao café Conilon, contribuíram para a pesquisa, com impactos sobre a produção, a produtividade, e mais recentemente sobre a qualidade do café. Nos municípios de Mimoso e Muqui foi destacada a produção de café como a principal atividade econômica da agricultura. Da mesma forma, em Castelo, há uma combinação do café e da pecuária, com destaque ao leite. No município de Mimoso do Sul, é possível verificar a existência maior da atividade de café Arábica, se comparado ao Conilon, tanto nas entrevistas quanto na Tabela que segue.

Em primeiro lugar o café, seja ele Arábica ou Conilon; depois agropecuária, leiteira, depois corte e a fruticultura, que está mais voltada ao bananicultura. Existe uma pequena parte de seringueira, mais está em desenvolvimento, através do programa Probores. Em relação ao café, a cultura que tem maior impacto dentro do município de Mimoso do Sul é o Arábica (produção total e renda). Dentro do município existe uma divisão entre parte baixa (67 metros) e alta (1200-1300 metros), até 900 metros é agricultável (INCAPER – MIMOSO DO SUL).

Não tão diferente ocorre no município de Muqui, no entanto, com uma maior área plantada de café Conilon.

Café! Praticamente não se fala em outra atividade que não seja o café, o café é o carro chefe. Depois vem a agropecuária de leite, começou um trabalho com fruticultura e horticultura, a apicultura também tem seu público. O agroturismo começou a mostrar algo de rentabilidade, mas ainda é lenta, e parou o projeto de cama e café, apenas a Santa Rita que é fazenda antiga que manteve. Posso falar que, hoje, Muqui possui 141 propriedades rurais que plantam café Arábica, e 522 que plantam o Conilon. O Arábica possui em torno de 620 há plantado com produção total de 8.800 sacas, sendo uma média de 14 por há, enquanto o Conilon possui 3.365 há, com uma produção de 66.000 e média de 19,6 (INCAPER – MUQUI.).

Apesar do avanço da cafeicultura, com destaque à variedade Conilon no Território Sul, após a erradicação, houve um avanço da pecuária. No município de Cachoeiro de Itapemirim, foi possível constatar a maior expressão dessa atividade.

Em questão de volume tem a agropecuária leiteira, suinocultura e café, mais em produção é o café Conilon. Cachoeiro produz 20% da carne suína do espírito santo e é o maior produtor de suíno do estado, a empresa Cofril funciona aqui e 80% dela vêm daqui. Cachoeiro tem 567 mil litros por mês que entregam à Selita, a Selita recebe em média 300 a 400 mil litros por dia, pois há os municípios vizinhos, mas Cachoeiro é o maior produtor de litros por dia de leite, que são entregue para a Selita. O município também produz muito horta, já exportou tomate para São Paulo e Argentina, é bem diversificado. É o caso do tomate. Destaco também a suinocultura, horticultura e agroindústria (INCAPER-CACHOEIRO).

Portanto, através das entrevistas realizadas com a equipe dos escritórios do Incaper, foi possível levantar informações referentes às produções, em que se caracteriza a importância do café, com destaque ao Conilon, seguido pela pecuária e demais culturas agrícolas.

A pecuária é por fim de maior volume, leite e corte, a que dá mais volume de produção, as indústria como Nestle é quem regula, daí o preço começa subir e eles importam, pois o leite como cru tem menos importância, e assim, o preço se mantêm, por isso o leite mantêm o preço, mas o café é diferente (INCAPER-CACHOEIRO).

Através da citação anterior, é possível verificar o controle da pecuária leiteira, diferente do café, devido à rede de compradores locais e a estocagem realizada pelo próprio agricultor ou os compradores locais, na expectativa de melhor preço e relações econômico-mercantis mais adequadas.

TABELA 9 - ÁREA COLHIDA, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO DE CAFÉ NO TERRITÓRIO SUL – ES, 2016

Municípios	Área colhida Café Arábica (há)	Área colhida Café Conilon (há)	Valor da Produção Conilon. (Mil Reais).
Cachoeiro de Itapemirim	385	4.719	41.181
Castelo	5.490	4.963	47.593
Mimoso do Sul	6.360	3.460	30.904
Muqui	600	2.886	24.227
Território Sul	12835	16.028	143.905

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Produção Agrícola Municipal (PAM), IBGE, (2017).

A Tabela 9 confirma as informações obtidas a partir da entrevista, com destaque ao avanço da produção de áreas do café Conilon no Território Sul, havendo no município de Mimoso uma permanência da cafeicultura Arábica nas regiões mais altas e a presença da produção de leite nas áreas mais baixas. No entanto, também é possível destacar o café Conilon, sobretudo, nas áreas baixas e nas pequenas propriedades rurais, juntamente com a produção de bananas, como destacou a equipe local do Incaper, em entrevista. Nos demais municípios é possível verificar que houve o crescimento do café Conilon, se comparado ao Arábica, resultado do desenvolvimento do seu mercado.

No caso do Território Norte, segundo os agricultores e equipes da extensão rural entrevistadas, o café Conilon é a principal atividade econômica. Como pode ser verificado nas diversas entrevistas, no município de São Gabriel da Palha, foi destacado que: “a principal cultura agrícola de renda familiar e para o município, sem dúvida é o café Conilon, até o comércio sente quando há alguma queda da produção” (INCAPER – SÃO GABRIEL). Os municípios do Território Norte estão envolvidos com a construção e o desenvolvimento de um mercado específico para o café Conilon, como detalhado no próximo subcapítulo. Ainda hoje, na Região Norte, em que se encontra os municípios que compõem o Território Norte, estão os maiores produtores de café Conilon do Estado e do Brasil, sobressaindo em ordem de maior produção “os municípios de Jaguaré, Vila Valério, Sooretama, Nova Venécia e Rio Bananal. Merece registro o município de São Gabriel da Palha, que representa o pioneirismo do cultivo e da produção comercial”.(SOUZA DA SILVA *et. al.*, 2017). Todos esses municípios estão entre os 15 maiores municípios produtores de café Conilon do Espírito Santo.

Considerando as informações obtidas com as equipes dos escritórios do Incaper, dos dois municípios que são os maiores produtores de café Conilon, tem-se no município de Vila Valério a seguinte informação:

Nós acreditamos que temos em torno de 15.000 há de café plantado, 10.000 mil há em produção, 5.000 há em formação e mais uns 5.000 há que pode ser implantado agora. Em termos de área de produção e econômico, destacamos o café, pimenta e coco, sendo o coco mais em consórcio, poucas são as áreas só com coco, alguns são em volta de cafezais, com a seca foram perdidos muitas plantas de coco. Nos últimos três anos com o problema climático, com falta de chuvas, que o próprio comércio sentiu muito porque os produtores não conseguiram colher café do jeito que vinha, saímos de 752 mil sacas em 2014 para a

estimativa desse ano (2016/2017) de 180 mil, devido à seca, então o problema climático atrapalhou muito a produtividade, mas praticamente todo produtor daqui da cidade tem café. O pessoal animou um pouco com o preço da pimenta, mas o café continua dominando (INCAPER-VILA VALÉRIO).

No município de Jaguaré, a exemplo do que ocorre no Território Norte, destaca-se a produção de café Conilon.

Primeiramente o café o Conilon, são 24.500 há plantados, 99% dos agricultores plantam café. É muito difícil achar que não tenha café plantado. Seguido pela pimenta, que teve expansão 4 e 3 anos atrás, em área e produção, a 3 anos estava com 250 ha, e chegou a 2.500 ha plantados, ou seja, 10% da área de café. A pimenta veio com a expansão do preço e a crise hídrica, essa exige menos água que o café. Mas, foi o preço que levou à expansão, pois ela saiu de 7 reais para 30 reais e a seca combinou (INCAPER-JAGUARÉ).

Panorama semelhante é observado no município de Águia Branca.

Com toda certeza o café em primeiro lugar. Sendo seguida pela pecuária de leite e de corte. Surgiu a pimenta do reino, pelo preço, o cacau, com menos expressão que todas as anteriores e a banana. A pimenta vem crescendo desde 2013/2014, tendo hoje uma média de 20 há de produção. Mais uns 80 há ainda não sendo produzido. O café tem uma área irrigada de 6.100 há, essa seria a produção com área irrigada, sendo a informação que há (INCAPER – ÁGUIA BRANCA).

Foi possível perceber com as entrevistas realizadas, que em ambos os Territórios a crise hídrica ocorrida a partir de 2014 impactou a produção e a produtividade do café, como de outras culturas. Quando perguntado sobre as dificuldades para produzir café, todos os agricultores disseram ser a falta de água, considerando que o Estado passou por três anos de seca. A diversidade produtiva, envolvendo vários cultivos agrícolas é o que sustenta a manutenção das atividades num momento como esse.

No Território Norte, houve um aumento da produção de pimenta de reino, como observado, isso diante do preço que chegou essa cultura e da crise que impactava a produção anual de café. No entanto, essa não avançou sobre a área de café, nem mesmo há uma certeza de continuidade de produção, como ao longo da histórica mantém o café, por exemplo, em sequência ao estímulo dado pelo avanço do preço, que passou de 7 reais a 30 reais, como verificado numa citação anteriormente, a pimenta do reino retornou ao preço inicial. No

entanto, o avanço da produção de outras culturas agrícolas está na relação que essas possuem ou permitem ao agricultor diante da produção de café e do mercado.

Além das entrevistas, é possível verificar a importância do café Conilon em ambos os Territórios, através das Tabelas 9 e 10. Percebe-se na tabela 10, a inexistência de áreas de café Arábica no Território Norte, devido às condições de clima, da altitude, entre outras condições ambientais, propícias ao café Conilon, essa inexistência de plantios de café Arábica ocorre devido aos resultados da erradicação e da construção do mercado do café Conilon.

TABELA 10 - ÁREA COLHIDA, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO DE CAFÉ NO TERRITÓRIO NORTE – ES, 2016.

Municípios	Área colhida Café Arábica	Área Colhida Café Conilon	Valor da Produção Conilon. (Mil Reais).
Águia Branca	-	7230	42952
Jaguaré	-	19550	131066
São Gabriel da Palha	-	9150	67743
Vila Valério	-	15600	77370
Território Norte	-	44300	276179

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Produção Agrícola Municipal (PAM), IBGE, (2017b).

No entanto, comparando as Tabelas 9 e 10, além das áreas colhidas e do valor da produção no Território Norte serem superiores as encontradas no Território Sul, verifica-se que a crise hídrica impactou o rendimento médio do café Conilon no Território Norte, já que esse Território se encontra numa região com maior déficit hídrico. Entretanto, conforme será detalhado no próximo subcapítulo, dada a relevância que passou a ter o café Conilon, no ano de 2017, já houve resultados de pesquisa sobre o café Conilon, com uma variedade clonal resistente à seca.

Por fim, a aceitação do café Conilon pelos agricultores se deu em função das relações sociais e econômicas mercantis nas quais sempre estiveram envolvidos. Essas foram imprescindíveis, para a manutenção de um tipo de agricultura diferente daquela praticada no início do processo de modernização, tanto no Território Sul quanto no Norte. Todavia, não se trata de uma agricultura rudimentar ou atrasada, mas dinâmica e diferenciada por manter uma estrutura agrária e de trabalho, com culturas de subsistência que deram o suporte necessário para o desenvolvimento da cultura do Conilon, por meio de incorporação de novos meios de produção e novas técnicas produtivas no meio rural e na estrutura agroindustrial.

As estruturas encrustadas em torno do café Conilon em sua face industrial contribuíram para que os agricultores superassem os efeitos negativos da política de erradicação dos cafezais e alavancassem as economias municipais a partir da face agrícola do café. Assim, destaca-se a

importância definitiva da cafeicultura tanto na produção e renda quanto no seu resultado sobre a economia, sobretudo no Território Norte, considerando a importância social, econômica e cultural da produção de café Conilon nesse Território, com avanços mais recentes sobre o Território Sul.

Entre os 15 municípios que mais produzem café Conilon no Espírito Santo todos estão na região Norte, destacando-se Jaguaré e Vila Valério, os dois maiores produtores do Estado e do país. Além destes, São Gabriel da Palha e Águia Branca possuem mais de 80% da sua produção agrícola relacionada ao café Conilon (SOUZA DA SILVA, 2017). Entretanto, é preciso considerar que 64 dos 78 municípios do Espírito Santo possuem o café Conilon entre suas principais atividades rurais (SOUZA DA SILVA, 2017). Neste sentido, é relevante considerar a importância das ações que levaram à constituição do mercado específico do café Conilon, estimulando relações sociais e econômicas favoráveis à agricultura de base familiar, mesmo diante do avanço do processo de modernização, com urbanização e industrialização. Neste sentido, a produção de café Conilon, aliada a outros cultivos leva à dinamização da pequena propriedade rural e a agricultura de base familiar, constituída no Espírito Santo ao longo da história.

7.3 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO DO CAFÉ CONILON A PARTIR DE AÇÕES E RELAÇÕES SOCIAIS

Conforme apresentado ao longo deste subcapítulo, coube aos atores sociais realizarem ações e relações sociais, que iniciaram a partir do ano de 1969, dando origem a um mercado específico para café Conilon. Esses atores foram políticos, agricultores, lideranças sociais, comunitárias e religiosas, técnicos, empresários, entre outros; envolvidos direta ou indiretamente na produção e no comércio do café Conilon, atendendo à demanda da indústria Real Café S/A, que começou suas atividades de produção de café solúvel no ano de 1971.

O projeto para as indústrias de solúvel surgiu na década de 60 como mais uma alternativa para exportações de café com maior valor agregado, bem como utilização do excesso de estoques acumulados na época. Nesta época foram construídas 12 indústrias sendo todas elas nas regiões de Arábica: Paraná, São Paulo e Minas Gerais. A Real Café começou a operar em 1971 (REAL CAFÉ).

Apesar da relevância inicial da industrialização para a origem do mercado, houve dinâmicas mercantis de armazenagem e comercializações locais, com os intermediários e empresas locais e regionais de café, gerando um ciclo até a indústria nacional e a exportação. Essas ações iniciais se tornaram possíveis diante de estruturas e relações que fizeram a história do café no Espírito Santo, as quais permitiram que mesmo sem um mercado específico, o café Conilon antes da industrialização, tornasse uma cultura comercial.

Antes da certeza de compra por parte da indústria já havia o intuito de um plantio comercial em escala de café Conilon, após em seguida à erradicação do café Arábica. Verificou-se que o café Conilon respondia às condições quentes e de baixa altitude do Norte do Espírito Santo. No entanto, numa reunião da Câmara de Vereadores de São Gabriel da Palha, com a presença de comerciantes, agricultores e lideranças em geral surgiram à dúvida sobre a quem vender o produto (GLAZAR, 2005). A solução veio com a agroindústria de beneficiamento de café, a Real Café Solúvel S/A, que começou suas atividades no início da década de 1970 no Espírito Santo, passando a ser a principal compradora das primeiras produções comerciais iniciadas em São Gabriel da Palha.

Em resposta à erradicação sob a coordenação do GERCA, grupo vinculado ao IBC, foram estabelecidas diretrizes voltadas para a agroindustrialização, através de empresas de pequeno e médio porte. “Especialmente a implantação e ampliação de agroindústrias, principalmente na indústria de carnes, de beneficiamento de açúcar, de reflorestamento e de beneficiamento de café” (LOUREIRO, 2006: 5).

Embora não estivesse voltado à produção do café Conilon, as diretrizes de agroindustrialização geraram as bases para a formação de uma estrutura agroindustrial que voltaram ao seu processamento. Por isso, ações que levaram à modernização da economia no Espírito Santo, tão eficientes para a erradicação do café Bourbon, ao possibilitar a implantação dessa agroindústria de solúvel no Espírito Santo, contribuindo para avanços do café Conilon, mesmo este não sendo de seu maior interesse.

As iniciativas para a agroindustrialização no Espírito Santo através do Estado antecipavam as orientações dadas pelo planejamento formulado na década de 1970, pelo II PND para a região Sudeste. Em particular, no tocante ao estímulo dado à agroindustrialização pelo governo estadual, através do decreto Lei nº 880, de 18 de setembro de 1969. Sendo também constituído o Grupo Executivo para a Recuperação do Espírito Santo (GERES) e de demais instituições, com o objetivo de conceder incentivo fiscal e financiamento, enquanto o BANDES concedia recursos oriundos do BNDES (MERLO, 2012).

Esse apoio à agroindustrialização possibilitou a origem da indústria de solúvel Real Café Solúvel S/A, do Grupo Tristão, responsável pela compra das primeiras remessas do café Conilon produzidas em quantidade comercial no Espírito Santo, incentivando os agricultores a plantarem o café Conilon (GLAZAR, 2005; MERLO, 2012; GAZETA, 2012).

Em depoimento à Gazeta (2012), Jônice Tristão¹⁵, fundador da empresa Real Café S/A, afirmou que para começar os estudos de viabilidade econômica era necessários 500 mil dólares, divididos entre ele e Manoel Ferreira, um exportador de café, e completados com recursos do BANDES. Ainda o “[...] BANDES se comprometeu a dar preferência a eles para a compra de suas ações, assim que o projeto evoluísse. E de fato foi o que aconteceu.” (GAZETA, 2012). E mais, “Minha história com o Conilon se inicia por volta de 1968, quando o GERCA lançou a ideia de expandir a indústria de solúvel no Brasil. Naquela época havia uma fábrica em São Paulo e uma em Petrópolis” (MERLO, 2012).

A indústria Real Café S/A foi instalada no município de Viana, limítrofe à Capital Vitória, local em que ainda funciona e foi inaugurada no ano de 1971 (MERLO, 2012; GAZETA, 2012). Durante a década de 1970 a agroindustrialização foi considerada prioridade no planejamento para a dinamização do Centro-Sul, o que pode ser ilustrado pela visita do, então Presidente Gal. Ernesto Geisel, no ano de 1977 à Real Café (MERLO, 2012). A importância da industrialização do café solúvel, em consonância com a agroindustrialização presente no II PND, pode ser demonstrada pelo fato de que entre os anos de 1971 e 1975, um total de cinco empresas processadoras de café solúvel, de capitais distintas, foram instaladas no Brasil, entre elas a Real Café Solúvel, no Espírito Santo, além de outras em Minas Gerais, uma no Paraná e duas em São Paulo (GAZETA, 2012).

A implantação da Real Café Solúvel S/A foi fundamental para superar dúvidas sobre o comércio do café Conilon, como destacou Glazar (2005). O café como matéria-prima destinada a Real Café seria importado da África, destacou Martinelli em depoimento a Merlo (2012). Mas, diante da informação de que haveria uma indústria, através de uma “notinha no jornal”, Dario Martinelli e Eduardo Glazar, ambos prefeitos ao longo do período inicial de constituição

¹⁵Jônice Tristão é empresário. “ A Real Café integra as empresas Tristão, um dos maiores e mais tradicionais grupos brasileiros do setor de café, com mais de 77 anos de de experiência e ramificações em Londres e Nova York.” Afirma Tristão à Gazeta (2012). Em 1987 Jônice deu início à sucessão, passando aos filhos a operação de café verde no Brasil e Exterior. Ronaldo Tristão e Ricardo Tristão passaram a deter o controle acionário da empresa no exterior, da Tristão UK, da Tristão Trading Inc, em Nova York e da Tristão Trading Panamá. Sérgio Tristão passou a controlar as ações das empresas brasileiros, a Tristão Cia de Comércio Exterior e a Triscafé de Armazéns Gerais. A Real Café foi mantida sob controle do fundador Jônice Tristão até o ano de 2000, quando foi adquirida pela Tristão Cia de Comércio Exterior, controlando todas as operações no Brasi. (GAZETA, 2012).

do mercado do café Conilon, se reuniram com Jônice Tristão, proprietário desta fábrica (GLAZAR, 2005). Caso houvesse produção de café Conilon no Espírito Santo a Real Café se comprometia a comprar, afirma Jônice Tristão em entrevista à Merlo (2012) e à Gazeta (2012). As palavras desse empresário foram: “Vai em frente com esse projeto”, afirma Glazar (2005: 192)

[...] saiu uma notinha no Jornal dizendo que o grupo Tristão ia implantar a Real Café Solúvel. Eu e Eduardo Glazar fomos conversar com Jônice Tristão e ele disse que a partir de 1971 a fábrica começaria a funcionar e se não tivesse café importariam da África. Aí eu disse: Não, nós vamos produzir! A prefeitura montou na propriedade de Moíses Colombi o primeiro viveiro com 60 mil mudas. Mas, quem aceitava? No município todo, somando São Gabriel, Valério, Águia Branca e Fartura, nós conseguimos 22 produtores que aceitaram o desafio (MERLO, 2012).

A reunião realizada no ano de 1969 gerou uma importante relação econômica-mercantil, o interesse e a garantia de que a Real Café S/A compraria o café Conilon foram necessárias para que Eduardo Glazar e Dário Martinelli pudessem incentivar a produção de café, confirmam Tristão e Martinelli, em entrevista à Gazeta (2012) e Merlo (2012). Havendo produção no Espírito Santo, a Real Café S/A compraria o café Conilon, a indústria começaria as atividades já no ano de 1971, podendo inicialmente processar 100 mil sacas de café, chegando a 300 mil (GLAZAR, 2004; MERLO, 2012; GAZETA, 2012). O café Conilon, devido sua menor acidez e maior quantidade de sólidos solúveis é a variedade adequada para a fabricação de café solúvel, além de servir para fazer *blends* com o café Arábica.

A partir da garantia de que haveria um comércio garantido, as ações seguintes foram de incentivo à produção, difundindo o café Conilon entre os agricultores e organização de um viveiro, garantindo distribuição das mudas aos agricultores de São Gabriel da Palha, concomitante à busca de apoio de atores sociais, que eram lideranças para incentivarem os agricultores a gerarem os plantios. Segundo Glazar (2005), o viveiro iniciou seus trabalhos no ano de 1970, sob a gestão municipal do Dário Martinelli, seu sucessor na prefeitura.

Para o viveiro de mudas de café Conilon, houve a seleção de sementes para criação das mudas de uma lavoura de Conilon, que pertencia a Eduardo Glazar e que tinha sido plantada no ano de 1963, num terreno próximo a Cachoeira da Onça, em São Gabriel da Palha. Nesse mesmo ano, Eduardo Glazar ouvira de caçadores sobre a existência de um café diferente, que estava numa derrubada de mata do outro lado do Rio São José, local bem próximo a São Gabriel

da Palha. Indo verificar constatou ser o café Conilon, trazendo as mudas que serviram para o viveiro municipal (GLAZAR, 2005).

Conforme destacado por José Colombi¹⁶ (2012) em depoimento a Merlo (2012), o viveiro também teria utilizado sementes coletadas de sua lavoura, plantada em 1969. Desde a década de 1950, seu irmão João Colombi conhecia o café Conilon, estava na propriedade que foi do Ernesto Caetano. Desta forma, desde mais novo ele e seu outro irmão, Moisés Colombi, conheciam o café Conilon. Sobre esses primeiros plantios anteriores às ações dos atores sociais para o mercado do café Conilon, cabe ainda destacar a seguinte informação obtida com um agricultor entrevistado: “[...] o Sr. Ernesto Caetano já plantava café Conilon quando meu pai chegou de Minas Gerais, no final da década de 1940. Essa propriedade foi comprada por João Colombi e hoje é do Agnaldo Colombi” (AGRICULTOR NORTE- 4).

Tendo constituído relações comerciais com industriais do café, o objetivo foi implantar o viveiro, conforme orientação dada pelo IBC, para o café Arábica, e com o apoio de um engenheiro agrônomo (GLAZAR, 2005). O prefeito Dário Martinelli confirma que buscou a orientação do IBC e da ACARES. Entretanto, inicialmente não havia o apoio oficial dessas instituições ao projeto do café Conilon. “A ACARES estava proibida de repassar recursos do Governo Federal na época para os produtores com lavouras de Conilon” afirmou Martinelli à Gazeta (2012), pois o IBC, órgão maior do café no Brasil nesse período, inicialmente não foi favorável à produção de café Conilon, não permitindo o uso de recursos financeiros públicos para esse plantio.

O processo de erradicação era recente, as renovações de cafezais mapeadas pelo primeiro zoneamento agrícola do Espírito Santo, do ano de 1963, consideravam apenas o café Arábica, e plantado em áreas acima de 400 metros. Portanto, não enquadrava São Gabriel da Palha e o Norte do Espírito Santo, uma vez que o café Conilon sequer estava no zoneamento. Inicialmente, a região e o café Conilon não recebiam incentivos técnicos quaisquer e crédito rural para produção. Porém, Martinelli (Gazeta, 2012) recebeu apoios extraoficiais de técnicos dos órgãos. Quanto a ACARES, ele cita o apoio extraoficial disponibilizado pelo engenheiro agrônomo, Ailton Vargas, antes extensionista rural no escritório de São Gabriel da Palha e, posteriormente, chefe regional da ACARES, que ainda disponibilizou apoio através do técnico agrícola, Elias dos Anjos, que trabalhou em São Gabriel da Palha.

¹⁶José Colombi foi técnico da ACARES e cafeicultor, trabalhou durante o processo de erradicação dos cafezais. Posteriormente, continuou suas atividades como produtor de café Conilon, foi presidente por mandatos e membro da diretoria da Cooperativa de Cafeicultores de São Gabriel da Palha (COOABRIEL).

Diante dessas ações foi constituído o viveiro municipal de mudas de café Conilon e assistência técnica com orientações para seus plantios, “para a produção do café Conilon, usamos inicialmente as mesmas técnicas do café Arábica, mas orientávamos para plantios em linha e não sendo morro abaixo” (TÉCNICO-ACARES). Em São Gabriel da Palha houve o primeiro viveiro de mudas de café Conilon do Brasil, destaca Glazar (2005). Sendo seguido pelo viveiro do município de Boa Esperança e de outros municípios do Norte, conforme afirma Martinelli em Gazeta (2012), mudas eram distribuídas gratuitamente e os agricultores eram obrigados a plantar e ter o zelo para produzir (GLAZAR, 2005).

Era preciso conseguir mais adesão dos agricultores ao plantio do café Conilon, pois o viveiro municipal de São Gabriel da Palha já produzia 60 mil mudas. Inicialmente, 22 agricultores decidiram iniciar os plantios, sendo que 16 plantariam mais de cinco mil mudas. Era preciso disseminar o interesse, ampliando os plantios entre os agricultores, afirma Martinelli em depoimento a Merlo (2012) e Gazeta (2012). Outra ação era a divulgação e a forma de avançar com a produção era buscar o apoio das lideranças para os plantios de mudas, tendo sido relevante a presença de lideranças religiosas nas reuniões (MERLO, 2012).

Apesar da existência de plantios anteriores às mudas do viveiro e do reconhecimento do café Conilon no Norte do Espírito Santo antes do comércio com a indústria, as produções eram poucas, tanto que não se tinha contagem oficial e o comércio incipiente. Portanto, certos agricultores possuíam receio de plantar. “Certa vez, numa reunião para divulgação do café Conilon numa comunidade com luteranos percebi que o Pastor, enquanto liderança religiosa, era importante para a adesão dos agricultores” (AGRONÔMO-ACARES).

As lideranças comunitárias e religiosas presentes no meio rural foram atores fundamentais no desenvolvimento dos plantios iniciais, desta forma, é possível considerar a relevância de outras dimensões, como a religiosa e a cultural, na elaboração e condução do econômico. Por fim, é a economia como parte de um todo que é social, como apresentado em Polanyi (2000). Em entrevista à Gazeta (2012), Dário Martinelli destacou que o padre José Lara e o pastor luterano Roberto Rolembarch tiveram papel de destaque no incentivo aos agricultores para plantarem o café Conilon, com palestras e reuniões, dando apoio ao projeto em São Gabriel da Palha. A religião, enquanto uma instituição, e os atores sociais envolvidos diretamente a ela tiveram relevância para o café Conilon.

Eduardo Glazar e Dário Martinelli se utilizaram da influência de pessoas conhecidas na região, como líderes religiosos e personagens influentes no meio político e dentro das

comunidades, para participarem de palestras e reuniões com os produtores e convencê-los a plantar Conilon (GAZETA, 2012).

Para além da indústria, outra instituição na origem do mercado do café Conilon e com relevância para o desenvolvimento até os dias de hoje foi o cooperativismo, como será apresentado no subcapítulo referente ao desenvolvimento desse mercado. Menos de uma década antes do início dos plantios do café Conilon, foi inaugurada a Cooperativa dos Cafeicultores de São Gabriel (Cooabriel), em 1963. “A Cooabriel nasceu de um sonho de cooperativismo que teve início com os padres daqui da região”, destaca Antônio Joaquim de Souza Neto, ainda presidente da Cooabriel em depoimento à Merlo (2012).

Essa cooperativa foi planejada antes da erradicação a partir de palestras iniciadas pelo padre, Simão Civalero, pároco de São Gabriel da Palha, que desde a década de 1950 buscava organizar os agricultores em torno dos princípios do cooperativismo. Até a erradicação e a constituição do mercado do café Conilon, esses agricultores eram produtores de café Arábica. O Padre Civalero foi o primeiro presidente da Cooabriel, atualmente a maior cooperativa de café Conilon no mundo, destaca Merlo (2012).

Com o viveiro iniciado em 1970, a ampliação da produção de mudas com distribuição gratuita, o apoio de diversas lideranças e com a certeza da compra por parte da indústria, as possibilidades de comércio foram organizadas por comerciantes locais e cooperativa “[...] em 1971 deu-se início ao plantio comercial do Conilon, no norte do Estado, em São Gabriel da Palha”, afirma Glazar (2005: 187). Entre os anos de 1973 e 1975 já havia sido distribuída milhares de mudas aos agricultores, sendo verificado nos primeiros anos que o café Conilon produzia mais rápido, e era mais resistente ao problema da ferrugem, com uma produtividade em torno de 40% maior que o café Arábica (GLAZAR, 2005). Até o ano de 1973 não havia dados estatísticos de produção de café Conilon no Espírito Santo, mas como resultado de ações que estruturaram seu mercado, foi possível verificar resultados, chegando no ano de 1974 a uma produção de 200 mil sacas, destacam Glazar (2005) e Mansur (2012).

IBC (1969) *apud* Ferrão et. al. (2005) *apud* destacam um estudo realizado em 1969 pelo IBC, que apresenta estatísticas de plantações, sem apresentar dados de produção do café Conilon. A distribuição de cafeeiros Robusta¹⁷ no Espírito Santo era irregular e descontinuada,

¹⁷O termo Robusta refere-se à espécie de café. No entanto, o plantio é especificamente de sua variedade Conilon, não há o desenvolvimento comercial de outras variedades de café Robusta no Espírito Santo para além do Conilon. Desde a chegada das primeiras sementes essas foram da variedade Conilon. Destaca-se ainda que, o próprio uso do termo Robusta está correto pelo fato de ser a espécie, e do Conilon ser um café Robusta.

os quais, segundo estudo realizado pelo IBC, representa apenas 2,3% do total das plantações, com maior expressão no Sul do Estado, onde os plantios antigos se concentravam. Esse percentual demonstra a pouca importância do café Conilon antes da origem de seu mercado. Mas, o Norte do Estado, esse mesmo estudo apresenta um maior crescimento da população de plantas em menor idade (IBC, 1969 *apud* FERRÃO et. al., 2005), indicando que o café Conilon se desenvolveria mais ao Norte.

Outro acontecimento de importância para o avanço da produção do café Conilon, com destaque ao Norte do Espírito Santo, pois incentivou a ampliação das lavouras ao Norte ainda na década de 1970, foi o viveiro particular de nome: Verdebrás, construído pelos irmãos Bastos, em São Gabriel da Palha. Hoje em dia ainda em funcionamento, esse viveiro adentrou a década de 1980 com a produção e vendas de mudas de café Conilon clonais, um desenvolvimento tecnológico que deixava já na década de 1980 as lavouras de café Conilon mais produtivas e capazes de gerar grãos com maior uniformidade, destaca Glazar (2005).

No ano de 1981, passada uma década do início dos plantios comerciais no Espírito Santo, o café Conilon chegou a 130 milhões de pés plantados, alcançando 290 milhões de pés na safra de 1982/83, sendo 205 milhões plantados no Norte, 60 milhões na região Sul e 25 milhões na região centro-serrana (Ferrão et. al., 2005 *apud* Paulino et al, 1984). Portanto, o Norte, que em 1961 tinha um número menor de pés de café, se comparado ao Sul, teria em 20 anos ampliado os plantios de café Robusta, representando 61% do número de pés de café Robusta, se comparado ao somatório do Sul e região Centro-serrana.

O Norte e Noroeste do Espírito Santo haviam sido povoados há poucas décadas, com migrantes de outras regiões e imigrantes, como foi o caso da família Glazar e de diversas outras que vieram da Polônia na década de 1930, ocupando terras, como em Águia Branca, distrito de São Gabriel, quando havia pouca infraestrutura. Esses imigrantes, como tantas outras famílias descendentes de imigrantes e que viviam no Sul do Estado, como agricultores de outros Estados, estavam em busca de novas terras, sendo que a ocupação se dava com plantios de café, como base financeira, junto com plantio de alimentos e outras culturas. Assim, uma erradicação desses cafés com poucas décadas de ocupação do Noroeste do Espírito Santo e em poucos anos de plantio trariam um impacto maior que incentivava ações que tendiam à manutenção da cafeicultura, com o café Conilon.

Diante disso, e das ações já apresentadas para a produção do café Conilon, a produção atingiu 100 mil sacas nas primeiras safras e a Real Café Solúvel S/A cumpriu seu compromisso, comprando cerca 75% da produção. Essa empresa foi projetada para a transformação de 100

mil sacas de café, processando atualmente 400 mil sacas, destaca Jônice Tristão, em entrevista à Gazeta (2012). Mas, para desenvolver o mercado era necessário ampliar a produção.

A segunda metade da década de 1975 iniciava com melhores condições para o café Conilon. Segundo Glazar (2005), os resultados da erradicação diminuíram a produção do café Arábica, somada às geadas do Sul do Brasil, tendo melhorado as condições de preço para o produtor de café Conilon. Tristão, em entrevista à Gazeta (2012), confirma que as geadas no Paraná modificaram o perfil da economia cafeeira, com importância crescente aos mercados futuros de Londres e Nova York. Para Glazar (2005), era preciso condições de crédito para gerar custeio e investimentos para aumentar a produção do café Conilon, já que havia o comércio para esse produto.

Com o mercado específico constituído, o zoneamento agrícola de 1963 não permitia custeios e investimentos públicos para a produção do café Conilon, mas com resultados da geada da década de 1970, que afetaram o Estado do Paraná, os preços aumentaram, apresentando oportunidades para ações de ampliação das lavouras de café Conilon. Em depoimento a Merlo (2012), Jair Coser¹⁸, que era membro do IBC representando os exportadores de café do Espírito Santo, relatou a importância das geadas e destaca que aproveitou para trazer ao Espírito Santo uma Comissão formada por membros do IBC no ano de 1975, para esses conhecerem a realidade do Espírito Santo.

Nesse período, Eduardo Glazar realizava sua segunda gestão na prefeitura de São Gabriel da Palha, ocorrido no período de 1973/1977, esse buscou apoio do então governador Arthur Gerhardt Santos, que dava continuidade aos projetos industriais no Espírito Santo, e aderiu ao apoio ao café Conilon. Destacando ainda os deputados federais Gerson Camatta e Oswaldo Zanello, e do Senador da República, Eurico Rezende, esses “[...] pressionaram o IBC, que logo depois iniciou os experimentos em minha lavoura, na Cachoeira da Onça. Os resultados foram excelentes, com boa produção, confirmando a resistência do Conilon à ferrugem e sua resistência à seca” (GLAZAR, 2005:194). Com o mercado e apoio de atores políticos, era preciso fazer o Estado mais presente com relação ao crédito, investimentos e assistência técnica.

Como resultado, conforme destaca Glazar (2005), o presidente do IBC no ano de 1975, Dr. Camilo Calazans e o Dr. José Carlos da Fonseca, foram apoiadores do financiamento do

¹⁸Jair Coser é presidente da Unicafé, exportadora de café. Foi presidente dos Centros de Comércio de café do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. Foi membro do IBC durante a década de 1970, período de construção do mercado do café Conilon.

café Conilon, este último vice-governador do Espírito Santo e posteriormente diretor de produção do IBC. Por fim, foi conquistado o apoio ao crédito rural para o café Conilon. O surgimento da cafeicultura Conilon é uma resposta à industrialização e à modernização, ao mesmo tempo em que a construção de seu mercado se valeu da própria dinâmica desses processos.

A cafeicultura que se manteve após o processo de modernização no Espírito Santo, não diferentemente de tantas outras culturas que se desenvolviam no Brasil, aderiu à necessidade de insumos e agrotóxicos para a produção e produtividade. Impactada pela lógica do aumento da produção e da produtividade nas mesmas áreas, diante de solos cansados para os plantios.

O crédito a partir da segunda metade da década de 1970 foi fundamental para que o café Conilon se destacasse em crescimento na década de 1980 (ROCHA e MORANDI, 2013). Igualmente foram à assistência técnica e a pesquisa de café Conilon, iniciadas pelo IBC nesse mesmo período. As relações que permitiram tais processos e que trouxeram atores sociais ligados ao Estado, desencadearam-se a partir das ações iniciais organizadas pelos atores sociais do Norte, que envolveram políticos e empresários no Estado. Isso trouxe destaque para a produção do café Conilon no Território Norte, como apresentado, as lavouras novas de café Conilon estavam em maior quantidade desde 1969, na parte Norte. Mas, com o desenvolvimento das ações, desencadeou-se um processo evolutivo de produção em ambos os Territórios, considerando o Norte com maior produção total, e o Sul com áreas que se ampliaram mais recentemente, como será analisado no subcapítulo sobre os Territórios.

Portanto, com relação ao Território Sul, mesmo que nesse tenha ocorrido à origem do plantio do café Conilon ainda no começo do século XX, foi preciso o desenvolvimento do mercado do café Conilon com ações vindas do Norte e principalmente o envolvimento do Estado para que as lavouras comesçassem a ser plantadas com fins mercantis. A assistência técnica e o crédito foram fundamentais para que os agricultores na parte Sul aderissem à produção do café Conilon. Dos 12 agricultores entrevistados no território Sul, 6 desses destacaram nas entrevistas o apoio do IBC para a introdução dos plantios comerciais do café Conilon.

Diferentemente de atores locais, com ações sociais locais para a produção, como desenvolvidas no Território Norte, foi o Estado, através da assistência técnica oficial e estatal e o crédito rural, conduzidos pelo IBC, que levou incentivos para plantios de café Conilon destinados ao mercado no território Sul, na segunda metade da década de 1970. Ou seja, como

resultados da inserção do café Conilon no mercado e das ações dos atores sociais do Norte, que foram inseridas estruturas estatais no processo produtivo do café Conilon.

Eu pegava um pranchão com estrume de boi verde e colocava areia, semeava o café e cobria com capim meloso. Covamos e marcamos a área em 40 cm de cova, punha calcário, supersimples e 20 litros de esterco na cova, o Dr. João dizia, é 4 metros por 3 metros a distância entre covas para não encostar, quando ele chegou a área estava preparada, mas tinha um trecho que encostava, ele dizia, assim não é o correto para financiar (AGRICULTOR SUL – 5).

Os investimentos em lavouras de café Conilon, através do acesso ao crédito rural, exigiam do agricultor a adesão às tecnologias com fins a resultados produtivos. Buscava-se garantia da produção do café, no intuito de ampliar a produção. As ações iniciais dos atores sociais de São Gabriel da Palha, somadas às de empresários e políticos levaram ao apoio estatal e ao impacto da modernização agrícola na produção de café Conilon.

Houve avanços para a produção do café Conilon, com destaque à ocupação de áreas produtivas, na produção, no comércio, na possibilidade de crédito financeiro, do apoio da assistência técnica e da pesquisa, com impacto sobre o mercado do café Conilon, que se expandiria diante de dinâmicas mercantis e de apoio estatal. Sobretudo, com o avanço da pesquisa e assistência técnica nas décadas seguintes. Desde então, o café Conilon se tornava a principal cultura agrícola para o rural do Espírito Santo, no que tange a produção, a geração de renda, e da ocupação da mão de obra, sendo que ainda encontra-se produzido em grande parte por agricultores de base familiar.

7.3.1 Considerações sobre o desenvolvimento do café Conilon após a construção social de seu mercado

Estando constituído um mercado específico para o café Conilon, para seu desenvolvimento ocorreram novas ações, relações sociais, o ingresso do Estado e suas instituições. Mesmo considerando que o desenvolvimento desse mercado seja contínuo é relevante destacar a ocorrência desses acontecimentos e seus desdobramentos, sobretudo da importância das relações sociais e econômico-mercantis mantidas entre agricultores e diferentes atores locais e regionais. Essas relações se estruturaram no mercado do café Conilon no Espírito Santo, desde o final do século XIX, tendo em seu centro a pequena propriedade. A formação

de estoque pelo agricultor ou pelo intermediário, as vendas a empresas locais compradoras de café, o uso do café como moeda de troca, constituem instâncias estruturantes do mercado do café Conilon nos municípios produtores.

A partir da segunda metade da década de 1970, a erradicação do café Arábica, somada às geadas do Sul do Brasil, melhoraram as condições de preço para o produtor de café Conilon (GLAZAR, 2005). Em entrevista à Gazeta (2012), Jônice Tristão, proprietário da empresa processadora Real Café, confirma que as geadas no Paraná modificaram o perfil da economia cafeeira, com importância crescente nos mercados futuros de Londres e Nova York. As condições de crédito de custeio e investimento para o café Conilon (GLAZAR, 2005), num cenário econômico favorável, paralelo à redução da produção do café Arábica, impulsionaram a produção de café Conilon para o mercado, amparadas em novas relações sociais e no envolvimento do Estado.

Com a possibilidade de ampliar a produção e o mercado, era preciso romper o zoneamento agrícola realizado no ano 1963, durante a erradicação, o qual não permitia incentivos do Estado para a produção do café Conilon (MERLO, 2012), indicando a importância do café Conilon, como resposta aos problemas gerados pela erradicação. Em depoimento a Merlo (2012), Jair Coser¹⁹, então membro do IBC representando os exportadores de café do Espírito Santo, relatou a importância das geadas e seu impacto para o mercado e destaca que aproveitou para trazer ao Espírito Santo uma Comissão formada por membros do IBC, em 1975, para conhecerem as consequências da erradicação e os benefícios do café Conilon para os agricultores do Espírito Santo.

Nesse período, Eduardo Glazar, ex-prefeito do município de São Gabriel da Palha, em parceria com o Dr. Dário Martinelli, desenvolveram ações para a produção e comércio do café Conilon no período de 1973 a 1977. A estratégia para o desenvolvimento desse mercado se baseou em relações sociais com lideranças políticas, a exemplo do então governador Arthur Gerhardt Santos, que estimulava projetos industriais no Espírito Santo, angariando apoio ao café Conilon, dos deputados federais Gerson Camata e Oswaldo Zanello, e do Senador da República, Eurico Rezende. Estes “[...] pressionaram o IBC, que logo depois iniciou os experimentos em minha lavoura, na Cachoeira da Onça. Os resultados foram excelentes, com

¹⁹Jair Coser é presidente da Unicafé, exportadora de café. Foi presidente dos Centros de Comércio de café do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. Foi membro do IBC durante a década de 1970, período de construção do mercado do café Conilon.

boa produção, confirmando a resistência do Conilon à ferrugem e sua resistência à seca” (GLAZAR, 2005:194).

Como resultado, conforme destaca Glazar (2005), o presidente do IBC em 1975, Camilo Calazans, e o José Carlos da Fonseca, vice-governador e posteriormente diretor de produção do IBC, apoiaram o financiamento do café Conilon a partir da segunda metade da década de 1970. Com crescentes possibilidades de apoio à ampliação da produção do café Conilon, Eduardo Glazar assumiu posto no conselho diretor do IBC, representando o Espírito Santo, estando à frente de ações e relações sociais e políticas e da política nacional para o café.

Por fim, as relações sociais constituídas junto a atores de influência política fizeram com que o Estado, através de suas instituições políticas, técnico-científicas e financeiras, incluísse o café Conilon como alvo das políticas públicas de crédito rural, da assistência técnica, extensão rural e da pesquisa, resultando em aumento da produção e desenvolvimento do seu mercado, como destacado neste subcapítulo. Essa repercussão foi bastante visível no Território Norte, onde o café Conilon tem sido a principal atividade agrícola, se propagando também nas demais regiões do estado e do Brasil.

Mesmo considerando que a região Norte tenha sido pioneira no mercado do café Conilon com as ações de atores locais e com plantios novos e produtivos, as relações sociais e as instituições foram fundamentais para avançar a produção. Era preciso o crédito rural, destacou Glazar (2005). Mesmo que o café Conilon fosse cultivado no Território Sul, sua expansão só se deu a partir do desenvolvimento desse mercado, das relações sociais formadas no Território Norte, envolvendo o Estado e suas instituições.

Na década de 1970 fizemos a renovação, mas a cúpula do IBC no Rio achava que o café Conilon não dava bebida, e houve muita força política até que o Conilon foi financiado. O senhor Luiz Machado da Fazenda das Flores, em Castelo, foi um dos primeiros a fazer os projetos do IBC aqui no Sul. Isso no meado de 1970, e na Fazenda Flores começou com uns 20.000 pés, depois mais 30.000, e não 50.000, como ele queria, depois me agradeceu (AGRÔNOMO – IBC).

No Território Norte, destaca-se ações de atores sociais locais no incentivo direto à produção do café Conilon, enquanto no Território Sul, a adesão dos agricultores para a produção voltada ao mercado do café Conilon advém da presença de instituições e de atores sociais representantes do Estado, como o técnico do IBC, gerando assistência técnica oficial e o crédito rural, propiciando um interesse crescente no plantio dessa cultura “[..].meu Pai foi o primeiro a

plantar café Conilon aqui, em 1975, ele já tinha o comprador, e o IBC quem fazia o contrato para investimento no banco” (AGRICULTOR SUL – 9).

Pecuária de leite e corte, pois o terreno estava exaurido, e outras culturas não ficavam bem. Mas, bem incipiente. O café voltou, o café retorna na década de 1970 com o IBC e renovação do parque de café, 450 metros para baixo incentivaram o Conilon, para cima o Arábica (AGRICULTOR SUL – 10).

A partir da segunda metade da década de 1970, a modernização da agricultura, através dos investimentos com o uso do crédito rural para lavouras de café Conilon, exigiam do seu produtor investimentos e adesão às tecnologias, para aumentar a produção e participar do seu mercado de forma bem sucedida.

Eu pegava um pranchão com estrume de boi verde, e colocava areia, semeava o café e cobria com capim meloso. Covamos e marcamos a área em 40 cm de cova, punha calcário, supersimples e 20 litros de esterco na cova, o Dr. João dizia, é 4 metros por 3 metros a distância entre covas para não encostar, quando ele chegou a área estava preparada, mas tinha um trecho que encostava, ele dizia, assim não é o correto para financiar, e não será possível financiar. Eu disse que estava bom, plantamos assim mesmo, ele nos disse que iria tombar, mas isso não ocorreu, cresceu (AGRICULTOR SUL – 5).

Similar ao que ocorreu em nível de Brasil, no Espírito Santo, embora o processo de modernização tenha afetado mais diretamente as grandes propriedades onde predominavam a pecuária, a cana de açúcar e o reflorestamento com eucalipto, atingiu também a cafeicultura organizada nos padrões da pequena propriedade familiar. Dada a importância do café Conilon, o crédito alavancou a produção por agricultores de base familiar, também atraído por um mercado estruturado.

Se o fortalecimento do mercado do café Conilon foi uma resposta ao impacto da modernização, por outro lado a consolidação dessa atividade foi amparada pelos próprios mecanismos da modernização da agricultura, como o crédito rural, assistência técnica, a extensão e da pesquisa. Mas, o desenvolvimento desse mercado se baseou nas estruturas fundiárias e de trabalho, as quais, ao longo da história do café, permitiram seu cultivo, aliadas às relações sociais e econômico-mercantis que envolvem uma diversidade de atores e empresas, como comerciantes locais e regionais. Por fim, conforme os interesses das estruturas, essas se organizam com uma produção diversificada tendo também a produção de café, gerando

condições adequadas para que o agricultor tenha condições de venda do café quando a ele se mostra interessante, até mesmo pela existência de demais produtos, o que permitia condições melhores para permanência em um mercado tradicional e organizado, como o do café no Espírito Santo, que envolve demais atores sociais.

Com a maior inserção de organizações do Estado, foi possível difundir e ampliar plantios e produção de café Conilon nas regiões agricultáveis abaixo de 400 metros no Espírito Santo, sobretudo nas regiões distantes de sua origem comercial e atender ao mercado que ampliava. Inicialmente, o IBC, enquanto órgão que dirigia a política para o café, foi a instituição estatal responsável por inserir as bases da modernização a favor da ampliação da produção do café, através do projeto de crédito rural, da assistência técnica e da pesquisa, sobretudo no Norte do Espírito Santo.

A pesquisa do café Conilon feita pelo IBC começou por volta de 1973. O Adelson Paulino, que trabalhou comigo, começou o trabalho de clonagem no Norte, na cidade de Marilândia. As pesquisas evoluíram muito e o Incaper deu uma continuidade muito boa. Essa pesquisa começou no Norte e a irrigação também. O Norte, nesse sentido, é mais desenvolvido (AGRÔNOMO – IBC).

No entanto, a partir da década de 1980 iniciavam-se processos de desmantelamento do IBC, sendo que no começo da década de 1990 houve a extinção do órgão, no governo do presidente Collor. Mas, como será destacado no próximo subcapítulo, desde os primeiros anos da década de 1980, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (EMCAPA) estavam envolvidas com a assistência técnica e a pesquisa do café Conilon. Afinal, havia demanda de distintas regiões do Espírito Santo, e a própria importância histórica e social envolvida nesse mercado, com destaque à comercialização. “Na metade da década de 1970 e vai até a década de 1980 com o apoio do IBC, depois o IBC perde força, e paramos de financiar. E o agricultor começou a plantar onde queria, e com recurso próprio. A partir da década de 1980 começou uma queda no IBC, faltava gasolina, apoio aos escritórios. Antes disso os pés plantados eram sem orientação e tudo morro abaixo. Tinha comercialização, mas com o preço sempre aquém do Arábica” (AGRÔNOMO – IBC).

Se ao longo da história do Espírito Santo os agricultores estavam envolvidos em relações econômico-mercantis, com o café Conilon não foi distinto, para as quais contaram com

organizações presentes nas dinâmicas de produção e comercialização. Essa ocorre local e regionalmente, até a indústria e a exportação, considerando que o café Conilon atende principalmente à indústria nacional, como será apresentado.

As relações econômico-mercantis destacam o próprio agricultor como ator das relações comerciais do café Conilon, juntamente com empresas locais e cooperativas atuantes na compra e venda para a indústria. Apenas recentemente, tem-se a entrada de grandes empresas internacionais, que realizam compras de café Conilon de empresas menores e de Cooperativas. Esses compradores, em seus distintos formatos, mantêm no município as mesmas características historicamente construídas, numa diversidade de atores presentes no comércio do café Conilon, cujas ações têm extrapolado os limites de suas localidades. Nessa relação, é possível, diante das particularidades, estocar e buscar o ganho com a oscilação do preço.

Hoje, vendo para a cooperativa, para a Cafesul que fica em Muqui, mas não vendo 100% do meu café para lá, vai depender do mercado. Ela trabalha com contratos futuros, que é programado o preço, pagam até 14% a mais do preço se tiver no futuro um preço maior que fechei e ainda podem destinar parte do prêmio do “*Fair Trade*”, se o preço do futuro tiver muito maior do que combinei. Mas, eu prefiro guardar sempre um pouco para vender quando o preço sobe. Quando deixo na Cafesul vendo por lá, por isso tenho uma tulha aqui, para guardar uma parte do meu café (AGRICULTOR SUL – 7).

Dos diversos atores envolvidos com o mercado do café Conilon o agricultor não se limita à produção, influenciando na comercialização, diante de fatores como quantidade produzida, estocagem, oferta e demanda. Com a possibilidade de armazenagem e com a produção de outros produtos e, diante de suas necessidades financeiras, o agricultor tende a esperar o melhor preço para comercializá-lo. Da mesma forma, os demais atores e organizações envolvidas com o comércio local, que permitem o café chegar aos compradores de maior porte da região ou do Estado ou mesmo de fora; e destes até a indústria da transformação.

Hoje eu vendo pra cooperativa, pra Coopeavi, que tem um sistema de troca e para um comprador que tem um galpão aqui na região. Ele vende para pelos menos mais uns dois ou três de um município vizinho daqui, de Venda Nova (AGRICULTOR SUL -5).

É preciso compreender as particularidades que envolvem o comércio neste mercado. Desde o agricultor na condição não apenas de produtor, mas diante do comércio, de atores como

o corretor e atravessador, das empresas particulares e cooperativas. Uma característica comum é a participação de atores que intermediam o processo até empresas compradoras e a indústria processadora. É comum entre essas a condição de agricultor e a prestação de serviços a demais agricultores, que não possuem sistemas de secagem e de pila do café, uma prática também realizada por empresas, sobretudo as cooperativas que prestam serviço a seus associados.

Os atores sociais envolvidos diretamente no comércio, também secam e pilam o café em maquinários, e por fim devolvem ao agricultor, quando não há interesse na compra. Seus armazéns são utilizados para estocagem de café adquirido dos agricultores, ou apenas alugado por estes, à espera de melhores preços. Os comerciantes podem, num segundo momento, comprar o produto estocado, de acordo com as condições de mercado. Para o serviço de secagem e pila realizadas pelo prestador de serviço, e possível comprador, é cobrado um percentual, pago em sacas de café, que oscila entre 8 a 10% da quantidade de saca que deu entrada.

O pequeno produtor tem que vende mais perto mesmo, pois ele não tem condição de vender pro grande que está em Colatina ou Vitória. E aqui eles pagam na hora, na capital pagam no dia seguinte. O atravessador já compra vendido, não armazena muito café não, é um risco. Mas, o meu tá aqui no seu Zé, pois pilou a pouco e quando eu precisar vou vender (AGRICULTOR NORTE – 11).

Como destacou um dos agricultores entrevistados envolvido com essas relações econômico-mercantis, “hoje eu seco para muita gente, eu seco e compro algum café. Armazeno, mas muita gente busca ou eu levo, às vezes vendem para outro ou trocam por adubo e fazem comércio” (AGRICULTOR NORTE – 11). Outra característica deste mercado, para além da diversidade de compradores, é a liquidez que permite compreender o café como moeda, permitindo dinheiro à vista a quem o possui, como a troca por outros bens e produtos que lhe são de interesse.

Há uma relação econômico-mercantil, com uma diversidade de compradores e possibilidades de negócios, que envolve condição de estocar, de vender quando considera o preço adequado e da liquidez monetária que o café possui. É um mercado que permite pagamentos em dinheiro a vista, ou o uso do café como moeda de troca.

No café tenho preço, é moeda, e vendo o ano todo quando preciso, já a banana tem período que não tem o mercado, ela é vendida para Campos no Rio de Janeiro. Se eu botar um saco de café nas costas, antes de eu chegar na cidade tá vendido, para mim é

poupança, e se ele tá 400 reais em dois meses pode chegar a 450, e nenhuma poupança dá isso. Meu café fica na Café Sul, quando preciso vender é só ligar e o dinheiro tá na conta (AGRICULTOR SUL – 1).

Para além do pagamento a vista, a liquidez permite o uso do café como moeda, sendo aceito em relações comerciais locais na aquisição de bens, principalmente bens duráveis ou bens imóveis. Portanto, as relações sociais e econômico-mercantis que sempre envolveram o café, ao longo de sua história no Espírito Santo se fazem presentes com o desenvolvimento do mercado do café Conilon.

É uma questão cultural onde as famílias se estabeleceram nas propriedades e constituíram suas famílias tendo o café como base econômica, bem diferente de outras culturas que não possuem uma estabilidade de produção e financeira, como as frutas. Além disso, o café é moeda de troca, só falta comprar roupa com café, compra-se carro, propriedade rural, muitas vezes não se fala em dinheiro, mas quantas sacas, ao produzir sabe-se que tem mercado certo. E ao produzir pode guardar e vendendo aos poucos. A própria pimenta teve que chegar, teve que ir subindo para entrarem, e agora tá 8 reais o quilo, já tendo chegado a 30 reais (INCAPER – JAGUARÉ).

Considerando os agricultores entrevistados, tanto no Território Sul quanto no Norte, todos os agricultores destacaram a existência de compradores locais, informando que realizam comércio com diversos compradores locais ou regionais, com destaque as cooperativas. Também destacaram relações econômico-mercantis com mais de um comprador, em distintos formatos. Como exemplo das possibilidades e gamas de venda que realiza o agricultor dentro da região, tem-se o seguinte: “Hoje eu vendo para um comprador de Venda Nova do Imigrante, tem outro aqui de Castelo que também vendo, e tem até um menino aqui da região que tá forte e vem comprando” (AGRICULTOR SUL – 6).

Entre os citados pelos agricultores entrevistados, devem ser mencionados os atores sociais que fazem corretagem ou compram, intermediando para empresas, empresas particulares, na qual é comum o agricultor destacar o proprietário da terra, devido à confiança, além das Cooperativas. Esses vendem para outras empresas, situadas em médias e grandes cidades, ou diretamente para a indústria transformadora. Nesse último caso, é destaque o comércio realizado pelas pessoas jurídicas localizadas nos Territórios, com influência das Cooperativas de café Conilon.

As relações econômico-mercantis constituem-se de acordo com os interesses dos agricultores, havendo destaque ao preço pago no ato da negociação e a facilidade para negociar diante da diversidade de compradores, considerando a liquidez do café Conilon. Em ambos os Territórios, ao serem perguntados sobre as dificuldades para realizar a venda, todos os agricultores afirmaram não haver qualquer dificuldade para comercializar o café Conilon.

Antes o café era vendido para os municípios de Colatina e Linhares, tem também pessoas físicas aqui, corretores que compram para empresas de Linhares, tem a OLAM, o Nicolli e a Coaabriel que implantou uma loja física ano passado (AGRICULTOR NORTE – 12).

Mesmo considerando as oportunidades diversas de comércio no café Conilon e o interesse diante do melhor preço por parte do vendedor, entre os agricultores entrevistados, de ambos os Territórios, todos que comercializaram com apenas um comprador citaram as Cooperativas de café Conilon. São relações econômico-mercantis que garantem a busca do café na propriedade rural, estocagem do café Conilon, prestação de serviços, como assistência técnica particularizada, repasses de mudas clonais e de produtos agrícolas do processo de produção e de uso da propriedade rural em geral, podendo ser comercializadas tendo o café como moeda. As três Cooperativas que possuem atuação no Território foram entrevistadas, mantêm relações econômicas mercantis com diferentes empresas compradoras e indústrias processadoras de café em todo o Brasil, com influência sobre o mercado do café Conilon.

Nas ações intermediárias para o comércio que envolve o cooperativismo empresarial no café Conilon, a primeira iniciativa foi desenvolvida pela Coaabriel, com matriz em São Gabriel da Palha e atuação no Território Norte e no Estado da Bahia. Posteriormente, seguida por outras cooperativas de café Conilon nos Território de análise da tese, além da Coaabriel, existe a Cooperativa Centro Serrana (Coopeavi), com atuação em ambos os Territórios, e a Cooperativa dos Cafeicultores do Sul, do Sul do Espírito Santo (Cafesul), com atuação no Território Sul.

A Coaabriel surgiu “[...] da necessidade de buscar alternativas às dificuldades, sobretudo dos cafeicultores, que na época já detinham um grande parque cafeeiro de variedade arábica na região” (MERLO, 2012: 37). Fundada em 1963, o objetivo inicial foi dar suporte e organizar o comércio do café, sendo relevante deste a origem do mercado do café Conilon, a única variedade comercializada em quase toda a região Norte do Espírito Santo. Assim, depois da erradicação do café Arábica, ela o assumiu enquanto produto e contribuiu com o desenvolvimento de seu mercado. Quando de sua fundação havia 37 cafeicultores, a cooperativa

disponibilizava um setor de consumo, nos moldes de uma mercearia, serviço de comercialização e beneficiamento de café (MERLO, 2012; COOABRIEL, 2017).

Essas condições mercantis do café Conilon são de grande relevância para a pequena propriedade, ultrapassando a simples relação com o preço. Desde sua criação a Coabriel desenvolveu relações mercantis através da oferta de bens manufaturados e de acesso ao agricultor, tendo o café como vínculo estrutural com os produtores. Com a modernização da agricultura, essa cooperativa desenvolveu relação econômico-mercantil com o agricultor suprindo mudas clonais, insumos e agroquímicos em geral, e garantindo assistência jurídica e técnico-agronômica aos produtores associados. Ao mesmo tempo, usava o comércio de café como a principal via para seus negócios de processamento e armazenagem (MERLO, 2012).

Com o aumento da produção de café Conilon, a Coabriel possui atualmente mais de 5.296 associados, possui um viveiro de mudas, jardim clonal e uma fazenda experimental/modelo no município de São Domingos do Norte, próximo à cidade de São Gabriel da Palha e serviços de análise de solo. Mantém diversas estruturas físicas distribuídas no Espírito Santo e Bahia, como armazéns para granelização, escritório e lojas físicas para comercialização e serviços, denominadas por “Cooabricampo”. Estrutura semelhante foi instalada por essa cooperativa nos municípios de Alto Rio Novo, Nova Venécia, Boa Esperança, São Mateus, e Itabela, e Camacan na Bahia

A Coopeavi teve início no ano de 1954, no município centro serrano de Santa Maria de Jetibá, com o nome de Cooperativa Avícola, tendo como principal atividade a produção de ovos, condição que mantém até os dias de hoje com unidades no Espírito Santo, Bahia e Minas. Hoje em dia possui atuação em quatro unidades: agropecuária, com destaque a produção agrícola, com horticultura, fruticultura e florestamento; avicultura; nutrição animal e café, ao todo são 11.380 sócios. No ano de 2002 a Cooperativa passou a se chamar Cooperativa Centro Serrana, mantendo a sigla original. Anteriormente, em 2000, considerando que seus associados também são produtores de café, iniciou as atividades no ramo de café Arábica e Conilon (COOPEAVI, 2017).

No Sul, o município com maior número de cafeicultores que são sócios é Castelo, e no Norte, todos os municípios citados temos atuação, mas destaco os municípios de Vila Valério e Jaguaré, mas praticamente estamos em quase todos os municípios com café Conilon (GERENTE- COOPEAVI).

A Coopeavi tem armazéns para estocagem para café nos municípios Centro Sul de Santa Maria de Jetibá, Afonso Cláudio e Venda Nova do Imigrante, esse último atendendo à região de Castelo, e ao Norte, no Município de Vila Valério. “Do total de mais de 11.000 mil sócios, um total de 5.000 são produtores de café, um total de 65% são produtores de café Conilon e 35% de café Arábica.” (GERENTE-COOPEAVI).

A Cafesul “possui hoje em dia 160 cooperados, dsitribuídos em 8 municípios, Muqui, Mimoso do Sul, Atílio Vivacqua, Anchieta, Iconha, Jerônimo Monteiro, Cachoeiro de Itapemirim” (GERENTE-CAFESUL). Tem atuação e sócios nos municípios do Território Sul de análise da Tese, com excessão do município de Castelo, sendo a única cooperativa de café Conilon em atuação no Brasil com certificação “*fair trade*”, destaca o Gerente.

A maior parte dos sócios é de Muqui e Mimoso do Sul, e 95% do que trabalhamos é café Conilon, e ajudamos aos sócios, operacionalizando com um carro a entrega de alimentos da Política Pública do Programa de Aquisição de Alimentos e da Alimentação Escola, o PAA e o PNAE, mas como são alimentos nós não armazenamos, apenas entregamos com o carro (GERENTE DA CAFESUL).

Com sede e armazem no município de Muqui, suas atividades iniciaram em 1998, com 20 sócios, “mas de 1998 até o ano de 2002 ela ficou sem comercializar, resolvemos retomar e aos poucos ela foi andando” (PRESIDENTE-CAFESUL). Destaca-se tanto a conquista da certificação “*fair trade*” e o apoio de programas e projetos, a partir do ano de 2008, para montar uma estrutura de beneficiamento, armazenagem e transporte teve o apoio do “projeto Desenvolvimento Local e Regional Sustentável, da fundação Banco do Brasil, recursos ministeriais, da Secretaria Estadual de Agricultura e da área que foi cedida pela prefeitura” (PRESIDENTE CAFÉ-SUL).

Com a cerificação “*fair trade*” é pago um prêmio por saca vendida, não considerada no preço pago ao sócio, sendo mantida a assistência dada aos sócios, “com isso pagamos a assistência técnica e ambiental, e o cooperado passa por um “*chek list*” que existe, sendo enquadrado ou adequado” (GERENTE-CAFE SUL). Portanto, o foco para além do ambiental também é a qualidade, “com o planejamento estratégico do ano de 2010 focamos o nich de café fino, em Belo Horizonte um café Conilon nosso deu 84 pontos e ficou em 4º lugar em meio a café Arábica.” (PRESIDENTE CAFÉ-SUL).

Com relação às relações comerciais mantidas pelas Cooperativas, foi possível identificar a formação dos preços e os compradores. Mesmo com o objetivo de enfatizar um nicho de

mercado diferenciado das demais Cooperativas, que atuam no mercado convencional, e tendo comércios *Fair Trade* e *Triple A*, para o programa da Nestlé, a Cafesul também realiza vendas para o mercado convencional.

O convencional vendemos para a Old, a G Café e a Astolfo que é daqui de Mimoso do Sul, também fechamos micro lotes, mas é para café fino. Com a certificação '*fair trade*' vendemos para outras empresas, e a Cafesul possui um preço mínimo diante da certificação, chegando de 15 a 20% do valor do convencional, tem por destino a Cacique, de Londrina, que faz o Café Pelé, e também a Cocan, em Catanduva, São Paulo, essas também exportam o café em solúvel, e a Eisa Interagrícola S/A que compra para a Nestlé (GERENTE-CAFESUL).

Sendo destacados lotes de café fino.

No comércio de café fino o preço chegou a 100 reais a mais que o preço convencional no último ano, isso com a venda para o *Triple AAA* da Nestlé, ainda há algum comércio de micro lotes de cafés finos para pequenas cafeterias, como feito para a Brasília de Chapecó, Santa Catarina, mas os focos são containers de 320 sacas (GERENTE- CAFESUL).

Distintamente da Cafesul e com maior volume de estoque, as relações comerciais da Coobriel e da Coopeavi são dirigidas ao mercado convencional do café Conilon, com destaque ao mercado nacional de solúveis e torrefadoras. Não distintamente, a formação de preço em ambas consideram o preço em vigor no mercado com rebate sobre os custos gerados, “Considera-se o preço diário, por exemplo, se hoje é 420 reais vai ser retirado o custo e pago o restante ao produtor. Usamos o mercado físico, a bolsa de Londres desvincula-se desse” (GERENTE-COOPEAVI).

Com relação aos custos, como citado, é considerado um custo em que se leva em conta “transporte, armazenagem, quebra de peso mensal, taxas administrativa e financeira, pois as indústrias pagam em meses e eu pago ao agricultor a vista, tem ainda a logística de venda, o que gera um custo em torno de 12% do valor físico” (GERENTE-COOABRIEL). A diversidade de compradores, desde a corretagem a empresas particulares que comercializam o café, a estocagem e a liquidez que existe no mercado do café Conilon. É interessante ao agricultor para possibilidade de comércio, garantindo equilíbrio ao preço diante de um mercado físico, e da existência de grandes compradores e estoques.

No tocante ao mercado convencional, na Coopeavi foram identificadas seguintes empresas “a Nestlé, o café Três Corações, a JB Master Blends, que é multinacional, a Melita, a

Maratá e a Tristão/Real café”. (GERENTE- COOPEAVI). Não diferente, foram todas essas citadas pela Cooabriel, “Vendemos para a Maratá, que é em Sergipe, a Melita em São Paulo, a Nestlé e a JB, em Vitória tem a Real Café, em Colatina e em Nova Venécia tem a OLAM e a Louis Dreyfus”(GERENTE- COOABRIEL). Com diferença destas duas multinacionais que adentraram mais recentemente na Região Norte do Espírito Santo.

Entretanto, diante dessas maiores compradoras de café Conilon, há diversos compradores locais que intermediam compras e o próprio agricultor, enquanto ator no comércio, busca o controle sobre a venda de sua produção. Devido à importância do café no Espírito Santo para as relações sociais, ele tende a estocar ou buscar outros meios.

Os produtores de café Conilon no Espírito Santo não possuem tradição ou cultura de “travar preço”, o agricultor está sempre na busca do melhor preço, vende de acordo com sua necessidade e prefere a entresafra, esperando o preço melhor, prefere pegar dinheiro no banco a juros se precisar do que vender o café no preço do dia para entregar, travando o preço (GERENTE-COOPEAVI).

Tanto o gerente da Coopeavi quanto da Cooabriel destacaram a falta de interesse na venda de café Conilon no mercado futuro.

O Conilon não criou o hábito de travar o preço, não criou esse hábito, nós fazemos muito pouco, não é expressivo não, o produtor gosta de especular, ele senta em cima do café e quando vem o preço bom ele vende, alguma coisa de travar o preço o pessoal faz em Dezembro e Janeiro, para entregar em Maio, quando ele não tem café para vender e é entresafra, pois é quando o café sobe um pouco. Se ele tem café, ele faz estocagem, vai ao Banco, pega o Funcafé e espera o preço subir, aí vende e paga ao Banco (GERENTE-COOABRIEL).

Entretanto, as razões para isso encontram-se respaldadas pela importância econômico-financeira do café ao longo da história, tendo sido a principal atividade da manutenção familiar. Em que se destaca a diversidade de comércio que podem ser realizados com esse produto, da possibilidade do ganho caso o preço aumente, num mercado bem estruturado, com liquidez e garantia de vendas e negociações. Isso permite a permanência dos agricultores no mercado do café Conilon.

Com o desenvolvimento desse mercado, desde 1980 ocorreram aumentos contínuos de produção e a produtividade por área plantada aumentaria na década seguinte, em função de melhorias tecnológicas e uso de insumos industriais. No que tange à agricultura em geral, a

modernização na década de 1970 e a própria renovação dos parques cafeeiros, tinham por meta a expansão da produção com a redução de áreas. No caso do café Conilon, o uso de agroquímicos para o aumento da produção e da produtividade foi uma condição necessária.

Na década de 1990 ocorriam aumentos consideráveis da produção mundial do café, como um todo, com impacto sobre a demanda e o preço do produto (FASSIO e SILVA, 2007 apud SAES e NAKAZONE, 2002), recuperando-se no começo do século XXI (FASSIO e SILVA, 2007). Mas, como apresentado ao longo da tese, o café teve momentos de oscilação de preços, as quais não levaram ao abandono da atividade. Afinal, há investimentos, relações históricas, sociais, culturais e econômicas que influenciam a sociedade e que garantem o interesse permanente pela atividade.

Com relação ao Conilon em produção no mundo, por volta da década de 1990 o Vietnã apresentou um vertiginoso crescimento na produção, que se manteve, firmando-o como principal produtor mundial, seguido pelo Brasil, como segundo produtor mundial, ambos com produções cada vez mais crescentes. Analisando dados de produção mundial do ano de 2006, é possível verificar que o Vietnã e o Brasil representam, respectivamente, 34,67% e 23,07% da produção mundial do café Conilon, sendo seguidos pela Indonésia, com 13,43% (FASSIO e SILVA, 2007 apud USDA 2007). O Espírito Santo, maior produtor de café Conilon e segundo produtor de café em geral no Brasil, produziu nesse mesmo ano 72,4% da produção brasileira, seguido por 13,3% produzido em Rondônia (FASSIO e SILVA, 2007 apud CONAB, 2007). Somados, esses dois Estados, somam 85,7% da produção brasileira, expondo o Brasil como segundo maior produtor de café Conilon do mundo.

No que diz respeito aos aumentos de produção no Espírito Santo, sobretudo a partir de 1990, duas décadas após as primeiras ações pró-mercado do Conilon, o Espírito Santo produzia 2,4 milhões de sacas de café desta variedade e 980 mil sacas de café Arábica, quase 300% maior que o segundo. No ano de 2012, o café Conilon chegou à produção de 9,7 milhões de sacas, superando em 400% a produção ocorrida uma década antes, um crescimento similar ao café Arábica para as mesmas datas, que apresentou em 2012 um total de 2,7 milhões de sacas (MERLO, 2012 apud CETCAF/CONAB 2012).

A importância da cafeicultura Conilon no Espírito Santo não está apenas em crescentes produções, com safras 350% maiores que do café Arábica, como observado em 2012, mas por se desenvolver em pequenas propriedades, segundo condições históricas. O café Conilon é produzido em cerca de 40 mil propriedades, e envolve em torno de 209,4 mil trabalhos diretos no campo. “Destaca-se que, a mão de obra utilizada na atividade é composta por 47% de

proprietários, 47% de parceiros rurais e apenas 6% de empregados” (FASSIO e SILVA, 2005: 46 apud TEIXEIRA, 1998; DE MUNER et. al., 2003; PEDEAG, 2003; FONSECA et. al., 2004).

Do ponto de vista de sua distribuição regional, o café Conilon é produzido em 82% dos municípios do Espírito Santo, 64 municípios de um total de 78 (SOUZA DA SILVA et. al. 2017). As maiores áreas plantadas continuam na região de plantios pioneiros, na região Norte do Espírito Santo, mas se desenvolve também em regiões ao Sul, com destaque aos municípios que formam o Território Sul, como verificado na análise territorial feita pela Tese. Conforme Merlo (2012), assim a cafeicultura se torna a base econômica para 80% dos municípios do Espírito Santo e responde por 43% do PIB agrícola, envolvendo 130 mil famílias de agricultores, com uma média de plantios de 8,3 hectares, fazendo-se presente nas pequenas propriedades familiares conduzidas pelas estruturas de trabalho como no decorrer da história foram produzidas.

A importância do café Conilon foi ratificada pelas informações obtidas nas entrevistas relativas às políticas públicas dirigidas ao rural do Espírito Santo. Todos os agricultores entrevistados destacaram que a principal política pública para o meio rural estão dirigidas à cultura do café, destacando resultados da pesquisa que levaram ao aumento da produção e da produtividade por área, bem como a ação contínua dos atores envolvidos com a assistência técnica e a extensão rural.

Representações da coordenação de pesquisa e do café do Incaper enfatizaram ser o café Conilon a atividade agrícola que nos dias de hoje tem maior foco de ação da extensão rural e da pesquisa agropecuária.

O Conilon, pois é atividade de maior expressividade econômica e social, pela produção, é cerca de 70% da produção capixaba, e o segundo ponto é que ele envolve mais pessoas. Ele se torna expressivo, pois enquanto o café Arábica está em 49 municípios, o Conilon está em 64; enquanto o arábica está entorno de 25.000 propriedades, o Conilon está em 40.000, envolvendo 78.000 famílias, sendo que o arábica envolve 53.000. Assim, o Conilon vem se tornando a cada dia uma atividade economicamente e socialmente mais importante. As pesquisas com o café Arábica estão em todo o Brasil e são realizadas há mais tempo, e o Conilon é mais recente. O Espírito Santo se destaca por dar ênfase nas pesquisas com o Conilon sendo o Incaper referência no cenário capixaba e brasileiro (COORDENAÇÃO/CAFÉ - INCAPER).

Portanto, diante do desenvolvimento do mercado do café Conilon e de sua importância através dos resultados socioeconômicos para a agricultura de base familiar do Espírito Santo, torna-se relevante compreender as políticas públicas que o envolve. As ações iniciais voltadas à assistência técnica, à extensão rural e a pesquisa para o café Conilon tiveram início de forma a envolver esse mercado, conforme apresentado. Durante a década de 1970 e início da seguinte, eram atribuída ao IBC tais realizações.

É uma cultura diferente das outras, pois tem uma história que se consolida no Espírito Santo, aparece através do IBC e a parceria com a Emcapa, a partir da mudança, da cisão da Emater e Emcapa chegando hoje ao Incaper, esse assumiu em trabalhar com variedades novas, melhoramento, etc: e deu sucesso na produção. Isso leva o agricultor, hoje sair de uma cultura de 30 anos atrás em que o mesmo se suicidava por não conseguir pagar suas dívidas para realidade atual onde há uma produção de 30-32 sacas/ha, compensando quando há baixa de preço (COORDENAÇÃO/PESQUISA - INCAPER).

Deve ser destacado que desde a origem da extensão e da pesquisa pró-desenvolvimento do café Conilon houve ações de lideranças defendendo sua importância, a qual atraiu a atenção do IBC e proporcionou a formulação de políticas específicas. Durante a década de 1980, iniciam-se parcerias para a realização da pesquisa pela então Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária- Emcapa, a qual, após fusão com a Emater, permaneceu até os dias de hoje, enquanto Incaper.

A pesquisa começou em 1985, mas como a cultura é perene, os resultados começaram a chegar em 1993. Uma tecnologia sozinha não faz mudança! De 1993 até hoje, o Incaper conseguiu quadruplicar a produção de 2,4 milhões para 10 milhões de sacas com a mesma área com o conjunto de tecnologias. Em cima das demandas que partiram do produtor surgiram as ideias, os projetos, as pesquisas e as tecnologias (COORDENAÇÃO/CAFÉ - INCAPER).

A partir do ano de 1985 a EMCAPA, com apoio técnico do Instituto Agronômico de Campinas IAC e das Universidades Federais de Viçosa e Lavras, adentrava a pesquisa de café Conilon com foco em melhoramento genético, conservação do solo e adubação, segundo Romário Gava Ferrão, coordenador de café do Incaper, em entrevista à GAZETA (2012). Os resultados iniciais ocorreram ao longo da década de 1990, com o lançamento de variedades

clonais, software para adubação, manuais e livros. No ano de 1993, foram lançadas três variedades clonais de café Conilon. Em 1994, houve o lançamento de um software para recomendação de adubações, seguido por um manual técnico para cultura do café. Em 1999, houve o lançamento da variedade Conilon “Robusta Capixabão”, mais tolerante à seca e resultados técnicos de plantio em linha para as variedades clonais. No ano 2000 foi lançada a variedade “Robusta Tropical” e em 2004 a variedade “Conilon Vitória”.

No início do século XXI, passaram a ser estudadas novas variedades e um destacado projeto de produção de café Conilon com qualidade, havendo mais de 30 projetos de pesquisa na área do café, conduzidos em fazendas experimentais estatais (GAZETA, 2012, MERLO 2012). A produtividade média do café Conilon no ano de 1993 era de 7 a 8 sacas produzidas por hectares, chegando a 34,7 sacas por hectares, um aumento de 277%, destaca Merlo (2012).

Cabe destacar que o desenvolvimento de políticas públicas para essa cultura agrícola advém das demandas dos agricultores.

A pesquisa agropecuária pode ser espontânea e a induzida. A espontânea surge através dos agricultores e a demanda induzida é aquela que partia/parte do pesquisador onde o mesmo cria possibilidades de sucesso de plantio e produção de certa cultura. O primeiro traz o problema do seu dia a dia e o último elabora soluções para chegar aos resultados, dessa forma há integração entre produtor e pesquisador (COORDENAÇÃO/PESQUISA - INCAPER).

É possível afirmar que próprio interesse da instituição de pesquisa e as ações de assistência técnica e extensão rural pública sobre o café Conilon, principal atividade agropecuária para pesquisas e demais políticas públicas realizadas para o rural do Espírito Santo, demonstram que os resultados da ação dos atores sociais também envolveram aquela cultura na pauta das políticas públicas do rural.

As pesquisas nascem dentro de uma demanda, uma necessidade maior, um problema apresentado pelos produtores da região e de técnicos (Incaper, associações, cooperativas, prefeituras municipais e até do setor privado. Primeiro é feito uma análise se é um problema a ser analisado, sem respostas, faz um projeto em sintonia com a política brasileira, sendo formatados projetos de pesquisa que são submetidos a algum edital que pode ser Consórcio Pesquisa-Café, Banco do Nordeste, FAPES e até dependendo da necessidade busca-se na iniciativa privada. Dessa

forma, aplica-se a pesquisa em uma fazenda experimental, do Incaper, como Marilandia, Sooretama e Cachoeiro de Itapemirim, na fazenda de Venda Nova do Imigrante, que está cima de 500 metros (COORDENAÇÃO/CAFÉ - INCAPER).

As pesquisas de café Conilon concentram-se nos Estados da Bahia, Rondônia e no Espírito Santo. Os dois primeiros tiveram aumento de sua produção por influência do Espírito Santo, Estado que se torna a cada dia um apoiador na difusão científica e de tecnologias para essa variedade de café, conforme a Coordenação de Cafeicultura do Incaper.

Com mais de 30 anos de pesquisa, há um portfólio de 40 projetos de pesquisas nas áreas de melhoramento genético, irrigação, fitossanidade, solo e nutrição de plantas, mecanização, manejo de cultura, podas, pragas e doenças, e ultimamente a qualidade e mecanização. Hoje, mais ou menos uns 70% do programa de pesquisa de café para o estado do Espírito Santo está direcionada para a produção do café Conilon (COORDENAÇÃO/CAFÉ – INCAPER).

Considerando a pesquisa como uma política pública que nas últimas décadas trouxe resultados para a produção e produtividade do café Conilon no Espírito Santo, destaca mais recentemente a preocupação com a mecanização e a qualidade do café, conforme pode ser verificado na citação anterior, considerando que a qualidade envolve o interesse da indústria em ter matéria-prima de qualidade, evitando também perda na produção final, mesmo que isso não resulte necessariamente em preços maiores para o agricultor.

O produtor tem que entender que colocar o café em um secador com temperatura controlado você evita o aparecimento de defeitos. Em estudos realizados pela gente, em secadores de café de 15.000 litros, há uma diminuição de 4 sacas de café; tem secador que põem tanto fogo que chega a “torcer a carambola”. Mas, o mercado não ajuda, pois não se paga a diferença, pois essa diferença é de apenas 5 a 9 reais para um café melhor (AGRÔNOMO - CETCAF).

No entanto, há possibilidades diferenciadas no mercado diante da qualidade do café, como preço maior em certos nichos de mercado, como pode ser percebido através do comércio realizado pela Cooperativa Cafesul com empresas compradoras de café. Portanto, entre os entrevistados envolvidos com a pesquisa do café Conilon, a busca pela qualidade tem sido foco das pesquisas mais recentes. No que se refere às políticas públicas, além da pesquisa, considera-se que:

O setor público tem investido nas pesquisas, lançando verbas, editais, etc.. Agora, o que deve ser feito é fazer chegar essas pesquisas no setor de produção. As informações obtidas nas pesquisas devem chegar aos agricultores, pois eles são os principais atores do processo. Cerca de 80% da produção capixaba de café está em propriedades que tem rendimento abaixo de 1.000 sacas (AGRÔNOMO - CETCAF).

Portanto, destaca-se a política pública da assistência técnica e extensão rural, enquanto fundamental para a pesquisa e para as relações envolvendo os agricultores, para fins de desenvolvimento de ações na direção da melhor produção, como afirmado na última citação, considerando que os agricultores são os principais atores do processo.

Conforme verificado no subcapítulo referente à análise dos Territórios Norte e Sul, a crise hídrica tem sido um problema que assola as condições de vida e a produção agrícola, mesmo compreendendo que a falta de chuvas, de reservatórios, entre outros fatores, que afetavam a falta de água e a produção tenham impactado todo o Espírito Santo, esse problema é ainda mais crítico na região acima do Rio Doce, na principal região produtora de café Conilon. Importa salientar que todos os agricultores entrevistados, em ambos os Territórios de análise, quando perguntados quais os problemas que eles verificam para produzir ou comercializar café Conilon, a falta de água foi destacada.

Das políticas públicas a que tem maior número de projetos em execução, e talvez até o maior número de recursos financeiros envolvidos, é o programa estadual de construção de barragens, com mais de 60 milhões investidos e com programação de construir no mínimo 60 barragens e estar beneficiando direta e indiretamente diversos municípios, principalmente os que sofrem mais com a crise e insegurança hídrica, sendo a maioria das barragens na região Norte do Estado, os lugares mais difíceis de chegar a água é no Norte do Estado. Apesar de não estar ligado diretamente à cafeicultura, mas tem que se olhar à questão da irrigação, há um vínculo indireto (ESCRITÓRIO DE PROJETOS - SEAG).

Diante do problema de crise hídrica, que aflige a cafeicultura no Espírito Santo, deve ser destacado o lançamento pelo Incaper, no ano de 2017, a variedade clonal de café Conilon enquanto resultados de pesquisa, destacando nessa variedade a resistência à seca, de nome “Marilândia ES 8143”. Por fim, deve ser destacada a preocupação com relação à falta de água através de políticas voltadas ao armazenamento, através de políticas públicas em projetos em andamento e em recursos financeiros, a construção de barragens, principalmente na Região

Norte do Espírito Santo, as quais, mesmo não sendo uma política destinada apenas à cafeicultura, tem impacto direto sobre essa.

Analisando a quantidade de projetos do recente edital da SEAG com a FAPES, foram aprovados 17 projetos para o café, 6 de frutas e 6 específicos do mamão, totalizando 12 de fruticultura. Na produção animal são 5 projetos, além de alguns menores como olericultura com 3 e pipericultura, além da silvicultura, sendo 13, um número considerado. Sendo assim, o café representa o maior número de projetos (ESCRITÓRIO DE PROJETOS - SEAG).

Além desses projetos, destaca-se também:

O Programa de fomento como o FUNCAFÉ adquire máquinas e equipamentos e tem um impacto na melhoria da infraestrutura que esta ligado com a cafeicultura também, pois o maior número de propriedades trabalha com cafeicultura, então se estamos apoiando a compra de equipamentos, também apoiamos a cafeicultura. O programa de gestão avançada das cooperativas agropecuárias, que é uma parceria da SEAG com a Fundação Dom Cabral e OCB, que capacita para a gestão dessas cooperativas, sendo que muitas delas são cooperativas de café, como a Coobriel, por exemplo, que participa do programa, a melhoria da gestão influencia na cadeia do café, recordando que no edital de pesquisa o número de projetos do café Conilon superior ao Arábica (ESCRITÓRIO DE PROJETOS - SEAG).

O mercado do café Conilon se desenvolve, portanto, a partir da ação de atores locais, entre os quais se destacam as instituições do Estado, que se mantêm para fazer dessa principal atividade agropecuária geradora de produção e de renda, capaz de fortalecer as relações sociais e econômicas de relevância para a agricultura de base familiar, razões essenciais para a formulação de políticas públicas voltadas para aquela atividade.

8 CONCLUSÃO

Desde as interpretações iniciais sobre a história do café, ou seja, da planta a mercadoria consumida em todo o mundo, desde seus trajetos comerciais iniciais, do mundo árabe ao cristão, envolvendo mudanças de hábitos e costumes, valores e sistemas religiosos, é possível perceber que ao longo do desenvolvimento de sua história, há mudanças sociais, políticas e econômicas. Dessa forma, embora as estruturas, instituições sociais e, por fim, os sistemas sociais, persistam no tempo e espaço, essas são transformadas pelas ações realizadas por atores sociais. Ao longo de todos os processos históricos de construção social do café Conilon, os atores sociais possibilitaram mudanças sociais, ilustrando a abordagem de Giddens aqui apresentada.

Com relação ao objeto desta pesquisa, no caso do Brasil, o café enquanto mercadoria geradora de riquezas perpassou sistemas políticos, da monarquia à república, e resultou em vida econômica diferenciada nos distintos espaços, como das grandes fazendas escravocratas, constituindo cidades bucólicas, com casarões históricos, como no Vale do Paraíba, ou gerando acumulação para grandes cidades industriais, como em São Paulo, até a formação das pequenas propriedades rurais e economia de base familiar. Os fenômenos econômicos ocorrem de forma distinta no espaço, refletindo uma lógica segundo a qual a economia está inserida e resulta de uma vida social maior.

Desde a chegada do café no Brasil, pelas mãos de atores sociais e por ordens políticas maiores, a expansão do café se deu com o apoio do Estado, que o transformou em principal atividade econômica por mais de um século, permanecendo até os dias de hoje como atividade importante para muitas economias regionais. A estrutura assim construída não pode ser entendida sem levar em conta os atores sociais, as relações sociais e instituições. Portanto, os mercados não podem ser entendidos como mecanismos isolados, pois envolvem dimensões históricas e sociais, em suas dinâmicas políticas, culturais e econômicas. A formação e o desenvolvimento da atividade cafeeira e seus mercados não ocorreram apenas sob a égide da relação entre oferta e demanda.

A partir do entendimento de que o mercado é um fenômeno que se constitui socialmente, ao longo do tempo e do espaço, impulsionado por atores sociais, ações e relações sociais, a análise aqui realizada foi orientada pelo princípio de que o mercado do Café Conilon foi construído socialmente. Sua evolução, até os dias de hoje, nos Territórios Norte e Sul do Espírito Santo, enquanto estudo de caso deste trabalho, associada a outras culturas agrícolas,

foi fortemente influenciada por políticas públicas, formuladas na esteira da formação do seu mercado.

O Espírito Santo havia ficado, por séculos, afastado dos interesses políticos e econômicos do Estado imperial, com a ocupação e o povoamento mais lento, se comparado a outras regiões. No entanto, mesmo com o pouco interesse por suas terras, a ocupação com a colonização de índios e extermínio dos mesmos não deixou de ocorrer desde as primeiras ocupações. Razões político-administrativas e um menor crescimento econômico afastaram o interesse nessa Capitania, antes mesmo da própria necessidade gerada pelo desenvolvimento da cafeicultura no Brasil. Mas, não demorou, para que a cafeicultura, após sua expansão no Rio de Janeiro, e posteriormente em São Paulo, chegasse ao Espírito Santo, onde terras mais baratas e em abundância atraíam o interesse de grandes fazendeiros. Assim, o Espírito Santo é lento e tardiamente incorporado à lógica mercantil, apenas ocorrida após a formação das grandes fazendas escravocratas de café plantadas no Sul do Estado e no litoral Norte.

Concomitante à abolição da escravatura, repercutindo negativamente na estrutura das grandes fazendas do Espírito Santo, ocorria à colonização com imigrantes, que ocupavam terras virgens ou compravam as antigas fazendas de cafeicultores escravocratas fragmentadas em lotes. Por fim, estruturavam-se as pequenas propriedades que caracterizam o rural do Espírito Santo até os dias de hoje e formava-se a base para uma economia rural organizada no trabalho familiar e não assalariado. A partir daí, a cafeicultura expandiu baseada na imigração e em estruturas assentadas em relações sociais distintas das que predominaram em outras regiões do Brasil, com destaque a São Paulo, onde as relações de trabalho monetizadas, inclusive por via assalariamento, propagaram.

Desde o estágio inicial da cafeicultura, o Estado não foi uma instituição neutra, cuja atuação promoveu a imigração e, ao mesmo tempo, o isolamento de comunidades de negros libertados, fazendo emergir uma economia organizada em bases familiares, para a qual o café era fundamental na geração da renda e na ocupação dos demais espaços do Espírito Santo, ainda pouco ocupado até o começo do século XX. Com terras próprias, a atividade rural se consolidou através de relações econômico-mercantis com comerciantes e compradores locais, tendo o café como principal atividade econômica para essa sociedade. Após a ocupação das terras do Sul pela imigração, a parte Norte, acima do Rio Doce, foi ocupada apenas na primeira metade do século XX, onde a fronteira mostrava-se vasta, tanto para migrantes espírito-santenses quanto para aqueles de Estados vizinhos, explorada com o café e outras culturas, como meio para a manutenção das economias familiares.

Até a metade do século XX, o Espírito Santo dependia apenas da cafeicultura, e novamente atores sociais e instituições, como políticos, empresários e o Estado organizaram processos sociais e econômicos, sintonizados com o processo de urbanização e industrialização da economia. A partir de atores e mecanismos ligados ao Estado, o Espírito Santo se industrializou a partir das três últimas décadas do século XX, num processo simultâneo à erradicação dos cafezais. Apesar disso, a cafeicultura manteve-se, sendo que para as áreas nas quais essa era considerada inapropriada e pouco produtiva, atores sociais buscaram soluções, através de relações sociais e usando da própria modernização, constituindo um mercado específico para o café de variedade Conilon. Antes sem mercado específico, considerado uma bebida ruim, era plantado pelos agricultores, mas não gerava o mesmo interesse que o café Arábica.

O mercado do café Conilon emergiu no Norte do Espírito Santo, mais especificamente graças a ações de atores de São Gabriel da Palha e de atores industriais ligados à própria modernização em curso. Não diferente do café no Brasil do século XVIII, com o café Conilon é possível ver sua passagem de planta a mercadoria, e seu deslocamento no tempo e no espaço, sendo hoje plantado em outros Estados, com destaque para a Bahia e Rondônia. Sua importância não está restrita às economias regionais, considerando que o Brasil é o segundo maior produtor, e o café Conilon antes destinado à produção de cafés solúveis, hoje é utilizado em *blends*, sendo até consumido como bebida pura. Esse desfecho valida a orientação conceitual, aqui adotada, de que mercados não se criam e se desenvolvem por si só, e não se organizam apenas sob a ótica da oferta e da demanda. Foram necessárias ações sociais, relações sociais e o envolvimento de instituições para a formação desse mercado, tendo o Estado como instituição chave para seu desenvolvimento.

A construção do mercado do café Conilon não trouxe apenas uma nova mercadoria, que atende aos interesses da indústria e do consumidor. Graças às estruturas históricas que envolvem o café no Espírito Santo, o café Conilon permite a manutenção de relações econômico-mercantis que beneficiam a agricultura de base familiar, é moeda de troca, tem liquidez, é produto estocado em redes que envolvem agricultores a pequenos compradores locais, o que dinamiza as economias regionais e a agricultura organizada em base familiar.

Diante disso, embora o café Conilon seja produzido com destaque em área de produção e maior importância econômica na região Norte do Espírito Santo, a evolução de seu mercado desde o final da década de 1970 tem absorvido espaços agricultáveis mais amplos do Espírito Santo, condição observada com a análise do desenvolvimento do mercado do café Conilon tanto

no Território Norte quanto no Território Sul. A importância de sua produção e comércio para agricultura familiar, resultante da ação de atores sociais, não levou apenas a mais um nicho de mercado, mas conectou o Estado aos interesses desses agricultores, sendo atualmente a cultura que mais se desenvolve em projetos de assistência técnica e de pesquisa, e instiga o Estado para a formulação de políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMADA, V. P. F. *Escravidão e transição: o Espírito Santo 1850-188*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- ALTHUSSER, L. *A favor de Marx*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- BECKER, B. O Norte do Espírito Santo: região periférica em transformação. *Revista Brasileira de Geografia*, vol.35, n.º 4, p. 35-110, 1973.
- BERGAMIN, M. AGRICULTURA FAMILIAR NO ESPÍRITO SANTO: constituição, modernização e reprodução socioeconômica. *Dissertação* (Mestrado em Geografia). 182f. Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade de Uberlândia: Uberlândia, 2004.
- BERGAMIN, M. *A pequena propriedade no Espírito Santo: constituição e crise de uma agricultura familiar*. Vitória: Compemult, 2007.
- BITTENCOURT, G. *Formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização: do engenho às grandes indústrias (1535-1980)*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987. 301p.
- BITTENCOURT, G. *História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário*. Vitória, Espírito Santo, 2006.
- BOGDAN, R. C., BIKLEN S. K. *Qualitative research for education an introduction for theory and methods*. 3ª Ed. Boton: Ally and Bacon, 1998.
- BRASIL. *II Plano Nacional de Desenvolvimento*. Disponível em: «http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF» Acessado em: 03 de março de 2017.
- BUFFON, J. A. B. *O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar*. 1992. 395f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas: São Paulo, 1992.
- BUGARIN, M. N. S.; LIRA, P. S. Processo de urbanização, estrutura demográfica e violência: análise no Espírito Santo e Vitória. *Texto para discussão 37*. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 2001.
- CALIMAN, O. Formação Econômica do Espírito Santo: de Fragmentos do Período Colonial à Busca de um Projeto de Desenvolvimento. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*. v.1, nº 2, 2012. p.37-63,
- CALMON, P. *A história da civilização brasileira*. 4 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira, 1940.
- CAMPOS JUNIOR, C. T. O novo arrabalde: aspectos da formação urbana de Vitoria. 1985. 186f. *Dissertação* (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), 1985.

- CANCIAN, N. A. *Cafecultura paranaense (1900-1970)*. Curitiba: Grafipar, 1981.
- CANO, W. Raízes da concentração industrial em São Paulo. *Tese* (Doutorado Economia). 1975. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1975.
- CASTIGLIONI, A. H. Imigração san-marinense no Estado do Espírito Santo. In: REGINATO M. *De San Marino ao Espírito Santo, fotografia de uma emigração*. Vitória: EDUFES/UFES. 2004, p.165-2008.
- CELIN, J. L. Migração europeia, expansão cafeeira e o nascimento da pequena propriedade no Espírito Santo. 1984. 330 f. *Dissertação* (Mestrado em Economia) – Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1984.
- COGO, A. L. História Agrária do Espírito Santo no Século XIX: A região de São Mateus. 2007. 200f. *Tese* (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- CONDE, B. S. Do açúcar ao ouro um balanço sobre a economia colonial capixaba. In: FERRARI, M. A. R. e ARTHMAR, R. *Novas leituras sobre a economia do Espírito Santo*. Vitória: PPGECO e CORECON, 2011. p. 15-37.
- DARÉ, R. A “crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo. 2010. 203f. *Dissertação* (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, 2010.
- DELGADO, G. C. Capital Financeiro e Agricultura no *Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1985.
- DENZI, N.K., LINCOLN, Y.S. *Handbook qualitative research*. Thousand Oak, Sage, 1994.
- DERENZI, L. S. *Biografia de uma ilha*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965.
- DERENZI, L. S. Os italianos no estado do Espírito Santo. Rio de Janeiro: Editora Artenova S/A, 1974.
- DIÁRIO DA MANHÃ. Café Conilon. O serviço de Defesa do Café resolveu equipará-lo, para efeito de isenção de retenção, aos Cafés Finos e Capitania. Diário da Manhã, 18 de Abril, ano 1930.
- DIMAGGIO, P. e POWELL, W. Le néo-institutionnalisme dans l’analyse des organisations. In: *Politix*, n. 40, 1997.
- DURKHEIM, E. *Lições de Sociologia*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.
- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- DURKHEIM, E. *O suicídio*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- DURKHEIM, E. *A divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DURKHEIM, E. *A ciência social e a ação*. São Paulo: Difel, 1975.

DURKHEIM, E. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989.

FASSARELA, R. A; REGO, M. A. A estrutura fundiária do Espírito Santo de 1970 a 2006 In: FERRARI, M. A. R. e ARTHMAR, R. *Novas leituras sobre a economia do Espírito Santo*. Vitória: PPGECO e CORECON, 2011. p. 15-37.

FASSIO, L. H.; SILVA, E. S. S. Importância Econômica e Social do Café Conilon. In: FERRÃO et. al. *Café Conilon*. Vitória: INCAPER, 2007, 701p.

FERRÃO et. al. Origem, Dispersão Geográfica, Taxonomia e Diversidade Genética de *Coffea canephora*. In: FERRA et al. *Café Conilon*. Vitória: INCAPER, 2007, 701p.

FERREIRA, S. P. Espírito Santo: dinâmica cafeeira e integração ao mercado nacional – 1940/1960. 1987. 261 f. *Dissertação* (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia Industrial, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 1987.

FILHO, H. M. S. A modernização violenta: principais transformações na agropecuária capixaba. 1990. 201 f. *Dissertação* (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 24ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1991

GALBRAITH, J.K. *O novo Estado industrial*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1967.

GAZETA. 100 anos de Conilon Capixaba. *Gazeta*. Vitória, 02 de dezembro de 2012. 45p.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009, 458p.

GLAZAR, E. *Brava Gente Polonesa. Memórias de um imigrante, formação histórica de São Gabriel da Palha e expansão do café conilon no Espírito Santo*. 1ª ed. Vitória: Flor Cultura editores, 2005. 207p.

HAUNPENTHAL, B. S. *Aspectos Espaciais do Plano de Metas e do II PND*. Porto Alegre, FCE/UFRGS, dissertação de mestrado, 1997.

HEGEL, G.W.F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio*. V 1. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2005. 443p.

IBGE. *Censo Agropecuário. Brasil, Regiões e Unidades da Federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE. Produção Agropecuária Municipal. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=4>, Acessado em: 10 de Novembro de 2017.

IPEA. *Contas Regionais*. Disponível em: «<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>». Acessado em 17 de Novembro de 2017.

JUNQUILHO, J. S. Condutas Gerenciais e suas raízes: uma proposta de análise à luz da Teoria da Estruturação. *RAC*, Edição Especial 2003, 101-120p.

KAGEYAMA, Â. *et. al. O novo padrão agrícola brasileiro*. Campinas: UNICAMP, 1987.

LALLEMENT, M. *História das ideias sociológicas. De Parsons aos contemporâneos*. 4 ed. v 2. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. 341p.

LEFEBVRE, H. *Para compreender o pensamento de Marx*. Lisboa: Edições 70. 1975.

LEFEBVRE, H. *Sociologia de Marx*. 2 ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1979.

LESSA, C. Estratégia de desenvolvimento, 1974-79: sonho e fracasso. Rio de Janeiro: Tese de Professor Titular, Economia, UFRJ. 1978.

LOBINO, C. F.. As Entidades Associativas Não-governamentais e o Monocultivo de Eucalipto no Espírito Santo. 2008. 201f. *Dissertação* (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

LOUREIRO, K. O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo: os índios Tupiniquins e Guarani e a empresa Aracruz Celulose. *Dissertação* (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

MACEDO, F. C.; MAGALHÃES, D. Formação econômica do Espírito Santo: do isolamento econômico à inserção aos mercados nacional e internacional. *Revista de História Regional*, v. 16, nº 1. 2011. Disponível em: «<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2421>». Acessado em: 18 de novembro de 2016.

MALACARNE, A. São Gabriel da Palha, a história da origem. Nova Venécia: Editora Cricaré, 2000.

MANSUR, R. História do Café Conilon no Espírito Santo. Disponível em: «<http://ronaldmansur.blogspot.com.br/2012/01/historia-do-cale-conilon-noespirito.html>». Acessado em: 10 de março de 2017

MAPA. *Café no Brasil*. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/cale/caleicultura-brasileira>». Acessado em: 02 de fevereiro de 2017.

MARTINS, J. S. *O cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, A. L. *Império do Café. A grande lavoura no Brasil (1850-1890)*. 7ª ed. São Paulo: Editora Atual, 1999

- MARTINS, A. L. *História do café*. São Paulo: Contexto, 2008. 316 p.
- MAUSS, M. Ensaio sobre a Dádiva. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.
- MARX, K. *Os pensadores*. São Paulo: Abril, 1978.
- MARX, K e ENGELS, F. *O Manifesto do Partido Comunista*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editoria Livraria Catédra, 1987.
- MARX, K. *A ideologia Alemã*. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARX, K. *O capital*. 6 vols. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- MARX. *Contribuição à crítica da economia política*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003a.
- MARX, K. *Os 18 Brumário de Luiz Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2003b.
- MEDEIROS, A. C. Espírito Santo: a industrialização como fator de “desautonomia relativa”. 1977. 172f. *Dissertação* (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- MELLO, J. C. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MERLO, P. M. S. *Conilon Capixaba 100 anos de Desafios, Crescimento e Inovação*. Vitória: Bumerangue Produção de Comunicação, 2012. 100p.
- MILLIET, S. *Roteiro do café e outros ensaios*. 3 ed. São Paulo: Coleção Departamento de Cultura, 1941. 211p.
- MOREIRA, T. H.L.; PERRONE, A. *História e geografia do Espírito Santo*. 5. ed. Vitória: 2003. 272p.
- MOTA, F. C. M. Integração e dinâmica regional: o caso capixaba 1960-2000. 2002. 166f. *Tese* (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- MÜLLER, N. L. *Industrialização do Vale do Paraíba*. São Paulo: Instituto de Geografia. Universidade de São Paulo, 1969.
- MÜLLER, G. Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária. *Série Estudos Rurais nº 10*. São Paulo: HUCITEC/EDUC, 1989b.
- MUNIZ, M. I. P. *Cultura e arquitetura: a casa rural do imigrante italiano no Espírito Santo*. Vitória: EDUFES/UFES, 1997.
- NOVAES, M. S. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1968.

OLIVEIRA JR, A. P; MONTEIRO, L. L. Implantação de projetos de grande porte no Espírito Santo: análise do quadro socioeconômico e territorial na fronteira de expansão metropolitana sul capixaba. *Texto para discussão 41*. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 2011.

OLIVEIRA. J. T. *História do estado do Espírito Santo*. 3.ed. Vitória: Coleção Canaã, 2008, v 8.

PACHECO, R. *Os primeiros anos, conflitos nas Colônias agrárias Espírito-santense 1847-1882*. Vitória.

PANAGIDES. S. Erradicação do café e diversificação da agricultura brasileira. *R. bras. Econ.*, Rio de Janeiro, v. 23 (I), jan./mar., p.41-71, 1969.

PEREIRA, N. C. O Espírito Santo nos anos 90: uma análise do desenvolvimento econômico e humano através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Ajustado. 2009. 220 f. *Dissertação* (Mestrado em Economia) – Centro de Ciências Jurídica e Econômicas, Departamento de Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

PRADO Jr. C. *História Econômica do Brasil*. 28 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RANGEL. S. S. A. *Os impactos da organização econômica dos espaços e regiões, presentes nas diretrizes do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND*. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=comdocman&task=docdownload&gid=810&Itemid=171>>. Acessado em: 10 de março de 2017.

RANGEL. S. S. A. Desafios históricos do estado do Espírito Santo sob a égide do capitalismo de orientação política. In: SANTOS Jr. e Afonso (Org.). *Desafios para o desenvolvimento capixaba: uma perspectiva transdisciplinar*. Curitiba: Editora CRV, 2016. p.13-31.

ROCHA, A. C.; COSSETTI, M. da Pen. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo 1850-1930*. Vitória: NEP/UFES, 1983.

ROCHA, H. C; MORANDI, A. M. *Cafeicultura e Grande Indústria. A transição do Espírito Santo 1955-1985*. 2ª ed. Vitória: Fundação Espírito Santo em ação, 2012. 173p.

RODRIK, D. *One Economics, Many Recipes*. Princeton: Princeton University Press, 2007.

ROTHSTEIN, B. Preventing Markets from Self-Destruction: the Quality of Government Factor. *Quality of Government Institute Working Paper*, 9. 2009.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. 2. edª. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 337p.

SABOURIN, E. *Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas*. vol. 7. 75-104p. Aracaju: UFS, 2004.

SABOURIN, E. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: SCHNEIDER, S. (Org.) *A diversidade agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006, p. 108-132.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? *Sociedade e Estado*, v. 22, n.3, p.715-751, 2007.

SABOURIN, E. *Camponeses do Brasil. Entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SABOURIN, E. Teoria da reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. *Sociologias*, v. 13, nº 27, p. 24-51, 2011.

SCARIM, Paulo César. Territorialidades em Conflitos na Construção do Campesinato Capixaba. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2006.

SMITH, A. *A riqueza das Nações. Investigação sobre sua Natureza e sua Causa*. São Paulo: Os economistas, editora Nova Cultural, 1996. vol. 1

SANTOS. A. C. G. A criação da Codes, futuro Bandes. O Estado ganhou relevância em muitos setores, graças ao fomento proferido pelos incentivos do Bandes. *Gazeta on line*. Disponível em: [«http://novo.gazetaonline.com.br/opiniao/artigos/2017/02/a-criacao-da-codes-futuro-bandes-1014025802.html»](http://novo.gazetaonline.com.br/opiniao/artigos/2017/02/a-criacao-da-codes-futuro-bandes-1014025802.html). Acessado em: 01 de março de 2017.

SANTOS DA SILVA, A. E. et. al. A. Arranjo institucional da cafeicultura de Conilon no Estado do Espírito Santo. In: FERRÃO et. al. *Café Conilon*. 2 ed. Atual. ampli. Vitória Incaper, p. 669-707, 2016.

SILVA, J. G. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. In: Brasil em artigos. São Paulo: SEADE, 1995.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smazarro. A questão regional e a dinâmica econômica do Espírito Santo - 1950/1990. Fênix Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 6 Ano VI nº 4, Out/ Nov/ Dez, 2009. Disponível em: [«http://www.revistafenix.pro.br/PDF21/ARTIGP_10_Maria_da_Penha_Smazarro_Siqueira.pdf»](http://www.revistafenix.pro.br/PDF21/ARTIGP_10_Maria_da_Penha_Smazarro_Siqueira.pdf). Acessado em: 20 de fevereiro de 2017.

TAQUES, R. C.; DADALTO, G. G. Zoneamento Agroclimatológico para a Cultura do Café Conilon no Estado do Espírito Santo. In: FERRÃO et. al. *Café Conilon*. 2 ed. Atual. ampli. Vitória Incaper, p. 669-707, 2016.

TAUNAY, A. D. *A propagação da lavoura cafeeira*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1934. 116p.

TAUNAY, A. D. *Subsídios para a história do Brasil do café no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1935. 423p.

TAUNAY, A. D. *História do café no Brasil. No Brasil República 1927-1937*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1941. Tomo I. v 11.

TAUNAY, A. D. *História do café no Brasil. No Brasil República 1906-1927*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1942. Tomo I. v 13.

TAUNAY, A. D. *História do café no Brasil. No Brasil República 1927-1937*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1943. Tomo II. v 14

TAUNAY, A. D. *História do café no Brasil. No Brasil República 1927-1937*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1943. Tomo III. v 15.

TRUZZI, O.M.S. *Café e indústria no interior de São Paulo. O caso de São Carlos*. 1985. 271f. (Dissertação de mestrado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. 1985.

VANGELISTA, C. A emigração da península italiana para o Brasil, 1808 -1960. In: REGINATO M. *De San Marino ao Espírito Santo, fotografia de uma emigração*. Vitória: EDUFES/UFES. 2004, p.25-55.

WEBER, M. A. “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, G. *Sociologia*. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2003.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Cia. da Letras, 2004.

WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da economia compreensiva*. v 1. 3 ed. Brasília: UNB, 1994.

WEBER, M. *Conceitos Sociológicos Fundamentais*. Covilhã, 2010. 109p.

ANEXO 1 - Entrevistas com agricultores (as) do Território Norte

- 1)- Desde quando o Sr (a) planta café? Quais foram às razões ou motivos que o levou a produzir café?
- 2)- Do café produzido, qual a proporção destinada ao mercado? Detalhe-me sobre quais eram os perfis dos compradores?
- 3)- Caso tivesse outras culturas plantadas, além do café, quais eram essas? O Sr (a) ainda as planta? Se sim ou não, explique o por quê?
- 4) – Após o início da produção do café Conilon houve alguma mudança em sua produção nas demais culturas agrícolas?
- 5)- Caso tenha ocorrido ou ocorra a produção de demais culturas agrícolas para além do café. Pergunto: qual a proporção para o mercado? Tanto no passado quanto na atualidade.
- 6) - Quando o Sr (a) iniciou o plantio de café Conilon?
- 7) - Quais as principais razões ou motivos que o levou a plantar café Conilon?
- 8) – Já havia um comércio para o café Conilon organizado quando iniciou seu plantio?
- 9) - O Sr (a) já plantava café Conilon antes dos plantios de café Conilon iniciados, segundo relatos históricos em São Gabriel da Palha, no início da década de 1970, com destino ao comércio à Real Café?
- 10) – Caso a resposta a anterior seja afirmativa, qual era o destino desse café? Caso a resposta seja negativa, pergunto: o Sr (a) conhecia o café Conilon? Ou conhecia algum produtor que plantava?
- 11)- Quando o Sr (a) começou a produzir café Conilon, quais eram os principais compradores? Tendo por exemplos: compradores locais ou não, atravessadores, associações, empresas, cooperativas, ou quaisquer outros formatos de compradores? Exemplifique esses compradores que conduziram as primeiras compras de café Conilon?
- 12) - Quais as dificuldades que o Sr (a) identifica atualmente para a produção e o comércio do café Conilon?
- 13) - Qual é a principal cultura agrícola geradora de sua renda familiar?
- 14) – Responde de 0 a 10, sendo 0 a menor e 10 a maior nota a ser dada. Qual a importância do Café Conilon para a geração da sua renda familiar?

15) – Dentre todas as culturas agrícolas, que o Sr (a) tem conhecimento, produzidas em seu município, qual é a que possui maior apoio dos órgãos públicos, ou seja, da Secretaria de Agricultura, do Incaper, ou de outras instituições que o Sr (a) tenha conhecimento?

ANEXO 2 – Entrevistas com Agricultores (as) do Território Sul

- 1)- Desde quando vocês são agricultores aqui na região e desde quando plantam café Conilon?
- 2) - Quando ocorreu a erradicação dos cafezais arábica na década de 1960, houveram outras culturas agrícolas substitutivas ao café Arábica no município? Caso sim, quais foram?
- 3)- Caso tenham tido outras culturas, essas culturas permanecem plantadas em proporções similares à época? Qual o destino comercial desses produtos?
- 4)- Quando ocorreu os plantios comerciais do café Conilon? O que estimulou o Sr(a) para iniciar o plantio desse café?
- 5) – Havia produção de café Conilon antes de seu plantio comercial?
- 6)- Havia reconhecimento de algum comércio para o café Conilon, quando você começou a plantá-lo? Com relação à venda do café Conilon, havia algum receio? Se sim, foi superado esse receio, como?
- 7) - Com relação ao comércio do café Conilon, quais foram os principais compradores, considerando esses enquanto pessoas físicas ou não, de âmbito local ou não. Tendo por exemplos: compradores locais ou não, atravessadores, associações, empresas, cooperativas, ou quaisquer outros formatos de compradores? Exemplifique esses compradores que conduziram as primeiras compras de café Conilon?
- 8) - Quais os principais percalços, mas também avanços que Sr (a) identifica nos dias de hoje para a produção e o comércio do café Conilon?
- 9) - Qual é a principal cultura agrícola geradora de sua renda familiar?
- 10) – Responde de 0 a 10, sendo 0 a menor e 10 a maior nota a ser dada. Qual a importância do Café Conilon para a geração da sua renda familiar?
- 11) – Você vê importância econômica local com a produção de café Conilon, explique a razão e o que você considera de positivo para a economia local.
- 12) – Destaque as principais cultura agrícolas produzidas no município nos dias de hoje, considerando a quantidade produzida, a importância econômica, social e cultural. Bem como, outros fatores que Sr (a) considera ser importante?

13) – Dentre todas as culturas agrícolas, que o Sr (a) tem conhecimento, produzidas em seu município, qual é a que possui maior apoio dos órgãos públicas, ou seja, da Secretaria de Agricultura, do Incaper, ou de outras instituições que o Sr (a) tenha conhecimento?

ANEXO 3 – Escritórios Locais do Incaper no Território Norte

- 1) - Considerando sua experiência como profissional da extensão rural, qual a cultura agrícola que o Sr (a) considera como de maior impacto econômico para a renda familiar do agricultor(a)? E para o município?
- 2) - Cite as principais culturas agrícolas e/ou atividade rural que sejam objetos de projetos de custeio e investimentos no escritório local do Incaper.
- 3) – Relate as principais razões ou motivos que levaram ao surgimento e à expansão da cafeicultura Conilon em seu município.
- 4) Proporcionalmente aos demais projetos de custeio e investimento, qual a participação dos destinados ao café Conilon? Desde quando é observada essa proporção?
- 5)- Quais são os formatos de compradores de café do seu município? Considerando as diversas possibilidades, tais como: pessoas físicas, empresas cafeeiras, empresas em geral, associações, cooperativas, entre outras. Em ordem de importância para o mercado, destaque os principais.
- 6)- Com relação à produção de café, quais são as principais dificuldades que o Sr(a) observa e que são enfrentadas pelos agricultores (as)?
- 7) Desde o início de sua atuação na extensão rural, é possível destacar ocorrência de problemas que impactaram a cafeicultura, tais como: estiagens ou secas, queda de preços, entre outros? Quais foram?
- 8)- Considerando a pergunta 7, relate quais os impactos sobre a economia do município em geral e quais os setores mais afetados.
- 9)- Atualmente, existem outras culturas agrícolas que se desenvolvem substituindo o café Conilon?
- 10) – Quais são em ordem de ocorrências as principais atividades rurais ou culturas agrícolas atendidas pelos extensionistas rurais de seu município? O Sr (a) considera essas compatíveis com a demanda dos agricultores (as) do município?
- 11) – Destaque as principais políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de culturas agrícolas ou atividades rurais geradoras de produção e renda no meio rural do município no qual o Sr(a) trabalha.

ANEXO 4 – Entrevista Escritórios Locais do Incaper no Território Sul

- 1) - Considerando sua experiência como profissional da extensão rural, qual a cultura agrícola que o Sr (a) considera como de maior impacto econômico para a renda familiar do agricultor(a)? E para o município?
- 2) - Cite as principais culturas agrícolas e/ou atividade rural que sejam objetos de projetos de custeio e investimentos no escritório local do Incaper.
- 3) – Relate as principais razões ou motivos que levaram ao surgimento e à expansão da cafeicultura Conilon em seu município.
- 4) Proporcionalmente aos demais projetos de custeio e investimento, qual a participação dos destinados ao café Conilon? Desde quando é observada essa proporção?
- 5)- Quais são os formatos de compradores de café do seu município? Considerando as diversas possibilidades, tais como: pessoas físicas, empresas cafeeiras, empresas em geral, associações, cooperativas, entre outras. Em ordem de importância para o mercado, destaque os principais.
- 6)- Com relação à produção de café, quais são as principais dificuldades que o Sr(a) observa e que são enfrentadas pelos agricultores (as)?
- 7)- Desde o início de sua atuação na extensão rural, é possível destacar ocorrência de problemas que impactaram a cafeicultura, tais como: estiagens ou secas, queda de preços, entre outros? Quais foram?
- 8)- Considerando a pergunta 7, relate quais os impactos sobre a economia do município em geral e quais os setores mais afetados.
- 9)- Atualmente, existem outras culturas agrícolas que se desenvolvem substituindo o café Conilon?
- 10)- Quais são, em ordem de ocorrências, as principais atividades rurais ou culturas agrícolas atendidas pelos extensionistas rurais de seu município? O Sr (a) considera essas compatíveis com a demanda dos agricultores (as) do município?
- 11)- Destaque as principais políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de culturas agrícolas ou atividades rurais geradoras de produção e renda no meio rural do município no qual o Sr(a) trabalha.

ANEXO 5 - Centro de Comércio do Café de Vitória (CCV)

- 1)- Quais são os objetivos de Centro de Comércio de café de Vitória?
- 2)- Dentre estes objetivos, tem algum que é específico para o café Conilon?
- 3)- Quais foram os principais avanços que contribuíram para o desenvolvimento do mercado de café Conilon no estado?
- 4)- Quais seriam as dificuldades percebidas no mercado?
- 5)- O que você considera ser importante para uma avaliação futura de apoio ao mercado de café?
- 6)- Quais são as tendências do mercado para o café Conilon? É de ampliação ou retração?
- 7)- Como vocês compreendem as relações sociais na construção do mercado de café Conilon?

ANEXO 6 - Centro Tecnológico do Café (CETCAF)

- 1)- Quais são os objetivos de CETCAF?
- 2)- Como avaliar o impacto dessa prática e concepção de usar tecnologias não-apropriadas?
 - 2.1)- E a mão de obra?
- 3)- Desde a origem das pesquisas com o café Conilon, quais seriam os principais avanços referentes as tecnologias empregadas na sua produção e se tem alguma futura e/ou necessária?
- 4)- Quais as principais dificuldades enfrentados pela pesquisa no que tange ao desenvolvimento de café Conilon?
- 5)- O que tange ao mercado do café Conilon, o que houve de maior contribuição para o produtor?
- 6)- É possível dizer que foi a partir da relação entre a indústria e os produtores de Conilon que se criou um mercado próprio para o café Conilon ?
- 7)- Quais seriam as dificuldades para o crescimento e desenvolvimento do mercado do café Conilon?

ANEXO 7 - Entrevista com a Coordenação de Cafeicultura do Incaper

- 1)- Relate como foi constituída as demandas para a produção das pesquisas do café pelo órgão estadual, desde sua origem?
- 2)- Atualmente, as ações da pesquisa e da extensão rural são em maior parte executadas com direção ao café Arábica ou o Conilon. Por quê?
- 3)- Dentre as demandas para a constituição de pesquisa sobre o café, há particularidades que cabem ao café Conilon?
- 4)- O potencial produtivo é uma razão para a adesão do café Conilon?
- 5)- Como ocorre para que os resultados da pesquisa de café Conilon chegue ao conhecimento e ao uso dos agricultores(as)?
- 6)- Destaque os principais resultados da pesquisa de café Conilon sobre o aumento da produção e da produtividade? A partir de quando essas ocorreram, e de quanto foi o impacto sobre as áreas?
- 7)- Há estudos do quanto investido na pesquisa e na extensão rural, para o desenvolvimento do café Conilon, retornam para o agricultores(as)? Quanto seria?
- 8)- Quais as principais dificuldades enfrentadas pela pesquisa e para a ação do extensionista, no que tange ao desenvolvimento de café Conilon no Espírito Santo?

ANEXO 8 – Entrevista com a Coordenação de Pesquisa do Incaper.

- 1)- Quando se deu o período de surgimento das demandas de pesquisas e a origem da Emcapa?
- 2)- Quais eram as demandas de pesquisas?
- 3) - Qual a atividade que mais recebe pesquisa?
- 4)- Qual(is) a(s) pesquisa(s) que o extensionista mais executa?
- 5) - Alguma especificidade para o café Conilon ?

ANEXO 9 - Entrevista com representante do escritório de Projetos da SEAG

- 1)- Compreendendo a existência de demais instituições vinculadas à SEAG - Incaper, IDAF e CEASA - e de um organograma institucional. Pergunta-se: como se organiza o trâmite para a constituição de políticas públicas que são executadas pela SEAG?
- 2)- Como são planejadas, organizadas e executadas as políticas públicas da SEAG?
- 3)- Qual é a política pública em execução pela SEAG que possui maior número de projetos, programas ou ações? Por quê?
- 4)- Quais são as políticas públicas que repercutem sobre a cafeicultura, mesmo considerando as de impacto indireto? Especifique as que indiretamente repercutem sobre o café Conilon.
- 5)- A SEAG possui políticas públicas específicas para o Café Conilon executadas pela própria Secretaria, excluindo as realizadas pelo Incaper, enquanto órgão vinculado à essa?
- 6)- Caso tenha políticas públicas específicas ao café Conilon. Pergunta-se: desde quando ocorrem? Quais são na atualidade suas diretrizes? Por exemplo: produção, produtividade, qualidade do café, entre outras.
- 7)- Quais são as políticas públicas e diretrizes de políticas públicas voltadas ao café Conilon demandadas pela SEAG ao Incaper? Como essas políticas foram constituídas?

ANEXO 10- Entrevista com Engenheiro Agrônomo do IBC

- 1)- Desde quando o IBC começou indicar ou dar apoio à produção de café Conilon aqui no Sul do Estado do Espírito Santo?
- 2)- Quando, o Conilon começou a se desenvolver no sul? Era comercializado?
- 3)- Quando pergunto sobre o uso do café Conilon ouvi o agricultor dizer que era para fazer tinta?
- 4)- Acredito que aqui no Sul não se desenvolve como Norte do Estado, como você vê isso?
- 5) – Quando começou a pesquisa do IBC?
- 6)- Vocês orientavam sobre o mercado, sobre como e quando vender?

ANEXO 11 - Entrevista com representante da Real Café S/A

- 1)- Quais as razões ou motivos que levaram ao interesse pela implantação de uma indústria de solúvel no Estado do Espírito Santo, no caso a Real Café Solúvel ?
- 2)- Quando do planejamento para a instalação da Real Café Solúvel programava-se utilizar de qual espécie de café, Arábica ou Conilon?
- 3)- Já se tinha conhecimento da qualidade do café Conilon para a produção de café solúvel, e como *blend* na produção de café torrado e moído?
- 4) - Considerando o processo de erradicação dos cafezais no Espírito Santo , e os impactos deste sobre a produção, com resultados dos mesmos quando ocorria o planejamento e a implantação da Real Café Solúvel. Pergunta-se:
 - 4.1)- Quais eram as preocupações para aquisição do café em grão para o processamento naquele contexto?
 - 4.2)- Quando da instalação da Real Café havia a possibilidade da importação do café? Havia interesse da Real Café em importá-los?
 - 4.3)- A Real Café realizou ou tinha conhecimento de estudos que comprovavam a possibilidade da produção do café solúvel a partir da produção nacional ou local/regional, compreendendo a produção do Espírito Santo neste último caso?
- 5) - É reconhecido através de relatos históricos, apresentados em jornais e livros, que a Real Café concordou com a compra de café Conilon produzido no município de São Gabriel da Palha - ES. Da mesma forma, segundo esses relatos os plantios ocorreram a partir de atores sociais locais desse município, em função da instalação da indústria e do seu interesse por esse café. Dessa forma, pergunta-se:
 - 5.1) – Anteriormente aos contatos feitos com os atores sociais que garantiram o plantio do café Conilon, a Real Café Solúvel planejava o incentivo ao plantio de café no Espírito Santo, em específico do café Conilon?
 - 5.2)- Inicialmente o plantio foi suficiente para atender a demanda da indústria para a produção de café solúvel ? Caso não, qual a procedência do café para além deste?
 - 5.3) - Em algum momento foi utilizado apenas o café Conilon plantado no Espírito Santo para as produções realizadas pela Real Café Solúvel?

- 6)- Considerando a produção industrial, o Grupo Tristão produz algum outro produto não derivado do café?
- 7)- Qual a participação do café no total do que é produzido industrialmente pelo Grupo Tristão? E, para além da Real Café há alguma outra indústria de café pertencente ao Grupo Tristão?
- 8)- Quais são os principais nomes fantasias ou marcas de café que são produzidos pela Real Café?
- 9)- Desses cafés processados quais utilizam café Conilon? E quais são produzidos com 100% do café Conilon?
- 10)- Atualmente, no uso total do café processado pela indústria Real Café ou outra do Grupo Tristão, qual a percentagem de café Conilon?
- 11)- Qual a origem do café processado por essa indústria? Destaque as origens do café Conilon e a participação da produção de café Conilon do Espírito Santo.
- 12)- Quais as principais dificuldades para a Real Café atualmente, no mercado do café Conilon no Espírito Santo?

ANEXO 12– Entrevista com Extensionista Rural da ACARES

- 1) - Considerando sua experiência como profissional da extensão rural na década de 1960 e 1970 na Região Norte e em São Gabriel da Palha, qual a cultura agrícola que o Sr (a) considerou como de maior impacto econômico para a renda familiar do agricultor(a) na época? E para o município?
- 2)- Faça um relato sobre o começo dos plantios e do mercado do café Conilon em São Gabriel da Palha no começo da década de 1970.
- 3) - Relate as principais razões ou motivos que levaram ao surgimento e à expansão da cafeicultura Conilon em São Gabriel da Palha.

ANEXO 13 - Entrevista com Gerente Comercial da Cafesul

- 1) - Quantos cooperados têm a Cafesul e em quantos municípios?
- 2)- Quanto tempo tem a cooperativa de funcionamento?
- 3)- O que você vê de importância para o funcionamento da Cafesul?
- 4)- Quem são os principais compradores hoje da Cafesul, com destaque ao *Fair Trade* ou especial?
- 5)- Quais são as diferenças de preços que ocorrem com esses nichos de mercado?
- 6)- Como funciona a escolha do café que vai para o *Fair Trade* ou convencional?
- 7)- Você identifica outros compradores aqui no município?
- 8)- Desde quando você identifica o Conilon aqui?
- 9)- Como vocês fazem, por fim, o preço?

ANEXO 14- Entrevista com a presidência da Cafesul

1-) Quando foi fundada a CafeSul?

2)- E o preço desse café de qualidade me fale dele.

3)- Com relação ao futuro da Cafesul, quais as dificuldades que vocês observam no tocante ao café Conilon em geral e do Conilon no município?

4)- Qual a importância do café Conilon no município?

ANEXO 15- Entrevista com a Gerência da Coopeavi

- 1)- Desde quando a Coopeavi possui sócios e trabalha com o Café Conilon?
- 2)- Quais são os municípios com atuação da Coopeavi em café Conilon?
- 3) – Tendo-lhe apresentado os municípios em que fazem parte dos territórios de análise da Tese, quais deles há atuação da Coopeavi?
- 4)- Atualmente, qual é o número de sócios que há na Coopeavi? Quantos são de café Conilon e qual a porcentagem entre sócios que produzem Conilon e Arábica?
- 5)- Boa parte das vendas são destinadas à exportação?
- 6)- Em termos de construção dos preços constituídos por vocês, seguem o preço dito pelo CCV de Vitória, ou constituem o próprio preço a partir de vocês?
- 7)- Quanto ao mercado físico, é a partir desse que calculando o preço, seguindo oferta e demanda?
- 8)- Existe a compra realizada por pessoas físicas?
- 9)- Com relação ao mercado, quais as dificuldades que você identifica para o Conilon?
- 10)- Quanto ao mercado futuro, como você avalia para o café Conilon?

ANEXO 16 - Entrevista com a Gerência da Coaabriel

- 1)- Como se constitui o preço do café Conilon que a Coaabriel apresenta ao cooperado?
- 2)- Para além do preço do frete que não é fixo, o que mais faz oscilar o preço, digo em termos de oferta e demanda?
- 3)- A Coaabriel paga a vista, e como ela mantém?
- 4)- O que faz oscilar o preço além disso?
- 5) – Quem são os compradores de café da Coaabriel?
- 6)- Sobre esse mercado futuro, qual a importância que você vê a Coaabriel? Quanto vocês têm de estoque?